

Conselho Local de Acção Social de Oeiras

- Programa de Apoio à Implementação da Rede Social -

Diagnóstico Social do Concelho de Oeiras

Novembro de 2004

Relatório elaborado pela equipa de trabalho do Centro de Estudos e Investigação Aplicada (CEIA), sob a coordenação de Orlando Garcia.

ÍNDICE

1.ª PARTE

Siglas e abreviaturas utilizadas	VI
Índice de Quadros	VII
Índice de Gráficos	XV
Relação de Fontes e Bibliografia	XVIII
INTRODUÇÃO	A
I - Dinâmicas Sócio-Demográficas e Sócio-Familiares	1
II – Habitação	18
III - Caracterização Sócio-Económica	43
IV - Saúde: Um Breve Balanço	59
V - Panorama Sócio-Educativo	93
VI - Acção Social	121
VII – Justiça	147

2.ª PARTE

1 – Introdução	152
2 – Metodologia	154
3 - Workshops Temáticos	159
4 – Diagnosticar localmente: Comissões Sociais de Freguesia (CSF)	177
5 – Cruzamento entre os procedimentos de Diagnóstico em Workshop e os procedimentos de Diagnóstico nas CSF	183

6 – Prioridades, Objectivos e Estratégias para a intervenção no âmbito da Rede Social de Oeiras	192
7 - Eixos Prioritários de Intervenção	201
8 – Considerações Finais	206
Anexo I – Indicadores Temáticos	207
Anexo II – Grelhas Comissões Sociais de Freguesia	232

1.^a PARTE

Siglas e abreviaturas utilizadas

AML – Área Metropolitana de Lisboa
CDSSSL – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social
CMO – Câmara Municipal de Oeiras
CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CS's – Centros de Saúde
DAS – Divisão de Assuntos Sociais
DE - Divisão de Educação
DH – Divisão de Habitação
DMPUH -
DPE – Departamento de Projectos Especiais
E's CS's – Extensões de Saúde e/ou Extensões do Centro de Saúde
Estab. - Estabelecimento
Fem ou F - Feminino
GDM – Gabinete de Desenvolvimento Municipal
GL – Grande Lisboa
GNR – Guarda Nacional Republicana
Hab – Habitante(s)
IND - Índice
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
ISSS – Instituto de Solidariedade e Segurança Social
LVT –Lisboa e Vale do Tejo, (Região de)
Masc ou M - Masculino
N.º - Número
Pop – População
PSP – Polícia de Segurança Pública
RMG – Rendimento Mínimo Garantido
RSI – Rendimento Social de Inserção
Tx - Taxa
Var - Variação

ÍNDICE DE QUADROS

I - DINÂMICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E SÓCIO-FAMILIARES

1.1 – Evolução da População Residente no Concelho de Oeiras, nos concelhos limítrofes, na Grande Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa (1960-2001)	3
1.2 - População Residente no Concelho de Oeiras, por Freguesia (1991-2001)	3
1.3 - População Residente Segundo os Grupos Etários no Concelho Oeiras (2001)	6
1.4 - População Residente no Concelho de Oeiras Segundo Grandes Grupos Etários (1991-2001)	6
1.5 - População Residente nos Concelhos da Grande Lisboa segundo grandes grupos etários, em 2001	7
1.6 - População Residente no Concelho de Oeiras Segundo o Estado Civil e o Sexo (1991-2001)	8
1.7 - Famílias Clássicas Residentes no Concelho de Oeiras segundo a sua Dimensão entre 1991 e 2001	9
1.8 - Famílias clássicas residentes segundo dimensão, em 2001	10
1.9 – Núcleos Familiares, Alojamento e Edifícios nas Freguesias do Concelho de Oeiras, em 2001	11
1.10 - Famílias Clássicas e Pessoas Residentes nestas, Segundo o escalão Etário e a Situação Perante a Actividade Económica, por Tipo de família na Base da estrutura Etária dos seus Membros e Número de Crianças, no Concelho de Oeiras (2001)	12
1.11 - Alguns Indicadores Demográficos em 2001	13
1.12 - População residente segundo as Migrações (relativamente a 31/12/95), por concelhos da Grande Lisboa, em 12/03/2001	13
1.13 – População estrangeira residente no concelho de Oeiras segundo o sexo e o grupo etário, em 2001	14
1.14 – População estrangeira residente no concelho de Oeiras segundo o continente de origem e o grupo etário, em 2001	15
1.15 – População estrangeira residente no concelho de Oeiras segundo a nacionalidade ou origem geográfica, o sexo e o grupo etário, em 2001	16

II – HABITAÇÃO

2.1. Famílias Clássicas, Alojamentos Familiares Clássicos e Edifícios Clássicos por freguesia, no concelho de Oeiras, em 2001	19
2.2 Famílias Clássicas, Alojamentos Familiares e Edifícios por freguesia, no concelho de Oeiras em 2001	20
2.3 Taxa de Variação de Famílias clássicas, Alojamentos Familiares clássicos e Edifícios clássicos, no concelho de Oeiras, por freguesia, entre 1991 e 2001	21
2.4 Alojamentos, Famílias, Pessoas Residentes e Pessoas Presentes, Segundo o Tipo de Alojamento, a Forma de Ocupação dos Alojamentos Familiares Clássicos e o Tipo de Edifício onde se Situa estes Últimos Quando Residência Habitual no Concelho de Oeiras (2001)	22
2.7 Distribuição segundo o tipo de alojamento e dos alojamentos clássicos	24
2.5 Alojamentos Familiares Clássicos Vagos e/ou de Uso Sazonal ou Secundário, por freguesia, no concelho de Oeiras, em 2001	22

2.6 Peso Relativo dos Alojamentos Familiares Clássicos Vagos e/ou de Uso Sazonal ou Secundário sobre o total de Alojamentos familiares clássicos, por freguesia, no concelho de Oeiras, em 2001	23
2.8 Alojamentos, Famílias, Pessoas Residentes e Pessoas Presentes nos Alojamentos Clássicos no Concelho de Oeiras (2001)	25
2.9 Alojamentos Familiares Ocupados como Residência Habitual, segundo as Instalações Existentes (Electricidade e Sanitárias) nos Alojamentos do Concelho de Oeiras (2001)	26
2.10 Alojamentos Familiares Ocupados como Residência Habitual, segundo as Instalações Sanitárias nos Alojamentos do Concelho de Oeiras	26
2.11 Alojamentos Familiares Ocupados como Residência Habitual, segundo as Instalações Existentes (Água Canalizada, Instalação de Banho ou Duche e Sistema de Aquecimento) nos Alojamentos do Concelho de Oeiras, em 2001	26
2.12 Alojamentos Clássicos, Segundo a forma de Ocupação, Famílias e Pessoas Residentes, por Época de Construção do Edifício no Concelho de Oeiras	27
2.13 Edifícios, Segundo a Época de Construção, no Concelho de Oeiras (2001)	28
2.14 Edifícios, Segundo o Número de Pavimento na Grande Lisboa (2001)	28
2.15 Edifícios, Segundo o Número de Pavimento na Grande Lisboa (2001)	29
2.16 Edifícios, Segundo o Número de Pavimentos, por Tipo de Edifícios e Número de Alojamentos no Concelho de Oeiras (2001)	30
2.17 Edifícios, Segundo o Número de Pavimentos, por Tipo de Edifícios no Concelho de Oeiras em 2001 (%)	30
2.18 Edifícios, Segundo a Época de Construção, por Estado de Conservação no Concelho de Oeiras (2001)	31
2.19 Edifícios, Segundo a Época de Construção, por Estado de Conservação no Concelho de Oeiras (2001)	31
2.20 Edifícios, Segundo a Época de Construção, por Estado de Conservação no Concelho de Oeiras (2001)	31
2.21 Edifícios Segundo o Número de Pavimentos por Acessibilidade e por Mobilidade Condicionada e Existência de Elevador no Concelho de Oeiras (2001)	32
2.22 Edifícios Segundo o Número Alojamentos, por existência de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Oeiras (2001)	32
2.23 Programas de habitação social por freguesia e n.º de alojamentos	34
2.24 Habitação social por freguesia	35
2.25 – AUGI's, no concelho de Oeiras, segundo o n.º de habitantes, n.º de fogos, n.º de lotes, n.º de lotes com construção, n.º de construções licenciadas e n.º de construções com licença de utilização, em 2002	37

III – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

3.1 Número de Empresas com Sede nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa segundo CAE3, em 31.12.2001	45
3.2 Número de Sociedades com Sede nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa segundo CAE3, em 31.12.2001	45
3.3 Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa segundo CAE3, em 31.12.2001	46
3.4 Principais Parques de Ciência e Tecnologia e Zonas Económicas do Concelho de Oeiras	47
3.5 População Residente com 15 ou mais anos por Condição Perante a Actividade Económica, Sexo e Grupos Etários nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	48
3.6 População residente com actividade económica, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante a actividade económica (sentido lato) nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	49
3.7 População residente sem actividade económica, com 15 ou mais anos, segundo condição perante a actividade económica nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	50
3.8 Taxa de Actividade, segundo sexo nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 1991 e 2001	50
3.9 População residente, com 15 ou mais anos, segundo principal meio de vida nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	51
3.10 População Residente Segundo Grupo Sócio-económico e Sexo nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	51
3.11 População residente empregada, segundo grupos de profissões nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	53
3.12 População residente economicamente activa (sentido lato) e empregada, segundo o ramo de actividade económica nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	53
3.13 População residente, empregada, segundo sector de actividade económica nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	54
3.14 Taxa de Desemprego (sentido lato), segundo estrutura sexual nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 1991 e 2001	54
3.15 População Residente Desempregada (sentido lato), segundo condição de procura de emprego e sexo nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	55
3.16 População residente, desempregada em sentido lato, segundo grandes grupos etários nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	55
3.17 População residente, desempregada em sentido lato, segundo a condição de procura de emprego nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	55

3.18 População residente, desempregada em sentido lato, segundo o nível de instrução, em 2001	56
3.19 População residente desempregada em sentido lato, segundo o principal meio de vida nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001	56
3.20 Beneficiários e novos beneficiários com prestações de desemprego, segundo o sexo, no Concelho de Oeiras, em 2001 e 2002	57
3.21 Montantes médios processados (2002), na Grande Lisboa	58

IV – SAÚDE: UM BREVE BALANÇO

4.1 Indicadores de saúde em 2001	59
4.2 Natalidade, mortalidade e excedentes de vida (‰)	60
4.3 Médicos por concelho de residência em 2001	61
4.4 Médicos por concelho de residência em 2001	62
4.5 Centros de Saúde e suas Extensões de Saúde	62
4.6 Centros de saúde e Extensões de Saúde por Concelho	63
4.7 População total e Centros de Saúde	64
4.8 Distribuição dos Utentes pelos Centros de Saúde	64
4.9 Utentes nos Centros de Saúde e suas Extensões do Concelho de Oeiras	65
4.10 Utentes inscritos com cartão de utente nos Centros de Saúde do Concelho de Oeiras	66
4.11 Utentes inscritos nos Centros de Saúde com e sem médico de família	66
4.12 Camas, consultas e internamentos em Centros de Saúde	67
4.13 Consultas efectuadas nos Centros de Saúde e suas Extensões, em 2001	67
4.14 Consultas efectuadas nos Centros de Saúde e suas Extensões, em 2001	68
4.15 Pessoal ao serviço	69
4.16 Distribuição do pessoal ao serviço nos Centros de Saúde do Concelho de Oeiras	69
4.17 Rácio Utentes / Profissional em 2001	69
4.18 Consultas entre 1997 e 2001 por tipos no Centro de Saúde de Carnaxide	70
4.19 Consultas de clínica geral no Centro de Saúde de Carnaxide e suas extensões	71
4.20 Consultas efectuadas no Centro de Saúde de Carnaxide e suas extensões por especialidade entre 1997 e 2002	72
4.21 Actos de enfermagem entre 1997 e 2002 no Centro de Saúde de Carnaxide	73

4.22 Consultas efectuadas por programa de saúde no Centro de Saúde de Oeiras entre 1998 e 2002	75
4.23 Consultas efectuadas por especialidade no Centro de Saúde de Oeiras entre 1998 e 2002	76
4.24 Actos de enfermagem no Centro de Saúde de Oeiras entre 1997 e 2002	76
4.25 Grupos profissionais presentes no Centro de Saúde de Oeiras e suas Extensões de Saúde	77
4.26 Infra-estruturas complementares de saúde em 2001 (estabelecimentos farmacêuticos)	78
4.27 Infra-estruturas complementares de saúde em 2001 (Postos médicos)	79
4.28 Distribuição do pessoal ao serviço em Centros de Saúde, Extensões de Saúde e postos médicos	79
4.29 Infra-estruturas Hospitalares Existentes em 1998	82
4.30 Consultas Efectuadas nos Hospitais, Segundo as Especialidades, em 1998	82
4.31 Consultas efectuadas no HSFx, segundo a origem do utente, em 2000	83
4.32 População Residente Segundo o Tipo de Deficiência no Concelho de Oeiras (2001)	84
4.33 População Residente com Deficiência, segundo o Grau de Incapacidade e Sexo no Concelho de Oeiras (2001)	85
4.34 Equipamentos de Intervenção junto da população portadora de deficiência por freguesia, segundo o tipo de resposta em 2002	85
4.35 Peso relativo das respostas sociais na área e distribuição dos utentes	86
4.36 Taxas de cobertura dos serviços	87
4.37 População atendida do Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Oeiras, segundo o Grupo Etário e o Sexo (2000)	88
4.38 População atendida do Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Oeiras, segundo a Zona de Residência (2000)	88
4.39 Distribuição por freguesia da população com origem no concelho	89
4.40 Pessoal ao Serviço no Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Oeiras (2000)	90

V – PANORAMA SÓCIO-EDUCATIVO

5.1 Nível de Instrução da População Residente no Concelho de Oeiras, na Grande Lisboa, na Região de Lisboa e Vale do Tejo e em Portugal, (valores em percentagem) (2001)	93
5.2 - População Residente Segundo a Taxa de Analfabetismo, nos concelhos da Grande Lisboa, na Grande Lisboa, na Região de Lisboa e Vale do Tejo e em Portugal (2001)	94

5.3 População Residente segundo o nível de instrução no Concelho de Oeiras e na Grande Lisboa, em 2001	95
5.4 Taxas de saída antecipada, taxas de saída precoce e taxas de abandono escolar no Ensino Básico nos concelhos da Grande Lisboa, em 2001 (em percentagem)	95
5.5 População Residente segundo a qualificação académica por grupo etário no Concelho de Oeiras, em 2001	96
5.6 Estabelecimentos de ensino no Concelho de Oeiras, segundo tutela e níveis de ensino ministrado em 2003/2004	98
5.7 População em frequência nos estabelecimentos de ensino regular (Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e Secundário) do Concelho de Oeiras, segundo freguesia e nível de ensino, em 2003/04	100
5.8 Evolução da população em frequência nos estabelecimentos de ensino regular (Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e Secundário) do Concelho de Oeiras, segundo tutela, entre 1997/98 e 2003/04	100
5.9 Equipamentos de ensino Pré-Escolar do Concelho de Oeiras, segundo tutela, no ano lectivo de 2003/2004	101
5.10 População em frequência nos equipamentos de ensino Pré-Escolar do Concelho de Oeiras, segundo tutela, no ano lectivo de 2003/2004	102
5.11 Evolução da população em frequência nos equipamentos do Pré-Escolar do Concelho de Oeiras	103
5.12 População Residente em Idade Pré-Escolar e Taxa de cobertura, por freguesia e Tutela, em 2000/2001	104
5.13 Taxas de ocupação, capacidade e média de crianças por equipamento Pré-Escolar, segundo tutela, no Concelho de Oeiras, em 2003/ 2004	105
5.14 Estabelecimentos de ensino com o 1º ciclo do Concelho de Oeiras, segundo tutela, no ano lectivo de 2003/2004	106
5.15 População em frequência nos estabelecimentos de ensino básico com o 1º ciclo do Concelho de Oeiras, segundo tutela, no ano lectivo de 2003/2004	107
5.16 Evolução da população em frequência nos estabelecimentos de ensino básico com o 1º ciclo do Concelho de Oeiras, segundo tutela, entre 1997/98 e 2003/04	107
5.17 População Residente em Idade de 1º ciclo e Taxa bruta de escolarização, por freguesia e Tutela, em 2000/2001	108
5.18 Nº de salas, capacidade, taxas de ocupação e médias de alunos nos estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo público, segundo freguesia, em 2003/2004	109
5.19 Número de escolas públicas do 1.º ciclo do Ensino Básico do Concelho de Oeiras, segundo regime de funcionamento, em 2003/2004	110
5.20 População em frequência nas escolas públicas com o 2º e 3º ciclos do ensino básico do Concelho de Oeiras, segundo freguesia, no ano lectivo de 2003/2004	111
5.21 Evolução da população em frequência nas escolas públicas com o 2º e 3º ciclos do ensino básico do Concelho de Oeiras, segundo tutela, entre 1997/98 e 2003/04	111

5.22 População residente em idade de 2º e 3º ciclos e Taxa bruta de escolarização no Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2003/2004	113
5.23 Taxas de ocupação e capacidade nas escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico do Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2003/2004	113
5.24 População em frequência nas Escolas Secundárias do Concelho de Oeiras, segundo freguesia, no ano lectivo de 2003/2004	114
5.25 Evolução da população em frequência nas escolas com o 2º e 3º ciclos do ensino básico do Concelho de Oeiras, segundo tutela, entre 1997/98 e 2003/04	115
5.26 Taxas de ocupação e capacidade nas escolas secundárias do Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2003/2004	115
5.27 População estudantil dos estabelecimentos de ensino do Concelho de Oeiras, com necessidades educativas especiais prolongadas, segundo nível de ensino, em 2003/04	117
5.28 Cursos de Ensino Recorrente no Concelho de Oeiras, por nível de ensino, em 2002/2003	118
5.29 Formandos, formando certificados e formadores em cursos do ensino recorrente do 1º e do 2º ciclo no Concelho de Oeiras, em 2002/2003	118
5.30 Cursos extra-escolar no Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2002/2003	119
5.31 Formandos, formando certificados e formadores em cursos do extra-escolar no Concelho de Oeiras, em 2002/2003	119

VI – ACÇÃO SOCIAL

6.1 Equipamentos e Serviços de IPSS's destinados a Crianças e Jovens com acordo de cooperação com a Segurança Social em 2002	121
6.2 N.º de Amas e Crianças colocadas em amas, no Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2002	124
6.3 N.º de Processos e Crianças / jovens abrangidos	125
6.4 Crianças e/ou Jovens Acompanhados pela C.P.C.J. em 2002, segundo o Sexo e a Problemática Dominante, no Concelho de Oeiras	126
6.5 Processos Instaurados, Segundo o Sexo e a Idade das Crianças e Jovens Acompanhados pela C.P.C.J. no Concelho de Oeiras (2002)	126
6.6 Processos Instaurados Segundo o nível de Escolaridade das Crianças e Jovens Acompanhados pela C.P.C.J. no Concelho de Oeiras (2002)	127
6.7 Processos instaurados: agregados com quem vivem as crianças/jovens Acompanhados pelas C.P.C.J. de Oeiras em 2001	128
6.8 Processos Instaurados, Segundo as entidades sinalizadoras das situações de risco à C.P.C.J. de Oeiras em 2002	128
6.9 Modalidades de contacto na sinalização das situações de risco à C.P.C.J. de Oeiras em 2002	129

6.10 Processos Instaurados, segundo as Medidas Aplicadas pela C.P.C.J. no Concelho de Oeiras em 2002	129
6.11 Distribuição dos pensionistas em 2002	130
6.12 Distribuição das pensões pagas em 2002	130
6.13 Distribuição da pensão média mensal paga pela Segurança Social em 2002	130
6.14 Crescimento dos pensionistas entre 2001/2002	131
6.15 Equipamentos e Serviços no âmbito da Segurança Social destinados à população Idosa, por Freguesia (2002)	131
6.16 N.º de situações sinalizadas pelo 144, no Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2002	133
6.17 N.º de atendimentos de acção social e processos com intervenção, no Concelho de Oeiras, por Freguesia, em 2002	134
6.18 N.º de famílias com apoio económico de acção social, no Concelho de Oeiras, por Freguesia, em 2002	135
6.19 N.º de famílias com apoio económico de acção social por rubrica orçamental, no Concelho de Oeiras, por Freguesia, em 2002	136
6.20 Beneficiários do RMG / RSI, segundo o sexo e a idade, em 2002	138
6.21 Distribuição dos beneficiários do RMG segundo o tipo de família em 2002	139
6.22 Distribuição dos beneficiários do RMG segundo o valor da prestação em 2002	139
6.23 Distribuição dos beneficiários do RMG segundo a duração da prestação em 2002	140
6.24 Distribuição dos beneficiários do RMG segundo o escalão de rendimento mensal em 2002	140
6.25 Requerimentos de R.MG/RSI por freguesia do Concelho de Oeiras em 2002	141
6.26 Distribuição dos requerimentos de R.M.G./RSI por freguesias do Concelho de Oeiras em 2002	141
6.27 N.º de Processos de R.M.G entrados na Comissão Local de Acompanhamento do Concelho de Oeiras para Informação Social, por freguesia, em 2002	142
6. 28 N.º de acordos de inserção de R.M.G/RSI assinados por Freguesias do Concelho de Oeiras em 2002	142
6.29 N.º de Processos de RMG/RSI em acompanhamento por Freguesias do Concelho de Oeiras em 2002	143
6.30 N.º de acordos de inserção de R.M.G./RSI activos por Freguesias do Concelho de Oeiras em Abril de 2003	143

VII – JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

7.1 N.º de crimes ocorridos no Concelho de Oeiras, em 2000, segundo a força policial	148
7.2 N.º de crimes ocorridos no concelho de Oeiras, em 2000, segundo o mês, a força policial e a zona de intervenção	148
7.3 N.º de crimes ocorridos no concelho de Oeiras em 2000, registados pela PSP, segundo a zona de intervenção	149
7.4 Tipologia dos crimes registados pela PSP, no concelho de Oeiras, em 2000	149

ÍNDICE DE GRÁFICOS

I - DINÂMICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E SÓCIO-FAMILIARES

1.1 – Evolução da População residente no concelho de Oeiras, entre 1991 e 2001	2
1.2 População residente no concelho de Oeiras por freguesias em 1991	4
1.3 População residente no concelho de Oeiras por freguesias em 2001	4
1.4 – Evolução do índice de envelhecimento no concelho de Oeiras, entre 1991 e 2001	5
1.5 - População residente segundo os grandes grupos etários no concelho de Oeiras entre 1991 e 2001	6
1.6 - População residente segundo o estado civil no concelho de Oeiras entre 1991 e 2001	7
1.7 – Famílias clássicas residentes no concelho de Oeiras, entre 1991 e 2001	8

II – HABITAÇÃO

2.1 - Alojamentos de habitação social por freguesia	35
2.2 - Produção anula de fogos (Habitação Social)	36
2.3 - Distribuição da população por idades (Habitação Social)	36
2.4 - Origem da população (Habitação Social)	37
2.5 - N.º de Habitantes por AUGI, no concelho de Oeiras, em 2002	38
2.6 - N.º de fogos por AUGI, no concelho de Oeiras, em 2002	39
2.7 - Relação habitantes por fogo construído em AUGI, no concelho de Oeiras, em 2002	39
2.8 - AUGI's no concelho de Oeiras, por freguesia, em 2002	40
2.9 - Habitantes em AUGI's no concelho de Oeiras em 2002	40
2.10 - Fogos em AUGI's no concelho de Oeiras em 2002	41

III – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

IV – SAÚDE, UM BALANÇO

4.1- Total de profissionais ao serviço no centro de saúde de Carnaxide e suas extensões	73
---	----

4.2- População atendida no CAT Oeiras segundo o concelho de origem	89
--	----

V – PANORAMA SÓCIO-EDUCATIVO

5.1 - Evolução da população em frequência nos estabelecimentos do ensino regular (Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e Secundário) do concelho de Oeiras	100
5.2 - Evolução da população em frequência nos equipamentos de Pré-Escolar do Concelho de Oeiras	103
5.3 Evolução da população estudantil nas escolas básicas do 1º ciclo do Concelho de Oeiras	107
5.4 - Evolução da população em frequência nas escolas básicas com o 2º e 3º ciclos do Concelho de Oeiras	112
5.5. - Evolução da população em frequência nas escolas secundárias do Concelho de Oeiras	115

VI – ACÇÃO SOCIAL

6.1 - Distribuição dos beneficiários do RMG/RSI pelos concelhos da GL.	137
6.2 - Distribuição dos beneficiários do RMG/RSI no concelho de Oeiras, por sexo	138
6.3 - Distribuição dos beneficiários do RMG/RSI no concelho de Oeiras, segundo o grupo etário	138

VII – JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Relação de Fontes e Bibliografia

- Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo, 2000, ed. INE, Lisboa, 2001;
- Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo, 2001 ed. INE, Lisboa, 2002;
- Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo, 2002 ed. INE, Lisboa, 2003;
- Carta da Saude do concelho de Oeiras, CMO, Oeiras, 2003;
- Censos 1991 (Resultados definitivos), ed. INE, Lisboa, 1992;
- Censos 2001 (Resultados provisórios e Resultados definitivos), ed. INE, Lisboa, 2002;
- Divisão de Assuntos Sociais, CMO;
- Divisão de Educação, CMO;
- Divisão de Habitação, CMO;
- Gabinete de Desenvolvimento Municipal, CMO;
- Inventário Municipal de 1998, ed. INE, Lisboa;
- ISSS-CDSSS, serviço local de Oeiras;
- Oeiras, Factos e Números, ed. CMO, Oeiras, 2003;
- Portugal Social, 1991-2001, ed. INE, Lisboa, 2003.

INTRODUÇÃO

O CEIA/CESDET, por solicitação da Câmara Municipal de Oeiras, acordou na realização de componentes básicas para um Diagnóstico sobre a realidade social do concelho, no sentido de contribuir para condições qualitativas na produção e desenvolvimento de políticas municipais esclarecidas no quadro do Programa da Rede Social e em direcção à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do concelho.

Num compromisso circunscrito e limitado, foi adoptado um modelo que assegura a estruturação de uma **base de objectivação com dados estruturais e conjunturais (propícia às reactualizações)**, tendo em conta um conjunto dinâmico de **indicações provenientes das fontes centrais oficiais e das fontes locais** relacionadas com os serviços autárquicos e com o Núcleo Executivo do CLAS.

Chega-se assim a uma primeira fixação de um chamado **Pré-Diagnóstico**, já afinado pelos principais interlocutores envolvidos, que deve ter como sequências um primeiro estabelecimento de prioridades, definidas de forma mais interactiva e participativa, a que se seguirão outras operações, quer nas sucessivas afinações, quer nas dinâmicas organizativas da Rede, quer ainda na formulação de Linhas de Orientação, Objectivos, Estratégias e Plano de Acção para a primeira estruturação do Plano de Desenvolvimento Social.

Esta fase de diagnóstico descritivo e objectivista não se tem limitado a reunir e a sistematizar os dados fornecidos e, para além disso, foi interagindo com as fontes e com os informadores privilegiados, num processo de **esclarecimento diagnóstico**, de forma a permitir apuramentos, afinações e informações acrescentadas.

Este estudo de Pré-Diagnóstico baseou-se na **identificação, recolha e sistematização da informação pertinente e disponível** mas dispersa e, muitas vezes, desconcertada, no sentido de se criarem condições para **visibilidades técnicas** sobre as **"variáveis alteráveis"** que sejam pertinentes para ter em conta no PDS do Concelho de Oeiras.

A estrutura do documento está directamente relacionada com a necessidade de conhecimento alargado da realidade concelhia, em particular das dimensões

sociais, que são procuradas transversalmente nos diversos sectores que interagem com a qualidade do sistema social.

Foram previstas duas fases para o conjunto do Estudo: o **Pré-Diagnóstico** (de base institucional) que aqui se apresenta e se traduz neste Estudo Concelhio, que deve continuar a ser afinado, e uma fase de **Diagnóstico Participativo centrado nas Prioridades**, que será realizada através de uma série de pequenos seminários focados nas dinâmicas e sensibilidades "de terreno" em problemáticas eleitas como pertinentes, que permitirá um documento anexo com a enunciação do elenco de Prioridades que resultarem dessa operação.

Trata-se de um processo que pretende **utilidade social imediata** e é evidente que estes resultados são **sempre provisórios**, porque poder-se-ia continuar imparavelmente a corrigir, a melhorar e a apurar objectividades mais refinadas. Este resultado representa **quase tudo o que, no início de 2004, é possível saber**, criteriosa e sistematicamente, acerca do "social" na escala do concelho, com base nas informações e dados que estão disponíveis nas fontes centrais e nos serviços públicos de carácter concelhio e já integra diversos "valores acrescentados" em termos de apuramentos e esclarecimentos que foram provocados pela realização deste Estudo de carácter descritivo.

Há outras componentes que são importantes nestes processos de investigação diagnóstica e que ainda não estão resolvidas, nesta fase, no processo da Rede Social do concelho de Oeiras, nomeadamente:

- Diagnósticos por Freguesias;
- Estudos sectoriais específicos qualitativos sobre problemáticas de "preocupação social" num quadro prospectivo para a Rede Social;
- Sistematização do conjunto total de recursos organizativos e humanos, bem como dos Projectos em curso e/ou em preparação, no âmbito da intervenção social e das políticas sociais;
- Secção ou capítulo dedicado aos Comportamentos e Recursos Cívicos, onde se possa percepcionar as práticas, dinâmicas e recursos associativos, as práticas de voluntariado e de serviço à comunidade, as práticas participativas de bem-estar e qualidade de vida (desporto, recreação e acção cultural) e os comportamentos eleitorais;
- "Inserts" ou "caixas" em que se apresentem ilustrações casuísticas e problemáticas com base em trabalhos qualitativos de incidência local ou de focagem em problemáticas específicas;

- Elenco de Fontes e uma estruturação da Base Contínua de Dados, com indicações sobre os processos operativos para a sua sistemática actualização e qualificação (que alimente periódicas oportunidades de reflexividade e monitorização/avaliação), de forma a materializar um dos ramos do chamado Sistema de Informação.

No entanto, deve realçar-se que houve sistematicamente a preocupação de estruturar e organizar os dados de forma a poderem, desde já, constituir (com os reajustamentos considerados convenientes) um **sistema de indicadores uniformizado** para todos os agentes e responsáveis pelas políticas sociais locais e que é suposto ser adoptado nos vários sectores em análise e ser objecto de um **processo contínuo e regular de actualização e aperfeiçoamento**. Um dos contributos deste trabalho pode ser a constituição de uma primeira **Bateria de Indicadores Controláveis nas políticas sociais locais**.

Num documento desta natureza, seria precipitado avançar com perspectivas mais analíticas, uma vez que se tem estado na fase de estabilizar indicadores e fontes, com a preocupação das inter-conexões transversais, mas não se desenvolveram ainda as operações mais qualitativas entre parceiros relevantes, que devem assegurar a incorporação desta componente do diagnóstico e permitir uma consensualização das visões e opções sobre o desenvolvimento social concelhio.

I - DINÂMICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS E SÓCIO-FAMILIARES

Área Metropolitana de Lisboa



Concelho de Oeiras



O Concelho de Oeiras encontra-se integrado na Área Metropolitana de Lisboa (AML), que engloba 19 concelhos: 10 na margem Norte do Tejo (dos quais 8 constituem o NUT III da Grande Lisboa) e 9 na margem Sul (que constituem o NUT III da Península de Setúbal).

O Concelho de Oeiras confina a Este com o Concelho de Lisboa, a Oeste com o Concelho de Cascais e a Norte com os concelhos de Sintra e Amadora. Em termos territoriais, o Concelho de Oeiras abrange uma área de 45,84 Km² (4,23% da Grande Lisboa; 1,47% da AML). Actualmente o concelho é composto por 10 freguesias: Barcarena, Carnaxide, Oeiras/São Julião da Barra, Paço de Arcos, Algés, Cruz Quebrada/Dafundo, Linda-a-Velha, Porto Salvo, Queijas e Caxias.

Nos últimos Censos de 2001, o Concelho de Oeiras contabilizou **162.128** residentes, reflectindo uma **evolução de +7,1% face a 1991**. Em termos demográficos, no Concelho de Oeiras é possível discernir três períodos distintos

desde a década de 60: até 1970, um crescimento populacional muito acentuado, tendo quase duplicado o total de residentes (180.215, até hoje o contingente mais elevado de indivíduos a residir no concelho); o período compreendido entre 1970 e 1981, em que o Concelho de Oeiras decresceu em cerca de 30 mil habitantes, na sequência da constituição do Concelho da Amadora¹, que passou a abranger áreas anteriormente afectas ao Concelho de Oeiras; e, a partir de 1981 até 2001, tem-se verificado uma evolução positiva (mais 1,7% entre 1981 e 1991 e mais 7,1% entre 1991 e 2001), indiciando um reforço do poder de atracção do concelho no contexto da AML.

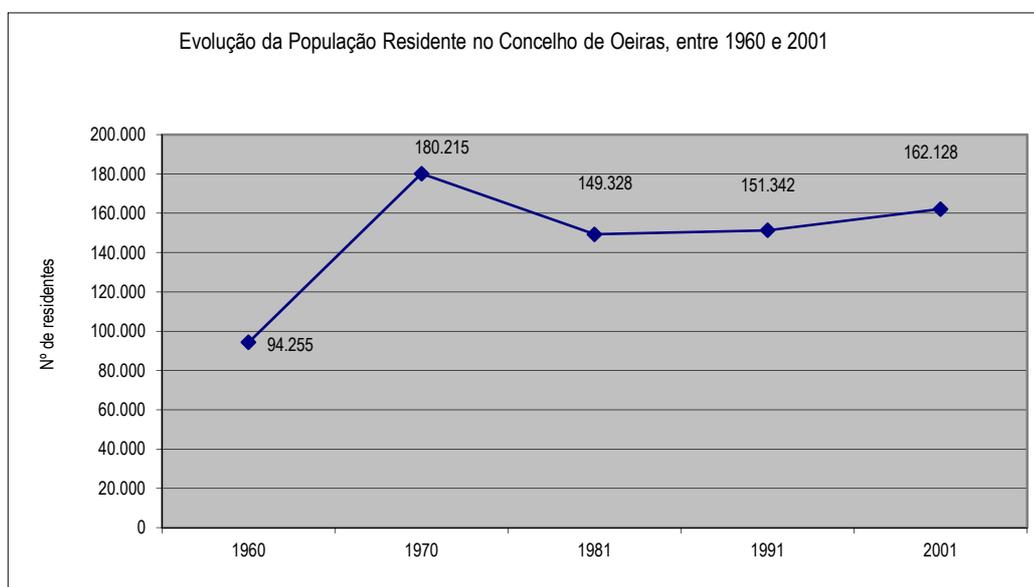


Gráfico 1.1 – Fonte: INE, Censos 2001.

Comparando com os concelhos vizinhos, é destacar que Oeiras registou um crescimento percentual superior aos de Lisboa e Amadora e inferior aos de Cascais e Sintra. Além disso, acrescente-se o facto do crescimento populacional verificado em Oeiras ter sido praticamente o dobro do constatado na totalidade da Grande Lisboa.

Em 2001, o Concelho de Oeiras tinha um peso populacional de 7,1% do total da Grande Lisboa e de 6,1% do total da Área Metropolitana de Lisboa, valores inferiores aos registados nos quatro concelhos vizinhos.

¹ Datada de 11 de Setembro de 1979

1.1 – Evolução da População Residente no Concelho de Oeiras, nos concelhos limítrofes, na Grande Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa (1960-2001)						
	1960	1970	1981	1991	2001	1991-2001 (var.)
Concelho de Oeiras	94.255	180.215	149.328	151.342	162.128	7.1%
Concelho de Cascais	59.617	92.360	141.498	153.294	170.683	11.3%
Concelho de Sintra	79.964	124.400	226.428	260.951	363.749	38.4%
Concelho da Amadora	--	--	--	181.774	175.872	-3.2%
Concelho de Lisboa	801.155	760.150	807.937	663.394	564.657	-14.9%
Grande Lisboa	--	--	--	1.880.215	1.947.261	3.6%
Área Metropolitana de Lisboa	1.523.125	1.781.360	2.502.044	2.520.708	2.661.850	5.6%

Fonte: INE, Censos (1960, 1970, 1981, 1991, 2001)

Na última década, o Concelho de Oeiras tem sido alvo de várias redefinições no seu elenco de freguesias. Em 1993, surgiram 5 novas freguesias: Algés, Cruz Quebrada/Dafundo, Linda-a-Velha, Porto Salvo e Queijas. Em meados de 2002, surge a Freguesia de Caxias² que ocupa uma área anteriormente incluída na Freguesia de Paço de Arcos.

Das 10 actuais freguesias, são de destacar, em termos demográficos, a Freguesia de Oeiras/São Julião da Barra com perto de 35% da população global, seguindo-se Linda-a-Velha e Carnaxide com pesos relativos ligeiramente acima dos 13%. Em situação distinta, encontram-se as freguesias da Cruz Quebrada/Dafundo (4,1%), Queijas e Caxias (cada uma com 5,4%).

1.2 - População Residente no Concelho de Oeiras, por Freguesia (1991-2001)					
Freguesias	População residente		Área (em Km ²)		População residente por Km ²
	N	%	N	%	
Algés	19.542	12,1%	1,92	4,2%	10178,1
Barcarena	11.847	7,3%	9,01	19,7%	1314,9
Carnaxide	21.354	13,2%	6,44	14,0%	3315,8
Caxias	8.694	5,4%	3,41	7,4%	2549,6
Cruz Quebrada/Dafundo	6.591	4,1%	3,00	6,5%	2197,0
Linda-a-Velha	21.952	13,5%	2,32	5,1%	9462,1
Oeiras/São Julião da Barra	34.851	21,5%	6,63	14,5%	5256,6
Paço de Arcos	14.802	9,1%	3,49	7,6%	4241,3
Porto Salvo	13.724	8,5%	7,35	16,0%	1867,2
Queijas	8.771	5,4%	2,27	5,0%	3863,9
Concelho	162.128	100,0%	45,84	100,0%	3536,8

Fonte: INE, Censos 2001.

² A constituição da freguesia data de 3 de Junho de 2002.

Dividindo o território concelhio pelo eixo estruturante da auto-estrada A5, é possível constatar que as freguesias a Norte (Porto Salvo, Barcarena, Queijas e Carnaxide) ocupam uma área superior (25,07 Km², cerca de 55% do território do concelho), embora, em termos populacionais, registem um peso relativo de 34,4%. Exceptuando a Freguesia de Queijas, as restantes 3 freguesias a Norte encontram-se no grupo das 4 com maior área territorial. No global, a zona a Norte apresenta uma densidade populacional de 2221,6 indivíduos por Km². Por seu turno, as freguesias a Sul (do frequentemente classificado “eixo da linha”), apesar de ocuparem uma área inferior (20,77 Km², 45,3%), tem um maior peso demográfico (cerca de 2/3 da população concelhia). Exceptuando a Freguesia de Oeiras/São Julião da Barra (a terceira maior em área), as restantes freguesias ocupam áreas inferiores a 3,5 Km². Este quadro configura uma densidade populacional muito superior na zona Sul do concelho: 5.124,3 indivíduos por Km², mais do dobro face à zona a Norte. Relativamente ao concelho, note-se que a densidade populacional se cifra nos 3536,8 indivíduos por Km², mais do dobro registado na globalidade da Grande Lisboa.

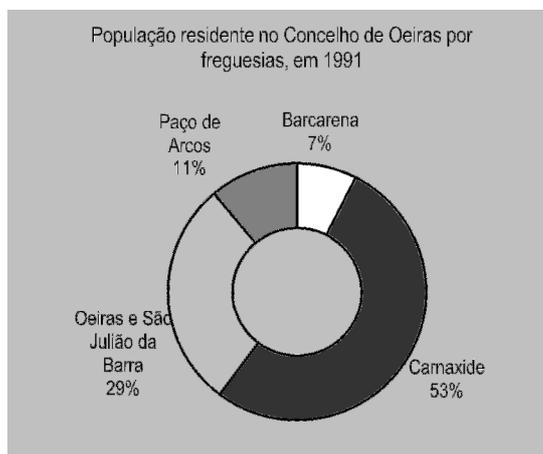


Gráfico 1.2 População residente no concelho de Oeiras por freguesias em 1991
Fonte: INE, Censos 2001.

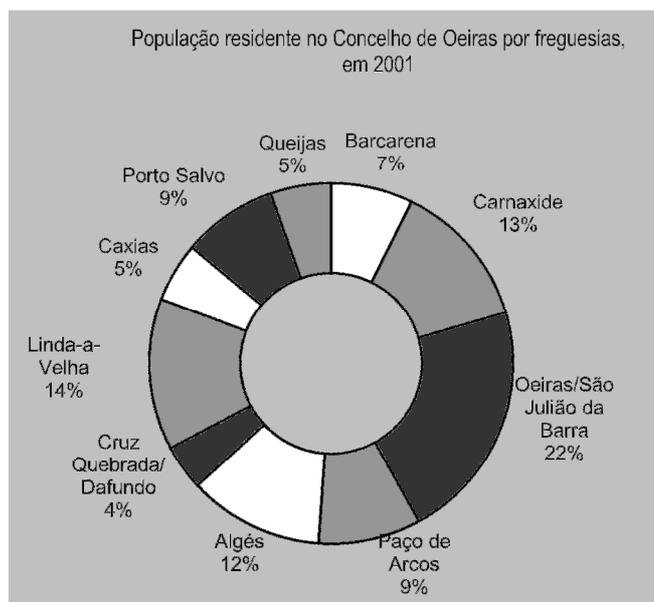


Gráfico 1.3 População residente no concelho de Oeiras por freguesias em 2001
Fonte: INE, Censos 2001.

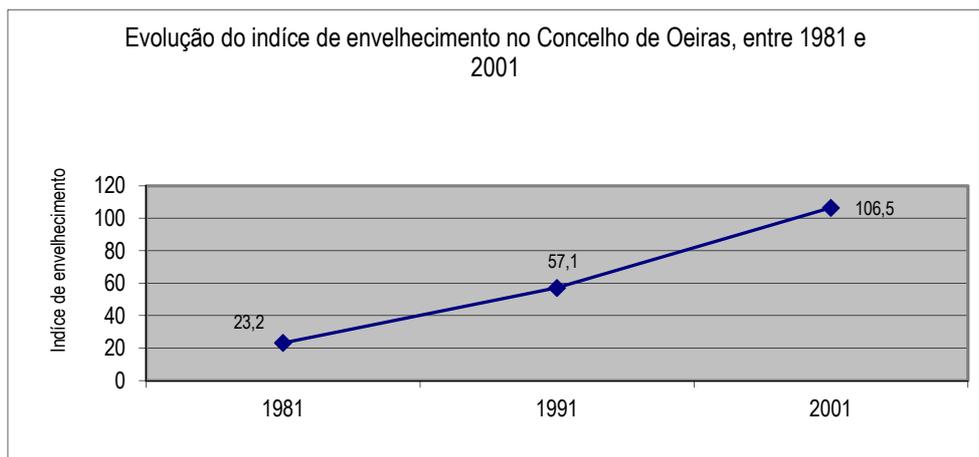


Gráfico 1.4 - Fonte: INE, Censos 2001.

Seguindo as tendências verificadas na maioria dos concelhos da Grande Lisboa, constata-se **um acentuado fenómeno de envelhecimento da população residente** no Concelho de Oeiras. Tomando como referência o **índice de envelhecimento**³, verifica-se que, em 1981, o Concelho de Oeiras tinha uma população jovem (índice de 23,2); no período intercensitário seguinte, passou a ter uma população ligeiramente envelhecida (57,2); e, na actualidade, **apresenta uma condição global de população muito envelhecida (106,5)**. No conjunto dos 8 concelhos da Grande Lisboa (com um índice de 107,3), **Oeiras é, a seguir ao Concelho de Lisboa (203,4), o segundo concelho com o maior índice de envelhecimento.**

Durante o último período intercensitário, no Concelho Oeiras registou-se um **forte decréscimo populacional nos grupos etários mais jovens**, com especial destaque para os que têm **entre 0 e 14 anos (uma evolução negativa de -18,2%; menos 5.043 indivíduos)**. **O grupo etário dos 15 aos 24 anos apresenta uma diminuição de 10,5%**. Em sentido contrário, nota-se um **aumento significativo** das faixas etárias mais altas, nomeadamente **na população com mais de 65 anos que apresenta uma variação positiva de 52,6%** - em 1991, eram 15.827 e, em 2001, são 24.153.

³ Os índices de envelhecimento resultam do seguinte cálculo: "População com mais de 65 anos" / "População até aos 14 anos" X 100. Relativamente ao índice consideram-se as seguintes leituras: menos de 40 – *População Jovem*; entre 41 e 50 – *População Ligeiramente Envelhecida*; entre 51 e 100 – *População Tendencialmente Envelhecida*; e mais de 100 – *População Muito Envelhecida*.

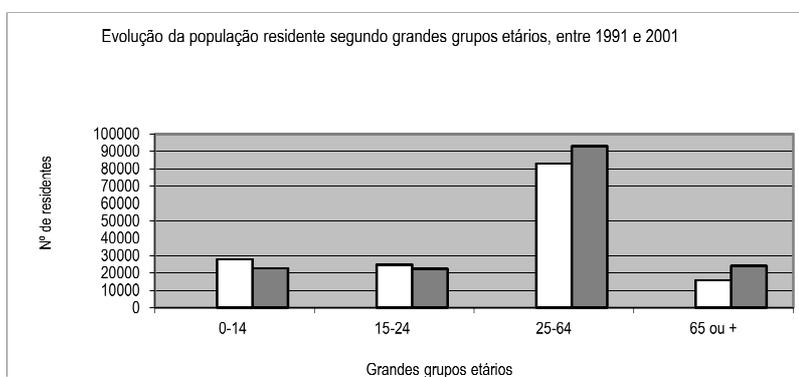
Na comparação com os concelhos da Grande Lisboa, é de sublinhar que, Oeiras é o **segundo concelho** (a seguir a Lisboa) **com menor percentagem de indivíduos com menos de 15 anos**, e o **terceiro com maior peso relativo no grupo etário mais envelhecido** (mais de 64 anos).

1.3 - População Residente Segundo os Grupos Etários no Concelho Oeiras (2001)		
Grupos Etários	Concelho de Oeiras	
	N	%
0-4 anos	7.670	4,7
5-9 anos	7.354	4,5
10-14 anos	7.661	4,7
15-19 anos	9.506	5,9
20-24 anos	12.806	7,9
25 a 29 anos	13.581	8,4
30 a 34 anos	11.417	7,0
35-39 anos	11.165	6,9
40-44 anos	11.076	6,8
45-49 anos	12.004	7,4
50-54 anos	13.366	8,2
55-59 anos	11.282	7,0
60-64 anos	9.087	5,6
65-69 anos	8.088	5,0
70-74 anos	6.433	4,0
75-79 anos	4.806	3,0
80-84 anos	2.610	1,6
85-89 anos	1.543	1,0
90 ou + anos	673	0,4
< de 1 ano	1.658	1,0
18 ou + anos	134.173	82,8
Total	162.128	100,0

Fonte: INE, Censos 2001

1.4 - População Residente no Concelho de Oeiras Segundo Grandes Grupos Etários (1991-2001)									
Grupos Etários	0-14		15-24		25-64		65 ou +		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1991	27.728	18.3%	24.932	16.5%	82.855	54.7%	15.827	10.5%	151.342
2001	22.685	14.0%	22.312	13.8%	92.978	57.3%	24.153	14.9%	162.128
Varição	-5.043	-18.2%	-2.620	-10.5%	+10.123	+12.2%	+8.326	+52.6%	10.786

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001



1.5 - População Residente nos Concelhos da Grande Lisboa segundo grandes grupos etários, em 2001									
Grupos Etários	0-14		15-24		25-64		65 ou +		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Amadora	26.230	14,9	25.191	14,3	99.840	56,8	24.611	14,0	175.872
Cascais	25.801	15,1	22.689	13,3	96.436	56,5	25.757	15,1	170.683
Lisboa	65.548	11,6	71.634	12,7	294.171	52,1	133.304	23,6	564.657
Loures	31.510	15,8	29.392	14,8	113.763	57,2	24.394	12,3	199.059
Odivelas	19.771	14,8	20.261	15,1	77.781	58,1	16.034	12,0	133.847
Oeiras	22.685	14,0	22.312	13,8	92.978	57,3	24.153	14,9	162.128
Sintra	65.987	18,1	49.319	13,6	211.132	58,0	37.311	10,3	363.749
Vila F. de Xira	20.298	16,5	18.316	14,9	70.708	57,5	13.586	11,1	112.908
Grande Lisboa	286.576	14,7	266.324	13,7	1.086.743	55,8	307.618	15,8	1.947.261

Fonte: INE, Censos 2001.

Em relação ao estado civil, predominam os indivíduos na condição de casado (50,6%) e solteiro (38,5%). Os viúvos e separados/divorciados reúnem percentagens claramente inferiores, respectivamente 5,9% e 5,0%. No cômputo geral, não se verificam grandes alterações na estrutura relativa da condição do estado civil no Concelho de Oeiras. As grandes diferenças residem na variação dos valores absolutos, em especial, quando se faz a destrição por sexo: **aumento significativo do número de pessoas separadas/divorciadas (mais 35,8%)**, nomeadamente no grupo dos homens (37,3%); e **forte acréscimo de viúvos (22,6%), em particular no universo feminino (23,0%)**.

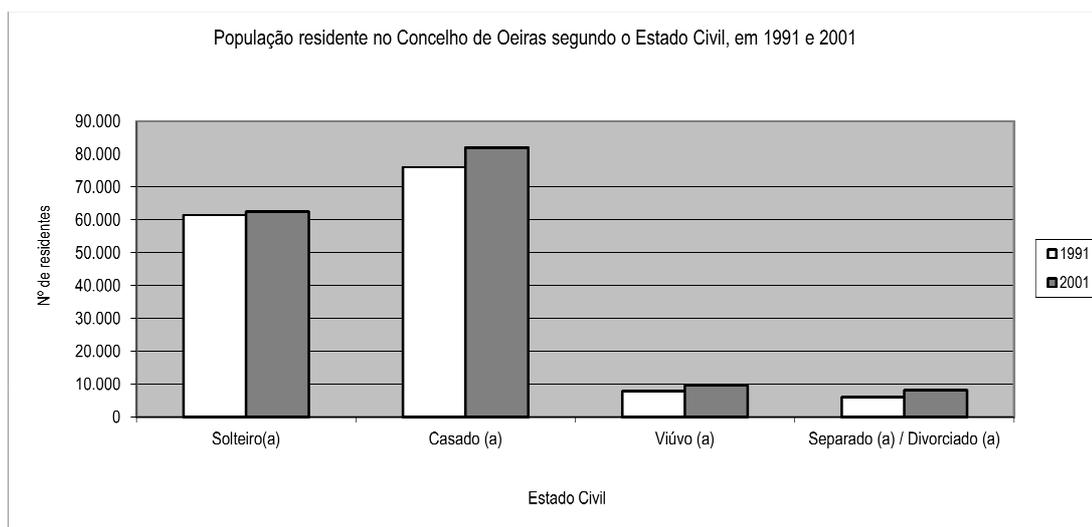


Gráfico 1.6 - População residente segundo o estado civil no concelho de Oeiras entre 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 2001.

1.6 - População Residente no Concelho de Oeiras Segundo o Estado Civil e o Sexo (1991-2001)						
Estado civil / sexo		1991		2001		Variação (%) 1991-2001
		N	%	N	%	
Solteiro(a)	Total	61.462	40,6%	62.445	38,5%	1,6%
	Homens	31.082	50,6%	31.940	51,1%	2,8%
	Mulheres	30.381	49,4%	30.505	48,9%	0,4%
Casado (a)	Total	76.077	50,3%	81.973	50,6%	7,8%
	Homens	38.146	50,1%	40.985	50,0%	7,4%
	Mulheres	37.931	49,9%	40.988	50,0%	8,1%
Viúvo (a)	Total	7.839	5,2%	9.611	5,9%	22,6%
	Homens	1.201	15,3%	1.446	15,0%	20,4%
	Mulheres	6.638	84,7%	8.165	85,0%	23,0%
Separado (a) / Divorciado (a)	Total	5.964	3,9%	8.099	5,0%	35,8%
	Homens	1.814	30,4%	2.491	30,8%	37,3%
	Mulheres	4.150	69,6%	5.608	69,2%	35,1%
Total	Total	151.342	100,0%	162.128	100,0%	7,1%
	Homens	72.243	47,7%	76.862	47,4%	6,4%
	Mulheres	79.100	52,3%	85.266	52,6%	7,8%

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

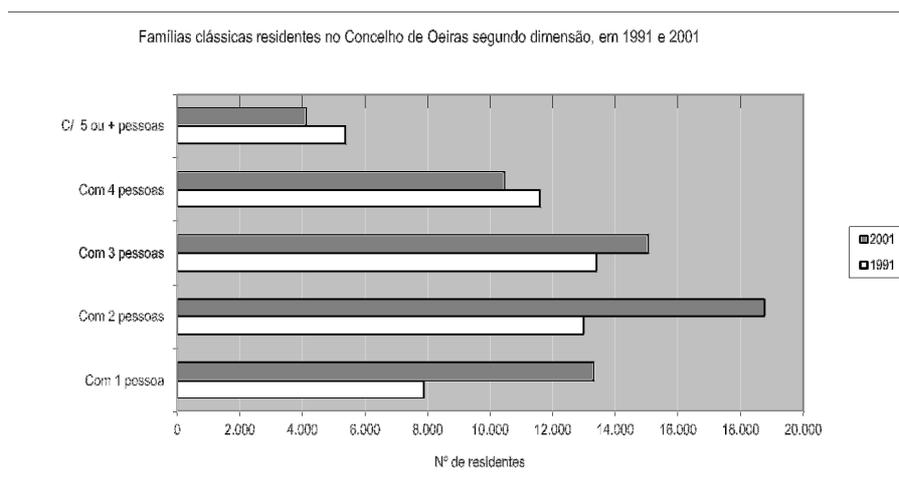


Gráfico 1.7 – Famílias clássicas residentes no concelho de Oeiras, entre 1991 e 2001.

Fonte: INE, Censos 2001

Entre 1991 e 2001, verificou-se um **aumento de 10.473 famílias**, o que representa uma evolução de mais **20,4%**: eram 51.244 em 1991 e passaram a ser 61.717 em 2001. Este forte acréscimo deve, no entanto, ser enquadrado numa evidente **tendência para a nuclearização e diversificação das estruturas familiares**, à semelhança do que tem acontecido nos círculos mais notoriamente urbanos da Área Metropolitana de Lisboa.

Quanto à dimensão das famílias, em 1991 sobressaem as famílias com 2, 3 e 4 membros – a sua soma perfaz quase 3/4 do total de famílias do concelho –, enquanto que, **em 2001, predominam as famílias com 1, 2 e 3 membros**. Neste particular, convém sublinhar que, no último período intercensitário, houve um **acentuado aumento das famílias de menor dimensão – mais 68,6% de famílias com apenas 1 pessoa**; mais 44,5% com 2 pessoas; e mais 12,4% com 3 pessoas. Correlativamente, notou-se um **forte decréscimo dos agregados mais numerosos**, sobretudo nos que têm 5 ou mais pessoas (-23,3%).

1.7 - Famílias Clássicas Residentes no Concelho de Oeiras segundo a sua Dimensão entre 1991 e 2001												
	Com 1 pessoa		Com 2 pessoas		Com 3 pessoas		Com 4 pessoas		C/ 5 ou + pessoas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1991	7.888	15,4%	12.985	25,3%	13.397	26,1%	11.592	22,6%	5.382	10,5%	51.244	100,0%
2001	13.302	21,6%	18.765	30,4%	15.059	24,4%	10.462	17,0%	4.129	6,7%	61.717	100,0%
Varição	5.414	68,6%	5.780	44,5%	1.662	12,4%	-1.130	-9,7%	-1.253	-23,3%	10.473	20,4%

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Na análise pelas freguesias sobressaem as seguintes situações: **maior incidência (relativa) de famílias com 1 e 2 pessoas nas freguesias da Cruz Quebrada/Dafundo (64,0%)** e de **Paço de Arcos (60,0%)**; nas freguesias a Norte, existe um menor peso de famílias com 1 pessoa, sendo que todas elas contabilizam valores inferiores à média concelhia; no que se refere a **famílias com 3 e 4**

peçoas, constata-se maiores percentagens **nas freguesias a Norte**, sempre acima dos resultados para a globalidade do Concelho de Oeiras; e, por fim, é de **destacar as freguesias de Caxias e Porto Salvo pelo facto de revelarem pesos relativos claramente acima da média no que respeita a famílias com 5 ou mais peçoas** (respectivamente, 11,8% e 11,3%).

1.8 - Famílias clássicas residentes segundo dimensão, em 2001							
Freguesias	Famílias clássicas						
	Total	com 1 ou 2 peçoas		com 3 ou 4 peçoas		com 5 ou + peçoas	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Algés	8005	4724	59,0%	2869	35,8%	412	5,1%
Barcarena	4234	1885	44,5%	2069	48,9%	280	6,6%
Camaxide	7481	3232	43,2%	3568	47,7%	681	9,1%
Caxias	2653	1184	44,6%	1157	43,6%	312	11,8%
Cruz Quebrada/Dafundo	2891	1851	64,0%	921	31,9%	119	4,1%
Linda-a-Velha	8449	4333	51,3%	3677	43,5%	439	5,2%
Oeiras	13720	7562	55,1%	5327	38,8%	831	6,1%
Paço de Arcos	6489	3904	60,2%	2234	34,4%	351	5,4%
Porto Salvo	4640	1987	42,8%	2129	45,9%	524	11,3%
Queijas	3155	1378	43,7%	1570	49,8%	207	6,6%
Concelho	61717	32040	51,9%	25521	41,4%	4156	6,7%

Fonte: INE, Censos 2001

Para além das 61.717 famílias residentes no Concelho de Oeiras, constam ainda 60 famílias institucionais (perto de metade localizam-se nas freguesias de Oeiras/S. Julião da Barra e Paço de Arcos). Ainda segundo os Censos de 2001, foram contabilizados 47.920 núcleos familiares residentes, 75.616 alojamentos familiares e 88 alojamentos colectivos. Contaram-se 16.052 edifícios.

Em suma, observa-se no concelho um cenário em que é possível discernir uma superior incidência de famílias mais numerosas nas freguesias interiores, acima do eixo estruturante da auto-estrada A5, e núcleos

domésticos mais reduzidos no “eixo da linha”. Em todo o caso, reforçam-se os indícios de que **o Concelho de Oeiras tem um leque alargado de tipologias de famílias e núcleos domésticos, desde a família tradicional até aos casais sem filhos, às famílias “recompostas”, aos celibatários e grupos domésticos electivos. As dinâmicas estruturais vão no sentido da nuclearização e heterogeneidade**, à semelhança do que ocorre na generalidade dos concelhos mais próximos (e mais socialmente vinculados) aos centros metropolitanos. Oeiras faz parte da malha de urbanidade “de fundo” em que são mais **intensas as transformações e remodelações na esfera da vida privada-doméstica**, o que tem seguramente consequências em vários planos da vida social e familiar.

1.9 – Núcleos Familiares, Alojamento e Edifícios nas Freguesias do Concelho de Oeiras, em 2001																
Freguesias	Famílias				Núcleos Familiares Residentes		Alojamentos Familiares						Alojamentos Colectivos		Edifícios	
	Clássicas Residentes		Institucionais*				Clássicos		Outros		Total					
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Algés	8.005	13,0%	2	3,3%	5.786	12,1%	9.874	13,1%	94	19,0%	9.968	13,2%	5	5,7%	1.230	7,7%
Barcarena	4.234	6,9%	8	13,3%	3.597	7,5%	5.121	6,8%	20	4,0%	5.141	6,8%	9	10,2%	1.776	11,1%
Camaxide	7.481	12,1%	2	3,3%	6.282	13,1%	8.912	11,9%	69	13,9%	8.981	11,9%	6	6,8%	1.360	8,5%
Caxias	2.653	4,3%	-/-	-/-	2.121	4,4%	3.086	4,1%	91	18,4%	3.177	4,2%	9	10,2%	1.405	8,8%
Cruz Q./Dafundo	2.891	4,7%	3	5,0%	1.959	4,1%	3.351	4,5%	21	4,2%	3.372	4,5%	7	8,0%	606	3,8%
Linda-a-Velha	8.449	13,7%	6	10,0%	6.644	13,9%	9.877	13,1%	94	19,0%	9.971	13,2%	9	10,2%	1.509	9,4%
Oeiras/S.J. Barra	13.720	22,2%	14	23,3%	10.219	21,3%	16.963	22,6%	23	4,6%	16.986	22,5%	16	18,2%	2.602	16,2%
Paço de Arcos	6.489	10,5%	14	23,3%	4.500	9,4%	8.566	11,4%	32	6,5%	8.598	11,4%	11	12,5%	1.347	8,4%
Porto Salvo	4.640	7,5%	3	5,0%	4.117	8,6%	5.755	7,7%	14	2,8%	5.769	7,6%	5	5,7%	2.478	15,4%
Queijas	3.155	5,1%	8	13,3%	2.695	5,6%	3.616	4,8%	37	7,5%	3.653	4,8%	11	12,5%	1.739	10,8%
Concelho	61.717	100,0%	60	100,0%	47.920	100,0%	75.121	100,0%	495	100,0%	75.616	100,0%	88	100,0%	16.052	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001 * Neste domínio não é possível quantificar a Freguesia de Caxias

Desagregando as 61.717 famílias residentes no Concelho de Oeiras por tipo de família na base da estrutura etária, observa-se o **predomínio das famílias constituídas por 3 ou mais pessoas: são 28.925** (somando os tipos de família com 3 ou mais pessoas e os com 2 pessoas, ambas com 15

ou mais anos, com outras de idade inferior a 15 anos), correspondendo a perto de metade do total de famílias do concelho. Em **seguida** destacam-se as **famílias compostas por dois elementos (19.130; 31% face ao total concelhio)**, e, por último, as famílias com apenas um elemento (13.302; 22%).

Relativamente às **famílias com apenas uma pessoa, prevalecem as que constituídas por pessoas do sexo feminino (8.565; 64,4%)**. Nestes tipos de famílias destacam-se os subgrupos das pessoas com idades entre os 25 e os 64 anos (4.435 de mulheres e 3.462 de homens) e o das que têm **65 ou mais anos (3.818 de mulheres e 972 de homens)** – como se pode constatar, a **diferença entre sexos manifesta-se sobretudo nos indivíduos com 65 ou mais anos, onde predominam, de forma clara, as mulheres**. O contingente dos “isolados” com idades entre os 15 e os 24 anos apresentam números comparativamente inferiores.

Nas famílias com duas pessoas, são de relevar as compostas por dois indivíduos com idades entre os 25 e os 64 anos (8.495) e as que apresentam ambas ou uma pessoa com 65 ou mais anos (7.388). Quanto às famílias com 3 ou mais elementos, destacam-se as “sem outras com idade inferior a 15 anos” (15.261).

1.10 - Famílias Clássicas e Pessoas Residentes nestas, Segundo o escalão Etário e a Situação Perante a Actividade Económica, por Tipo de família na Base da estrutura Etária dos seus Membros e Número de Crianças, no Concelho de Oeiras (2001)

Tipo de Família na Base da Estrutura Etária	Famílias	Pessoas nas Famílias Clássicas									
		Total			C/ Menos de 15 anos			De 15 ou mais anos			
		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	Com Actividade Económica
1 pes. sexo masc. C/ idade entre 15 e 24 anos	303	303	0	303	0	0	0	303	0	303	210
1 pes. sexo masc. C/ idade entre 25 e 64 anos	3462	3462	0	3462	0	0	0	3462	0	3462	3008
1 pes. sexo masc. Com 65 ou + anos	972	972	0	972	0	0	0	972	0	972	96
1 pes. sexo femin.. C/ idade entre 15 e 24 anos	312	0	312	312	0	0	0	0	312	312	199
1 pes. sexo femin. C/ idade entre 25 e 64 anos	4435	0	4435	4435	0	0	0	0	4435	4435	3429
1 pes. sexo femin. Com 65 ou + anos	3818	0	3818	3818	0	0	0	0	3818	3818	210
1 pes. masc. C/15 ou +, c/ 1 ou + p. c/ idade -15	126	216	75	291	90	75	165	126	0	126	107

1 pes. femin. C/15 ou +, c/ 1 ou + p. c/ idade -15	1135	787	1884	2671	787	749	1536	0	1135	1135	1049
2 pes. ambas c/ idade entre 15 e 24 anos	220	215	225	440	0	0	0	215	225	440	325
2 pes. ambas c/ idade entre 25 e 64 anos	8495	8262	8728	16990	0	0	0	8262	8728	16990	13206
2 pess., uma c/ idade entre 15 e 24 anos e out. 25-64	1766	1352	2180	3532	0	0	0	1352	2180	3532	2527
2 pess., ambas ou pelo - uma c/65 ou + anos	7388	6790	7986	14776	0	0	0	6790	7986	14776	2542
2 pess., ambas c/ 15 ou + anos, c/ out. idade - 15	9553	16804	16984	33788	7573	7109	14682	9231	9875	19106	17243
Com 1 de idade inferior a 15 anos	5338	7856	8158	16014	2757	2581	5338	5099	5577	10676	9629
Com 2 de idade inferior a 15 anos	3475	7000	6900	13900	3579	3371	6950	3421	3529	6950	6369
Com 3 de idade inferior a 15 anos	605	1511	1514	3025	926	889	1815	585	625	1210	1037
Com 4 ou + de idade inferior a 15 anos	135	437	412	849	311	268	579	126	144	270	208
3 ou mais pes., C/ 15 ou + anos de idade	19372	37103	37859	74962	3257	3005	6262	33846	34854	68700	42769
Sem outras com idade inferior a 15 anos	15261	26388	26624	53012	0	0	0	26388	26624	53012	32743
Com 1 de idade inferior a 15 anos	3226	7051	7314	14365	1705	1521	3226	5346	5793	11139	7177
Com 2 ou mais de idade inferior a 15 anos	1245	3664	3921	7585	1552	1484	3036	2112	2437	4549	2849
Outros Casos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	61717	76266	84486	160752	11707	10938	22645	64559	73548	138107	86920

Fonte: INE, Censos 2001

Com base nos dados do Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo (INE), publicado em 2003, é possível aceder a alguns e relevantes indicadores demográficos. Em 2000, o Concelho de Oeiras denotava uma **taxa de natalidade de 11,6‰** ligeiramente **inferior à média da Grande Lisboa (11,9‰)**. A **taxa de mortalidade de 8,7‰** (a **3ª mais elevada dos concelhos da GL**) estava 1,1‰ abaixo da calculada para a Grande Lisboa e 2‰ abaixo da relativa à região LVT. Além disso, refira-se que a taxa de natalidade é claramente superior à taxa de mortalidade, resultando num excedente de vidas de 3,7‰ (3º excedente mais baixo na comparação com os restantes 7 concelhos da GL).

As taxas de nupcialidade e de divórcio (respectivamente, 5,7‰ e 2,7‰) são iguais às da Grande Lisboa. Acrescente-se que existe um maior peso relativo de casamentos católicos (59,3%) do que na Grande Lisboa (57,5%), mas largamente abaixo do detectado no total do país (64,8%).

Ainda numa perspectiva de dinâmica sócio-demográfica, convém ter presentes alguns dados globais recentes (Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE 2002), referentes ao ano de 2000: perto de 2.000 nascimentos; 1.361 óbitos, dos quais 703 eram homens e 9 tinham menos de 1 ano de idade; 914 casamentos realizados e 1.041 casamentos dissolvidos.

1.11 - Alguns Indicadores Demográficos em 2001				
	Oeiras	Grande Lisboa	Lisboa e Vale do Tejo	Portugal

Taxa de Natalidade (‰)	11.6‰	11.9‰	11.4‰	10.9‰
Taxa de Mortalidade (‰)	8.7‰	9.8‰	10.2‰	10.2‰
Excedentes de Vidas (‰)	3.0‰	2.1‰	1.2‰	0.7‰
Taxa de Nupcialidade (‰)	5.5‰	5.2‰	5.4‰	5.7‰
Taxa de Divórcio (‰)	2.3‰	2.6‰	2.4‰	1.8‰
Taxa de Fecundidade (‰)	46.1‰	48.1‰	45.6‰	43.2‰
Nados Vivos Fora do Casamento (%)	34.6%	37.1%	34.1%	23.8%
Casamentos Católicos (%)	59.6%	56.3%	54.6%	62.5%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE (2003).

Em Março de 2001, constata-se que 94,3% da população do Concelho de Oeiras não mudou de concelho (desde 1995), sendo o segundo valor mais elevado de “retenção” populacional no panorama da Grande Lisboa. Quanto aos imigrantes, detecta-se que 6.300 são provenientes de outros concelhos (4ª posição no total da Grande Lisboa) e 1.941 vieram do estrangeiro. Relativamente ao saldo das migrações internas, o Concelho de Oeiras apresenta um total de -265 residentes (4º saldo mais negativo da Grande Lisboa), na medida em que 6.565 indivíduos transitaram para outros concelhos.

1.12 - População residente segundo as Migrações (relativamente a 31/12/95), por concelhos da Grande Lisboa, em 12/03/2001											
Zona Geográfica	População residente em 2001		População que não mudou de concelho		Imigrantes no concelho				Emigrantes do concelho para outro concelho (B)		Saldo das migrações internas (A-B)
					Provenientes de outro concelho (a)		Provenientes do estrangeiro				
	N	%	N	% ⁴	N	%	N	%	N	%	
Amadora	175.872	9,0%	165.383	94,0%	5.553	8,5%	2.680	9,4%	8.177	10,7%	-2.624
Cascais	170.683	8,8%	159.804	93,6%	5.508	8,5%	3.281	11,5%	5.470	7,2%	38
Lisboa	564.567	29,0%	538.562	95,4%	13.941	21,5%	6.813	23,9%	29.259	38,3%	-15.318
Loures	199.059	10,2%	186.850	93,9%	6.729	10,4%	2.815	9,9%	8.949	11,7%	-2.220
Odivelas	133.847	6,9%	125.921	94,1%	4.271	6,6%	2.003	7,0%	2.833	3,7%	1.438
Oeiras	161.128	8,3%	151.933	94,3%	6.300	9,7%	1.941	6,8%	6.565	8,6%	-265
Sintra	363.749	18,7%	335.698	92,3%	15.349	23,6%	6.173	21,7%	11.269	14,7%	4.080
Vila F. Xira	122.908	6,3%	115.218	93,7%	4.405	6,8%	1.459	5,1%	2.972	3,9%	1.433
Grande Lisboa	1.947.261	100%	1.828.763	93,9%	64.963	100%	28.473	100%	76.456	100%	-11.493

Fonte: INE, Censos 2001

Segundo os dados definitivos dos Censos 2001, residiam no concelho de Oeiras 7.334 indivíduos de nacionalidade estrangeira. Este valor representava um peso

⁴ Percentagem face ao total da população residente em cada concelho.

relativo de 4,5% face ao total da população residente no concelho. Neste grupo de “estrangeiros” observa-se um equilíbrio na divisão pelos dois sexos: os homens (3.739) representam 51% e as mulheres (3.595) representam 49%. Na distribuição entre os grupos etários⁵ é notória a predominância da população em idade activa, com os grupos com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos (3216, 43,9%) e entre os 40 e os 59 anos (1929, 26,3%) a representarem mais de 70% deste conjunto. O grupo com idades compreendidas entre os 0 e os 19 anos (1515) assume um peso relativo de 20,7% enquanto que o grupo que representa os indivíduos com 60 ou mais anos (674) traduz pouco mais de 9% no peso relativo da população estrangeira.

1.13 – População estrangeira residente no concelho de Oeiras segundo o sexo e o grupo etário, em 2001						
Zona Geográfica	Sexo	Total	De 0 a 19 anos	De 20 a 39 anos	De 40 a 59 anos	De 60 e + anos
Oeiras	HM	162128	32191	48969	47728	33240
	H	76862	16559	24147	21990	14166
	M	85266	15632	24822	25738	19074
Portuguesa	HM	151501	29520	44659	45114	32208
	H	71591	15176	22012	20677	13726
	M	79910	14344	22647	24437	18482
Estrangeira	HM	7334	1515	3216	1929	674
	H	3739	786	1650	1001	302
	M	3595	729	1566	928	372

Fonte: INE, Censos 2001

Na análise segundo a origem por continente da população estrangeira residente no concelho de Oeiras constata-se que o **grande contingente** nasceu no continente **africano**: foram **4.442** dos 7.334 imigrantes residentes no concelho, ou seja, **60,6%** do conjunto de estrangeiros que aqui residem. Em seguida, destacam-se os originários do continente europeu (1.405), a representarem 19,2%, e os com origem no continente americano (1.277), traduzindo 17,4% no peso relativo entre a população imigrante. Com uma expressão menos acentuada encontramos os imigrantes de origem asiática (200), e, com um peso ainda mais residual, os (10) indivíduos nascidos na Oceânia. A soma destes dois últimos grupos não atinge os 3%.

⁵ Aqui considerados em intervalos de 19 anos.

1.14 – População estrangeira residente no concelho de Oeiras segundo o continente de origem e o grupo etário, em 2001						
Zona Geográfica	Total		De 0 a 19 anos	De 20 a 39 anos	De 40 a 59 anos	De 60 e + anos
	N.º	%				
Europa	1.405	19,2	234	612	372	187
África	4.442	60,6	997	1.796	1.227	422
América	1.277	17,4	246	707	279	45
Ásia	200	2,7	37	98	45	20
Oceânia	10	0,1	1	3	6	0
Fonte: INE, Censos 2001						

No próximo quadro procede-se a uma análise mais desagregada da origem dos imigrantes residentes no concelho. Assim, dos 1.405 imigrantes com origem na Europa, os dados revelam que a maioria é oriunda de países membros da União Europeia (UE) - são 1.087 indivíduos que representam um peso relativo de 77,4%. Os restantes (318) têm origem em outros países europeus e representam 22,6% do total de imigrantes oriundos da Europa – como se calcula, é muito possível que este último conjunto deva pecar por defeito, nomeadamente no que diz respeito aos mais recentes fluxos migratórios, por vezes “semi-clandestinos”, provenientes da Europa do Leste e de alguns países que agora estão em processo de integração na UE.

Dos imigrantes que têm origem no continente africano (4.442) **97,7%** são oriundos dos cinco **países com língua oficial portuguesa** (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), o que perfaz **4.341** indivíduos. Entre este conjunto, os nacionais de Cabo Verde (2.642 indivíduos) representam o maior peso relativo, 60,9% da imigração dos PALOP's. Os cidadãos angolanos correspondem ao segundo grupo entre os imigrantes com origem nestes cinco países: em 2001, residiam 971 indivíduos de nacionalidade angolana, ou seja, 22,4%. As restantes nacionalidades perfazem 16,7%, e repartem-se entre guineenses (350 indivíduos), moçambicanos (193 indivíduos) e são-tomenses (185 indivíduos). É interessante notar aqui a constatação de que apenas na imigração guineense se regista um maior fluxo de homens, situação em dissonância com os grupos das restantes nacionalidades onde prevalece o predomínio das mulheres.

1.15 – População estrangeira residente no concelho de Oeiras segundo a nacionalidade ou origem geográfica, o sexo e o grupo etário, em 2001						
Zona Geográfica, Nacionalidade	Sexo	Total	De 0 a 19 anos	De 20 a 39 anos	De 40 a 59 anos	De 60 e + anos
Países da UE	HM	1087	205	398	305	179
	H	593	110	211	183	89
	M	494	95	187	122	90
Outros Países Europeus	HM	318	29	214	67	8
	H	198	15	142	37	4
	M	120	14	72	30	4
Angola	HM	971	263	519	135	54
	H	472	132	272	54	14
	M	499	131	247	81	40
Cabo verde	HM	2642	556	878	893	315
	H	1280	277	402	448	153
	M	1362	279	476	445	162
Guiné-Bissau	HM	350	82	193	68	7
	H	227	56	121	47	3
	M	123	26	72	21	4
Moçambique	HM	193	28	87	52	26
	H	84	12	43	23	6
	M	109	16	44	29	20
São Tomé e Príncipe	HM	185	46	85	43	11
	H	81	24	36	17	4
	M	104	22	49	26	7
Brasil	HM	1044	199	609	213	23
	H	518	101	307	102	8
	M	526	98	302	111	15
Macau	HM	6	0	1	1	4
	H	4	0	1	1	2
	M	2	0	0	0	2
Timor-leste	HM	7	1	2	1	3
	H	5	1	1	1	2
	M	2	0	1	0	1

Fonte: INE, Censos 2001

Também entre os imigrantes com origem no continente americano, a maior parcela tem nacionalidade de um país de língua oficial portuguesa, o Brasil. No concelho de Oeiras encontravam-se, em 2001, 1.044 indivíduos de nacionalidade brasileira: 81.8% do total de imigrantes americanos, o que provavelmente também não corresponde à realidade efectiva (sofrendo a “desfocagem” dos critérios de legalidade e suas contabilidades oficiais).

No que respeita ao continente asiático o número de imigrantes registados com esta origem cifra-se nos 200 indivíduos. Aqui é de relevar o pouco significado da

imigração de dois territórios com estreita ligação a Portugal: Macau e Timor-Leste. Quanto ao primeiro, os censos de 2001 registam a existência de 6 indivíduos, no caso do segundo são 7 os indivíduos recenseados no concelho de Oeiras no ano 2001. Estes 13 imigrantes representam apenas 6,5% do total de imigrantes asiáticos a residirem no concelho.

II – HABITAÇÃO

A abordagem aqui desenvolvida começa por uma análise mais generalizada do panorama habitacional do concelho, para, posteriormente se situar em dois sub-temas: a habitação social e as áreas urbanas de génese ilegal.

Numa primeira fase, a análise desenvolvida toma em consideração a reestruturação que o concelho sofreu na sua divisão por freguesias. Assim, assume-se a divisão desencadeada em 1993 que reparte o concelho em nove freguesias, para a análise intercensitária, quer para os dados de 1991, quer para os dados de 2001.

Neste sentido optou-se por trabalhar, nesta primeira abordagem ao fenómeno habitacional no concelho, duas fontes distintas que registam algumas diferenças nos dados fornecidos. Assim, os primeiros quadros que permitem a análise por freguesia têm origem no Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras, com base no ficheiro dos censos 2001; os quadros que apenas permitem a análise ao nível do concelho são oriundos da estatística do INE. Esta opção foi tomada tendo em consideração a necessidade de apreender os ritmos de crescimento intraconcelhios, tomando em consideração a actual realidade administrativa do concelho.

Em 2001 residiam no concelho de Oeiras (quadro n.º 2.1) **61717 famílias** e existiam **75121 alojamentos** familiares repartidos por **16052 edifícios**.

A maior concentração de famílias corresponde à freguesia sede de concelho, Oeiras. Só aqui estão recenseadas perto de 14000 famílias, o que representa mais de 20% do total de famílias do concelho. Depois encontramos dois conjuntos de freguesias, com valores muito equilibrados: de um lado um conjunto mais povoado com cifras estabelecidas entre os 10% e os 14% (Algés, Carnaxide, Linda-a-Velha e Paço de Arcos) do total das famílias residentes no concelho; e, do outro, um conjunto de freguesias que acolhem entre os 4% e os 8% do total de famílias residentes no concelho (Barcarena, Caxias, Cruz Quebrada, Porto Salvo e Queijas).

Esta última análise aplica-se na íntegra à observação da contabilidade de alojamentos familiares pelas freguesias do concelho. Volta-se a repetir o maior peso assumido pela freguesia de Oeiras, a apresentar mais de $\frac{1}{5}$ dos alojamentos familiares disponíveis no concelho. E depois dois blocos de freguesias com pesos relativos em tudo semelhantes aos anteriormente evidenciados.

2.1. Famílias Clássicas, Alojamentos Familiares Clássicos e Edifícios Clássicos por freguesia, no concelho de Oeiras, em 2001						
Freguesias	Famílias Clássicas		Alojamentos Familiares Clássicos		Edifícios Clássicos	
	N.º	(%)	N.º	(%)	N.º	(%)
Algés	8005	12,97%	9874	13,14%	1230	7,66%
Barcarena	4234	6,86%	5121	6,82%	1776	11,06%
Carnaxide	7481	12,12%	8912	11,86%	1360	8,47%
Caxias	2653	4,30%	3086	4,11%	1405	8,75%
Cruz Quebrada	2891	4,68%	3351	4,46%	606	3,78%
Linda-a-Velha	8449	13,69%	9877	13,15%	1509	9,40%
Oeiras	13720	22,23%	16963	22,58%	2602	16,21%
Paço de Arcos	6489	10,51%	8566	11,40%	1347	8,39%
Porto Salvo	4640	7,52%	5755	7,66%	2478	15,44%
Queijas	3155	5,11%	3616	4,81%	1739	10,83%
Concelho	61717	100,00%	75121	100,00%	16052	100,00%

Fonte: GDM, CMO/INE, Censos 2001

Já a distribuição dos edifícios pelo concelho não acompanha os dois indicadores anteriores – famílias e alojamentos. Apesar de a freguesia de Oeiras continuar a ser aquela que assume os valores mais altos (16,2% dos edifícios do concelho) observa-se que Porto Salvo contabiliza edifícios com um peso próximo da freguesia sede (15,4%), registando uma diferença a rondar a centena de edifícios. Depois encontramos duas freguesias que contabilizam no seu território entre 10 e 11% dos edifícios do concelho, a saber: Barcarena com 1776 edifícios e Queijas com 1739 edifícios. Um segundo conjunto de cinco freguesias que contabilizam, cada uma, entre os 1000 e os 1500 edifícios (Algés, 7,7%; Carnaxide, 8,5%; Caxias, 8,8%; Linda-a-Velha, 9,4%; e Paço de Arcos com 8,4% dos edifícios existentes no concelho). Finalmente, temos a freguesia de Cruz Quebrada / Dafundo com pouco mais de seis centenas de edifícios, o que traduz um peso relativo que não atinge os 4%.

Num rácio desenvolvido com base em cruzamentos com os valores apresentados no quadro anterior podemos observar que **em média, no concelho, cada edifício dispõe de 5 alojamentos familiares** (quadro n.º 2.2).

2.2 Famílias Clássicas, Alojamentos Familiares e Edifícios por freguesia, no concelho de Oeiras em 2001		
Freguesias	Alojamentos	Famílias Clássicas

	Familiars por Edifício	por Alojamentos Familiares
Algés	8,0	0,81
Barcarena	2,9	0,83
Carnaxide	6,6	0,84
Caxias	2,2	0,86
Cruz Quebrada/Dafundo	5,5	0,86
Linda-a-Velha	6,5	0,86
Oeiras/S Julião da Barra	6,5	0,81
Paço de Arcos	6,4	0,76
Porto Salvo	2,3	0,81
Queijas	2,1	0,87
Concelho	4,7	0,82
Fonte: GDM, CMO/INE, Censos 2001		

Na análise **ao nível da freguesia** pode-se observar que essa média sobe bastante na freguesia de **Algés (8,4)**. Depois temos um conjunto de freguesias com edifícios que, em média, disponibilizam **entre os 5 e os 7 alojamentos (Carnaxide, Cruz Quebrada / Dafundo, Linda-a-Velha, Oeiras e Paço de Arcos)**. No final um bloco de quatro freguesias (**Barcarena, Caxias, Porto Salvo e Queijas**) que dispõe de edifícios que, em média, albergam **entre 2 e 3 alojamentos**.

Ainda da análise do quadro n.º 2.2 é possível verificar que a média de ocupação de alojamentos familiares por famílias, no concelho, não atinge a unidade, ficando, em média, registado nos 0,82. O **valor mais baixo de ocupação** é-nos dado pela freguesia de **Paço de Arcos** com 0,76 e o **mais elevado encontramos na freguesia de Queijas**, com uma cifra nos 0,87.

No próximo quadro (2.3) procede-se à avaliação do crescimento intercensitário, nos três itens que se tem vindo a analisar, entre 1991 e 2001, nas freguesias do concelho.

Numa primeira abordagem assistimos, no plano do concelho, a um **aumento generalizado dos três indicadores: famílias mais 20,6%; alojamentos mais 16,1%; e, edifícios mais 4,5%**.

Na análise do crescimento das famílias clássicas assistimos, ao nível das freguesias, a ritmos diferentes. **Nas freguesias de Barcarena (48%) e Carnaxide (43%) é possível observar um forte crescimento do número de agregados familiares**; situação semelhante é traduzida pelas freguesias de **Porto Salvo (38%)** e de **Oeiras (22%)**, apesar de evidenciarem ritmos menos intensos; **três freguesias apresentam crescimento inferior a 5% (Algés, 3,7; Linda-a-Velha, 4,7; e, Queijas 0.9%)**; no plano negativo encontramos a freguesia de **Cruz Quebrada** com **-0,1%**. **Paço de Arcos** regista, sem se proceder à desagregação

que dá origem à freguesia de Caxias, um acréscimo de 37,6%, ou seja, **2499 novas famílias clássicas**.

2.3 Taxa de Variação de Famílias clássicas, Alojamentos Familiares clássicos e Edifícios clássicos, no Concelho de Oeiras, por Freguesia, entre 1991 e 2001												
Freguesias	Famílias Clássicas				Alojamentos Familiares Clássicos				Edifícios Clássicos			
	1991	2001	Var. *		1991	2001	Var. *		1991	2001	Var. *	
			N.º	(%)			N.º	(%)			N.º	(%)
Algés	7716	8005	289	3,7	8984	9874	890	9,9	1285	1230	-55	-4,3
Barcarena	2871	4234	1363	47,5	3792	5121	1329	35,0	1462	1776	314	21,5
Carnaxide	5234	7481	2247	42,9	6443	8912	2469	38,3	1660	1360	-300	-18,1
Caxias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cruz Quebrada	2894	2891	-3	-0,1	3396	3351	-45	-1,3	743	606	-137	-18,4
Linda-a-Velha	8068	8449	381	4,7	9679	9877	198	2,0	1592	1509	-83	-5,2
Oeiras	11236	13720	2484	22,1	14491	16963	2472	17,1	2334	2602	268	11,5
Paço de Arcos**	6643	9142	2499	37,6	10459	11652	1193	11,4	2503	2819	316	12,6
Porto Salvo	3367	4640	1273	37,8	3856	5755	1899	49,2	1915	2478	563	29,4
Queijas	3126	3155	29	0,9	3623	3616	-7	-0,2	1861	1739	-122	-6,6
Concelho	51155	61717	10562	20,6	64723	75121	10398	16,1	15355	16052	697	4,5

Fonte: GDM, CMO / INE, Censos 2001

* Não é possível fazer esta operação para a freguesia de Caxias

** Inclui Caxias (Famílias Clássicas, 2653; Alojamentos Familiares Clássicos, 3086; Edifícios Clássicos, 1405)

No que respeita a **alojamentos familiares** observa-se que a freguesia que conheceu um acréscimo mais elevado foi **Porto Salvo**, com um saldo intercensitário a tocar os **+50%**. **Barcarena e Carnaxide** são duas outras freguesias com saldos intercensitário positivos neste indicador, com **35% e 38,3% respectivamente**. Se a tendência, quer do concelho, quer das freguesias é de apresentar saldos positivos, **Cruz Quebrada (-1,3%), e Queijas (-0,2%)** são as exceções dentro de uma tendência crescente do concelho de Oeiras em termos de disponibilização de habitação e receção de novos núcleos familiares.

Finalizando, e em sentido menos consonante, os **edifícios** registam ao nível concelhio, entre os dois momentos censitários, um ligeiro acréscimo que não atinge os 5%. Esta dinâmica dos edifícios conhece realidades distintas consoante as freguesias. Se Cruz Quebrada (**-18,4%**) mantém a tendência negativa que já se observava anteriormente, é de sublinhar o **forte decréscimo** registado na freguesia de **Carnaxide (-18,1%)** mas também os valores negativos apresentados por **Algés (-4,3%), Linda-a-Velha (-5,2%), e Queijas (-6,6%)**. **Porto Salvo** é a freguesia que regista maior volume de construção de edifícios novos, com um acréscimo de **+29,4%**, seguido de **Oeiras com +11,5%**.

Passemos agora à análise dos alojamentos segundo o tipo de alojamento e a forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos. Da observação do quadro

seguinte (2.4) pode-se constatar que no concelho de Oeiras os **alojamentos familiares clássicos** se cifram em **75121 unidades**, os **não clássicos** em **495 unidades** e os **alojamentos colectivos** em **88 unidades**, o que perfaz um total de 75704 unidades.

2.4 Alojamentos, Famílias, Pessoas Residentes e Pessoas Presentes, Segundo o Tipo de Alojamento, a Forma de Ocupação dos Alojamentos Familiares Clássicos e o Tipo de Edifício onde se Situa estes Últimos Quando Residência Habitual no Concelho de Oeiras (2001)									
Alojamentos/Famílias/ Pessoas	Alojamentos Familiares Segundo o Tipo de Alojamento						Alojamentos Colectivos		Total Geral
	Alojamentos Clássicos Segundo a forma de Ocupação				Não Clássicos		Hotéis e Similares	Convivências	
	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Vagos	Total	Barracas	Outros			
Alojamentos	60428	7513	7180	75121	269	226	4	84	75704
Famílias Clássicas	61186	0	0	61186	276	230	0	25	61717
Famílias Institucionais	0	0	0	0	0	0	0	60	60
Pessoas Residentes	159291	0	0	159291	880	531	0	1426	162128
Pessoas Presentes	150083	897	0	150980	825	497	106	3789	156197

Fonte: INE, Censos 2001

No próximo quadro é possível constatar que, dos 75121 alojamentos familiares clássicos recenseados em 2001 no concelho de Oeiras, perto de **20%** (14693) encontram-se **vagos** ou são de **utilização sazonal ou secundária**. Deste conjunto, apresentam-se em maior número aqueles que foram recenseados como de uso sazonal ou de segunda utilização (7513) por comparação com os que estão vagos (7180). Os alojamentos familiares clássicos de utilização sazonal representam 10% do total de alojamentos recenseados no concelho e os alojamentos vagos representam 9,6%.

2.5 Alojamentos Familiares Clássicos Vagos e/ou de Uso Sazonal ou Secundário, por Freguesia, no Concelho de Oeiras, em 2001						
Freguesia	Total		Vagos		Uso sazonal ou secundário	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Algés	2098	14,3%	1169	16,3%	929	12,4%
Barcarena	949	6,5%	421	5,9%	528	7,0%
Carnaxide	1548	10,5%	830	11,6%	718	9,6%
Caxias	636	4,3%	382	5,3%	254	3,4%
Cruz Quebrada/Dafundo	596	4,1%	295	4,1%	301	4,0%
Linda-a-Velha	1616	11,0%	674	9,4%	942	12,5%
Oeiras	3432	23,4%	1366	19,0%	2066	27,5%
Paço de Arcos	2139	14,6%	950	13,2%	1189	15,8%
Porto Salvo	1171	8,0%	823	11,5%	348	4,6%
Queijas	508	3,5%	270	3,8%	238	3,2%
Concelho	14693	100,0%	7180	100,0%	7513	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001

Ao nível da freguesia é possível verificar que Oeiras é a freguesia que contabiliza o maior número de alojamentos familiares clássicos de “residência não habitual”, são 3432 alojamentos nesta tipologia, o que representa mais de 23%. A freguesia sede de concelho possui 1366 alojamentos familiares clássicos vagos e 2066 de utilização sazonal. As freguesias de Paço de Arcos e Algés apresentam-se, neste contexto, a seguir a Oeiras, como aquelas que assumem maior peso neste domínio, contabilizando, respectivamente, 14,6% e 14,3% dos alojamentos familiares clássicos que não se enquadram como de residência habitual. A diferença registada entre estas duas freguesias é visível no plano dos subtipos; enquanto que Algés contabiliza um maior número de alojamento familiares clássicos vagos (1169, 16,3%), Paço de Arcos regista um maior número de alojamento familiares clássicos de uso sazonal ou secundário (1189, 15,8%).

2.6 Peso Relativo dos Alojamentos Familiares Clássicos Vagos e/ou de Uso Sazonal ou Secundário sobre o total de Alojamentos familiares clássicos, por Freguesia, no Concelho de Oeiras, em 2001							
Freguesia	Alojamentos familiares clássicos						
	Total	Alojamentos Familiares Clássicos Vagos e/ou de Uso Sazonal ou Secundário					
		Total		Vagos		Uso sazonal ou secundário	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Algés	9874	2098	21,2%	1169	11,8%	929	9,4%
Barcarena	5121	949	18,5%	421	8,2%	528	10,3%
Camaxide	8912	1548	17,4%	830	9,3%	718	8,1%
Caxias	3086	636	20,6%	382	12,4%	254	8,2%
Cruz Quebrada/Dafundo	3351	596	17,8%	295	8,8%	301	9,0%
Linda-a-Velha	9877	1616	16,4%	674	6,8%	942	9,5%
Oeiras	16963	3432	20,2%	1366	8,1%	2066	12,2%
Paço de Arcos	8566	2139	25,0%	950	11,1%	1189	13,9%
Porto Salvo	5755	1171	20,3%	823	14,3%	348	6,0%
Queijas	3616	508	14,0%	270	7,5%	238	6,6%
Concelho Oeiras	75121	14693	19,6%	7180	9,6%	7513	10,0%

Fonte: INE, Censos 2001

Pela leitura do quadro anterior pode-se destacar que, são as freguesias de Paço de Arcos e Algés aquelas que, por relação ao número de alojamentos existentes na freguesia, possuem mais alojamentos familiares que não estão referenciados como de residência habitual. No primeiro caso estes representam 25% do total de alojamentos familiares clássicos recenseados na freguesia, enquanto que, no segundo caso estes alojamentos representam 21% do total. De sublinhar, neste indicador, os valores apresentados pelas freguesias de Caxias (20,6%), Porto Salvo (20,3%) e Oeiras (20,2%).

Ao passar-se a uma desagregação destes indicadores, ao nível da freguesia, pode constatar-se que, do total de alojamentos familiares clássicos existentes em Porto Salvo 14,3% encontram-se vagos. O mesmo acontece a 12,4% dos existentes em Caxias, 11,8% dos existentes em Algés e 11,1% dos existentes em Paço de Arcos.

No caso dos alojamentos familiares clássicos de uso sazonal ou secundário, observa-se que, é em Paço de Arcos (13,9%) que esta tipologia assume maior relevância no total de alojamentos familiares clássicos existentes na freguesia. De realçar também os valores patentes, neste domínio, nas freguesias de Oeiras (12,2%) e Barcarena (10,3%).

Com o auxílio do quadro 2.7 é possível constatar que, no momento censitário de 2001, os alojamentos familiares clássicos representavam a quase totalidade dos alojamentos existentes no concelho, mas que mais de meio ponto percentual ainda revelava o peso de alojamentos familiares não clássicos (num total de 495, 269 são definidos como barracas e 226 como outros). Nos alojamentos clássicos encontravam-se mais de 99% dos agregados familiares do concelho, pelo que ainda subsistiam mais de cinco centenas de famílias a residirem em barracas ou outro tipo de alojamento não clássico. Estas cinco centenas de famílias abarcavam perto de 1500 pessoas o que se traduzia em praticamente 1% da população a residir no concelho. **De notar que o problema dos alojamentos familiares não clássicos acabou de ser resolvido após o recenseamento de 2001, tendo as famílias / indivíduos aí residentes sido enquadrados em programas de realojamento promovidos pela Câmara Municipal de Oeiras, no quadro do PER. Deve aliás realçar-se que o concelho de Oeiras foi um precursor no movimento dos realojamentos nos anos 90 e foi um dos concelhos que mais intensificou o PER, tendo sido dos primeiros a extinguir as barracas e a proporcionar casas/bairros aos seus moradores.**

	Distribuição segundo o tipo de alojamento			Distribuição dos alojamentos clássicos		
	Clássicos	Não clássicos	Colectivos	Residência Habitual	Uso Sazonal ou Secundário	Vagos
Alojamentos	99,23%	0,65%	0,12%	80,44%	10,00%	9,56%
Famílias Clássicas	99,14%	0,82%	0,04%	100,00%	0,00%	0,00%
Famílias Institucionais	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Pessoas Residentes	98,25%	0,87%	0,88%	100,00%	0,00%	0,00%
Pessoas Presentes	96,66%	0,85%	2,49%	99,41%	1,00%	0,00%
Fonte: INE, Censos 2001						

Na análise dos alojamentos familiares clássicos, no momento censitário de 2001 segundo a forma de ocupação (quadro n.º 2.8) deve-se evidenciar o facto de a generalidade destes se enquadrarem em edifícios principalmente residenciais com três ou mais alojamentos (50833 unidades) que albergavam 51464 das 61186 famílias clássicas.

2.8 Alojamentos, Famílias, Pessoas Residentes e Pessoas Presentes nos Alojamentos Clássicos no Concelho de Oeiras (2001)							
Alojamentos/Famílias/Pessoas	Alojamentos Clássicos Segundo a forma de Ocupação						
	Residência Habitual				Uso Sazonal ou Secundário	Vagos	Total
	Em Edifícios Principalmente Residenciais			Em Edifícios Principalmente Não residenciais			
	Com 1 alojam.	Com 2 alojam.	Com 3 ou + alojam.				
Alojamentos	6780	2746	50833	69	7513	7180	75121
Famílias Clássicas	6871	2781	51464	70	0	0	61186
Famílias Institucionais	0	0	0	0	0	0	0
Pessoas Residentes	20529	7350	131264	148	0	0	159291
Pessoas Presentes	19545	6987	123409	142	897	0	150980

Fonte: INE, Censos 2001

Perto de 10000 famílias residentes no concelho de Oeiras tinham os seus alojamentos em edifícios com um ou dois alojamentos. Encontramos nestes dados **69 alojamentos que estavam em edifícios que não se destinavam principalmente a uso residencial**. Estes indicadores reforçam o traço urbano do concelho, na sua continuidade com a malha metropolitana da capital.

O próximo quadro (2.9) permite a abordagem sobre as condições de habitabilidade dos alojamentos do concelho. Pela sua análise conclui-se que a generalidade dos alojamentos dispõe das condições de salubridade padronizadas. De qualquer maneira não deve deixar de se evidenciar a inexistência de electricidade em **71 alojamentos**, facto que afecta **72 famílias** e perto de **centena e meia de pessoas**.

No que diz respeito a instalações sanitárias (quadro n.º 2.9) nos alojamentos a tendência mantém-se. Mas, também aqui, deve-se realçar as situações mais precárias no concelho. Repare-se que **centena e meia de alojamentos não dispõem de retrete**, facto que **afecta outras tantas famílias e perto de três centenas de indivíduos**. Também cerca de **nove centenas de alojamentos não**

dispõem de retrete no seu interior, fenómeno que traduz uma **carência para perto de 3000 indivíduos.**

2.9 Alojamentos Familiares Ocupados como Residência Habitual, segundo as Instalações Existentes (Electricidade e Sanitárias) nos Alojamentos do Concelho de Oeiras (2001)						
	Instalações de Electricidade		Instalações Sanitárias			
	Com Electricidade	Sem Electricidade	Com Retrete no Alojamento		Retrete Fora do Alojamento, mas no Edifício	Sem Retrete
			Com Dispositivo de Descarga	Sem Dispositivo de Descarga		
Alojamentos	60852	71	59494	380	897	152
Famílias Clássicas	61620	72	60229	386	920	157
Pessoas Residentes	160563	139	155052	874	2731	290

Fonte: INE, Censos 2001.

O quadro seguinte procede a uma análise mais profunda do tipo de **instalações sanitárias**. E sublinhe-se que mesmo entre os **alojamentos** com retrete no interior, **650 não têm o dispositivo de descarga directamente ligado à rede pública**. Nesta situação encontram-se perto de **700 famílias que abarcam aproximadamente 1900 indivíduos**.

2.10 Alojamentos Familiares Ocupados como Residência Habitual, segundo as Instalações Sanitárias nos Alojamentos do Concelho de Oeiras						
	Instalações Sanitárias Com retrete no Alojamento					
	Com Dispositivo de Descargas			Sem Dispositivo de descargas		
	Ligado à Rede Pública de Esgotos	Ligados a Sistema Particular de Esgotos	Outros Casos	Ligado à Rede Pública de Esgotos	Ligados a Sistema Particular de Esgotos	Outros Casos
Alojamentos	58844	555	95	255	40	85
Famílias Clássicas	59571	563	95	259	40	87
Pessoas Residentes	154957	1539	311	564	103	207

Fonte: INE, Censos 2001.

Com o quadro 2.11 procede-se a uma análise mais detalhada de alguns índices de conforto dos alojamentos familiares ocupados habitualmente como residencial principal: água canalizada, instalação para banho e sistemas de aquecimento.

2.11 Alojamentos Familiares Ocupados como Residência Habitual, segundo as Instalações Existentes (Água Canalizada, Instalação de Banho ou Duche e Sistema de Aquecimento) nos Alojamentos do Concelho de Oeiras, em 2001				
		Alojamentos	Famílias Clássicas	Pessoas Residentes
C/ Água Canalizada no Alojamento	Proveniente da Rede Pública	60419	61182	159324
	Proveniente da Rede Particular	316	318	934
Com Água Canalizada fora do alojamento mas no Edifício		63	63	152
Sem Água Canalizada no Alojamento ou no Edifício	Proveniente de Fontanário ou Bica	80	83	197
	Prove. de Poço ou Furo Particular	5	5	10
	Outra Forma	40	41	85
Instalação de Banho ou Duche	Com Instalação de Banho ou Duche	60441	61205	159643
	Sem Instalação De Banho ou Duche	482	487	1059

Sistema de Aquecimento	Aquecimento Central	3375	3401	9526
	Aquecimento Não Central	44826	45318	117948
	Lareira	6342	6380	18893
	Aparelhos Fixos (na parede, fogões...)	5841	5923	15038
	Aparelhos Móveis (eléctricos, a gás,...)	32643	33015	84017
Sem Aquecimento	12722	12973	33228	

Fonte: INE, Censos 2001.

Se a generalidade dos alojamentos (60923) possui, quer água canalizada (60419), quer instalação para banho (60441), **existe em Oeiras, um conjunto de alojamentos que são carenciados destas condições de habitabilidade.** Assim, apesar de terem **água canalizada em 63 alojamentos e outras tantas famílias,** este recurso **encontra-se fora do alojamento,** facto que afecta **150 pessoas.** E, mais grave, **em 125 alojamentos não existe acesso a água. Sem este recurso elementar estão perto de 130 famílias e mais de três centenas de indivíduos.**

No que diz respeito a **instalações para duche ou banho,** existem no concelho de Oeiras perto de **500 alojamentos que não têm acesso** a esta instalação. Este facto é um entrave para **487 famílias residentes** que se desdobram em **mais de mil indivíduos.**

Dos 60923 alojamentos familiares ocupados, recenseados no concelho de Oeiras, como residência habitual cerca de 79% (48201) possui um qualquer sistema de aquecimento. Entre estes, a incidência vai para o aquecimento não central (44826), preferencialmente em aparelhos móveis (32643). A inexistência de **um sistema de aquecimento no alojamento ainda afecta mais de 33 mil pessoas do concelho, que equivalem a 12973 famílias.** São perto de **13 mil os alojamentos que não possuem qualquer sistema de aquecimento.**

2.12 Alojamentos Clássicos, Segundo a forma de Ocupação, Famílias e Pessoas Residentes, por Época de Construção do Edifício no Concelho de Oeiras											
Época de Construção	Total Geral	Alojamentos Clássicos, segundo a Forma de Ocupação								Famílias Clássicas	Pessoas
		Ocupados			Vagos						
		Residência Habitual	Uso sazonal ou Secundário	Total	Para venda	Para Aluguer	Para Demolição	Outros	Total		
Antes de 1919	1149	817	79	896	20	14	24	195	253	838	1837
De 1919 a 1945	2097	1571	151	1722	16	25	33	301	375	1612	3654
De 1946 a 1960	4780	3877	424	4301	31	80	14	354	479	3966	8846
De 1961 a 1970	13567	11186	1331	12517	107	176	5	762	1050	11366	27340
De 1971 a 1980	25687	20831	2940	23771	259	248	17	1392	1916	21085	53140
De 1981 a 1985	7675	6181	947	7128	130	40	7	370	547	6256	16790
De 1986 a 1990	5925	4991	546	5537	99	33	1	255	388	5019	14606
De 1991 a 1995	5746	4894	518	5412	85	52	1	196	334	4941	14616
De 1996 a 2001	8495	6080	577	6657	1352	82	0	431	1838	6103	18462
Total	75121	60428	7513	67941	2072	750	102	4256	7180	61186	159291

Fonte: INE, Censos 2001.

O quadro 2.12 permite-nos observar que o grande movimento de construção de alojamentos no concelho de Oeiras incidiu principalmente nas décadas de 60 e 70 do século XX. Só nesses 20 anos foram disponibilizados perto de 40 mil alojamentos dos mais de 75 mil existentes no concelho. É no mesmo período que se regista no concelho um acréscimo do contingente de agregados familiares. São cerca de 32500 as famílias clássicas que se estabelecem no concelho de Oeiras no referido período de recenseamento.

Como já foi referido e se pode verificar no quadro 2.12 existe no concelho de Oeiras um total de **16052 edifícios**. Deste total, uma grande parte (mais de 45%) foi construída entre 1961 e 1980, traduzindo ao todo 7233 edifícios. Estas são as duas principais décadas da “metropolização” do concelho.

2.13 Edifícios, Segundo a Época de Construção, no Concelho de Oeiras (2001)											
		Antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2001	TOTAL
Edifícios construídos	N.º	583	989	1451	3192	4041	1648	1521	1131	1496	16052
	%	3,63%	6,16%	9,04%	19,89%	25,17%	10,27%	9,48%	7,05%	9,32%	100,00%
Total acumulado			1572	3023	6215	10256	11904	13425	14556	16052	
Taxa de crescimento			169,64	92,30	105,59	65,02	16,07	12,78	8,42	10,28	

Fonte: INE, Censos 2001.

Como é notório pela análise do quadro anterior (2.13) até 1980 estavam construídos mais de 50% dos actuais edifícios existentes no concelho. Entre os anos 20 e os anos 40 assiste-se a um crescimento do edificado do concelho que toca os 170 pontos positivos. Aliás, é no período alargado que vai até ao início da década de 70 do século XX que se observam os maiores índices de crescimento no domínio da construção de habitação.

2.14 Edifícios, Segundo o Número de Pavimento na Grande Lisboa (2001)								
Zona Geográfica	Edifícios Segundo o Número de Pavimentos							TOTAL
	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	Com 6	Com 7 ou +	
Grande Lisboa	86210	75456	30637	21169	14508	7623	14046	249649
Amadora	3861	2326	1817	2348	1370	664	1059	13445
Cascais	12235	14572	5870	1898	886	475	694	36630
Lisboa	13030	10576	7393	7949	5641	3031	5767	53387
Loures	12374	8419	2585	1449	1297	418	850	27392
Odivelas	4109	4533	1918	1215	838	624	878	14115
Oeiras	2654	5242	3331	1852	1213	546	1214	16052

Sintra	21678	16699	4410	2680	2221	1198	2822	51708
Vila Franca de Xira	5970	3920	1326	1287	886	621	706	14716
Fonte: INE, Censos 2001.								

A partir do quadro 2.14 proceder-se à análise da tipologia dos edifícios existentes no concelho de Oeiras. Este primeiro quadro permite uma comparação entre os diferentes concelhos da Grande Lisboa.

2.15 Edifícios, Segundo o Número de Pavimento na Grande Lisboa (2001)							
Zona Geográfica	Edifícios Segundo o Número de Pavimentos						
	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	Com 6	Com 7 ou +
Grande Lisboa	34,53%	30,22%	12,27%	8,48%	5,81%	3,05%	5,63%
Amadora	28,72%	17,30%	13,51%	17,46%	10,19%	4,94%	7,88%
Cascais	33,40%	39,78%	16,03%	5,18%	2,42%	1,30%	1,89%
Lisboa	24,41%	19,81%	13,85%	14,89%	10,57%	5,68%	10,80%
Loures	45,17%	30,74%	9,44%	5,29%	4,73%	1,53%	3,10%
Odivelas	29,11%	32,11%	13,59%	8,61%	5,94%	4,42%	6,22%
Oeiras	16,53%	32,66%	20,75%	11,54%	7,56%	3,40%	7,56%
Sintra	41,92%	32,29%	8,53%	5,18%	4,30%	2,32%	5,46%
Vila Franca de Xira	40,57%	26,64%	9,01%	8,75%	6,02%	4,22%	4,80%
Fonte: INE, Censos 2001.							

Como se pode concluir pela análise dos dois quadros anteriores (quadros nº 2.14 e nº 2.15), **em Oeiras predominam as duas tipologias base de edifícios com 2 e 3 pavimentos**. Estas duas tipologias concentram mais de metade dos edifícios existentes no concelho. Destaque também para as tipologias de 1 e 4 pavimentos que representam outro quarto dos edifícios existentes.

O próximo quadro permite-nos observar a distinção das diferentes tipologias de edifícios no concelho segundo a sua principal utilização. Aqui distingue-se entre edifícios com uma função principal de residência e os edifícios cuja função principal não é exclusivamente residencial. Os primeiros ainda conhecem um desdobramento entre serem exclusivamente residenciais ou parcialmente não residenciais.

Os edifícios existentes no concelho cuja função é principalmente residencial cifram-se em 15948 unidades que representam 99,35% do total de edifícios do concelho. Entre estes, mais de 89% tinham uma função exclusivamente residencial enquanto 11% assumiam-se como parcialmente residenciais. Os edifícios, cuja função

principal não é destinada prioritariamente a residência, somam 104 unidades, não atingindo 1% do total de edifícios existentes no concelho.

2.16 Edifícios, Segundo o Número de Pavimentos, por Tipo de Edifícios e Número de Alojamentos no Concelho de Oeiras (2001)										
		Edifícios Segundo o Número de Pavimentos								
		Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	Com 6	C/ 7 ou +	TOTAL	
Edifícios principalmente Residenciais	Exclusivamente Residenciais	Com 1 alojamento	2297	3702	1661	271	0	0	0	7931
		Com 2 alojamentos	104	989	364	57	3	0	0	1517
		Com 3 alojamentos	25	80	330	45	2	0	0	482
		Com 4 alojamentos	56	167	90	71	13	0	0	397
		Com 5 a 9 alojamentos	32	45	558	887	408	122	54	2106
		Com 10 a 15 alojamentos	2	11	25	179	451	234	278	1180
		Com 16 ou + alojamentos	4	3	12	44	52	41	478	634
	TOTAL	2520	4997	3040	1554	929	397	810	14247	
	Parcialmente Residenciais	Com 1 alojamento	96	137	41	7	20	3	0	304
		Com 2 alojamentos	5	38	47	7	0	0	0	97
		Com 3 alojamentos	0	17	22	12	3	0	2	56
		Com 4 alojamentos	0	14	37	12	10	0	3	76
		Com 5 a 9 alojamentos	5	5	115	217	149	41	19	551
		Com 10 a 15 alojamentos	0	1	3	27	87	87	124	329
Com 16 ou + alojamentos		0	0	0	3	14	16	255	288	
TOTAL	106	212	265	285	283	147	403	1701		
Edifícios Principalmente Não residenciais	Com 1 alojamento	28	28	22	9	1	2	1	91	
	Com 2 alojamentos	0	4	3	1	0	0	0	8	
	Com 3 alojamentos	0	1	1	0	0	0	0	2	
	Com 4 alojamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Com 5 a 9 alojamentos	0	0	0	2	0	0	0	2	
	Com 10 a 15 alojamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Com 16 ou + alojamentos	0	0	0	1	0	0	0	1	
TOTAL	28	33	26	13	1	2	1	104		
TOTAL		2654	5242	3331	1852	1213	546	1214	16052	

Fonte: INE, Censos 2001.

Como podemos observar pelo quadro seguinte (2.17) **os edifícios destinados exclusivamente a habitação apresentam uma tipologia mais “horizontal” centrada em 1, 2 e 3 pavimentos**, isto é **construção de baixa/média densidade**. Quando nos centramos em edifícios que são parcialmente destinados a habitação a tipologia centra-se em unidades mais altas, com os edifícios de 7 ou mais pavimentos a constituírem-se como a tipologia dominante (24%, do total nesta tipologia) logo secundada pelas tipologias que traduzem edifícios com 4 e 5 pisos.

2.17 Edifícios, Segundo o Número de Pavimentos, por Tipo de Edifícios no Concelho de Oeiras em 2001 (%)								
Função principal		N.º de pavimentos						
		Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	Com 6	C/ 7 ou +
Edifícios principalmente Residenciais	Exclusivamente Residenciais	17,69%	35,07%	21,34%	10,91%	6,52%	2,79%	5,69%
	Parcialmente Residenciais	6,23%	12,46%	15,58%	16,75%	16,64%	8,64%	23,69%
Edifícios Principalmente Não residenciais		26,92%	31,73%	25,00%	12,50%	0,96%	1,92%	0,96%
TOTAL		16,53%	32,66%	20,75%	11,54%	7,56%	3,40%	7,56%

Fonte: INE, Censos 2001.

No que diz respeito ao estado de conservação do parque habitacional do concelho (quadro n.º 2.18) pode-se afirmar que **1/3 dos edifícios se encontram a necessitar de reparação**, com destaque para os **476 que carecem de grandes reparações** e para os **190 que estão considerados muito degradados**.

2.18 Edifícios, Segundo a Época de Construção, por Estado de Conservação no Concelho de Oeiras (2001)										
Estado de Conservação	Época de Construção									TOTAL
	Antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2001	
Sem Necessidade de Reparação	121	286	641	1975	2647	1270	1256	983	1356	10535
Com Necessidades de reparação	395	649	766	1207	1385	378	264	148	135	5327
Pequenas Reparções	137	296	429	894	1034	303	226	125	97	3541
Reparações Médias	149	245	222	243	295	71	30	23	32	1310
Grandes Reparções	109	108	115	70	56	4	8	0	6	476
Muito Degradado	67	54	44	10	9	0	1	0	5	190
TOTAL	583	989	1451	3192	4041	1648	1521	1131	1496	16052

Fonte: INE, Censos 2001.

Como se pode constatar pelos quadros seguintes (2.19 e 2.20) **os edifícios possivelmente mais degradados encontram-se entre os que foram edificados no período anterior a 1960**. No pólo oposto encontramos os edifícios que apresentam menos necessidades de reparação (essencialmente construídos após 1980).

2.19 Edifícios, Segundo a Época de Construção, por Estado de Conservação no Concelho de Oeiras (2001)										
Estado de Conservação	Época de Construção									TOTAL
	Antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2001	
Sem Necessidade de Reparação	1,15%	2,71%	6,08%	18,75%	25,13%	12,06%	11,92%	9,33%	12,87%	65,63%
Com Necessidades de reparação	7,42%	12,18%	14,38%	22,66%	26,00%	7,10%	4,96%	2,78%	2,53%	33,19%
Pequenas Reparções	34,68%	45,61%	56,01%	74,07%	74,66%	80,16%	85,61%	84,46%	71,85%	66,47%
Reparações Médias	37,72%	37,75%	28,98%	20,13%	21,30%	18,78%	11,36%	15,54%	23,70%	24,59%
Grandes Reparções	27,59%	16,64%	15,01%	5,80%	4,04%	1,06%	3,03%	0,00%	4,44%	8,94%
Muito Degradado	16,96%	8,32%	5,74%	0,83%	0,65%	0,00%	0,38%	0,00%	3,70%	3,57%

Fonte: INE, Censos 2001.

2.20 Edifícios, Segundo a Época de Construção, por Estado de Conservação no Concelho de Oeiras (2001)									
Estado de Conservação	Época de Construção								
	Antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2001
Sem Necessidade de Reparação	20,75%	28,92%	44,18%	61,87%	65,50%	77,06%	82,58%	86,91%	90,64%

Com Necessidades de reparação	67,75%	65,62%	52,79%	37,81%	34,27%	22,94%	17,36%	13,09%	9,02%
Fonte: INE, Censos 2001.									

2.21 Edifícios Segundo o Número de Pavimentos por Acessibilidade e por Mobilidade Condicionada e Existência de Elevador no Concelho de Oeiras (2001)								
Acessibilidade e Existência de Elevador	Edifícios segundo o Número de Pavimentos							
	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	Com 6	Com 7 ou +	Total
Tem Rampas de Acesso	159	295	231	84	45	42	168	1024
Com Elevador	0	5	8	6	11	42	168	240
Sem Elevador	159	290	223	78	34	0	0	784
Não Tem Rampas de Acesso e é Acessível	1720	3439	1571	704	478	179	468	8559
Com Elevador	0	8	31	90	238	179	468	1014
Sem Elevador	1720	3431	1540	614	240	0	0	7545
Não Tem Rampas de Acesso e Não é Acessível	775	1508	1529	1064	690	325	578	6469
Com Elevador	0	2	17	56	139	325	578	1117
Sem Elevador	775	1506	1512	1008	551	0	0	5352
TOTAL	2654	5242	3331	1852	1213	546	1214	16052
Fonte: INE, Censos 2001.								

No que respeita a acessibilidades observa-se que perto de **6500 edifícios não possuem as necessárias condições de acesso (rampas)**, pelo que **são dificilmente acessíveis. Apenas mil edifícios estão munidos de rampas** para acesso ao interior e cerca de 8500 apesar de não possuírem as necessárias rampas são facilmente acessíveis.

No domínio da recolha de resíduos sólidos urbanos constata-se que **três centenas e meia de edifícios não possui recolha de resíduos**, e nestes a grande concentração dá-se nos edifícios de apenas um pavimento (255).

2.22 Edifícios Segundo o Número Alojamentos, por existência de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Oeiras (2001)								
Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	Edifícios segundo o Número de Pavimentos							
	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5	Com 6	Com 7 ou +	Total
Com Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	8071	1593	534	469	184	738	4118	15707
Sem Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	255	29	6	4	4	6	41	345
TOTAL	8326	1622	540	473	188	744	4159	16052
Fonte: INE, Censos 2001.								

Dinâmica de construção e movimentos imobiliários.

No plano da **dinâmica imobiliária**, regista-se que a Câmara Municipal de Oeiras, no ano de 2001, emitiu 248 licenças para construção (Fonte: INE, Anuário

Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002, Ed. 2003), das quais **245** (98,8%) se referiam a **novas construções**, sendo **238** (97,1%) de **edifícios para habitação** num conjunto total de **1268 novos fogos**. Dasquelas 248 licenças emitidas, 3 eram referentes a ampliações de edifícios não destinados a habitação.

Como indicadores das tipologias de construção referentes ao ano de 2001 é de salientar que os licenciamentos atribuídos para novas construções resultaram na construção de edifícios com uma média de 4,2 pavimentos por edifício, com 1,3 fogos por pavimento e de 4,8 divisões por fogo. A superfície habitável de cada divisão atingia, em média os 16,2 m² (Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002, Ed. 2003).

Ainda no ano de 2001, foram **concluídas 225** obras de edifícios (Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002, Ed. 2003), das quais 211 (94%) incidiram sobre edifícios para habitação. Destas 225 obras concluídas 222 referiam-se a novos edifícios construídos dos quais **209** foram destinados a **habitação**. Estes 209 edifícios representaram um acréscimo de 1442 novos fogos. As restantes obras concluídas referiram-se a ampliações (1) em edifícios para habitação e 2 restauros, dos quais 1 foi concluído num edifício habitacional.

No plano das **transacções imobiliárias** (Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002, Ed. 2003) salienta-se que foram **transaccionados**, em 2001, no concelho de Oeiras, um total de **4.555 prédios** que em termos financeiros representaram vendas na ordem dos **828.000 milhões de euros**. Destas 4.555 transacções, **4.428** (97,2%) foram referentes a **prédios urbanos** (com um valor global de transacção de 792.154 milhões de euros), dos quais 3.849 (86,9%) se encontravam em propriedade horizontal (e que representaram um valor global de transacção de 313.809 milhões de euros). As restantes transacções (114, 2,5%) foram referentes a prédios urbanos e envolveram, no que a valores de transacção, um total de 23.500 milhões de euros.

Habitação social

Segundo os dados disponibilizados pelos serviços de habitação da Câmara Municipal foram, desde o início do PER até à data, disponibilizados **4717 alojamentos para o regime de “habitação social”**.

Este valor reparte-se em **2713 alojamentos de habitação social e 2004 em regime de contrato de desenvolvimento de habitação**. No global a construção destes alojamentos reporta-se a **22 programas** na área.

2.23 Programas de habitação social por Freguesia e n.º de alojamentos							
Freguesia	Programa	Alojamentos total		Alojamentos de habitação social		Contratos de desenvolvimento de habitação	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Paço de Arcos	Alto da Loba	440	9,33%	440	16,22%	0	0,00%
	Bugio	98	2,08%	98	3,61%	0	0,00%
	Terrugem	156	3,31%	0	0,00%	156	7,78%
Linda-a-Velha	Quinta da Maruja	10	0,21%	10	0,37%	0	0,00%
	Gleba B	78	1,65%	78	2,88%	0	0,00%
	Linda-a-Velha	10	0,21%	10	0,37%	0	0,00%
Oeiras	Pombal	438	9,29%	315	11,61%	123	6,14%
	Bento de J Caraça	40	0,85%	40	1,47%	0	0,00%
Caxias	Laveiras / Caxias	512	10,85%	400	14,74%	112	5,59%
Carnaxide	Moinho da Portela	90	1,91%	90	3,32%	0	0,00%
	Encosta da Portela	364	7,72%	364	13,42%	0	0,00%
	Outurela / Portela	128	2,71%	128	4,72%	0	0,00%
	Páteo dos Cavaleiros	134	2,84%	0	0,00%	134	6,69%
	Alto dos Barrinhos	767	16,26%	0	0,00%	767	38,27%
	Bº São Marçal	319	6,76%	319	11,76%	0	0,00%
	Carnaxide I	52	1,10%	52	1,92%	0	0,00%
	Carnaxide II	43	0,91%	43	1,58%	0	0,00%
Barcarena	Quinta da Politeira I	160	3,39%	160	5,90%	0	0,00%
Porto salvo	Ribeira da Lage	166	3,52%	166	6,12%	0	0,00%
	Moinho das Rolas I	175	3,71%	0	0,00%	175	8,73%
	Moinho das Rolas II	96	2,04%	0	0,00%	96	4,79%
	Bº dos Navegadores	441	9,35%	0	0,00%	441	22,01%
Total		4717	100%	2713	100%	2004	100%

Fonte: CMO, DH, 2003

Em termos de freguesia (quadro n.º 2.24) observa-se que a freguesia de **Carnaxide** se apresenta como aquela que tem sido objecto de mais intervenções neste domínio, com **mais de 40% dos alojamentos construídos** neste regime.

Paço de Arcos (15%) e Porto Salvo (19%), são as freguesias que se colocam na segunda linha das que têm tido mais intervenções neste regime de construção de habitação. No pólo oposto temos Linda-a-Velha (2%) e Barcarena (3%) como as que são objecto de intervenções mais limitadas. Algés, Cruz Quebrada e Queijas

são as três freguesias do concelho que não possuem construção edificada neste regime.

2.24 Habitação social por freguesia, no Concelho de Oeiras, em 2002						
Freguesia	Alojamentos total		Alojamentos de habitação social		Contratos de desenvolvimento de habitação	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Paço de Arcos	694	14,71%	538	19,83%	156	7,78%
Linda-a-Velha	98	2,08%	98	3,61%	0	0,00%
Oeiras	478	10,13%	355	13,09%	123	6,14%
Caxias	512	10,85%	400	14,74%	112	5,59%
Camaxide	1897	40,22%	996	36,71%	901	44,96%
Barcarena	160	3,39%	160	5,90%	0	0,00%
Porto Salvo	878	18,61%	166	6,12%	712	35,53%
Fonte: CMO, DH, 2003						



Gráfico 2.1 (Fonte: CMO, DH, 2003)

Quanto à produção anual de fogos para habitação social, o grande volume de construção respeita essencialmente à década de 90 do século passado e aos primeiros anos deste século, tendo só aqui sido disponibilizados mais de três mil fogos. A primeira metade dos anos 80 é a que revela menos construção nestes regimes.

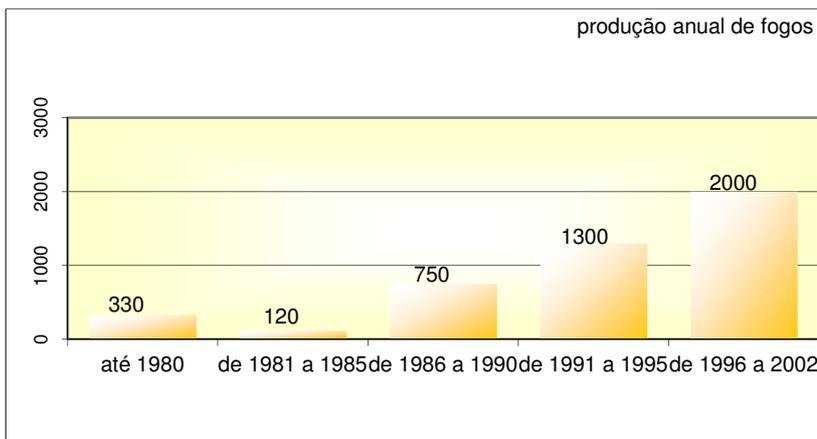


Gráfico 2.2 (Fonte: CMO, DH, 2003)

No que respeita às populações residentes em habitação social podemos observar que os **grupos etários** que mais beneficiam deste tipo de programas são os das **idades entre os 0 e os 19 anos e entre os 20 e os 39 anos**. Estamos então perante uma **faixa de população jovem que denota dificuldades socioeconómicas para aceder ao mercado “comercial” de habitação**.

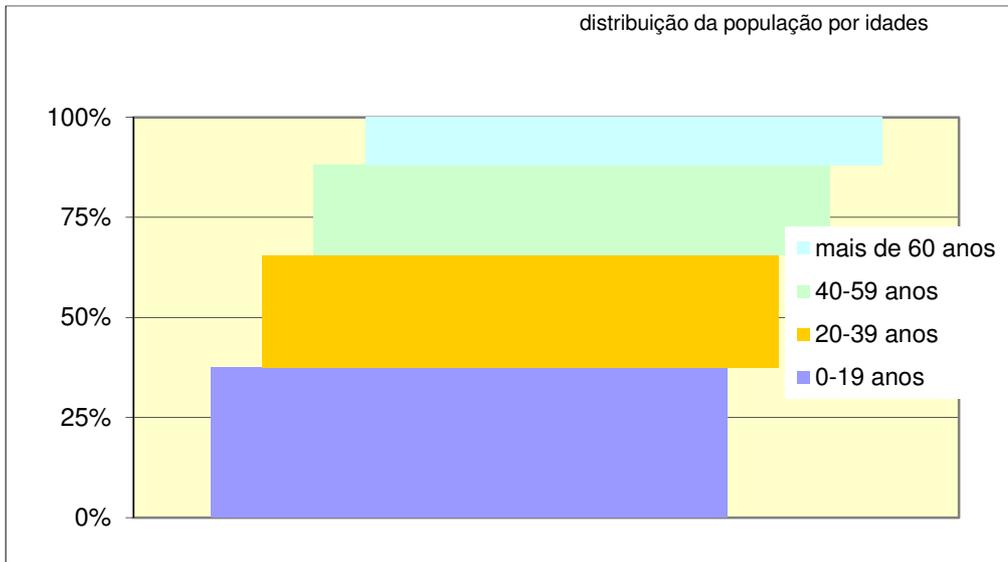


Gráfico 2.3 (Fonte: CMO, DH, 2003)

No que se refere à origem/ascendência da população que usufrui destes alojamentos observa-se que os dois grupos maioritários referem-se a indivíduos de nacionalidade portuguesa (44,2%) e de origem cabo-verdiana (40,1%). Só entre

estes dois grupos encontramos mais de **80% do total da população** que está integrada nestes contextos habitacionais.

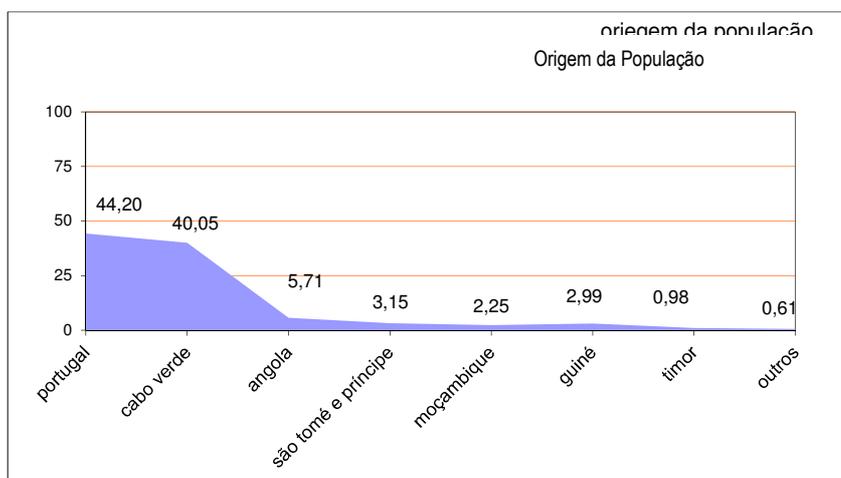


Gráfico 2.4 (Fonte: CMO, DH, 2003)

Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's)

As AUGI's traduzem um regime de construção que habitualmente se designa de clandestino. O seu grande folgo acontece entre as décadas de 60 e 70 do século XX. Em Oeiras são **11 os bairros** edificados neste regime, que abarcam **75 hectares** do território concelhio. Estas construções abrangem **1312 fogos** e **4536 habitantes**.

2.25 – AUGI's, no concelho de Oeiras, segundo o n.º de habitantes, n.º de fogos, n.º de lotes, n.º de lotes com construção, n.º de construções licenciadas e n.º de construções com licença de utilização, em 2002						
AUGI	Habitantes	Fogos	Lotes	Lotes c/ construção	Construções licenciadas	Construções c/ licença de utilização
Pedreira Italiana	1200	260	186	160	80	35
Laje	1100	474	350	308	21	0
Casal das Chocas	1024	310	665	257	80	38
Leião	448	47	98	58	16	2
Marchante	43	10	48	8	0	0
Gandarela	250	75	52	35	21	12
Outeiro de Leceia	128	40	41	10	0	0
Leceia Sul	135	40	30	30	0	0
Calçada do Moinho	112	35	63	32	0	0
Ota da Bica do Sargento	32	1	29	10	2	0
Bateria do Torneiro	64	20	10	8	0	0

Total	4536	1312	1572	916	220	87
Fonte: CMO, DMPUH/DPE, 2002						

No plano concelhio, estes 4536 indivíduos residentes em áreas urbanas de génese ilegal traduzem um peso relativo de 2,8% na população residente no concelho de Oeiras. Já no que respeita a fogos, os 1312 detectados nestas áreas representam, perante a totalidade dos alojamentos familiares clássicos recenseados no concelho, em 2001, um peso relativo de 1,7%.

Na distribuição dos habitantes pelos 11 bairros pode constatar-se que 73,3% dos **4536** habitantes se encontram **concentrados em 3 bairros**: a **Pedreira Italiana** com **1200** habitantes, a **Laje** com **1100** e o **Casal das Chocas** com **1024**. Depois temos 8 bairros que totalizam 1212 habitantes (26,7%). Entre estes os mais numerosos são Leião com **448** habitantes e Gandarela com 250 habitantes.

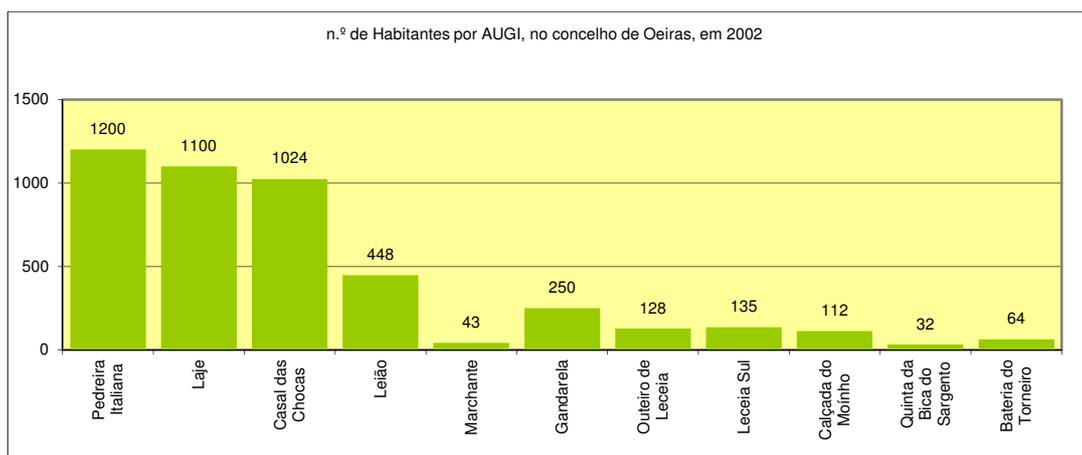


Gráfico 2.5 - Fonte: CMO, DMPUH/DPE, 2002

No que respeita a fogos, em áreas de AUGI, estão quantificados um total de 1312. A Laje com 474, o Casal das Chocas com 310 e a Pedreira Italiana com 260, são as áreas que apresentam o maior número de fogos. Todas as outras áreas apresentam valores inferiores a uma centena. De entre estes, a Gandarela é AUGI com mais fogos, 75.

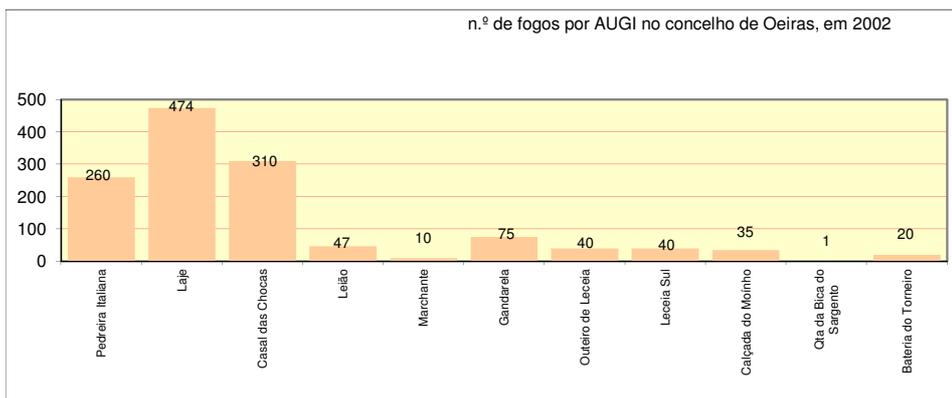


Gráfico 2.6 Fonte: CMO, DMPUH/DPE, 2002

Num plano global, a relação média habitantes por fogo em AUGI no concelho situa-se nos 3,5 habitantes por fogo. Acima deste valor encontramos as AUGI's de Leião (9,5), da Pedreira Italiana (4,6) e de Marchante (4,3). Todas as restantes situam os valores entre os 3,2 e os 3,4, com excepção da Laje que se situa no 2,3 habitantes por fogo.

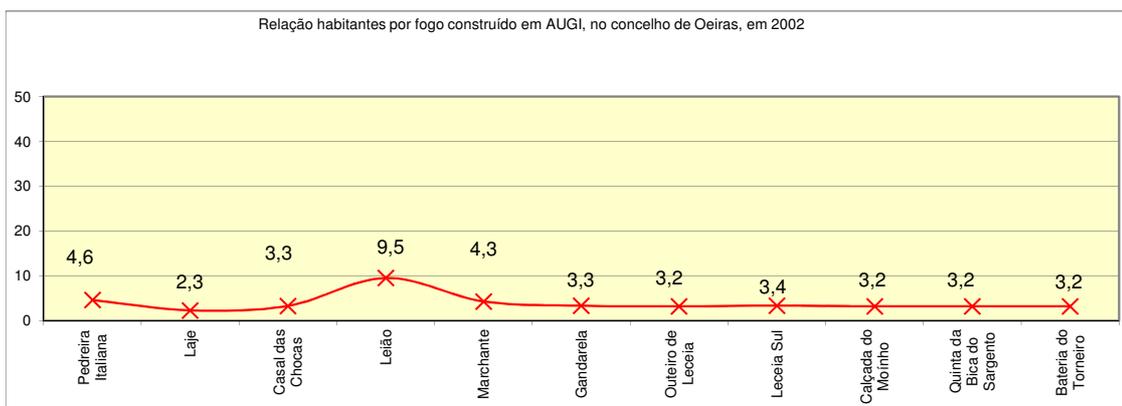


Gráfico 2.7 Fonte: CMO, DMPUH/DPE, 2002

Enquanto fenómeno de construção “ilegal”, as AUGI afectam seis das dez freguesias do concelho, a saber: Barcarena, Carnaxide, Caxias, Paço de Arcos, Porto Salvo e Queijas.

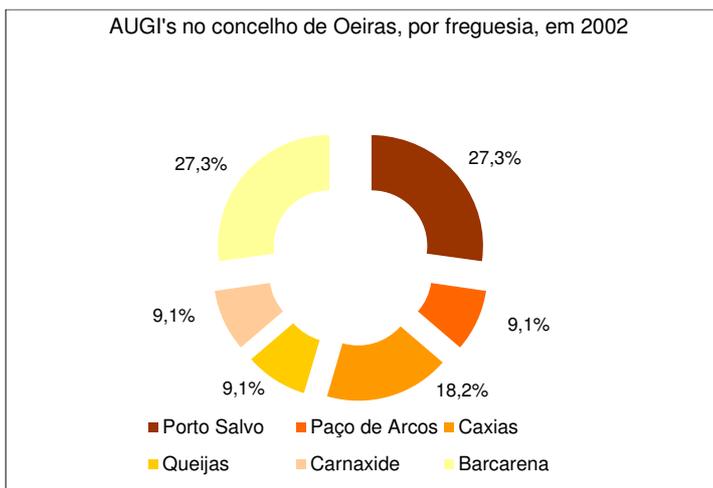


Gráfico 2.8 Fonte: CMO, DMPUH/DPE, 2002

A dimensão que este fenómeno atinge, no que respeita ao número de bairros existentes nestas seis freguesias, é variável. Impõe-se de forma mais vincada em duas freguesias, Barcarena e Porto Salvo cada uma com 27,3% dos bairros; depois temos Caxias com 18,2% dos bairros; e, no fim, as restantes três freguesias, cada uma com 9,1% dos 11 bairros classificados como AUGI.

No que respeita à distribuição da totalidade dos habitantes neste tipo de aglomerados, pode-se perceber que é a freguesia de Porto Salvo que agrega o maior número de habitantes em AUGI's, são 2572 habitantes, o que representa 56,7% do total de indivíduos recenseados em AUGI's. O peso relativo da população residente em áreas ilegais representa, nesta freguesia, 18,7% da sua população total. Caxias aparece como segunda freguesia do concelho a acolher habitantes em aglomerados de génese ilegal com 1243 indivíduos, representando 27,4% deste conjunto. A população das AUGI's de Caxias representa, na população total da freguesia, 14,3%.

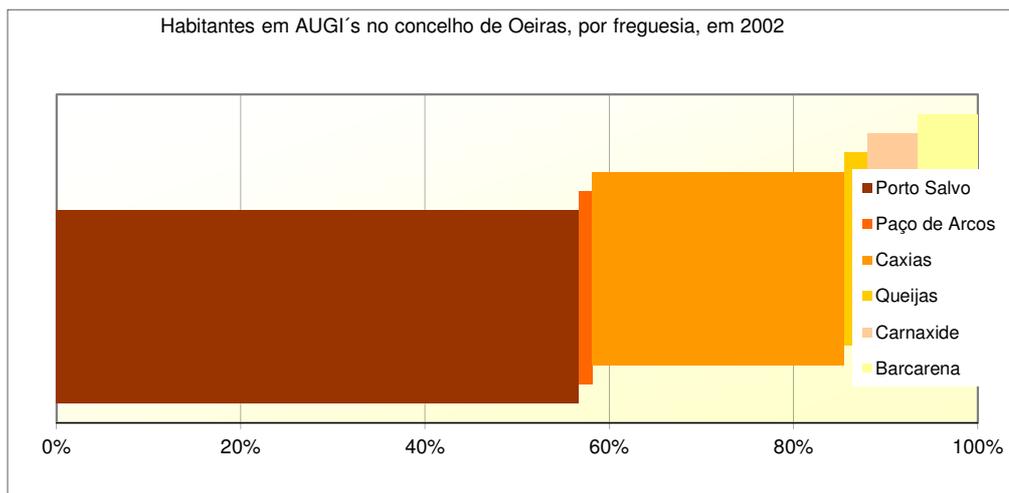


Gráfico 2.9 Fonte: CMO, DMPUH/DPE, 2002

Em Barcarena concentram-se 6,5% dos habitantes a residirem nos aglomerados de génese ilegal do concelho, o que traduz um total de 295 indivíduos presentes em AUGI's. Estes 295 indivíduos assumem perante a população da freguesia um peso relativo de 2,5%. A AUGI de Carnaxide conta com 250 habitantes, o que para o conjunto da população residente em bairros de génese ilegal assume um valor de 5,5%. No conjunto da população residente na freguesia de Carnaxide estes 250 habitantes traduzem um peso relativo de 1,2%. A freguesia de Queijas conta com 112 indivíduos residentes em área de génese ilegal, valor que traduz um peso relativo de 2,5% no conjunto da população residente em AUGI, e 1,3% no total de população residente na freguesia. Por fim, Paço de Arcos, deste conjunto de seis freguesias, é aquela que tem menos habitantes em área de génese ilegal (64), representando 1,4% dos 4536 residentes em AUGI's. Estes 64 habitantes representam apenas 0,4% da população residente na freguesia de Paço de Arcos.

Na distribuição dos fogos (assumidos como alojamentos familiares clássicos) pelas seis freguesias do concelho com áreas urbanas de génese ilegal pode-se constatar que Porto Salvo é a freguesia com mais unidades, totalizando 831, que representam 63,3% dos 1312 recenseados em AUGI's. Ao nível da freguesia de Porto Salvo, estes 831 alojamentos representam 14,4% dos alojamentos recenseados nos censos 2001.

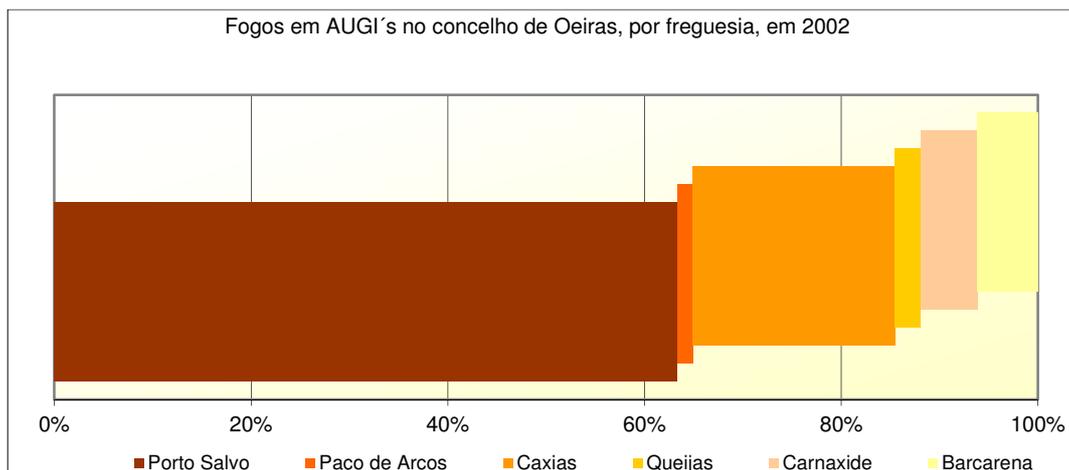


Gráfico 2.10 Fonte: CMO, DMPUH/DPE, 2002

A freguesia de Caxias conta com 270 alojamentos incluídos em AUGI's o que no conjunto dos alojamentos que são identificados nestas áreas representa 20,6%. Perante a totalidade dos alojamentos recenseados pelo INE em 2001, nesta freguesia, estes 270 representam 8,7% num universo de 3086 alojamentos familiares clássicos.

As restantes 4 freguesias (Barcarena, Carnaxide, Paço de Arcos e Queijas) concentram um total de 211 alojamentos (16,1%), não atingindo nenhuma delas a centena de alojamentos. No caso de Barcarena estão identificados 81 alojamentos (6,2%) que para a freguesia representam 1,6% dos alojamentos aí recenseados pelo INE em 2001. Para Carnaxide, os 75 alojamentos (5,7%) em AUGI traduzem um peso relativo de 0,8% do total de alojamentos familiares da freguesia. No caso de Queijas são identificados 35 (2,7%) alojamentos na AUGI demarcada na freguesia, o que representa, perante a globalidade dos alojamentos familiares recenseados em 2001, 1%. Paço de Arcos conta com 20 fogos (1,5%) recenseados que perante os 8566 alojamentos da freguesia assume um peso relativo de 0,2%.

III – Caracterização Sócio-Económica

Para uma melhor percepção dos dinamismos sócio-económicos do concelho seleccionaram-se um conjunto de indicadores do INE/Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo de 2002 (INE, 2003) que permitem uma visão geral dos recursos económicos e financeiros imediatamente à vista.

Relativamente ao **volume de vendas** nas cerca de **6.600 sociedades sediadas** no Concelho de Oeiras, em finais de 2000, é de evidenciar a preponderância deste concelho (aproximadamente **13,6 biliões de euros**, 12,720 milhões de contos) no total do volume de vendas nas Sociedades com sede na Grande Lisboa (cerca de 123 biliões de euros), na medida em que se posiciona em 2º lugar, a seguir a Lisboa, com grande distância dos restantes concelhos da GL (o 3º é Sintra, com aproximadamente 8,5 biliões de euros). Aqui destacavam-se mais claramente as empresas ligadas ao **Comércio** (60% do total do volume de vendas), seguindo-se as empresas relacionadas com a **Indústria** (15%) e as **empresas de Construção** (10,7%). Ainda com alguma significância surgem as empresas relacionadas com as **Outras actividade de serviços prestados às empresas** (8,5%).

Durante o ano de **2002** registaram-se **658 constituições de novas Sociedades** (8,3% da GL), com grande destaque para as **Outras actividade de serviços prestados às empresas** (225; 34%); e, com menor incidência, para o Comércio (26%), as Actividades de Natureza Social (15,3%) e a Construção (9%). No comércio intracomunitário, em 2000, o concelho tinha **439 empresas de recepção** (na ordem dos 3,2 biliões de euros) e **68 de expedição** (na ordem dos 233 milhões de euros), o que demonstra um saldo claramente negativo em termos de "balança comercial" – tendência aliás encontrada na GL –, e no comércio extra comunitário foram registadas 521 empresas com importação (na ordem de 360 milhões de euros) e 331 com exportação (na ordem dos 152 milhões de euros). Apesar do nítido saldo negativo entre o conjunto de recepções e o conjunto das expedições, temos sinais diversos de alguma vitalidade empresarial.

Relativamente ao sector do **Turismo**, os dados mais recentes de que se dispõe (Anuário 2002, INE 2003) referem-se a 2001: 4 (1,6% da GL) estabelecimentos de hotelaria (incluindo hotéis, pensões e outros), com um total de **243 quartos** e uma lotação para 483 hóspedes. Hospedaram-se no concelho, ao longo do ano de 2001, à volta de **38.184 residentes ocasionais**, que permaneceram em média cerca de **2 dias**, o que representa **apenas cerca de 1% dos perto 2,400,000 hóspedes que a região da Grande Lisboa acolheu.**

No plano de **consumos** reveladores de vida activa (residencial e económica), recorrendo também aos indicadores mais recentes (Anuário 2002, INE 2003), constata-se que em 2001 foram consumidos no concelho **606.345 milhares de kWh de electricidade**, dos quais 173.086 no plano Doméstico (no fundo, configuram a malha de núcleos familiares residenciais activos), 98 em Agricultura, 107.062 na Indústria, sendo de notar a importância relativa da Indústria, e 50.133 na Iluminação (edifícios do Estado e de utilidade Pública e vias públicas).

No plano dos **movimentos bancários** (Anuário 2002, INE 2003), o concelho tinha em 2001, **98 agências** com um volume de depósitos na ordem de **1 bilião e 605 milhões de euros (cerca de 320 milhões de contos)**. O volume de **créditos** concedidos no mesmo ano é maior do que o volume de depósitos, ou seja, perto de **2 biliões e 84 milhões de euros (cerca de 420 milhões de contos)**, dos quais cerca de **1 bilião e 69 milhões se destinaram ao crédito à habitação**. Em 2002 havia **194 caixas Multibanco**, onde se efectuaram cerca de 14 milhões de operações, atingindo-se um valor de perto de **366 milhões** de euros, numa média de 1 milhão de euros/dia (cerca de 7,8% dos movimentos monetários quotidianos da GL).

Em 2001, a Câmara Municipal teve **receitas e despesas anuais** na ordem dos **118 milhões** de euros (cerca de 236 milhões de contos), **4ª posição** da Região da GL, com 10% (a seguir a Lisboa, a Sintra e a Cascais).

TECIDO EMPRESARIAL NO CONCELHO DE OEIRAS

Ao serem focados os grandes números recentes relativos ao tecido empresarial, com dados de 2001 (Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2002, INE 2003), constata-se que operam no Concelho de Oeiras **17.412 empresas** (representando aproximadamente 7% do total de empresas com sede na Grande Lisboa), das quais, **6.631 são Sociedades** com sede no concelho, destacando-se a importância da posição relativa das Sociedades ligadas ao **“Comércio por Grosso e a Retalho” (33,3%)** e às **“Actividades Imobiliárias, Alugueres e serviços prestados às empresas” (25,2%)**. Estas áreas de actividade económica abrangem, em conjunto, quase 60% do total de sociedades sedeadas no concelho, o que revela um peso elevado das sociedades ligadas ao **Sector Terciário** – cenário este que acompanha a tendência verificada na Grande Lisboa e nos concelhos vizinhos.

3.1 Número de Empresas com Sede nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa segundo CAE3, em 31.12.2001								
Classificação das actividades económicas (Rev.2)	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	185	1,1	266	1,3	1001	1,1	2989	1,3
Pesca								
Indústrias extractivas	3	0,0	11	0,1	33	0,0	121	0,1
Indústrias transformadoras	1004	5,8	1406	6,7	5440	5,9	17401	7,4
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	17	0,1	2	0,0	73	0,1	114	0,0
Construção	2838	16,3	3804	18,0	9534	10,3	36997	15,7
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e dom.	5987	34,4	7109	33,7	33580	36,4	84655	36,0
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1150	6,6	1798	8,5	7665	8,3	18252	7,8
Transportes, armazenagem e comunicações	441	2,5	484	2,3	4075	4,4	8599	3,7
Actividades financeiras	1200	6,9	1037	4,9	4943	5,4	11438	4,9
Act. Imobiliárias, alugueres e serviços prest. às empresas	3285	18,9	3580	16,9	19032	20,6	39241	16,7
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória								
Educação								
Saúde e acção social								
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	1302	7,5	1629	7,7	6955	7,5	15587	6,6
Famílias com empregados domésticos								
Organismos internacionais e outras inst. extra-territoriais								
TOTAL	17412	100,0%	21126	100,0%	92331	100,0%	235394	100,0%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE 2003

Analisando a evolução desde 1997 a 2001, ao nível das sociedades, pode dizer-se que o crescimento verificado continuamente ocorre de 1997 a 1999, na generalidade das actividades (+29,42%), embora com maior incidência em actividades ligadas aos **Serviços**.⁶

3.2 Número de Sociedades com Sede nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa segundo CAE3, em 31.12.2001								
Classificação das actividades económicas (Rev.2)	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	34	0,5	62	0,8	422	0,9	724	0,8
Pesca								
Indústrias extractivas	1	0,0	6	0,1	31	0,1	78	0,1
Indústrias transformadoras	413	6,2	480	6,3	2582	5,6	6914	7,6
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	17	0,3	2	0,0	73	0,2	111	0,1
Construção	659	9,9	832	10,9	2947	6,4	9239	10,1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e dom.	2208	33,3	2396	31,5	14756	31,9	29797	32,7
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	647	9,8	910	11,9	5464	11,8	10128	11,1
Transportes, armazenagem e comunicações	244	3,7	303	4,0	2950	6,4	5556	6,1
Actividades financeiras	49	0,7	52	0,7	714	1,5	932	1,0
Act. Imobiliárias, alugueres e serviços prest. às empresas	1668	25,2	1741	22,9	12043	26,1	19759	21,7
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória								
Educação								
Saúde e acção social								
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	691	10,4	833	10,9	4231	9,2	7865	8,6
Famílias com empregados domésticos								
Organismos internacionais e outras inst. extra-territoriais								
TOTAL	6631	100,0%	7617	100,0%	46213	100,0%	91103	100,0%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE 2003

⁶ Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 1997, 1999 e 2003.

Relativamente ao Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede em Oeiras, constata-se que, no conjunto das **6.631 Sociedades**, estavam empregados, em fins de 2001, **74.231 activos**, com 2 contingentes mais significativos: 21.808 no **Comércio** e 19.793 nas **Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas**. Saliente-se, ainda, o peso significativo de pessoal ao serviço verificado na Indústria Transformadora (11.774) e na Construção (9.333). Por último, há que ressaltar a importância crescente das sociedades nas áreas de **intervenção social** (educação, saúde, saneamento, associativismo e lazer) que empregavam, em conjunto, **3.243 trabalhadores**.

3.3 Pessoal ao Serviço nas Sociedades com Sede nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa segundo CAE3, em 31.12.2001								
Classificação das actividades económicas (Rev.2)	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Actividades mal definidas	54	0,1	34	0,1	0	0,0	0	0,0
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	212	0,3	175	0,4	3133	0,6	4367	0,5
Pesca								
Indústrias extractivas	----	0,0	----	0,0	901	0,2	1431	0,2
Indústrias transformadoras	11774	15,9	6548	16,6	37656	7,3	121233	14,8
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	----	0,0	----	0,0	13290	2,6	13787	1,7
Construção	9333	12,6	3862	9,8	30129	5,8	65103	7,9
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e dom.	21808	29,4	11050	28,0	108915	21,1	193518	23,6
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	6223	8,4	6306	16,0	44157	8,6	68133	8,3
Transportes, armazenagem e comunicações	1287	1,7	3667	9,3	85383	16,6	99386	12,1
Actividades financeiras	504	0,7	105	0,3	50109	9,7	51146	6,2
Act. Imobiliárias, alugueres e serviços prest. às empresas	19793	26,7	4053	10,3	112809	21,9	155208	18,9
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3243	4,4	3613	9,2	28575	5,5	45989	5,6
Educação								
Saúde e acção social								
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais								
Famílias com empregados domésticos								
Organismos internacionais e outras inst. extra-territoriais								
TOTAL	74231	100,0%	39413	100,0%	515057	100,0%	819301	100,0%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE 2003

O tecido empresarial do concelho de Oeiras, ao longo da última década, tem sido marcado por uma **estratégia de desenvolvimento** e incentivo à instalação e estruturação de **Parques de Ciência e Tecnologia e de Zonas Económicas** (de concentração de operadores), numa aposta clara para que o concelho cultive a sua vocação como **núcleo duro metropolitano de inovação e sinergias nas dinâmicas socio-económicas e nas mobilidades do mercado de trabalho e de emprego**. Conforme Quadro N.º 3.4, do conjunto geral das empresas e sociedades, podem, de certa forma, destacar-se as 215 que operam nos 3 Parques de Ciência e Tecnologia, que proporcionam cerca de 11.400 postos de trabalho, a que se devem

acrescentar as 429 que estão sedeadas em 3 zonas industriais e empresariais de especial relevância, que empregam 24.900 pessoas.

3.4 Principais Parques de Ciência e Tecnologia e Zonas Económicas do Concelho de Oeiras				
Zonas	Empresas	Especialização (%)	Postos de trabalho	Volume de vendas (€x1000)
Taguspark	135	75 ICT	6.500	1.000.000
Quinta da Fonte	60	23 ICT 27 Farmácia	3.000	2.850.000
Lagoas Park	20	40 ICT 40 Construção	1.900	800.000
C.I. da Quinta do Marquês	8	90 Biociência 10 Administração Pública	1.900	-----
ZIE Carnaxide	220	12 ICT 11 Equipamentos 10 Alimentação	12.000	4.400.000
Miraflares	201	18 ICT 15 Habitação 13 financeiro	11.000	4.200.000
Total	644		36.300	13.250.000
Fonte: CMO/GDM, 2003				

PERFIL DA POPULAÇÃO ACTIVA RESIDENTE NO CONCELHO

Analisando a população com 15 ou mais anos por condição perante a actividade económica, com base no Censo 2001, constata-se que **no Concelho de Oeiras residem 87.167 indivíduos com actividade económica (aproximadamente 63%** do total de população com mais de 15 anos a residir no concelho – 139.443) e **52.276 pessoas sem qualquer actividade económica (37%)**. Desagregando a população que **desempenha uma actividade económica**, verifica-se que 82.538 têm idades compreendidas entre os 15 e os 60 anos (41.175 homens e 41.363 mulheres) e que os restantes 4.629 têm mais de 60 anos (2.665 homens e 1.964 mulheres). Esta desagregação por género, revela um grande equilíbrio na estrutura por sexos, nomeadamente no primeiro grupo etário.

Relativamente à população que **não exerce qualquer actividade económica**, 25.473 estão no grupo etários dos 15 aos 60 anos (existindo 10.636 homens e 14.837 mulheres) e 26.803 têm mais de 60 anos (10.663 homens e 16.140 mulheres) – este equilíbrio de valores no que remete para as idades, indica a existência de uma percentagem significativa de indivíduos, ainda em idade activa, sem qualquer actividade económica (48,7%). Ao contrário do que se passava na população com actividade económica, neste grupo verifica-se uma maior predominância por parte do sexo feminino.

Actualmente, no Concelho de Oeiras, verifica-se que o **"grupo dos activos"** que suportam, quer o peso dos seus ascendentes idosos, quer o encargo dos seus

descendentes – crianças e jovens, é **reduzido**, já que, em média, cada um dos "activos" tem que ganhar por dois.

Comparativamente aos concelhos vizinhos e à Grande Lisboa, constata-se que, no Concelho de Oeiras, a proporção de mulheres com actividade económica (com idade entre os 15 e os 60 anos) apresenta valores mais elevados. Por outro lado, observando a população sem actividade económica (também na mesma faixa etária), verifica-se que a percentagem de mulheres, quer em Oeiras, quer em Lisboa, assume valores inferiores à tendência encontrada para a Grande Lisboa.

3.5 População Residente com 15 ou mais anos por Condição Perante a Actividade Económica, Sexo e Grupos Etários nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001										
Condição perante a actividade económica			Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
			N	%	N	%	N	%	N	%
Pop. com actividade económica	15 a 60 anos	HM *	82538	100,0%	85094	100,0%	248511	100,0%	967679	100,0%
		H **	41175	49,9%	43475	51,1%	125012	50,3%	499774	51,6%
		M **	41363	50,1%	41619	48,9%	123499	49,7%	467905	48,4%
	Mais de 60 anos	<u>HM</u> *	4629	100,0%	5486	100,0%	22917	100,0%	55910	100,0%
		<u>H</u> **	2665	57,6%	3140	57,2%	11882	51,8%	31194	55,8%
		<u>M</u> **	1964	42,4%	2346	42,8%	11035	48,2%	24716	44,2%
Pop. sem actividade económica	15 a 60 anos	<u>HM</u> *	25473	100,0%	26530	100,0%	86522	100,0%	298310	100,0%
		<u>H</u> **	10636	41,8%	10467	39,5%	36495	42,2%	118862	39,8%
		<u>M</u> **	14837	58,2%	16063	60,5%	50027	57,8%	179448	60,2%
	Mais de 60 anos	<u>HM</u> *	26803	100,0%	27772	100,0%	141159	100,0%	338786	100,0%
		<u>H</u> **	10663	39,8%	10882	39,2%	51127	36,2%	131292	38,8%
		<u>M</u> **	16140	60,2%	16890	60,8%	90032	63,8%	207494	61,2%

Fonte: INE, Censos 2001

Desagregando a população residente com 15 ou mais anos e com actividade económica, observa-se que, dos 87.167 indivíduos residentes, **81.010 (92.9%) se encontram empregados**, sem distinções significativas na estrutura por sexo, quando no total da Grande Lisboa é constatada uma diferença de 5% a favor do sexo masculino. Em relação aos **6.157 desempregados** (7,1% - taxa de desemprego semelhante à calculada para a Grande Lisboa), aquando das operações para os Censos de 2001, observa-se, embora com valores muito próximos, uma maior taxa de desemprego entre as mulheres.

3.6 População residente com actividade económica, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante a actividade económica (sentido lato) nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001									
Condição (com actividade económica)		Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Empregada	HM *	81010	92,9%	84307	93,1%	251444	92,6%	951067	92,9%
	H **	40829	50,4%	43689	51,8%	126594	50,3%	496942	52,3%
	M **	40181	49,6%	40618	48,2%	124850	49,7%	454125	47,7%
Desempregada	<u>HM</u> *	6157	7,1%	6273	6,9%	19984	7,4%	72522	7,1%
	<u>H</u> **	3011	48,9%	2926	46,6%	10300	51,5%	34026	46,9%
	<u>M</u> **	3146	51,1%	3347	53,4%	9684	48,5%	38496	53,1%
Total	<u>HM</u> *	87167	100,0%	90580	100,0%	271428	100,0%	1023589	100,0%
	<u>H</u> **	43840	50,3%	46615	51,5%	136894	50,4%	530968	51,9%
	<u>M</u> **	43327	49,7%	43965	48,5%	134534	49,6%	492621	48,1%

Fonte: INE, Censos 2001

* Percentagem face ao total do Concelho

** Percentagem face ao total (HM) de cada condição.

Relativamente aos 52.276 indivíduos residentes, com mais de 15 anos, que não possuem qualquer actividade económica, observa-se que existe uma **preponderância (54%) de reformados**, aposentados ou na reserva (28.205, dos quais 44,2% são homens e 55,8% são mulheres, seguindo-se os **12.448 (23,8%) estudantes**. Ressalve-se ainda os **10% de domésticos**, por se apresentar com uma população esmagadoramente feminina.

3.7 População residente sem actividade económica, com 15 ou mais anos, segundo condição perante a actividade económica nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001									
Condição (sem actividade económica)		Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Estudante	HM *	12448	23,8%	11841	21,8%	38907	17,1%	130161	20,4%
	H **	6130	49,2%	5804	49,0%	18887	48,5%	62588	48,1%
	M **	6318	50,8%	6037	51,0%	20020	51,5%	67573	51,9%
Doméstica	HM *	5615	10,7%	6936	12,8%	19919	8,7%	73786	11,6%
	H **	30	0,5%	71	1,0%	163	0,8%	485	0,7%
	M **	5585	99,5%	6865	99,0%	19756	99,2%	73301	99,3%
Reformada, aposent. ou na reserva	HM *	28205	54,0%	27782	51,2%	142670	62,7%	352080	55,3%
	H **	12463	44,2%	12153	43,7%	56512	39,6%	150110	42,6%
	M **	15742	55,8%	15629	56,3%	86158	60,4%	201970	57,4%
Incapacitado para o trabalho	HM *	1568	3,0%	2019	3,7%	7815	3,4%	23134	3,6%
	H **	668	42,6%	952	47,2%	3487	44,6%	10592	45,8%
	M **	900	57,4%	1067	52,8%	4328	55,4%	12542	54,2%
Outras condições	HM *	4440	8,5%	5724	10,5%	18370	8,1%	57935	9,1%
	H **	2008	45,2%	2369	41,4%	8573	46,7%	26379	45,5%
	M **	2432	54,8%	3355	58,6%	9797	53,3%	31556	54,5%
Total	HM *	52276	100,0%	54302	100,0%	227681	100,0%	637096	100,0%
	H **	21299	40,7%	21349	39,3%	87622	38,5%	250154	39,3%
	M **	30977	59,3%	32953	60,7%	140059	61,5%	386942	60,7%

Fonte: INE, Censos 2001

* Percentagem face ao total do Concelho

** Percentagem face ao total (HM) de cada condição.

Como vem sendo referido para 2001, contabilizaram-se 87.167 munícipes economicamente activos, cifrando-se a **taxa de actividade em 53,8%**, um aumento de quatro pontos percentuais no último período intercensitário (com **um aumento significativo da taxa de actividade feminina**).

3.8 Taxa de Actividade, segundo sexo nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 1991 e 2001								
Taxa de Actividade (%)	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
HM	49,6	53,8	49,0	53,1	45,7	48,1	48,5	52,6
H	55,8	57,0	56,0	57,4	53,4	53,1	56,3	57,3
M	43,9	50,8	42,4	49,1	39,2	43,9	41,5	48,3

Fonte: INE, Censos 2001

Por analogia, observa-se que o Concelho de Oeiras detém uma taxa mais elevada relativamente aos Concelhos de Cascais e de Lisboa e, da mesma forma, à encontrada no conjunto da Grande Lisboa. Esta ligeira “superioridade” deve-se ao incremento, de certo modo generalizado, da taxa de actividade feminina.

Uma leitura transversal do Quadro seguinte permite verificar que, dos 139.443 indivíduos residentes com 15 ou mais anos (sem contar com os valores relativos à variável “trabalho” – na medida em que se constitui privilegiadamente no principal meio de vida), uma grande fatia é economicamente dependente, quer do Estado (existindo **29.601 pessoas a usufruir de subsídios ou reformas – 21,2%** - posicionando-se, como Cascais, acima da tendência da G.L.), quer da família (16,9% da população residente).

3.9 População residente, com 15 ou mais anos, segundo principal meio de vida nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001								
Principal meio de vida	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	N	%	N	%	N	%	N	
Trabalho	78574	56,3%	81614	56,3%	243965	48,9%	929757	56,0%
Rend. da propriedade e da empresa	1022	0,7%	1673	1,2%	5044	1,0%	12413	0,7%
Subsídio de desemprego	3020	2,2%	2824	1,9%	10194	2,0%	38580	2,3%
Subsídio temp. p/ acid. de trabalho	408	0,3%	403	0,3%	1537	0,3%	5870	0,4%
Outros subsídios temporários	326	0,2%	383	0,3%	1337	0,3%	4121	0,2%
Rendimento mínimo garantido	520	0,4%	609	0,4%	3195	0,6%	7528	0,5%
Pensão/reforma	29601	21,2%	29252	20,2%	148502	29,8%	369720	22,3%
Apoio social	324	0,2%	325	0,2%	1992	0,4%	4518	0,3%
A cargo da família	23546	16,9%	24229	16,7%	74980	15,0%	261674	15,8%
Outra situação	2102	1,5%	3570	2,5%	8363	1,7%	26504	1,6%

Total	139443	100,0%	144882	100,0%	499109	100,0%	1660685	100,0%
-------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	--------

Fonte: INE, Censos 2001

3.10- População Residente Segundo Grupo Sócio-económico e Sexo nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001						
Grupo Sócio-económico	Total		Homens		Mulheres	
	N	%	N	%	N	%
Empresários c/ Prof. Intelectuais, científicas e técnicas	458	0,3%	280	0,4%	178	0,2%
Empresários da Indústria, comércio e serviços	927	0,6%	458	0,6%	469	0,6%
Empresários do sector primário	9	0,0%	9	0,0%	0	0,0%
Pequenos patrões c/ profissões intelectuais e científicas	1004	0,6%	613	0,8%	391	0,5%
Pequenos patrões c/ profissões médias intermediárias	721	0,4%	514	0,7%	207	0,2%
Pequenos patrões da indústria	1018	0,6%	824	1,1%	194	0,2%
Pequenos patrões do comércio e serviços	3472	2,1%	1907	2,5%	1565	1,8%
Pequenos patrões do sector primário	47	0,0%	35	0,0%	12	0,0%
Profissionais intelectuais e científicos independentes	442	0,3%	263	0,3%	179	0,2%
Profissionais técnicos intermédios independentes	350	0,2%	265	0,3%	85	0,1%
Trabalhadores industriais e artesanais independentes	1030	0,6%	618	0,8%	412	0,5%
Prestadores de serviços e comerciantes independentes	1108	0,7%	479	0,6%	629	0,7%
Trabalhadores independentes do sector primário	39	0,0%	35	0,0%	4	0,0%
Dirigentes e quadros dirigentes do estado e empresas	4783	3,0%	3315	4,3%	1468	1,7%
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	661	0,4%	397	0,5%	264	0,3%
Quadros intelectuais e científicos	14478	8,9%	6484	8,4%	7994	9,4%
Quadros técnicos e intermédios	10450	6,4%	5895	7,7%	4555	5,3%
Quadros administrativos intermédios	2586	1,6%	297	0,4%	2289	2,7%
Empregados administrativos do comércio e serviços	22888	14,1%	8970	11,7%	13918	16,3%
Operários qualificados e semi-qualificados	9018	5,6%	8122	10,6%	896	1,1%
Assalariados do sector primário	333	0,2%	245	0,3%	88	0,1%
Trabalhadores admin. do comércio e serviços não qualificados	7960	4,9%	1695	2,2%	6265	7,3%
Operários não qualificados	1237	0,8%	768	1,0%	469	0,6%
Trabalhadores não qualificados do sector primário	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%
Pessoal das forças armadas	678	0,4%	638	0,8%	40	0,0%
Outras pessoas activas (não especificado)	1469	0,9%	713	0,9%	756	0,9%
Inactivos	74961	46,2%	33022	43,0%	41939	49,2%
TOTAL	162128	100,0%	76862	100,0%	85266	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001

Para além dos **74.961 inactivos** (quadro 3.10), o grupo sócio-económico que mais se evidencia no Concelho de Oeiras é o dos **Empregados Administrativos do Comércio e Serviços**, com 14,1% da população, seguindo-se os **Quadros intelectuais e científicos**, com 8,9%.

Com valores mais reduzidos, surgem os **Quadros Técnicos e Intermédios** (6,4%), os **Operários qualificados e semi-qualificados** (5,6%), os **Trabalhadores administrativos do comércio e serviços não qualificados** (4,9%), os **Dirigentes e quadros dirigentes do estado e empresas** (3%) e os **Pequenos patrões do comércio e serviços** (2,1%).

É nos Operários Qualificados e Semi-qualificados e nos Pequenos Patrões que o sexo masculino se destaca mais em relação ao feminino. Inversamente, nos Quadros Intelectuais e Científicos e nos Trabalhadores Administrativos do Comércio e Serviços as mulheres têm uma maior preponderância.

População Residente Empregada

Analisando a população residente empregada no Concelho de Oeiras segundo os Grupo de Profissões, constata-se que prevalecem os **Especialistas das profissões mais intelectuais** (19,2%), seguindo-se de muito perto os **Técnicos e profissionais de nível intermédio** (17,1%) e o **Pessoal administrativo e similares** (16,7%), evidenciando uma forte tendência para a **qualificação dos trabalhadores**.

Agregando os quatro primeiros grupos profissionais (dirigentes e pessoal mais qualificado), pode dizer-se que o Concelho de Oeiras, acompanhando Lisboa e Cascais (mesmo assim Oeiras com percentagens mais elevadas), apresenta valores superiores à tendência encontrada no conjunto da Grande Lisboa (63,4% para 49,8%).

3.11 População residente empregada, segundo grupos de profissões nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001								
Grupos de Profissões	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	N	%		N	%	N	%	N
Quadros superiores da adm. pública, dirigentes quadros sup. das empresas	8409	10,4%	8750	10,4%	23521	9,4%	75726	8,0%
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	15539	19,2%	12648	15,0%	54071	21,5%	126297	13,3%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	13835	17,1%	12195	14,5%	33478	13,3%	126736	13,3%
Pessoal administrativo e similares	13500	16,7%	11605	13,8%	35250	14,0%	144775	15,2%
Pessoal dos serviços e vendedores	10317	12,7%	12978	15,4%	34636	13,8%	147389	15,5%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	343	0,4%	695	0,8%	881	0,4%	6301	0,7%
Operários, artífices e trabalhadores similares	6690	8,3%	9390	11,1%	22169	8,8%	127687	13,4%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	2755	3,4%	2989	3,5%	8631	3,4%	47744	5,0%
Trabalhadores não qualificados	8953	11,1%	12458	14,8%	37328	14,8%	140537	14,8%
Forças armadas	669	0,8%	599	0,7%	1479	0,6%	7875	0,8%
TOTAL	81010	100,0%	84307	100,0%	251444	100,0%	951067	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001

No conjunto das leituras anteriores e analisando os dois quadros seguintes é bastante evidente **o peso do sector terciário e o crescimento de actividades**, também **ligadas à terciarização**, mas de **natureza mais social**. Por seu turno, as actividades relacionadas com o sector primário encontram-se numa fase, podendo mesmo dizer-se, de extinção e o sector secundário, embora ainda detenha alguma

projectão no concelho, tem vindo a perder “terreno” para a dita terciarização. Todo este cenário é produto de um contexto metropolitano em que Oeiras está inserido, não escapando às tendências que um enquadramento desta natureza induz.

3.12 População residente economicamente activa (sentido lato) e empregada, segundo o ramo de actividade económica nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001									
Ramo de actividade económica		Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
		N	%	N	%	N	%	N	%
CAE 0		452	0,6%	626	0,7%	1203	0,5%	7171	0,8%
CAE 1-4		14323	17,7%	16490	19,6%	40772	16,2%	213740	22,5%
CAE 5-9	Total	66235	81,8%	67191	79,7%	209469	83,3%	730156	76,8%
	Relacionados c/ a act. Económica	38029	46,9%	38623	45,8%	119844	47,7%	437170	46,0%
Total		81010	100,0%	84307	100,0%	251444	100,0%	951067	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001

3.13 População residente, empregada, segundo sector de actividade económica nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001									
Sector de actividade económica		Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Primário		452	0,6%	626	0,7%	1203	0,5%	7171	0,8%
Secundário		14323	17,7%	16490	19,6%	40772	16,2%	213740	22,5%
Terciário	Total Terciário	66235	81,8%	67191	79,7%	209469	83,3%	730156	76,8%
	Serviços de Natureza Social	28206	34,8%	28568	33,9%	89625	35,6%	292986	30,8%
	Serviços rel. com Act. Económica	38029	46,9%	38623	45,8%	119844	47,7%	437170	46,0%
TOTAL		81010	100,0%	84307	100,0%	251444	100,0%	951067	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001

População Residente Desempregada

Tal como se verificou a nível do país e, do mesmo modo, na Grande Lisboa, assistiu-se, **no último período intercensitário, a um aumento da taxa de desemprego no Concelho de Oeiras** (sobretudo no que concerne ao desemprego masculino), passando de 6,9% em 1991 para um valor que se cifrava em **7,1% em 2001**. Analisando a **taxa de desemprego segundo o género, constata-se que, esta é mais elevada nas mulheres** (7,3% em 2001) do que nos homens (6,9%). Ainda assim, refira-se que, entre 1991 e 2001, se registaram progressos significativos na redução do desemprego feminino, passando de 8,4% em 1991 para 7,3% em 2001.

3.14 Taxa de Desemprego (sentido lato), segundo estrutura sexual nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 1991 e 2001								
Taxa de Desemprego (%)	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
HM	6,9	7,1	6,9	6,9	7,3	7,4	6,9	7,1
H	5,5	6,9	5,3	6,3	6,1	7,5	5,2	6,4
M	8,4	7,3	8,8	7,6	8,6	7,2	9,0	7,8

Fonte: INE, Censos 2001

Segundo os últimos dados disponíveis – INE, Censos de 2001 –, existiam **6.157 desempregados** inscritos no Concelho de Oeiras em 2001, distribuídos de forma equitativa na estrutura por sexos, embora com maior incidência nas mulheres. Do total de desempregados, **1.443 procuravam o seu 1.º emprego e os restantes 4.714 (76,6%) procuravam um novo emprego.**

3.15 População Residente Desempregada (sentido lato), segundo condição de procura de emprego e sexo nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001								
População Desempregada	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total (HM)	6157	100,0%	6273	100,0%	19984	100,0%	72522	100,0%
Homens	3011	48,9%	2926	46,6%	10300	51,5%	34026	46,9%
Mulheres	3146	51,1%	3347	53,4%	9684	48,5%	38496	53,1%
Procura do 1º emprego	1443	23,4%	1465	23,4%	4609	23,1%	16032	22,1%
Procura do novo emprego	4714	76,6%	4808	76,6%	15375	76,9%	56490	77,9%

Fonte: INE, Censos 2001

Em 2001, constatava-se que os **indivíduos com idades compreendidas entre os 35 e 64 anos eram o grupo etário com maior expressão numérica** nos desempregados (3.179; 51,6%), seguindo-se os indivíduos com menos de 25 anos. Este quadro acompanha a tendência encontrada para a GL e os concelhos vizinhos da “linha”.

3.16 População residente, desempregada em sentido lato, segundo grandes grupos etários nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001								
Grupos etários	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	N	%	N	%	N	%	N	%
< 25	1600	26,0%	1587	25,3%	5333	26,7%	19377	26,7%
25 a 34	1349	21,9%	1429	22,8%	4686	23,4%	17307	23,9%
35 a 64	3179	51,6%	3237	51,6%	9870	49,4%	35608	49,1%
65 e +	29	0,5%	20	0,3%	95	0,5%	230	0,3%

TOTAL	6157	100,0%	6273	100,0%	19984	100,0%	72522	100,0%
-------	------	--------	------	--------	-------	--------	-------	--------

Fonte: INE, Censos 2001

Analisando a procura de emprego por parte dos desempregados, verifica-se, tal como na GL, duas situações extremas, ou seja, quem procura emprego ou não ultrapassou **um mês de diligências** (28%) ou já **recorria aos serviços há mais de um ano** (28%).

3.17 População residente, desempregada em sentido lato, segundo a condição de procura de emprego nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001									
Condição de procura de emprego		Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
		N	%	N	%	N	%	N	
Fez Diligências	Até 1 mês	1726	28,0%	1839	29,3%	5723	28,6%	21721	30,0%
	Mais de 1 mês até 4 meses	1190	19,3%	1141	18,2%	3758	18,8%	14201	19,6%
	Mais de 4 meses até 11 m.	808	13,1%	803	12,8%	2495	12,5%	9054	12,5%
	Há 12 ou mais meses	1725	28,0%	1732	27,6%	5568	27,9%	18984	26,2%
Não fez Diligências		708	11,5%	758	12,1%	2440	12,2%	8562	11,8%
Total		6157	100,0%	6273	100,0%	19984	100,0%	72522	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001

Reportando-se a análise a 2001, segundo o nível de instrução, constata-se que, dos desempregados contabilizados pelo INE, **30,5% possuem o Ensino Secundário e 26,4% detêm o Ensino Superior**, o que revela elevadas qualificações escolares. É de salientar ainda os **19,3% com o 1º Ciclo**.

De um modo geral e em comparação com os dados existentes para a Grande Lisboa, observa-se que os desempregados contabilizados no Concelho de Oeiras possuem habilitações relativamente superiores, contabilizando-se 4.324 indivíduos com, pelo menos, a **escolaridade obrigatória** (aproximadamente **70,3%** do total de desempregados), por contraponto aos 64% registados na GL.

3.18 População residente, desempregada em sentido lato, segundo o nível de instrução, em 2001									
Nível de instrução *	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Nenhum nível de instrução	78	1,3%	93	1,5%	294	1,5%	1085	1,5%	
1.º Ciclo	1191	19,3%	1204	19,2%	4618	23,1%	16965	23,4%	
2.º Ciclo	564	9,2%	660	10,5%	2079	10,4%	8107	11,2%	
3.º Ciclo	767	12,5%	800	12,8%	2575	12,9%	10612	14,6%	
Ensino Secundário	1875	30,5%	2016	32,1%	5447	27,3%	21924	30,2%	
Ensino Médio	54	0,9%	60	1,0%	139	0,7%	450	0,6%	
Ensino Superior	1628	26,4%	1440	23,0%	4832	24,2%	13379	18,4%	
TOTAL	6157	100,0%	6273	100,0%	19984	100,0%	72522	100,0%	

Fonte: INE, Censos 2001

Nos níveis do Ensino Básico, Ensino Secundário e Superior incluem-se situações de "completo", "incompleto" e "a frequentar". No Ensino Médio incluem-se as situações de "completo" e "incompleto".

3.19 População residente desempregada em sentido lato, segundo o principal meio de vida nos Concelhos de Oeiras, Cascais, Lisboa e Grande Lisboa, em 2001								
Principal meio de vida	Oeiras		Cascais		Lisboa		Grande Lisboa	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Trabalho	549	8,9%	682	10,9%	2031	10,2%	7389	10,2%
Rendimentos de propriedade e da empresa	43	0,7%	59	0,9%	182	0,9%	474	0,7%
Subsídio de desemprego	2297	37,3%	2050	32,7%	7076	35,4%	27248	37,6%
Subsídio temporário p/ acidente de trabalho	8	0,1%	1	0,0%	40	0,2%	135	0,2%
Outros subsídios temporários	31	0,5%	70	1,1%	191	1,0%	624	0,9%
Rendimento mínimo garantido	131	2,1%	150	2,4%	715	3,6%	1709	2,4%
Pensão/reforma	163	2,6%	124	2,0%	417	2,1%	1262	1,7%
Apoio social	43	0,7%	30	0,5%	176	0,9%	450	0,6%
A cargo da família	2574	41,8%	2645	42,2%	7921	39,6%	29049	40,1%
Outra situação	318	5,2%	462	7,4%	1235	6,2%	4182	5,8%
Total	6157	100,0%	6273	100,0%	19984	100,0%	72522	100,0%

Fonte: INE, Censos 2001

Tendo em conta a população residente desempregada segundo o principal meio de vida, observa-se em Oeiras, tal como na GL e concelhos vizinhos, que os grandes suportes económicos deste grupo se focalizam nas **ajudas familiares (41,8%)** e no **subsídio de desemprego (37,3%)**.

Neste âmbito, tendo em conta os **beneficiários com prestações de desemprego**, segundo o Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo (INE 2003), observa-se que, para o **ano de 2001**, dos 6.157 desempregados inscritos (Censos 2001) do Concelho de Oeiras, **46% beneficiaram de prestações de desemprego**. **Para 2002**, é possível decifrar um **aumento de 68,13%** de beneficiários, em relação a 2001.

Focalizando a análise do quadro por género e para 2002, pode dizer-se que a distribuição das prestações é bastante equilibrada, muito embora com um peso ligeiramente superior para as mulheres (52,4%).

3.20 Beneficiários e novos beneficiários com prestações de desemprego, segundo o sexo, no Concelho de Oeiras, em 2001 e 2002				
	Total	Homens	Mulheres	Evolução 2002/2001
2001	2846	1354	1492	68,13%
2002	4785	2280	2505	
Novos beneficiários em 2002	1939	926	1013	

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE 2003

Analisando os **montantes médios processados**, em 2002, ao nível das prestações de desemprego, constata-se que Oeiras, com cerca de 9% do total de

montantes processados para a Grande Lisboa⁷, atribuí, em **média anual por beneficiário, 4.201 euros** – média esta significativamente **superior**, quer à média encontrada para a **Grande Lisboa**, quer aos valores calculados para qualquer um dos **outros concelhos** (Cascais é o 2º concelho com a média mais elevada e distancia-se com cerca de 315 euros). Este distanciamento deve-se, sobretudo, às discrepâncias de atribuição de montantes face a ambos os sexos, na medida em que, em qualquer dos concelhos, os homens recebem, por média, mais de 4.000 euros por ano (sendo Oeiras o concelho com a média superior), enquanto às mulheres são atribuídos montantes que variam entre os 2.607 euros e os 3.584 (o valor mais elevado refere-se, também neste caso, ao Concelho de Oeiras) – por concelho a diferença é sempre superior a 1.000 euros.

Pode então dizer-se que, embora o sexo feminino receba uma percentagem superior de prestações de desemprego, em termos de montantes monetários, os rendimentos ficam bastante aquém dos que são atribuídos à população masculina.

3.21 Montantes médios processados (2002), na Grande Lisboa				
Concelhos	Total	Homens	Mulheres	Dias processados por beneficiário
Grande Lisboa	3.677,00	4.355,00	3.102,00	234
Amadora	3.500,00	4.109,00	2.978,00	230
Cascais	3.886,00	4.570,00	3.311,00	236
Lisboa	3.855,00	4.345,00	3.386,00	238
Loures	3.678,00	4.486,00	2.936,00	239
Odivelas	3.337,00	4.080,00	2.706,00	238
Oeiras	4.201,00	4.879,00	3.584,00	235
Sintra	3.384,00	4.133,00	2.876,00	229
Vila Franca de Xira	3.376,00	4.293,00	2.607,00	232
Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE 2003				

⁷ Ver Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE 2003

IV – Saúde: um breve balanço

Síntese dos Principais Indicadores de Saúde - Dados Comparativos

Com a análise deste primeiro quadro (4.1) podemos verificar que Oeiras se encontra entre os concelhos que apresentam as mais **baixas taxas de mortalidade infantil**, no caso o 4º concelho da GL atrás de Odivelas (2,1) Vila Franca de Xira (4,1) e Cascais (4,4). Na comparação com as regiões em que o concelho se enquadra a taxa de mortalidade infantil é mais baixa do que a registada para Portugal (5,7), para a região LVT (5,1) ou para a GL (5,4).

4.1 Indicadores de Saúde em 2001							
NUT / concelho	Taxa média de mortalidade infantil (1997/2001)	Médicos por 1000 hab.	Farmácias por 10000 hab. ⁸	Pessoal de enfermagem por 1000 hab	Consultas por habitante	Camas	
						Por 1000 habitantes	Taxa de ocupação (%)
Portugal	5,7	3,2	2,5	4,0	3,8	4,2	66,5
LVT	5,1	4,1	2,7	4,3	4,1	4,5	64,8
GL	5,4	6,2	3,0	5,4	4,6	6,4	65,1
Amadora	7,8	3,2	2,1	3,8	5,1	5,0	56,1
Cascais	4,4	6,4	2,0	2,8	3,2	2,6	73,2
Lisboa	6,5	12,4	6,0	14,1	8,4	16,5	62,8
Loures	5,9	4,5	1,6	0,5	2,4	0,0	100,0
Odivelas	2,8	0,0	1,7	0,5	2,3	-	-
Oeiras	4,5	8,3	2,0	2,9	3,1	2,2	47,3
Sintra	4,6	1,9	1,4	0,8	2,3	2,9	91,6
Vila Franca de Xira	4,1	1,2	1,6	2,3	3,2	1,9	71,7

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2001 e 2002 (INE 2001, 2002).

No que respeita a **médicos** regista-se no concelho a existência de **8,3 por cada 1000 habitantes**, o mais alto valor se excluirmos o concelho de Lisboa (12,4). Este valor está muito perto de ser três vezes o registado para o território nacional (3,2), o dobro do registado para a região de LVT (4,1) e relativamente superior ao apurado na GL (6,2).

Na aferição do número de farmácias por cada 10000 habitantes é possível registar que o concelho de Oeiras um valor semelhante ao de Cascais (2,0) que apenas é superado pelo concelho de Lisboa (6,0) e pelo concelho de Amadora (3,1). O valor aqui encontrado é inferior ao que são registados para Portugal (2,5), para a região LVT (2,7) e para a GL (3,0).

⁸ De referir que o rácio aqui apresentado para o n.º de farmácias no concelho de Oeiras por 10000 hab. foi alterado devido ao facto de em 2004 existirem já mais 7 farmácias do que aquelas que foram contabilizadas pelo INE, em 2001, num total de 39 farmácias. (Fonte: GDM/CMO)

A presença de pessoal de enfermagem no concelho de Oeiras situa-se nos 2,9 profissionais por cada 1000 habitantes, uma média muito abaixo da registada a nível nacional (4,0) e mesmo na região LVT (4,3) ou na GL (5,4). Por outro lado, não deixa de ser o terceiro valor mais alto registado neste último NUT III, apenas superado por Lisboa (14,1) e pelo concelho de Amadora (3,8).

Situação semelhante regista-se na análise do número de consultas por habitante. Os dados revelados para Oeiras dizem-nos que em média cada munícipe utilizou mais de 3 vezes a consulta médica (3,1). Este valor apresenta-se como o quarto da região da Grande Lisboa superado pelos apresentados nos concelhos de Lisboa (8,4 consultas por habitante), da Amadora (5,1) e Cascais e Vila Franca de Xira, onde, nestes últimos, cada habitante recorreu em média 3,2 vezes a consultas médicas.

Da análise do quadro (4.1) salienta-se a posição de relevo do concelho no panorama dos diferentes contextos em que se enquadra. Podemos verificar que apesar de registar o segundo mais baixo valor em camas de internamento por cada mil habitantes (2,2 contra os o valor de 4,2 verificado para Portugal, os 4,5 da região LVT e os 6,4 registados na GL) a taxa de ocupação é também ela a mais baixa, situando-se abaixo dos 50% (47,3%).

4.2 Natalidade, mortalidade e excedentes de vida (‰)			
NUT / concelho	Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade	Taxa de excedentes de vida
Portugal	10,9	10,2	0,7
LVT	11,4	10,2	1,2
GL	11,9	9,8	2,1
Amadora	11,6	8,2	3,5
Cascais	12,8	9,7	3,2
Lisboa	9,9	14,4	-4,5
Loures	11,7	7,6	4,0
Odivelas	11,2	7,3	3,9
Oeiras	11,6	8,7	3,0
Sintra	14,8	6,7	8,1
Vila franca de Xira	13,0	7,5	5,5
Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003			

O quadro (4.2) que descreve as taxas de natalidade, mortalidade e de excedentes de vida revela-nos parte da dinâmica populacional existente no concelho. Se atendermos aos valores apresentados quer para Portugal, quer para o NUT II LVT concluímos que o concelho de Oeiras apresenta uma **taxa de natalidade** acima das médias cifradas naquelas duas regiões (11,6 contra 10,9 e 11,4 respectivamente), mas se nos centrarmos no contexto da **Grande Lisboa**

verificamos que **Oeiras está abaixo da média desta região**. De facto se atendermos aos dois concelhos com as mais elevadas taxas de natalidade da Grande Lisboa, Sintra (14,8) e Vila Franca de Xira (13,0), podemos afirmar que **Oeiras se encontra entre os concelhos da Grande Lisboa com a mais baixa taxa de nascimentos**. No que diz respeito à taxa de mortalidade o panorama também não é nada favorável ao concelho de Oeiras quando enquadrado no contexto da Grande Lisboa. Apesar de apresentar uma **taxa de mortalidade (8,7)** inferior às médias apresentadas pelos NUT's I, II e III (Portugal, 10,2; LVT, 10,2; e, GL, 9,8) **o concelho de Oeiras situa-se entre os concelhos da Grande Lisboa com taxas de mortalidade mais elevadas** (Lisboa, 14,4 e Cascais, 9,7), registando-se como o terceiro concelho da região.

Por fim, ao analisarmos a taxa de excedentes de vida verificamos que apesar de, em comparação com os NUT's I, II e III, o concelho de Oeiras apresentar uma taxa de excedentes de vida muito superior (3 contra os 2,1 registados para a Grande Lisboa) é **o concelho** de Grande Lisboa (com excepção feita a Lisboa que apresenta uma taxa negativa) **que tem a mais baixa taxa de excedentes de vida** (3,0) muito longe daquela que é apresentada pelo concelho de Sintra (8,1) que se posiciona como o primeiro da GL.

4.3 Médicos por concelho de residência em 2001						
NUT / concelho	Total		Especialistas		Não especialistas	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	33233	100,00%	21649	100,00%	11584	100,00%
LVT	14434	43,43%	9565	44,18%	4869	42,03%
GL	11681	80,93%	7783	81,37%	3898	80,06%
Amadora	554	4,74%	322	4,14%	232	5,95%
Cascais	1101	9,43%	690	8,87%	411	10,54%
Lisboa	6933	59,35%	4910	63,09%	2023	51,90%
Loures	899	7,70%	540	6,94%	359	9,21%
Odivelas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Oeiras	1343	11,50%	869	11,17%	474	12,16%
Sintra	698	5,98%	369	4,74%	329	8,44%
Vila Franca de Xira	153	1,31%	83	1,07%	70	1,80%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Numa análise da distribuição dos médicos pelos seus concelhos de residência (quadro nº 4.3) verifica-se que dos 33.233 médicos contabilizados pelo INE para Portugal, praticamente metade (43,43) fixou a sua residência na região LVT e que, destes, mais de 80% se encontra nos concelhos da Grande Lisboa. Oeiras apresenta-se, neste contexto, como um concelho privilegiado perante os seus

vizinhos, uma vez que regista uma cifra superior a 11% do total de médicos da Grande Lisboa a residir no concelho. Excepção feita ao concelho de Lisboa, onde se encontram praticamente 60% dos médicos residentes na Grande Lisboa, o concelho de Oeiras é aquele que tem mais médicos a residir “entre-portas”.

4.4 Médicos por Concelho de residência em 2001										
NUT / concelho	por especialidades									
	Total*	%	Cirurgia geral	Estomatologia	Ginecologia e obstetria	Medicina geral e familiar	Oftalmologia	Ortopedia	Pediatria	Psiquiatria
Portugal	23193	100,00%	1307	744	1351	4600	749	860	1329	876
LVT	10404	44,86%	598	354	554	1555	386	358	624	399
GL	8528	81,97%	488	304	461	980	342	267	525	367
Amadora	336	3,94%	25	6	15	46	18	13	24	9
Cascais	745	8,74%	50	28	26	104	22	39	40	24
Lisboa	428	5,02%	292	200	311	496	228	147	343	277
Loures	590	6,92%	32	28	39	116	22	18	38	21
Odivelas	0	0,00%	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras	949	11,13%	57	31	52	103	33	37	57	27
Sintra	392	4,60%	24	11	17	90	19	11	15	8
Vila F. de Xira	88	1,03%	8	0	1	25	0	2	8	1

* os médicos especialista contam quantas vezes as especialidades que exercem

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Cuidados de Saúde Primários

O desenvolvimento da oferta no plano dos cuidados primários de saúde tem vindo a desempenhar um papel fundamental naquilo que respeita à melhoria dos níveis de saúde da população em geral. Este papel vem sendo desempenhado, quer através da acção dos Centros de Saúde (enquadrados no Serviço Nacional de Saúde), quer através de unidades de saúde complementar.

O concelho de Oeiras encontra-se actualmente servido por **dois Centros de Saúde**: Oeiras e Carnaxide; e, **cinco Extensões de Saúde**: duas no primeiro, Barcarena e Paço de Arcos; e três no segundo; Algés, Dafundo e Linda-a-Velha. O que no total perfaz 7 unidades de saúde com estas características. **As freguesias de Caxias, Porto Salvo e Queijas** são as 3 que **não dispõem de instalações deste tipo, devendo a sua população deslocar-se às freguesias vizinhas.**

4.5 Centros de Saúde e suas Extensões de Saúde		
	Centro de Saúde	
Sede	Oeiras	Carnaxide
Extensões de Saúde	Barcarena	Algés
	Paço de Arcos	Dafundo

		Linda-a-Velha
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003		

Face à indisponibilidade de serviços de saúde desta natureza, nas freguesias identificadas, as respectivas populações são encaminhadas da seguinte forma: tanto a população da freguesia de Caxias, como a população da freguesia de Porto Salvo encontram-se referenciadas ao Centro de Saúde de Oeiras, a primeira pela Extensão de Saúde de Paço de Arcos, e a segunda através da Sede (C.S. Oeiras); no caso da população da freguesia de Queijas, a referência é o Centro de Saúde de Carnaxide, através da sua sede.

De referir ainda que no dia 14 de Janeiro de 2004 foi assinado o processo que permite a abertura de concurso para a construção de um novo equipamento de saúde no concelho, a Extensão de Saúde de Paço de Arcos que terá um prazo de execução de 15 meses⁹.

4.6 Centros de Saúde e Extensões de Saúde por concelho, em 2002						
NUT / concelho	Centros de Saúde		Extensões de Saúde		Centros de saúde + Extensões de Saúde	
	nº	%	nº	%	nº	%
Portugal	392	100,00%	1953	100,00%	2345	100,00%
LVT	88	22,45%	424	21,71%	512	21,83%
GL	37	42,05%	104	24,53%	141	27,54%
Amadora	3	8,11%	4	3,85%	7	4,96%
Cascais	2	5,41%	7	6,73%	9	6,38%
Lisboa	17	45,95%	35	33,65%	52	36,88%
Loures	2	5,41%	16	15,38%	18	12,77%
Odivelas	2	5,41%	8	7,69%	10	7,09%
Oeiras	2	5,41%	5	4,81%	7	4,96%
Sintra	6	16,22%	18	17,31%	24	17,02%
Vila Franca de Xira	3	8,11%	11	10,58%	14	9,93%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Cruzando população e Centros de Saúde/Extensões de Saúde (quadro n.º 4.7) podemos verificar que no concelho de Oeiras **cada Centro de Saúde cobre cerca de 80000 habitantes**, valor que na Grande Lisboa se assume como o terceiro mais alto entre os concelhos que compõe a região (só Cascais e Amadora assumem valores mais elevados). **Este valor é muito superior ao registado quer a nível nacional (26419 habitantes por Centro de Saúde), quer ao registado na região LVT (30248 habitantes por Centro de Saúde).**

⁹ Informação GDM/CMO.

4.7 População total e Centros de Saúde, em 2002							
NUT / concelho	População total	Centros de Saúde	Hab/CS's	E's CS's	Hab / E's CS's	CS's + E's CS's	Hab / CS's + E's CS's
Portugal	10356117	392	26418,7	1953	5302,7	2345	4416,3
LVT	2661850	88	30248,3	424	6277,9	512	5198,9
GL	1947261	37	52628,7	104	18723,7	141	13810,4
Amadora	175872	3	58624,0	4	43968,0	7	25124,6
Cascais	170683	2	85341,5	7	24383,3	9	18964,8
Lisboa	564657	17	33215,1	35	16133,1	52	10858,8
Loures	199059	2	99529,5	16	12441,2	18	11058,8
Odivelas	133847	2	66923,5	8	16730,9	10	13384,7
Oeiras	162128	2	81064,0	5	32425,6	7	23161,1
Sintra	363749	6	60624,8	18	20208,3	24	15156,2
Vila Franca de Xira	122908	3	40969,3	11	11173,5	14	8779,1

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

No domínio das Extensões de Saúde o panorama não é melhor: **cada uma das Extensões de Saúde** de ambos os Centros de Saúde **responde em média a perto de 32500 habitantes**. Este valor afigura-se **extremamente elevado quando o comparamos com a média nacional** (5303 habitantes por Extensão de Saúde), **com o valor registado na região LVT** (6278 habitantes por Extensão de Saúde) **ou com o valor apresentado para a Grande Lisboa** (18724 habitantes por Extensões de Saúde). **O valor que se apresenta para o concelho de Oeiras é, neste âmbito, o segundo mais elevado da GL** (o mais elevado é o apresentado pelo concelho de Amadora, onde cada Extensão de Saúde responde a perto de 44000 habitantes).

Na análise global, **considerando as sete unidades** (Centros de Saúde e Extensões de Saúde), pode concluir-se que em média **cada uma delas é resposta para mais de 23000 habitantes, valor que está muito acima da média apresentadas ao nível dos NUT's I, II e III**.

4.8 Distribuição dos Utentes pelos Centros de Saúde		
Centro de Saúde	Nº	%
Carnaxide	91785	53,93%
Oeiras ¹⁰	78419	46,07%

¹⁰ O Centro de Saúde de Oeiras actualizou os dados referentes aos utentes inscritos com cartão de utente, em Dezembro de 2003, pelo que a nova contabilidade fica estabelecida da seguinte forma: 98.433 utentes inscritos neste Centro de Saúde, dos quais 80.566 com médico de família, 15.690 sem médico de família e 2.177 são utentes esporádicos (fonte: CMO/GDM).

Total	170204	100,00%
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003		

No quadro anterior é possível verificar a distribuição dos utentes pelos dois Centros de Saúde do concelho. O **Centro de Saúde de Carnaxide acolhe praticamente 54% dos utentes** destes serviços enquanto que **Oeiras acolhe os restantes 46%**. Como podemos verificar, o número total de utentes inscritos (170204) em ambos os Centros de Saúde é superior à população cifrada pelos censos 2001 (162168 indivíduos) para o concelho: a diferença é de 8076 utentes a mais.

Podemos verificar pela análise do quadro seguinte que, apesar de na sua globalidade o Centro de Saúde de Oeiras ser aquele onde o total de inscritos é menor, é na sua sede que se encontram inscritos o maior número de utentes (51028), praticamente 30% do total de utentes inscritos em Centros de Saúde e Extensões de Saúde no concelho de Oeiras. A seguir vêm as Extensões de Saúde de Linda-a-Velha com 19% e de Carnaxide (sede) com pouco mais de 17% do total de utentes inscritos em unidades dos Centros de Saúde do concelho.

Numa análise isolada de cada um dos Centros de Saúde podemos verificar que no caso do Centro de Saúde de Carnaxide é na Extensão de Saúde de Linda-a-Velha que se registam mais inscrições de utentes (35,3%) do total de utentes registados neste Centro de Saúde, logo seguido da sede com 32% dos utentes. Assim das quatro unidades de atendimento disponíveis neste Centro de Saúde duas concentram praticamente $\frac{2}{3}$ dos utentes do Centro de Saúde. No caso do **Centro de Saúde de Oeiras é na sua sede que encontramos mais de 65% do total de utentes inscritos** neste Centro de Saúde, enquanto que as suas duas Extensões de Saúde contabilizam entre si o restante terço dos utentes. Este cenário representa uma **distribuição desigual de utentes entre os diferentes pólos dos dois Centros de Saúde do concelho**.

4.9 Utes nos Centros de Saúde e suas Extensões do Concelho de Oeiras		
Serviço	Nº	%
Oeiras (sede)	51028	29,98%
Barcarena	6935	4,07%
Paço de Arcos	20456	12,02%
Carnaxide (sede)	29540	17,36%
Dafundo	9355	5,50%
Linda-a-Velha	32409	19,04%

Algés	20481	12,03%
	170204	
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003		

4.10 Utentes inscritos com cartão de utente nos Centros de Saúde do concelho de Oeiras					
Centro de Saúde de Carnaxide			Centro de Saúde de Oeiras		
Serviço	nº	%	Serviço	nº	%
Carnaxide (Sede)	29540	32,18%	Oeiras (Sede)	51028	65,07%
Dafundo	9355	10,19%	Barcarena	6935	8,84%
Linda-a-Velha	32409	35,31%	Paço de Arcos	20456	26,09%
Algés	20481	22,31%			
Total	91785	100,00%	Total	78419	100,00%
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003					

Na análise do próximo quadro podemos observar a atribuição de médico de família aos utentes inscritos nos dois Centros de Saúde do concelho. Numa primeira abordagem podemos verificar que em ambos os casos a quase totalidade dos utentes tem médico de família (atribuído mais de 95% do total de utentes inscritos em ambos os Centros de Saúde), No inverso **encontram-se mais de 7000 utentes (4,24%) inscritos sem médico de família atribuído**. Na análise por Centros de Saúde podemos registar que é no **Centro de Saúde de Oeiras**¹¹ que esta dinâmica é mais satisfatória. Aqui dos 78419 inscritos, mais de 75000 (96,32%) têm médico de família atribuído, pelo que **existem ainda 4% (2888) de utentes sem médico de família atribuído**. Já no caso do **Centro de Saúde de Carnaxide** a situação é menos favorável. Dos 91785 utentes inscritos praticamente **4500 (4,71%) não têm ainda médico de família atribuído**.

4.11 Utentes inscritos nos Centros de Saúde com e sem médico de família				
Centros de Saúde	Sem médico de família		Com médico de família	
	Nº	%	Nº	%
Carnaxide	4325	4,71%	87460	95,29%
Oeiras	2888	3,68%	75531	96,32%
Total	7213	4,24%	162991	95,76%
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003				

¹¹ Idem nota de pé de página anterior.

O quadro nº 4.12 fornece-nos alguns dados em relação à dinâmica de serviço que os Centros de Saúde desenvolvem. Como se regista pela observação dos quadros, na região da Grande Lisboa não é disponibilizado o internamento em Centros de Saúde, pelo que, logo, não se registam nem internamentos, nem dias de internamento.

No contexto da Grande Lisboa, os Centros de Saúde do concelho de Oeiras situam-se, de entre os que integram a região, no grupo dos três com menor peso relativo no total de consultas efectuadas em Centros de Saúde desta região, registando 8,2% (406.363) do total das consultas efectuadas na Grande Lisboa.

4.12 Camas, consultas e internamentos em Centros de Saúde					
NUT / concelho	Camas	Consultas		Internamento	Dias de internamento
		Nº	%		
Portugal	1279	27652305	100,00%	23464	311818
LVT	71	9582067	34,65%	337	16235
GL	0	4953331	51,69%	0	0
Amadora	0	494686	9,99%	0	0
Cascais	0	413171	8,34%	0	0
Lisboa	0	1782970	36,00%	0	0
Loures	0	416904	8,42%	0	0
Odivelas	0	312697	6,31%	0	0
Oeiras	0	406363	8,20%	0	0
Sintra	0	792474	16,00%	0	0
Vila Franca de Xira	0	334066	6,74%	0	0

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Pela análise das consultas, segundo a sua distribuição por áreas / especialidades (quadro n.º 4.13 e nº 4.14), podemos constatar que a grande maioria das consultas efectuadas em Centros de Saúde da Grande Lisboa são de “medicina geral e familiar”.

4.13 Consultas efectuadas nos Centros de Saúde e suas Extensões, em 2001										
NUT / concelho	Total	Medicina geral e familiar/clinica geral	Estomatologia	Ginecologia	Otorrinolaringologia	Planeamento familiar	Pneumologia	Saúde infantil e juvenil/pediatria	Saúde materna/obstetrícia	Outras especialidades
Portugal	27652305	22955368	126897	48786	32847	738564	131636	2793987	502907	321313
LVT	9582067	8073618	55402	33314	27905	206655	53854	731315	173901	226103
GL	4953331	4070220	43726	30348	20630	105219	33207	390251	86102	173628
Amadora	494686	412039	0	3047	2754	11421	4538	41155	10911	8821
Cascais	413171	337851	3166	3319	72	10928	3614	42485	6936	4800
Lisboa	1782970	1399242	28609	18014	11938	32069	20100	108233	20794	143971
Loures	416904	349890	2784	2755	0	10847	0	39631	8927	2070
Odivelas	312697	261928	3820	543	1520	9963	0	27232	6303	1388
Oeiras	406363	346596	2893	2640	0	8022	0	29152	8469	8591
Sintra	792474	673389	1338	30	3591	15052	2095	76135	17927	2917
Vila F. Xira	334066	289285	1116	0	755	6917	2860	26228	5835	1070

De uma forma geral os valores de consultas efectuadas neste domínio situa-se entre os 78% e os 86% do total de consultas efectuadas em Centros de Saúde do concelho. Oeiras, na Grande Lisboa, apresenta-se como o segundo concelho onde este tipo de consulta é mais efectuado. Estas consultas representam 85,3% do total de consultas efectuadas nos Centros de Saúde de Oeiras.

O outro tipo de consulta mais procurado, nos Centros de Saúde da Grande Lisboa é a “saúde infantil e juvenil/pediátrica”, com valores a oscilarem entre os 6% de Lisboa e os 10% do concelho de Cascais. **Em Oeiras esta especialidade representa pouco mais de 7% do total de consultas efectuadas nos Centros de Saúde do concelho. Valores inferiores aos registados em Portugal (10,10%), na região LVT e na Grande Lisboa (estas últimas mais perto dos 8%).**

4.14 Consultas efectuadas nos Centros de Saúde e suas Extensões, em 2001									
NUT / concelho	Medicina geral e familiar / clínica geral	Estomatolo-gia	Ginecologia	Otorrinolari-nologia	Planeamento familiar	Pneumologia	Saúde infantil e juvenil / pediatria	Saúde materna / obstetria	Outras especialida-des
Portugal	83,01%	0,46%	0,18%	0,12%	2,67%	0,48%	10,10%	1,82%	1,16%
LVT	84,26%	0,58%	0,35%	0,29%	2,16%	0,56%	7,63%	1,81%	2,36%
GL	82,17%	0,88%	0,61%	0,42%	2,12%	0,67%	7,88%	1,74%	3,51%
Amadora	83,29%	0,00%	0,62%	0,56%	2,31%	0,92%	8,32%	2,21%	1,78%
Cascais	81,77%	0,77%	0,80%	0,02%	2,64%	0,87%	10,28%	1,68%	1,16%
Lisboa	78,48%	1,60%	1,01%	0,67%	1,80%	1,13%	6,07%	1,17%	8,07%
Loures	83,93%	0,67%	0,66%	0,00%	2,60%	0,00%	9,51%	2,14%	0,50%
Odivelas	83,76%	1,22%	0,17%	0,49%	3,19%	0,00%	8,71%	2,02%	0,44%
Oeiras	85,29%	0,71%	0,65%	0,00%	1,97%	0,00%	7,17%	2,08%	2,11%
Sintra	84,97%	0,17%	0,00%	0,45%	1,90%	0,26%	9,61%	2,26%	0,37%
Vila F. Xira	86,60%	0,33%	0,00%	0,23%	2,07%	0,86%	7,85%	1,75%	0,32%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Por fim, registe-se que as “outras especialidades” (2,11%) assumem, nos Centros de Saúde do concelho de Oeiras, um peso muito acima dos valores registados entre os restantes concelhos da Grande Lisboa (à excepção de Lisboa onde o valor registado ultrapassa os 8%); superando mesmo a média nacional (1,16%).

O concelho de Oeiras tinha ao seu serviço (quadro n.º 4.15), em 2001, **416 profissionais na área da saúde**, entre médicos, enfermeiros e outro pessoal, o terceiro maior contingente, representando mais de 9% do pessoal ao serviço da região NUT III; sendo apenas superado pelos concelhos de Lisboa (40%) e de Sintra (15%).

A análise da distribuição do pessoal nos Centros de Saúde de Oeiras pelos grupos considerados revela que o “outro pessoal” é o grupo com mais peso, representando mais de 40% (**172 agentes**) do pessoal ao serviço. Os médicos posicionam-se como o segundo grupo com **136 agentes**, o que traduz um peso relativo de 33%. O pessoal de enfermagem é o grupo com menos peso entre os profissionais de saúde ao serviço em Centros de Saúde do concelho, representando apenas 26% do total (**108 agentes**).

4.15 Pessoal ao serviço, em 2001								
NUT / concelho	Total		Médico		Enfermagem		Outros	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	29593	100,00%	7192	100,00%	7624	100,00%	14777	100,00%
LVT	9029	30,51%	2609	36,28%	2174	28,52%	4246	28,73%
GL	4533	50,20%	1528	58,57%	1035	47,61%	1970	46,40%
Amadora	413	9,11%	152	9,95%	85	8,21%	176	8,93%
Cascais	376	8,29%	120	7,85%	97	9,37%	159	8,07%
Lisboa	1802	39,75%	624	40,84%	371	35,85%	807	40,96%
Loures	350	7,72%	134	8,77%	76	7,34%	140	7,11%
Odivelas	270	5,96%	91	5,96%	61	5,89%	118	5,99%
Oeiras	416	9,18%	136	8,90%	108	10,43%	172	8,73%
Sintra	680	15,00%	193	12,63%	191	18,45%	296	15,03%
Vila F. Xira	226	4,99%	78	5,10%	46	4,44%	102	5,18%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

4.16 Distribuição do pessoal ao serviço nos Centros de Saúde do concelho de Oeiras, em 2001			
Total	Médico	Enfermagem	Outros
416	136	108	172
100,00%	32,69%	25,96%	41,35%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Como podemos verificar pelo quadro seguinte (4.17), **cada profissional servia em média 409 utentes**. No caso dos médicos esse rácio subia para **1251 utentes por cada médico** a prestar serviços nos Centros de Saúde do concelho. Os **profissionais de enfermagem tinham cada um, em média, 1576 utentes**.

4.17 Rácio Utentes/Profissional, em 2001				
	Total	Médicos	Enfermeiros	Outros
Profissionais	416	136	108	172
Utentes/Profissional	409,14	1251,50	1575,96	989,56

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Podemos agora entrar numa análise mais detalhada de cada um dos Centros de Saúde do concelho. O **Centro de Saúde de Carnaxide** desdobra-se em quatro unidades funcionais, a saber: sede e as Extensões de Saúde de Algés, Dafundo e Linda-a-Velha. A sede funciona desde 1973, a extensão de Algés desde 1960, a extensão do Dafundo desde 1975 e a extensão de Linda-a-Velha, a mais recente deste conjunto, desde 1995.

Neste bloco é possível encontrar a funcionar em todas as unidades que o integram os serviços de **saúde materna, saúde infantil, planeamento familiar, vacinação e cuidados de saúde ao domicílio**. Como serviços exclusivos da Extensão de Saúde de Linda-a-Velha temos os de **saúde mental** e serviços de **saúde pública**.

No que se refere a especialidades encontramos nas quatro unidades a especialidade de **medicina geral e familiar**. Para além disso a sede e as extensões de Dafundo e de Linda-a-Velha disponibilizam a especialidade de **pediatria**; Algés disponibiliza a especialidade de **cirurgia** e Dafundo, **ortopedia**.

Linda-a-Velha, talvez por ser a unidade mais recente deste conjunto é aquela que disponibiliza mais especialidades. Para além das citadas anteriormente disponibiliza ainda: **psicologia, ginecologia e obstetrícia, cirurgia, psiquiatria e nefrologia**. **A única especialidade que não é disponibilizada em nenhuma das unidades do Centro de Saúde de Carnaxide é a de estomatologia**.

Encontramos neste Centro de Saúde ações no âmbito de três projectos e intervenções junto da comunidade: a **saúde escolar** que é promovido nas quatro unidades, a **saúde ambiental** desenvolvida pela Extensão de Saúde de Linda-a-Velha e as **ações de cuidados continuados** promovidas pelas Extensões de Saúde de Algés e de Linda-a-Velha.

4.18 Consultas entre 1997 e 2001 por tipos no Centro de Saúde de Carnaxide									
Tipos de Consulta	Consultas por ano						Total	Evolução 1997/2002	
	1997	1998	1999	2000	2001	2002		N.º	%
Saúde Infantil	6432	7128	7368	8123	23156	26671	78878	20239	314,66
Saúde Materna	2976	3179	3260	3368	3463	4299	20545	1323	44,46
Planeamento Familiar	2831	3043	3236	3432	3720	4489	20751	1658	58,57
Cuidados de Saúde no Domicílio	1095	1195	1265	1358	1194	1249	7356	154	14,06

Total	13334	14545	15129	16281	31533	36708	127530	23374	175,30
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003.									

Como se pode observar pela análise do quadro 4.18 registaram-se um total de **127530 consultas** nos quatro programas considerados, a saber: saúde infantil (que nos anos de 2001 e 2002 inclui também a saúde juvenil), saúde materna, planeamento familiar e cuidados de saúde no domicílio. Se em 1997 o Centro de Saúde de Carnaxide regista nestes quatro programas um total de 13334, no ano de 2002 esse valor ascende a 36708, ou seja, um acréscimo de **175%**. Regista-se que para este valor em muito contribui a cifra apresentada pelo **programa de saúde infantil** que passa das 6432 consultas registadas em 1997 para 26671 em 2002, o que traduz uma taxa de **crescimento de 315%**, isto é, **mais 20239 consultas**.

Ressalve-se que o maior número de consultas efectuadas, no período considerado, **mais de metade é reportado ao domínio da saúde infantil e juvenil**, seguido pelo **planeamento familiar** e pela **saúde materna**.

No próximo quadro (4.19) podemos observar as consultas de clínica geral desenvolvidas nas quatro unidades do Centro de Saúde de Carnaxide. Detecta-se nesta observação um crescimento efectivo, entre 1998 e 2002, em duas destas unidades, Carnaxide e Linda-a-Velha; e um decréscimo na extensão de Algés (de perto de 35 mil consultas efectuadas em 1998 para menos de 32 mil em 2002) e na extensão de Dafundo (passa de 22401 em 1998 para 20591 em 2002). De uma forma global o Centro de Saúde de Carnaxide assistiu a um **incremento efectivo do número de consultas de clínica geral**, passando de 141 mil consultas em 1998 para **157 mil consultas em 2002**.

4.19 Consultas de clínica geral no Centro de Saúde de Carnaxide e suas Extensões						
Anos	Unidades do Centro de Saúde de Carnaxide				Total	
	Algés	Carnaxide	Dafundo	Linda-a-Velha		
1998	34929	32915	22401	50608	140853	
1999	38471	38554	22878	55292	155195	
2000	37355	39 804	22924	58825	158908	
2001	33063	38467	21652	63160	156342	
2002	31760	38844	20591	66101	157296	
Evolução 1998-2002	N.º	-3169	5929	-1810	15493	16443
	%	-9,1	18,0	-8,1	30,6	11,7

No domínio das especialidades (quadro n.º 4.20) observa-se também um aumento das consultas entre 1997 e 2002 neste Centro de Saúde a rondar mais 16 mil actos médicos. Se em 1997 o Centro de Saúde de Carnaxide efectuou, nas especialidades consideradas, mais de 150 mil consultas, em 2002 esse valor ultrapassou os 166 mil actos, o que traduz uma taxa de variação a cifrar-se em +10,7%.

4.20 Consultas efectuadas no Centro de Saúde de Carnaxide e suas Extensões por especialidade entre 1997 e 2002									
Especialidades ¹²	Consultas efectuadas por ano							Variação 1997-2002	
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total	N.º	%
Medicina geral e familiar	138496	140853	155195	158908	156342	157296	907090	18800	13,6
Pediatria	7432	8479	7740	6664	2370	1830	34515	-5602	-75,4
Psicologia	443	536	1045	1178	687	606	4495	163	36,8
Estomatologia	1328	1685	2644	3299	2893	3252	15101	1924	144,9
Ginecologia / Obstetrícia	1238	1436	1496	1419	1417	979	7985	-259	-20,9
Cirurgia	739	895	874	1735	2305	1976	8524	1237	167,4
Ortopedia	197	216	282	271	188	93	1247	-104	-52,8
Nefrologia	471	522	513	459	378	353	2696	-118	-25,1
Cardiologia	0	0	79	0	0	0	79	0	0,0
Total	150344	154622	169868	173933	166580	166385	981732	16041	10,7

Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003.

Regista-se nesta análise do número de actos médicos a diminuição apresentada por algumas especialidades: em primeiro lugar a **pediatria**, que regista **menos 5602 consultas**, traduzindo uma taxa de variação negativa de **-75%**; depois a especialidade de **ortopedia a registar uma quebra cifrada nos 52,8%** que traduz em 2002 **menos 104 consultas** do que as que se realizaram em 1997; a nefrologia que apresenta uma variação negativa de **-25%**, que revela menos 104 consultas nos dois anos considerados; e, a **ginecologia / obstetrícia com menos 259 consultas em 2002** do que aquelas que foram efectuadas em 1997, que coloca a especialidade numa variação negativa de **-21%**. No lado dos aumentos encontramos a medicina geral e familiar com uma variação nos últimos 6 anos que anda na ordem dos 14%.

No que se refere a **actos de enfermagem** (quadro n.º 4.21) podemos sublinhar a queda acentuada de dois destes serviços: as **injecções**, que em 1997

¹² As Especialidades de Ginecologia / Obstetrícia e de Ortopedia deixaram, após a elaboração da Carta da Saúde do Concelho, de serem facultadas neste Centro de Saúde (fonte: GDM/CMO).

contabilizaram 43773 actos e em 2002 pouco ultrapassam as 22 mil, registando desta forma uma quebra na ordem dos 21 mil actos que traduz uma variação negativa de **-49%**; e, os **pensos**, que registam entre 1997 (26175) e 2002 (20575) uma diminuição cifrada nos 5600 actos que representa uma variação negativa de **-21%**.

4.21 Actos de enfermagem entre 1997 e 2002 no Centro de Saúde de Carnaxide									
Tipo de Actos	Anos						Total	Variação	
	1997	1998	1999	2000	2001	2002		N.º	%
Injecções	43773	42910	47087	35003	32251	22393	223417	-21380	-48,84
Pensos	26175	8600	54943	48688	22356	20575	181337	-5600	-21,39
Outros	756	1081	1763	2141	25645	25909	57295	25153	3327,12
Total	70704	52591	103793	85832	80252	68877	462049	-1827	-2,58

Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003.

De referir que o **Centro de Saúde de Carnaxide disponibiliza um Serviço de Atendimento Complementar (SAC)**, a funcionar na Extensão de Saúde de Linda-a-Velha, que assegura a prestação de “um serviço de atendimento médico e de enfermagem para situações que careçam de cuidados de saúde imediatos e que não podem esperar pela consulta médica” (*in* “Carta da Saúde, CMO, 2003). Este serviço registou no ano de 2000 um total de **20349 consultas**. A “carta da saúde” de Oeiras apresenta um aumento, entre o ano de 1999 e de 2000, de 5882 consultas, o que representa uma variação positiva de 40,66%.

A **intervenção social** também presta serviços nas unidades do Centro de Saúde de Carnaxide através de **dois técnicos de serviço social**, um na Sede (Carnaxide) e outra na extensão de Linda-a-Velha. Também aqui **as Extensões quer de Algés, quer do Dafundo não possuem qualquer profissional neste domínio**.

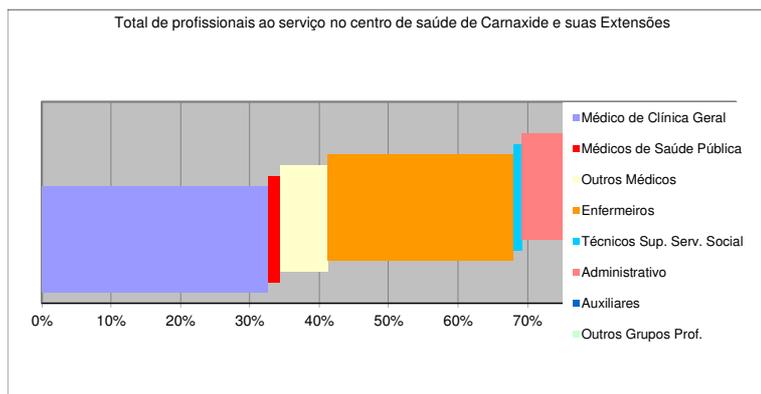


Gráfico 4.1 / fonte: CMO, Carta da Saúde,

2003

No que se refere aos espaços físicos que compõem este Centro de Saúde, tomando como fonte a Carta da Saúde, conclui-se que Linda-a-Velha se assume como a mais moderna das unidades. Construída em 1995 para o efeito, é acessível por transportes públicos (tal como as restantes unidades) e, tanto na acessibilidade especial como na acessibilidade interna apresenta condições que permitem uma mais fácil circulação a cidadãos portadores de deficiência, isto é, o edifício desta Extensão de Saúde é acessível do exterior por rampas, possui ascensores, bem como, balcões e cabines de telefone acessíveis a pessoas que se movam em cadeiras de rodas e passagens (portas e corredores) com as dimensões adequadas.

Ainda neste domínio, **apenas a sede apresenta uma rampa que possibilita o acesso ao interior do edifício por alguém que se desloque em cadeira de rodas e uma cabine telefónica para o mesmo efeito.**

As restantes unidades não possuem as condições adequadas à frequência de pessoas portadoras de deficiência, mais precisamente de indivíduos que recorram a cadeiras de rodas e outros apetrechos que facilitam a sua mobilidade.

O **Centro de Saúde de Oeiras** é a outra estrutura do serviço público de saúde, ao nível dos cuidados primários, que intervém no concelho. Este centro reparte-se em três unidades funcionais: a sede (Oeiras), Barcarena e Paço de Arcos.

No conjunto das unidades que integram este Centro de Saúde encontramos em funcionamento os seguintes serviços: **saúde materna, saúde infantil, planeamento familiar, saúde mental, vacinação, cuidados de saúde ao domicílio, serviços de saúde pública e meios complementares de diagnóstico e terapia**, este último que é um exclusivo deste Centro de Saúde e inclui **radiologia e laboratório de análises clínicas**. De forma mais detalhada, a sede disponibiliza

todos os serviços citados e **as Extensões de Saúde de Barcarena e de Paço de Arcos não disponibilizam saúde mental, serviços de saúde pública e meios complementares de diagnóstico e terapia.**

As Especialidades disponibilizadas ao utente deste Centro de Saúde são-no quase exclusivamente na Sede, ficando nas duas Extensões de Saúde apenas medicina geral e familiar. Pediatria, psicologia, ginecologia e obstetrícia, cirurgia, psiquiatria e oftalmologia só existem em Oeiras.

No que respeita a **projectos e intervenções na comunidade** observa-se o desenvolvimento nas três unidades que compõem este Centro de Saúde **acções de saúde escolar e de cuidados continuados**; a sede acumula **a promoção de saúde ambiental e saúde mental.**

Neste Centro de Saúde existe lugar para outros projectos de intervenção na comunidade, nomeadamente: **na Sede através de trabalho em bairros sociais, Projecto de Intervenção Precoce, Rendimento Mínimo Garantido (agora Rendimento Social de Inserção), Comissão de Controlo de Infecções, Férias em saúde, Projectos específicos nas áreas de Tumores Malignos, Tuberculose, Diabetes, Saúde de Adolescentes e Saúde do Idoso, Saúde do Idoso, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, vacinação a grupos de jovens em risco oriundos de instituições fechadas.**

No próximo quadro (4.22) podemos observar a prática de actos médicos entre 1998 e 2002, por programa. O registo vai no sentido de se sublinhar o **generalizado decréscimo de consultas efectuadas no Centro de Saúde de Oeiras e suas Extensões de Saúde.**

4.22 Consultas efectuadas por programa de saúde no Centro de Saúde de Oeiras entre 1998 e 2002								
Consultas	1998	1999	2000	2001	2002	total	1997/2002	
Saúde Infantil	10011	13109	11884	16173	15793	66970	5782	57,76
Saúde Materna	2607	2814	2267	2551	2521	12760	-86	-3,30
Planeamento Familiar	4455	5073	3977	4939	4259	22703	-196	-4,40
Cuidados de Saúde no Domicílio	962	2074	1394	936	910	6276	-52	-5,41
Medicina Geral Familiar	136830	15 012	130092	119008	113641	499571	-23189	-16,95

Total	154865	174082	149614	143607	137124	759292	-17741	-11,46
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003								

Ao atendermos aos valores demonstrados no quadro constatamos que apenas a **saúde infantil regista um acréscimo de consultas**: perto de **mais 600 consultas** entre os anos considerados o que traduz uma variação perto dos **60%**. Os **restantes programas de saúde registam um decréscimo** que coloca as **taxas de variação entre os 3 e os 6 pontos negativos**; excepção para a **medicina geral familiar que revela um decréscimo muito acentuado: 23189 consultas a menos em 2002** por relação a 1998. **Na totalidade dos programas desenvolvidos no Centro de Saúde de Oeiras assistimos a um decréscimo cifrado em menos 18000 consultas em 2002** do que aquelas que foram realizadas em 1998.

Não são disponibilizados na Carta de saúde do concelho quaisquer dados relativos a consultas de clínica geral para o Centro de Saúde de Oeiras, tal como o são para Carnaxide.

O quadro seguinte (4.23) apresenta as consultas efectuadas no âmbito do Centro de Saúde de Oeiras por especialidade. Na sequência do que se registou anteriormente, também aqui percebemos um **decréscimo em praticamente todas as especialidades**. Apenas na **pediatria, que regista mais 1024 consultas** em 2002 do que aquelas que foram realizadas em 1998 e na **psicologia com mais 634 consultas** do que as que foram realizadas no ano de abertura (2000?) são observáveis aumentos positivos.

4.23 Consultas efectuadas por especialidade no Centro de Saúde de Oeiras entre 1998 e 2002								
Especialidades	1998	1999	2000	2001	2002	Total	Variação	
							N.º	%
Med. Geral e Familiar	201571	222299	203083	198487	190461	1015901	-11110	-5,5
Pediatria	261	1351	979	1186	1285	5062	1024	392,3
Psicologia	0	0	8	348	642	998	634	7925,0
Ginecologia/Obstetrícia	4090	3389	3144	3677	3173	17473	-917	-22,4
Cirurgia	1659	2004	1538	1508	561	7270	-1098	-66,2
Psiquiatria	0	706	558	590	73	1927	-633	-89,7
Oftalmologia	4938	3355	2496	2576	2443	15808	-2495	-50,5
Total	212519	233104	211806	208372	198638	1064439	-13881	-6,5
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003								

Nas restantes especialidades assiste-se de forma generalizada a variações negativas. O destaque vai aqui para a **medicina geral e familiar com menos 11000 consultas** (entre 98 e 2002), para a cirurgia, que realiza menos mil consultas e para a **oftalmologia que realiza menos 2500 consultas.**

No conjunto das especialidades desenvolvidas neste Centro de Saúde **registam-se, de 1998 para 2002, menos 14000 mil consultas**, o que representa uma variação negativa de **-6,5%.**

4.24 Actos de enfermagem no Centro de Saúde de Oeiras entre 1997 e 2002									
Tipo de Actos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total	Variação	
								N.º	%
Injecções	31470	32244	31334	31199	28157	30559	184963	-911	-2,9
Pensos	42599	29443	40750	44973	25904	24968	208637	-17631	-41,4
Outros	76921	85773	72863	76219	17568	14616	343960	-62305	-81,0
Total	150990	147460	144947	152391	71629	70143	737560	-80847	-53,5

Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003

Em relação aos **actos de enfermagem** (quadro n.º 4.24) podemos observar, na linha do que se registou em consultas médicas, **um decréscimo acentuado de todos os tipos.** De forma geral foram praticados em 2002, por relação a 1997, **menos 81 mil** actos de enfermagem. O maior decréscimo regista-se em relação ao grupo “outros” com menos 62 mil actos (com uma taxa de variação negativa cifrada nos 81%), mas também os pensos apresentam um decréscimo a rondar os 17600 actos o que traduz uma variação de – 41%.

Pode-se referir ainda que este Centro de Saúde também disponibiliza um **serviço de atendimento complementar.** Este serviço encontra-se a funcionar na sede. Em 2002 registou 53337 consultas o que representa mais 6631 do que as que foram efectuadas em 1998 (46706), ou seja, estamos perante uma taxa de variação positiva de 14,2%.

No quadro 4.25 podemos observar a presença e distribuição dos profissionais no Centro de Saúde de Oeiras. Num **total de 225 agentes**, o maior contingente refere-se ao **pessoal médico** tocando praticamente os 35% dos activos, representando **74 profissionais.** O segundo grupo é nesta estrutura representa os “administrativos” com **56** trabalhadores o que representa perto de 25% dos profissionais. O terceiro grupo representado em maior número é o dos

“enfermeiros” com **54 profissionais** (24%). Depois temos ainda 26 auxiliares (12%), 14 “outros profissionais” e 1 técnico de serviço social.

4.25 Grupos profissionais presentes no Centro de Saúde de Oeiras e suas Extensões de Saúde (2000)					
Grupos Profissionais	Local			Total	
	Sede	Barcarena	Paço de Arcos	N.º	%
Médicos de Clínica Geral	40	5	15	60	26,67%
Médicos de Saúde Pública	3	0	0	3	1,33%
Outros Médicos	8	0	3	11	4,89%
Enfermeiros	44	4	6	54	24,00%
Técnicos Sup. Serv. Social	1	0	0	1	0,44%
Administrativo	43	4	9	56	24,89%
Auxiliares	21	2	3	26	11,56%
Outros Grupos Prof.	14	0	0	14	6,22%
Total	174	15	36	225	100,00%
	77,33%	6,67%	16,00%		

Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003

Em relação ao acesso às unidades que compõem este Centro de Saúde podemos observar, com base nas informações sugeridas pela carta da saúde do concelho, que na generalidade são razoáveis, todas servidas por transportes público perto; mas, em Paço de Arcos, face à proximidade com a estação ferroviária são melhores.

No que respeita ao acesso de pessoas portadoras de deficiência (com mobilidade condicionada por cadeira de rodas em especial) aos edifícios apenas a sede e a extensão de saúde de Barcarena, possuem casa de banho apropriada e rampas de acesso. **A Extensão de Saúde de Paço de Arcos não está em condições de receber pessoas cuja mobilidade se encontra condicionada.**

Para terminar esta abordagem aos cuidados primários de saúde resta fazer referência às infra-estruturas complementares existente no concelho de Oeiras. Entenda-se unidades na área da **farmácia e postos de saúde.**

Apesar de **Oeiras** apenas contar **com 5,7%** dos estabelecimentos farmacêuticos da Grande Lisboa, **valor baixo se tivermos em conta aqueles que são apresentados em concelhos vizinhos** como Lisboa, Sintra, Cascais ou Amadora,

o concelho mantém uma das mais elevadas cifras no rácio farmácias por cada mil habitantes (2,0 conforme quadro 4.1).

4.26 Infra-estruturas complementares de saúde em 2001 (estabelecimentos farmacêuticos)					
NUT / concelho	Farmácias		Postos de medicamentos	Farmacêuticos de oficina	Profissionais de farmácia
	nº	%			
Portugal	2556	100,00%	332	4450	6408
LVT	942	36,85%	55	1776	1706
GL	561	59,55%	6	1134	936
Amadora	36	6,42%	0	78	123
Cascais	35	6,24%	1	85	77
Lisboa	333	59,36%	0	643	305
Loures	31	5,53%	1	65	167
Odivelas	23	4,10%	0	29	0
Oeiras ¹³	32	5,70%	0	77	59
Sintra	51	9,09%	4	117	165
Vila Franca de Xira	20	3,57%	0	40	40

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

De referir que **não estão recenseados quaisquer postos de medicamentos no concelho de Oeiras**. Destas unidades apenas existem 6 na Grande Lisboa. Os farmacêuticos de oficina no concelho são 77 (quarto contingente dos 1134 da Grande Lisboa) e os **profissionais de farmácia** apenas **59** dos 936 que existem no NUT III.

4.27 Infra-estruturas complementares de saúde em 2001 (Postos médicos)								
NUT / concelho	Total		Oficiais	Particulares	Pessoal ao serviço			
	Nº	%			Total	Médico	Enfermagem	Outro
Portugal	496	100,0%	205	291	5426	2245	1286	1895
LVT	223	44,96%	105	118	3093	1282	695	1116
GL	139	62,33%	65	74	2161	948	426	787
Amadora	5	3,60%	3	2	0	0	0	0
Cascais	5	3,60%	2	3	160	63	26	71
Lisboa	85	61,15%	43	42	1535	672	288	575
Loures	13	9,35%	3	10	75	39	17	19
Odivelas	0	0,00%	0	0	0	0	0	0
Oeiras	13	9,35%	5	8	129	77	19	33
Sintra	13	9,35%	7	6	170	56	52	62
Vila Franca de Xira	5	3,60%	2	3	0	0	0	0

Fonte: INE, Lisboa e Vale do Tejo – Anuário Estatístico, 2002.

¹³ Actualizando este valor, temos em Março de 2004, 39 farmácias no Concelho de Oeiras (Fonte: GDM/CMO).

No que se refere ao segundo tipo de unidades de saúde considerado, os **postos de médicos**, constata-se (quadro 4.27) que existem mais estabelecimentos deste tipo em Oeiras do que Centros e suas Extensões de Saúde. Aliás, a seguir a Lisboa, Oeiras é, a par de Loures e Sintra, o concelho com mais unidades neste segmento de prestação de cuidados de saúde. **De relevar aqui a posição que o sector privado assume: 8 dos 13 postos médicos existentes no concelho estão neste domínio.** Nesta linha podemos também sublinhar a disponibilização de **77 profissionais** para tratamento médico.

4.28 Distribuição do pessoal ao serviço em Centros de Saúde, Extensões de Saúde e postos médicos										
NUT / concelho	p médicos + CS+ Ext s		total		médico		enfermagem		outros	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Portugal	2841	100,00%	35019	100,00%	9437	100,00%	8910	100,00%	16672	100,00%
LVT	735	25,87%	12122	34,62%	3891	41,23%	2869	32,20%	5362	32,16%
GL	280	38,10%	6694	55,22%	2476	63,63%	1461	50,92%	2757	51,42%
Amadora	12	4,29%	413	6,17%	152	6,14%	85	5,82%	176	6,38%
Cascais	14	5,00%	536	8,01%	183	7,39%	123	8,42%	230	8,34%
Lisboa	137	48,93%	3337	49,85%	1296	52,34%	659	45,11%	1382	50,13%
Loures	31	11,07%	425	6,35%	173	6,99%	93	6,37%	159	5,77%
Odivelas	10	3,57%	270	4,03%	91	3,68%	61	4,18%	118	4,28%
Oeiras	20	7,14%	545	8,14%	213	8,60%	127	8,69%	205	7,44%
Sintra	37	13,21%	850	12,70%	249	10,06%	243	16,63%	358	12,99%
Vila Franca de Xira	19	6,79%	226	3,38%	78	3,15%	46	3,15%	102	3,70%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

No saldo desta análise, reunindo os Centros de Saúde e suas respectivas Extensões de Saúde com os postos médicos, podemos verificar que Oeiras dispõe de **20 unidades com estas características**. Um **valor** acima do panorama geral mas **muito inferior aos registados em Lisboa, Sintra ou Loures**. Por outro lado, Oeiras demonstra uma maior disponibilização de pessoal ao serviço nestas unidades. É o terceiro concelho da Grande Lisboa com **545 profissionais** em serviço, atrás de Lisboa e de Sintra. No concelho **213** destes profissionais são **médicos**, **127** pessoal de **enfermagem** e 205 encontram-se na categoria “outro pessoal”.

A terminar este quadro dos cuidados de saúde primários fazemos referência a um conjunto de unidades de saúde que são disponibilizadas no concelho de Oeiras que a “Carta da Saúde” denomina de **complementares**. Neste domínio encontramos os

postos médicos das corporações de bombeiros, os postos de enfermagem de juntas de freguesia e os postos de enfermagem de IPSS's.

Para o primeiro caso encontram-se 4 corporações que disponibilizam este serviço: Algés, Paço de Arcos, Dafundo e Oeiras. Algés disponibiliza 7 especialidades e conta com um corpo de 31 profissionais especializados (não existe quantificação do número de consultas efectuadas). Paço de Arcos efectuou mais de 2000 consultas (não identifica o ano), através de 8 especialidades, 10255 actos de enfermagem, para além de aluguer de material ortopédico. Neste equipamento existem 15 profissionais a prestar serviço. O Dafundo apenas disponibiliza, através de 1 médico voluntário, consultas de clínica geral. Oeiras conta com 8 especialidades que contabilizam 799 consultas, através de 11 profissionais.

A Junta de Freguesia de Barcarena promove, neste âmbito, dois postos de enfermagem, Queluz de Baixo e Tercena, que atendeu em 2000 perto de 1500 utentes dos quais 1013 tinham mais de 60 anos de idade. Este serviço é exclusivo para indivíduos recenseados na freguesia.

Existem duas Instituições Particulares de Solidariedade Social que promovem postos de enfermagem no concelho de Oeiras: na freguesia de Paço de Arcos o Centro de Assistência Infantil N. Sr.^a das Dores; e, na freguesia de Linda-a-Velha a Obra Social Madre Maria Clara.

Em ambos os casos o funcionamento destes serviços é assegurado por enfermeiras voluntárias que prestam serviços gratuitamente (enfermagem e apoio domiciliário). No ano 2000 foram atendidos no conjunto dos dois postos 86 utentes.

Também a Câmara Municipal de Oeiras dispõe de um serviço de saúde ocupacional que serve uma população aproximada de 10 mil utentes. Este número, além de contemplar os 1600 funcionários camarários, abrange também seus familiares, ascendentes e descendentes, bem como os trabalhadores da autarquia já aposentados¹⁴.

Cuidados de Saúde Diferenciados

A Grande Lisboa concentra 58 dos 79 hospitais da região LVT. Estas 58 unidades dividem-se de igual modo entre público e privado (29/29).

O concelho de Oeiras está enquadrado na Área Integrada de Saúde C, da qual fazem parte os seguintes equipamentos: Hospital São Francisco Xavier, Hospital

¹⁴ Fonte: GDM/CMO.

Egas Moniz, Hospital de Santa Cruz e Hospital Ortopédico Dr. José de Almeida. Destes apenas o Hospital de Santa Cruz se encontra localizado em território oeirense¹⁵.

Segundo o INE, Oeiras encontra no seu território **3 hospitais, 2 oficiais e 1 particular, com um total de 336 camas para internamento**. É de entre os concelhos que lhe fazem vizinhança aquele que tem menos camas e um dos que conta com menor número de hospitais.

Os hospitais aqui referenciados são: nos oficiais (de iniciativa pública) o Hospital de Santa Cruz, em Carnaxide, enquadrado no serviço público de saúde, e o Hospital Prisional São João de Deus, em Caxias, enquadrado no equipamento prisional, sediado naquela localidade, e que não se destina ao público em geral, mas apenas à população prisional; o hospital privado refere-se à Casa de Saúde de Carnaxide, em Carnaxide, e é um serviço de internamento especializado em psiquiatria¹⁶.

No que respeita a consultas efectuadas em hospitais podemos afirmar que no caso de Oeiras foram realizadas em 2000 perto de 76 mil consultas. A especialidade mais procurada é a cirurgia geral (41657 consultas) logo seguida por “outras” especialidades (28470 consultas).

4.29 Infra-estruturas Hospitalares Existentes em 1998				
Zona Geográfica	Hospitais			
	Oficiais	Particulares	TOTAL	N.º de Camas
Portugal	123	92	215	38.221
Lisboa e Vale do Tejo	45	34	79	14.170
Grande Lisboa	29	29	58	11.104
Amadora	1	1	2	793
Cascais	3	1	4	489
Oeiras	2	1	3	336
Sintra	0	6	6	1.164

Fonte: INE, Lisboa e Vale do Tejo – Anuário Estatístico, 2001.

¹⁵ Fonte: GDM/CMO.

¹⁶ Fonte: GDM/CMO.

4.30 Consultas Efectuadas nos Hospitais, Segundo as Especialidades, em 1998										
Regiões	Especialidade									
	Cirurgia Geral	Ginecologia	Medicina Interna	Oftalmologia	Ortopedia	Otorrinolaringologia	Pediatria Médica	Psiquiatria	Outras	TOTAL
Portugal	575.681	421.310	528.546	608.333	787.884	396.927	332.843	410.421	3.673.254	7.735.199
Lisboa e Vale do Tejo	210.682	146.362	242.652	235.462	278.346	163.154	97.357	128.712	1.543.837	3.046.564
Grande Lisboa	155.917	112.092	196.982	187.428	205.959	128.069	70.526	103.556	1.259.230	2.419.759
Amadora	21.480	15.501	11.063	20.616	17.973	19.631	11.403	933	69.487	188.087
Cascais	8.980	2.573	1.753	5.012	35.665	3.012	1.393	0	35.810	94.198
Oeiras	41.657	0	2.544	737	451	409	0	1.454	28.470	75.722
Sintra	0	0	0	382	0	281	0	1.599	4.194	6.456

Fonte: INE, Lisboa e Vale do Tejo – Anuário Estatístico, 2001.

Na Carta da Saúde do concelho de Oeiras são indicadas 2 unidades hospitalares: o Hospital São Francisco Xavier (porque serve a população residente no concelho) e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Oeiras.

No primeiro caso, o Hospital São Francisco Xavier, com um corpo de profissionais a rondar os 1500 indivíduos, atendeu em 2000 nas 23 especialidades do serviço ambulatorio, **24500 (num total de 65352 consultas) utentes oriundos do concelho de Oeiras**. Este valor representa um **acrécimo** global de praticamente mais 10000 consultas em relação a 1999 (foram efectuadas 15000 consultas a utentes do concelho).

Podemos conferir no próximo quadro (4.31) a origem dos utentes que procuram esta unidade de saúde em urgência e em consultas externas.

4.31 Consultas efectuadas no HSFx, segundo a origem do utente, em 2000 ¹⁷					
Freguesias	Urgência		Consulta externa		Total
	Total	%	Total	%	
Algés	17 686	26	6 919	28	24 605
Barcarena	4 383	6	1 412	6	5 795
Camaxide	12 168	18	3 871	16	16 039
C. Quebrada / Dafundo	3 102	5	833	3	3 935
Linda-a-Velha	2 883	4	877	4	3 760
Oeiras / S. J. da Barra	15 918	23	6 398	26	22 316
Paço de Arcos	8 900	13	2 810	12	11 710
Porto Salvo	87	-	73	-	160
Queijas	3 759	5	1 272	5	5 031
Total	68 886	100	24 465	100	93 351

¹⁷ Os dados referentes à freguesia de Caxias não são aqui disponibilizados, pois à data de recolha dos dados esta ainda não se encontrava constituída.

Como podemos observar, quer num caso, quer no outro, a preponderância vai para os utentes oriundos da freguesia de Algés, logo seguidos dos utentes com origem na freguesia de Oeiras.

No domínio social esta unidade hospitalar conta com um gabinete de serviço social e um gabinete de apoio ao utente.

A outra unidade hospitalar presente no concelho de que existem informações é o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Oeiras. Esta unidade de gestão privada a funcionar com um protocolo com o Hospital de Cascais (serviço de retaguarda) possui um corpo profissional dividido por diferentes áreas que soma um total de **70 agentes**.

No ano 2000 este hospital realizou 3184 consultas, 3130 actos de enfermagem, 521 actos terapêuticos e 2090 actos de diagnóstico.

Grupos especialmente vulneráveis ao nível da saúde

Neste próximos quatro blocos dá-se destaque a outros tantos segmentos sociais que **entrecruzam o social e a saúde**: a população portadora de deficiência, a população toxicodependente, a população com problemas ao nível de saúde mental e a população constituída por portadores de HIV. **No plano das respostas destacam-se aquelas que são oriundas da acção social.**

População Portadora de Deficiência

O grupo social que se evidencia neste primeiro bloco representa **6,4% da população** total residente no concelho de Oeiras, isto é dos 162.128 indivíduos que foram recenseados pelos censos 2001, **10.309** afirmaram serem **portadores de algum tipo de deficiência**. Na análise feita no recenseamento citado (quadro n.º 4.32) o grupo que aparece com valores mais elevados representa uma agregação de tipos de deficiência (28,3%). Todavia importa dar relevo aos grupos que estão imediatamente a seguir.

Neste sentido releva-se que do total de deficientes do concelho praticamente **¼ são invisuais (24,8%), mais de 1/5 (22,3%) são deficientes motores e 16% deficientes auditivos**. A distinção entre os sexos apresenta-se ligeira existindo

mais deficientes entre os homens, mas no caso específico dos invisuais a incidência é maior no grupo das mulheres.

4.32 População Residente Segundo o Tipo de Deficiência no Concelho de Oeiras (2001)					
		Homens	Mulheres	Total	%
População residente sem deficiência		71.684	80.135	151.819	93.6
População residente com deficiência	Deficiência auditiva	848	811	1.659	16.1
	Deficiência visual	1.233	1.328	2.561	24.8
	Deficiência motora	1.217	1.085	2.302	22.3
	Deficiência mental	333	326	659	6.4
	Deficiência paralisia	127	82	209	2.0
	Outra deficiência	1.420	1.499	2.919	28.3
	Total	5.178	5.131	10.309	6.4
População Residente Total		76.862	85.266	162.128	100.0

Fonte: Censos 2001, INE.

A análise do próximo quadro (4.33) traduz a atribuição do grau de incapacidade à pessoa deficiente. Em primeiro lugar devemos destacar que dos 10.309 indivíduos portadores de deficiência mais de metade, isto é, **5.425 (52,6%), não tem atribuído qualquer grau de incapacidade**. Dos **41,4% com algum grau de incapacidade atribuído verifica-se que a incidência se faz na zona que situa a incapacidade entre os 60 e os 80% (25,3%)**. O que daqui se deve relevar é o facto de entre o total de indivíduos portadores de deficiência o **segundo maior grupo**, a seguir aos que não têm grau atribuído, ser **aquele com incapacidade acima dos 60% perfazendo 34% dos indivíduos portadores de deficiência**.

Numa análise por sexo podemos referir que **é entre as mulheres que existem mais indivíduos sem qualquer grau de incapacidade atribuído**, isto é, são os homens que, maioritariamente, têm atribuído um escalão de incapacidade declarada.

4.33 População Residente com Deficiência, segundo o Grau de Incapacidade e Sexo no Concelho de Oeiras (2001)				
Grau de Incapacidade	Homens	Mulheres	Total	
			n.º	%
Sem grau de incapacidade atribuído	2.554	2.871	5.425	52.6
Com incapacidade inferior a 30%	420	235	655	6.4
Com incapacidade entre 30% a 59%	420	313	733	7.1
Com incapacidade entre 60% a 80%	1.305	1.289	2.594	25.2

Com incapacidade superior a 80%	479	423	902	8.8
Total de população residente com deficiência	5.178	5.131	10.309	100.0
Fonte: Censos 2001, INE				

A resposta especializada a este segmento social mais visível é promovida no âmbito da solidariedade social nomeadamente através de unidades de acolhimento que terão como **objectivo prioritário aliar o acompanhamento terapêutico com a integração social.**

4.34 Equipamentos de Intervenção junto da população portadora de deficiência por freguesia, segundo o tipo de resposta em 2002										
Freguesia	Intervenção precoce		Centro de apoio sócio Educativo		Lar de apoio		Centro de actividades ocupacionais		Lar residencial	
	Respostas	Utentes	Respostas	Utentes	Respostas	Utentes	Respostas	Utentes	Respostas	Utentes
Algés	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Barcarena	1	40	0	0	0	0	1	53	1	41
Carnaxide	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5
Caxias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cruz Quebrada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Linda-a-Velha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras/São Julião	0	0	0	0	0	0	1	51	1	23
Paço de Arcos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto salvo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Queijas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10
Total	1	40	0	0	0	0	2	104	4	79
Fonte: ISSS CDSSSL / Serviço Local de Oeiras (2002)										

No concelho de Oeiras existem 7 valências a funcionar no âmbito desta resposta. Elas estão dispostas segundo os domínios de intervenção da seguinte forma: **intervenção precoce (1 valência para 40 utentes), dois centros de actividades ocupacionais (2 valências para 104 utentes) e lar residencial (4 valências para 79 utentes).**

A sua distribuição pelas freguesias do concelho é a seguinte: na freguesia de **Barcarena** funcionam **três valências** (intervenção precoce, centro de actividades ocupacionais e lar residencial), em **Oeiras** existem **2 valências** em funcionamento (centro de actividades ocupacionais e lar residencial); e, nas freguesias de **Carnaxide e de Queijas** existe, em cada uma delas, **uma valência de lar residencial.**

Pela análise do quadro 4.37 podemos constatar que no concelho **a resposta predominante se situa ao nível dos lares residenciais.** Estes representam mais

de metade das respostas organizadas à população portadora de deficiência. Apesar de **os centros de actividades ocupacionais** se posicionarem como a segunda valência predominante, eles **representam o acolhimento de praticamente metade (47%) deste tipo de utentes.** A **intervenção precoce representa 18% do total de utentes** com resposta a este nível no concelho.

4.35 Peso relativo das respostas sociais na área e distribuição dos utentes				
Tipo de intervenção	Respostas		Utentes	
	N.º	%	N.º	%
Intervenção precoce	1	14,29%	40	17,94%
Centro de apoio sócio educativo	0	0,00%	0	0,00%
Lar de apoio	0	0,00%	0	0,00%
Centro de actividades ocupacionais	2	28,57%	104	46,64%
Lar residencial	4	57,14%	79	35,43%
Total	7	100,00%	223	100,00%
Fonte: ISSS CDSSSL/Serviço Local de Oeiras (2002)				

Se cruzarmos o total de população portadora de deficiência recenseada no concelho de Oeiras em 2001 e o total de população portadora de deficiência que encontra resposta em valências sedeadas no concelho concluímos que **a taxa de resposta se cifra em pouco mais de 2%**. Este valor sobe para perto de 5% se cruzarmos apenas o total de população portadora de deficiência recenseada no concelho de Oeiras em 2001 com grau de incapacidade atribuída com o total de população portadora de deficiência que encontra resposta em valências sedeadas no concelho.

4.36 Taxas de cobertura dos serviços	
% de população portadora de deficiência coberta	2,16%
% de população portadora de deficiência com grau de incapacidade atribuído coberta	4,57%
Fonte: ISSS CDSSSL / Serviço Local de Oeiras (2002) e INE, Censos 2001	

População Toxicodependente

O segundo segmento social que consideramos neste capítulo da saúde é aquele que comumente se designa por população toxicodependente. Como forma de intervenção junto de populações sobre as quais incide esta problemática **existem**, no concelho de Oeiras, **três serviços**: o **Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT)** de Oeiras, o **Instituto de Prevenção e Tratamento das Toxicodependências Químicas e Comportamentos Compulsivos (IDEQ)** e a **Associação dos Narcóticos Anónimos**. Sabe-se que **existe uma outra valência**, “**apartamento de reinserção social**”, que é gerida por uma associação de apoio ao tratamento de toxicodependentes com sede em Lisboa e que alberga 7 utentes (fonte: ISSS CDSSSL / Serviço Local de Oeiras).

Os dados que obtivemos permitem apenas conhecer de um modo mais significativo o número de utentes, segundo o grupo etário, o sexo e origem geográfica (freguesia) e o pessoal afecto segundo a categoria profissional de um dos serviços: **o Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) de Oeiras**. Os dados que são objecto de análise têm como fonte a carta da saúde do concelho de Oeiras.

Como se pode constatar pela observação do quadro 4.39 **a população atendida no CAT de Oeiras em 2000 foi de 804 utentes**. A sua distribuição segundo o género demonstra uma incidência comum do fenómeno: ele é mais visível no grupo dos homens. Pelo atendimento em CAT, e no caso específico de Oeiras, observamos a disparidade de utentes segundo o sexo, **80% do sexo masculino** contra **20% do sexo feminino**.

Já no que diz respeito à idade é perceptível que a **incidência se observa de forma mais pesada em três escalões etários**: nos dois escalões que balizam as idades **entre os 20 e os 24 anos e entre os 30 e os 34 anos com cifras a rondarem os 20-22%** e, a mais forte incidência, o escalão que situa **as idades entre os 25 e os 29 anos com mais de 30% da população toxicodependente atingida**. É de salientar também o forte peso que a população com **idade superior a 35 anos** representa neste conjunto de utentes (perto de 20% da população total atendida em CAT) e **fraca taxa de pedido de tratamento da população com idade inferior a 20 anos, pouco mais de 5% do total de utentes** deste serviço.

4.37 População atendida do Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Oeiras, segundo o Grupo Etário e o Sexo (2000)				
Grupo Etário	Homens	Mulheres	Total	
			n.º	%
0-14	4	1	5	0,62%

15-19	26	10	36	4,48%
20-24	140	42	182	22,64%
25-29	212	55	267	33,21%
30-34	121	42	163	20,27%
35-39	85	15	100	12,44%
40-44	33	4	37	4,60%
45 ou + anos	9	5	14	1,74%
Total	N.º	630	174	804
	%	78,36%	21,64%	

Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003

No que se refere à **origem geográfica dos utentes** do CAT de Oeiras (quadro n.º 4.38) podemos observar que **a maioria é oriunda do concelho, são 468 utentes (58,21%)**, e que os restantes 336 utentes, que representam perto de 42% dos atendidos, têm origem noutros concelhos. Entre as freguesias do concelho, **Oeiras e Paço de Arcos representam mais de 37% dos utentes atendidos no CAT em 2000**, com especial incidência para a primeira.

4.38 População atendida do Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Oeiras, segundo a Zona de Residência (2000)		
Zona de Residência	n.º	%
Algés	14	1,74%
Barcarena	45	5,60%
Camaxide	18	2,24%
Cruz Quebrada/Dafundo	7	0,87%
Linda-a-Velha	16	1,99%
Oeiras e São Julião da Barra	199	24,75%
Paço de Arcos	101	12,56%
Porto Salvo	54	6,72%
Queijas	14	1,74%
Outros concelhos	336	41,79%
Total	804	100,00%

Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003

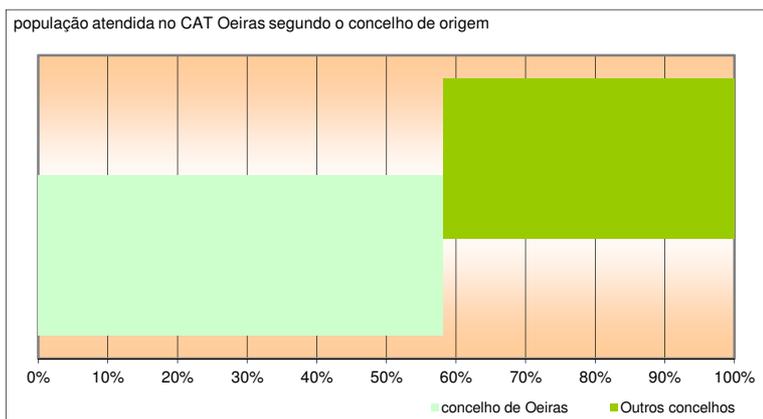


Gráfico 2, fonte: CMO, Carta da Saúde,

2003

Considerando apenas os utentes atendidos com residência declarada no concelho de Oeiras podemos destacar a forte incidência de três / quatro freguesias: **Oeiras** com perto de metade dos utentes, **(199 utentes, 42,5%)** **Paço de Arcos** **(101 utentes, 21,6%)** e **Porto Salvo** **(54 utentes, 11,5%)**. Muito colada a este grupo está a freguesia de Barcarena com perto de 10% dos utentes atendidos. As restantes freguesias apresentam cifras que se balizam entre 1,5% e os 4%.

4.39 Distribuição por freguesia da população com origem no concelho		
Freguesia	n.º	%
Algés	14	2,99%
Barcarena	45	9,62%
Camaxide	18	3,85%
Cruz Quebrada/Dafundo	7	1,50%
Linda-a-Velha	16	3,42%
Oeiras e São Julião da Barra	199	42,52%
Paço de Arcos	101	21,58%
Porto Salvo	54	11,54%
Queijas	14	2,99%
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003		

Quanto a pessoal afecto ao CAT de Oeiras podemos observar (quadro n.º 4.40) que o conjunto é constituído por **20 profissionais**. Numa abordagem mais técnica, a maior incidência dá-se ao nível dos profissionais mais directamente conotados com a saúde (entre médicos, 2; enfermeiros, 4; psiquiatras, 2; e, psicólogos, 4),

completado com um contingente mais encostado à área social (englobando técnicos de serviço social, 3; e, técnicos psicossociais, 3).

4.40 Pessoal ao Serviço no Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Oeiras (2000)		
Pessoal ao Serviço	n.º	%
Médicos de Clínica Geral	2	10,00%
Psiquiatra	2	10,00%
Enfermeiros	4	20,00%
Psicólogos	4	20,00%
Técnico de Serviço Social	3	15,00%
Administrativo	1	5,00%
Técnico Psicossocial	3	15,00%
Técnico auxiliar de apoio e vigilância	1	5,00%
Total de pessoal ao serviço	20	
Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003		

Funcionando em Oeiras, o **IDEQ** desenvolve a sua actividade com base num projecto denominado **APOIAR**. Este projecto visa essencialmente a intervenção junto de **Arrumadores de Carros e Sem Abrigo**. O objectivo desta intervenção não se esgota no indivíduo toxicodependente/alcoólico, pretende ir mais além: por um lado intervém junto da sua família, do círculo social em que ele se enquadra e da comunidade em geral; por outro, promove o acompanhamento do indivíduo que “termina” a fase de tratamento/internamento.

No quadro de pessoal o IDEQ conta com **8 profissionais**, entre os quais, na área técnica: 1 psicólogo, 1 técnico psicossocial e 3 monitores.

Dos **60 indivíduos** que recorreram a este serviço no ano de 2000 podemos constatar que a grande maioria se situava na faixa etária compreendida **entre os 15 os 29 anos (80%) e os restantes (20%) entre os 45 e os 59 anos**.

Apesar de não apresentarem residência fixa, pode-se observar que **Paço de Arcos, Porto Salvo e Algés** contribuem com o **grande contingente de utentes** que acedem a este serviço, Oeiras e Linda-a-Velha também encaminham utentes mas em menor número.

A Associação dos Narcóticos Anónimos tem a sua sede na freguesia de **Carnaxide**. O seu principal objectivo é o apoio a toxicodependente pela inclusão em grupos de auto-ajuda. O regime de trabalho tem por base o anonimato do

indivíduo. **Funcionam grupos promovidos por esta associação em 5 das 10 freguesias do concelho: Algés, Linda-a-Velha, Oeiras, Paço de Arcos e Queijas.**

No que respeita a agentes responsáveis pelas actividades da associação não contamos com dados que os possam descrever. De qualquer forma o regime de trabalho é fundamentalmente baseado no voluntariado.

No domínio da intervenção apurou-se que esta se baseia num programa denominado **Minnesota** que auxilia perto de **1500 utentes**.

Contabilizando o total de utentes atendido nestes três serviços/valências representam um total de 2028 indivíduos, podendo haver casos de sobreposição.

Saúde Mental ¹⁸

O concelho de Oeiras conta com duas instituições com intervenção dirigida no domínio da saúde mental: a **ARIA – Associação de Reabilitação e Integração de Ajuda e Oeiras** e a associação **Farol do Bugio** – Unidade Sócio-Ocupacional de Oeiras.

No primeiro caso, a **ARIA** encontra-se **sedeada na freguesia de Oeiras**, e destina a sua **intervenção a pessoas portadoras de problemas ao nível da saúde mental que apresentem dificuldades de integração/inserção na comunidade**. Esta associação marca o início do seu funcionamento em Janeiro de 2001.

As actividades que desenvolve são promovidas em diferentes níveis/tipos de actividades: em primeiro, a reabilitação psicossocial do utente, nomeadamente através do treino de competências, do relaxamento, de actividades artísticas, da promoção de grupos de ajuda mútua e promoção do emprego; as actividades de carácter cultural, desportivo e recreativo.

Para enquadrar todas estas actividades a associação conta com um conjunto de **6 profissionais** que é composto por psicólogos clínicos (2), técnico de serviço social (1), psicopedagogo (1), terapeuta ocupacional (1) e administrativo (1).

Desde que começou a intervenção desta associação o apoio foi prestado a **11 utentes**, que maioritariamente são do sexo masculino e com idades compreendidas

¹⁸ Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003.

entre os 15 e os 59 anos. A **origem dos utentes é na totalidade o concelho de Oeiras**, com as freguesias de Carnaxide e Linda-a-Velha com 4 utentes cada e os restantes a repartirem-se igualmente por Oeiras, Porto Salvo e Queijas.

A associação **Farol do Bugio** através da sua **Unidade Sócio-Ocupacional de Oeiras** intervém junto de indivíduos com problemas de saúde mental diagnosticados acompanhados de situações de isolamento e vulnerabilidade, autonomia reduzida e limitações ao nível da comunicação e da integração social.

As principais actividades desenvolvidas por esta associação são a expressão, a estimulação da comunicação, as terapias de reabilitação, as actividades desportivas, as actividades de exterior, o acompanhamento individual ou em grupo, o acompanhamento ao nível familiar, as actividades de vida diária e o treino de aptidões sociais.

Neste âmbito a **associação apoiou**, no ano 2000, **24 utentes, maioritariamente oriundos do concelho de Oeiras** (21). Também aqui a população é predominantemente do sexo masculino (18) e **balizam as idades entre os 15 e os 59 anos**. No que respeita à origem geográfica encontramos as **freguesias de Oeiras (9) e Paço de Arcos (8) com o maior contingente**; os restantes repartem-se entre Porto Salvo e Algés e fora do concelho

Intervenção junto de indivíduos portadores de HIV¹⁹.

Neste domínio particular, o concelho de Oeiras encontra no seu território, mais precisamente na freguesia de Caxias, uma valência promovida pela **Associação Abraço**. Esta associação gere o **Centro de Apoio Domiciliário “Dr. José Luís Champalimaud”**. As actividades desenvolvidas aqui reportam-se a três grandes grupos: o apoio domiciliário ao doente, o apoio aos reclusos doentes no Hospital Prisional de Caxias e a formação de agentes de apoio domiciliário. Contando com um total de **23 profissionais**, entre os quais se contabilizam 19 agentes de apoio domiciliário, esta valência promovida pela Abraço assistiu, em 2000, **61 utentes, dos quais metade tinha entre 31 e 40 anos**.

¹⁹ Fonte: CMO, Carta da Saúde, 2003. Após a elaboração deste documento esta estrutura e as respectivas valências passaram a funcionar em Lisboa.

Indicadores globais de instrução

Com base nos resultados dos Censos 2001, é possível constatar que o Concelho de Oeiras apresenta um **quadro global de instrução bastante elevado**, sobretudo se comparado com outros níveis da realidade nacional. Metade da população de Oeiras tem habilitações escolares acima do 3º ciclo, quando na Grande Lisboa esse conjunto contabiliza 40,6% e o total nacional é de 27,5%. Quanto ao Ensino Superior, 26,3% completou (26.700 indivíduos), frequentou sem completar (4.860) ou frequenta (11.045) este nível de ensino, situação significativamente acima dos valores da Grande Lisboa (18,0%) e sobretudo do total relativo a Portugal (10,9%).

Sublinhe-se ainda que o Concelho de Oeiras, entre os oito que compõem a região da Grande Lisboa, é o único que revela uma percentagem abaixo dos 10% (**9,4%**) relativamente ao peso dos indivíduos sem nenhum nível de ensino. Seguindo os critérios do INE, este valor agrupa quem não possui qualquer grau de ensino mais todos os indivíduos que frequentam o ensino Pré-Escolar.

5.1 Nível de Instrução da População Residente no Concelho de Oeiras, na Grande Lisboa, na Região de Lisboa e Vale do Tejo e em Portugal, (valores em percentagem) (2001)							
Zona	Nenhum nível de ensino	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
Concelho de Oeiras	9,4%	22,3%	8,0%	10,1%	21,7%	2,2%	26,3%
Grande Lisboa	11,1%	27,8%	9,4%	11,1%	21,1%	1,5%	18,0%
Lisboa e Vale do Tejo	11,6%	28,5%	9,5%	11,3%	21,5%	1,3%	16,3%
Portugal	14,2%	35,0%	12,5%	10,8%	15,8%	0,8%	10,9%

Fonte: Censos 2001, INE

No que respeita aos indicadores de **analfabetismo**, observa-se que o Concelho de Oeiras, em 2001, apresenta uma taxa de **3,7%**, registando um ligeiro decréscimo na última década (em 1991 cifrava-se nos 3,8%). Esta taxa é quase três vezes inferior à registada para o total nacional (que ronda os 9%), estando igualmente abaixo dos valores referentes à Grande Lisboa e à Região de Lisboa e Vale do Tejo (5,3% e 5,7%, respectivamente). Na comparação com os restantes concelhos da Grande Lisboa, verifica-se que o Concelho de Oeiras tem a menor percentagem de analfabetos, sendo o único concelho com uma taxa inferior a 4%. Note-se ainda que a condição de analfabeto atinge sobretudo o contingente feminino (71,4%), situação em consonância com a especificidade do fenómeno em Portugal.

5.2 - População Residente Segundo a Taxa de Analfabetismo, nos concelhos da Grande Lisboa, na Grande Lisboa, na Região de Lisboa e Vale do Tejo e em Portugal (2001)					
Zona geográfica	Analfabetos com 10 ou mais anos			Taxa de Analfabetismo (%)	
	Homens	Mulheres	Total	1991	2001
Portugal	261056	529987	791043	10,9	8,9
Lisboa e Vale do Tejo	40962	96489	137451	6,2	5,7
Grande Lisboa	26905	65707	92612	5,6	5,3
Concelho da Amadora	2483	6180	8663	5,1	5,5
Concelho de Cascais	2142	4844	6986	5,2	4,5
Concelho de Lisboa	8201	23209	31410	5,7	6,0
Concelho de Loures	3089	7395	10484	6,1	5,9
Concelho de Odivelas	1747	4446	6193	4,9	5,1
Concelho de Oeiras	1575	3940	5515	3,8	3,7
Concelho de Sintra	4298	9073	13371	5,2	4,2
Concelho de V. F. Xira	1731	4203	5934	6,9	5,4

Fonte: Censos 2001, INE

Estamos, portanto, perante um concelho de “escolaridades europeias”, indiciando um forte investimento em capital escolar por parte da sua população residente. Aos 50,2% que apresentam escolaridades acima do 3º ciclo, podemos acrescentar os 5,0% que completou o 3º ciclo, permitindo-nos concluir que **cerca de 55% da população concelhia tem a escolaridade mínima obrigatória**. Em situação deficitária, face aos actuais parâmetros de avaliação de capital escolar, estão os cerca de 1/3 da população (rondando os 54 mil indivíduos) que não tem nenhum nível de ensino, que apenas completaram ou não completaram o 1º e 2º ciclos e que não completaram o 3º ciclo.

A observação de outros indicadores neste domínio confirma a situação privilegiada patenteada pelo concelho de Oeiras em relação aos concelhos mais próximos, modelando-se como um concelho de oportunidades escolares. Este concelho apresentava, em 2001, a mais baixa taxa de saída antecipada²⁰ (9,4%) – Oeiras apresenta-se como o único concelho do país com uma taxa inferior a 10%. A taxa de saída precoce²¹ também era a mais baixa da região da Grande Lisboa (23,8%). No mesmo ano, o Concelho de Oeiras registou igualmente, entre os concelhos que compõem o NUT da região da Grande Lisboa, a mais baixa taxa de abandono escolar²² (1,1%).

²⁰ “Traduz o total de indivíduos que no momento de recenseamento tinham entre 18 e 24 anos e não concluíram o 3º ciclo nem se encontravam a frequentar a escola” (Ministério da Educação).

²¹ “É calculada entre os indivíduos que na altura de recenseamento tinham entre 18 e 24 anos e não concluíram o ensino Secundário nem se encontrava a frequentar a escola” (Ministério da Educação).

²² “Percentagem total de indivíduos que no momento censitário com 10-15 anos não concluiu o 3º ciclo e não frequenta a escola” (Ministério da Educação).

5.3 População Residente segundo o nível de instrução no Concelho de Oeiras e na Grande Lisboa, em 2001						
Nível de Instrução		Zona Geográfica				
		Concelho de Oeiras		Grande Lisboa		
		N	%	N	%	
Sem nível de ensino		12130	7,5%	182753	9,4%	
Ensino Pré-Escolar (a frequentar)		3060	1,9%	33462	1,7%	
Ensino Básico	1.º Ciclo	Completo	23677	14,6%	364445	18,7%
		Incompleto	5663	3,5%	89445	4,6%
		A Frequentar	6831	4,2%	87821	4,5%
	2.º Ciclo	Completo	6306	3,9%	94473	4,9%
		Incompleto	2934	1,8%	41472	2,1%
		A Frequentar	3793	2,3%	46563	2,4%
	3.º Ciclo	Completo	8132	5,0%	106827	5,5%
		Incompleto	3752	2,3%	54554	2,8%
		A Frequentar	4500	2,8%	55664	2,9%
Ensino Secundário		Completo	17487	10,8%	194769	10,0%
		Incompleto	10879	6,7%	139152	7,1%
		A Frequentar	6787	4,2%	76406	3,9%
Ensino Médio		Completo	2909	1,8%	23387	1,2%
		Incompleto	683	0,4%	5730	0,3%
Ensino Superior		Completo	26700	16,5%	211240	10,8%
		Incompleto	4860	3,0%	38943	2,0%
		A Frequentar	11045	6,8%	100155	5,1%
TOTAL		162128	100,0%	1947261	100,0%	

Fonte: INE, Censos 2001.

5.4 Taxas de saída antecipada, taxas de saída precoce e taxas de abandono escolar no Ensino Básico nos Concelhos da Grande Lisboa, em 2001 (em percentagem)			
Zona geográfica	Taxas de saída antecipada nos concelhos da Grande Lisboa	Taxas de saída precoce nos concelhos da Grande Lisboa	Taxas de abandono escolar nos concelhos da Grande Lisboa
Grande Lisboa	13,8	32,6	1,8
Concelho da Amadora	15,1	35,7	2,4
Concelho de Cascais	11,8	29,6	1,2
Concelho de Lisboa	12,7	26,3	2,2
Concelho de Loures	15,7	36,1	2,2
Concelho de Odivelas	13,1	33,2	1,7
Concelho de Oeiras	9,4	23,8	1,1
Concelho de Sintra	14,7	38,7	1,5
Concelho de V. F.Xira	14,9	38,7	1,7

Fonte: Ministério da Educação, 2001

Analisando a população residente no Concelho de Oeiras em 2001, segundo a qualificação académica por grupo etário, importa destacar alguns aspectos: a **ausência de qualificações académicas é tendencialmente maior a partir dos 30 anos**, adquirindo um peso claramente superior (acima dos 10%) na população com mais de 60 anos. Este quadro permite perceber que, nos últimos 30 anos,

certamente associado ao generalizado e crescente processo de democratização do acesso ao ensino em Portugal, se verificou um **acentuado decréscimo no número de indivíduos sem qualquer formação académica**. Por tal facto, no contexto dos dados relativos ao Concelho de Oeiras, deve-se também prestar uma especial atenção aos 2,2% entre os 15-19 aos e aos 1,4% entre os 20-24 anos que não atingiram nenhum nível de instrução, facto que indicia actuais situações de abandono escolar prematuro.

No cômputo geral, verifica-se que é **entre os 25 e os 44 anos que se encontram os maiores índices de escolaridade**, registando-se, por exemplo, um peso de universitários entre os 40,6% (25-29) e os 29,2% (40-44). É a partir dos 45 anos que o número de pessoas com apenas o 1º ciclo suplanta os que tiveram frequência superior. Com efeito, a partir dos 25 anos há uma proporcionalidade inversa entre o contingente dos que têm o 1º ciclo e os que têm qualificações universitárias. Por fim, constata-se que, nos grupos etários entre os 25-44 anos, o número de qualificações universitárias é sempre superior aos que apenas concluíram o ensino secundário.

5.5 População Residente segundo a qualificação académica por grupo etário no Concelho de Oeiras, em 2001											
Grupo Etário	Total	Sem Qualificação Académica		Com Qualificação Académica		Nível de qualificação académica*					
		N	%	N	%	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior
						1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
<de 15	22685	16071	70,8	6614	29,2	52,4%	44,7%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%
De 15 a 19	9506	205	2,2	9301	97,8	5,7%	15,7%	61,0%	17,6%	0,0%	0,0%
De 20 a 24	12806	182	1,4	12624	98,6	3,5%	6,2%	24,6%	53,6%	0,0%	12,0%
De 25 a 29	13581	203	1,5	13378	98,5	3,8%	5,7%	16,6%	33,3%	0,0%	40,6%
De 30 a 34	11417	344	3,0	11073	97,0	7,5%	8,0%	17,3%	27,3%	0,6%	39,4%
De 35 a 39	11165	444	4,0	223	96,0	12,4%	9,2%	17,4%	25,6%	1,2%	34,2%
De 40 a 44	11076	581	5,2	10495	94,8	18,2%	9,8%	16,7%	24,5%	1,6%	29,2%
De 45 a 49	12004	785	6,5	11219	93,5	27,4%	9,3%	15,7%	20,6%	2,1%	24,8%
De 50 a 54	13366	794	5,9	12572	94,1	30,8%	9,3%	17,0%	19,0%	2,7%	21,1%
De 55 a 59	11282	947	8,4	10335	91,6	34,6%	9,6%	17,0%	16,3%	3,9%	18,6%
De 60 a 64	9087	1278	14,1	7809	85,9	38,2%	9,5%	16,1%	15,2%	5,1%	16,0%
De 65 a 69	8088	1546	19,1	6542	80,9	40,4%	9,2%	15,6%	14,2%	6,9%	13,7%
De 70 a 74	6433	1446	22,5	4987	77,5	41,2%	9,8%	16,2%	13,3%	6,8%	12,7%
75 ou +	9632	2858	29,7	6774	70,3	47,0%	9,5%	15,0%	11,8%	5,7%	11,0%
Total	162128	27684	17,1	123946	82,9	22,6%	10,8%	19,7%	23,2%	2,2%	21,5%

Fonte: INE, Censos 2001

* Percentagens face ao total com qualificação académica.

Caracterização geral da rede educativa no Concelho de Oeiras

No ano lectivo de 2003/2004, encontram-se **124 estabelecimentos de ensino** a ministrar um (ou mais) dos cinco níveis que compõem o percurso do ensino regular entre o Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e Secundário. Neste universo, **57 (46,0%) são de tutela pública**, 28 (22,6%) pertencem a Instituições Particulares de Solidariedade Social e 39 (31,4%) estão a cargo de entidades privadas. Como se poderá confirmar adiante, na análise da oferta e procura em cada nível de ensino, no Concelho de Oeiras constata-se uma **forte implantação da rede privada**, no Pré-Escolar e no 1º ciclo, e da rede das IPSS no Pré-Escolar. A rede pública, por seu turno, revela uma menor abrangência ao nível do Pré-Escolar, mas a partir do 1º ciclo, os equipamentos públicos são claramente majoritários e, no 3º ciclo e secundário, a oferta de ensino é exclusivamente assegurada pela rede pública.

Oeiras e Porto Salvo são as freguesias com maior número de escolas, respectivamente 24 e 19, e, em conjunto, abarcam cerca de 1/3 do total de equipamentos concelhios. Enquanto que, em Caxias e Cruz Quebrada, é onde se conta uma menor presença de estabelecimentos de ensino (7 em cada).

É de referir que, muitos destes equipamentos abrangem mais do que um nível de ensino. Com efeito, dos 124 estabelecimentos referidos **82 ministram o nível Pré-Escolar, 50 o 1º ciclo, 11 o 2º ciclo, 15 o 3º ciclo e 8 o ensino secundário**. Com excepção das freguesias de Barcarena (onde não existe oferta de 2º e 3º ciclos) e Porto Salvo (sem 2º ciclo), em todas as restantes freguesias encontram-se escolas a assegurar os vários níveis do ensino básico.

No panorama concelhio existem ainda mais 8 estabelecimentos de ensino: **4 de ensino Profissional** (3 privados e 1 a cargo de uma IPSS) e **4 de ensino Superior** (3 públicos e 1 privado).

Nos 124 estabelecimentos de ensino regular (Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e Secundário) do Concelho de Oeiras, contabilizam-se **22.519 alunos**: 4.760 (21,1%) no Pré-Escolar, 6.089 (27,0%) no 1º ciclo, 3.152 (14,0%) no 2º ciclo, 4.392 (19,2%) no 3º ciclo e 4.191 (18,6%) no ensino Secundário.

As freguesias de Oeiras (5.909; 26,2%), Carnaxide (3.443; 15,3%) são as que reúnem as maiores concentrações de alunos. As freguesias de Barcarena (871; 3,9%), Caxias (888; 3,9%) e Cruz Quebrada (1.221; 5,4%) são as que reúnem as menores parcelas de alunos.

5.6 Estabelecimentos de ensino no Concelho de Oeiras, segundo tutela e níveis de ensino ministrados, em 2003/2004							
Freguesia	Tutela	Nº de equipamentos	Níveis de ensino				
			Pré-Escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
Oeiras	Público	10	3	5	2	3	2
	IPSS	5	5				
	Privado	9	9	4			
Total Freguesia		24	17	9	2	3	2
Paço de Arcos	Público	7	1	4	1	2	1
	IPSS	3	3				
	Privado	2	2	1			
Total Freguesia		12	6	5	1	2	1
Caxias	Público	4		3	1	1	
	IPSS	2	2				
	Privado	1		1			
Total Freguesia		7	2	4	1	1	0
Cruz Quebrada/Dafundo	Público	4	1	2	1	1	
	IPSS	1	1				
	Privado	2	2	2	1		
Total Freguesia		7	4	4	2	1	0
Algés	Público	4	2	2	1	2	1
	IPSS	3	3				
	Privado	3	3	1			
Total Freguesia		10	8	3	1	2	1
Linda-a-Velha	Público	5	1	3		1	2
	IPSS	2	2				
	Privado	6	6	1	1		
Total Freguesia		13	9	4	1	1	2
Camaxide	Público	6	3	4	2	3	1
	IPSS	3	3				
	Privado	3	3	1			
Total Freguesia		12	9	5	2	3	1
Queijas	Público	5	2	2	1	1	
	IPSS	2	2				
	Privado	4	4	2			
Total Freguesia		11	8	4	1	1	0
Barcarena	Público	6	2	5			
	IPSS	3	3				
	Privado	1	1	1			
Total Freguesia		10	6	6	0	0	0
Porto Salvo	Público	6	1	5		1	1
	IPSS	4	4				
	Privado	8	8	1			
Total Freguesia		18	13	6	0	1	1
Concelho de Oeiras	Público	57	16	35	9	15	8
	IPSS	28	28	0	0	0	0
	Privado	39	38	15	2	0	0
Total		124	82	50	11	15	8

Fonte: CMO, 2004

Tomando como referência a evolução dos últimos 7 anos lectivos, é possível inferir que **a população estudante nos estabelecimentos de ensino regular do Concelho de Oeiras tem gradualmente decrescido**; entre 1997/1998 e 2003/2004 houve uma diminuição de 2.161 alunos, o que representa uma variação de **-8,8%**. A única excepção a esta tendência verificou-se entre 2002/2003 e 2003/2004, em que se registou um acréscimo de 324 alunos. No entanto, os dados pelas tutelas revelam evoluções distintas: a população na rede pública decresceu 16,2%. Em sentido contrário, observam-se crescimentos na rede das IPSS, +6,6%, e, sobretudo, na rede privada, com uma variação positiva acima dos 50%. Nesta sequência, aquilo que define um dos traços mais distintivos do sistema educativo no Concelho de Oeiras – uma presença de equipamentos privados, claramente acima da média da Grande Lisboa, já para não referir a situação do panorama nacional –, parece estar num crescente processo de implantação e consolidação, nomeadamente no que se refere às primeiras etapas do percurso escolar (Pré-Escolar e 1º ciclo).

À opção pelo sector privado está certamente subjacente a noção de um ensino mais selectivo e menos massificado, assegurando a expectativa de um espaço restrito na qual se reúnam as condições primordiais para um ensino de qualidade, socialmente mais “seguro” e de maior conveniência na gestão dos ritmos laborais dos seus encarregados de educação, contudo, nota-se que após o Ensino Básico estas “preocupações” serão menos prementes, protagonizando-se outras disposições no sentido de remeter os educandos para um “contexto” público e socialmente mais massificado. Até porque a partir do 2º e 3º ciclos, o sistema educativo complexifica-se em função de um conjunto cada vez mais alargado de cenários pedagógicos e infra-estruturais, onde se incluem as novas direcções programáticas e curriculares, os novos requisitos espaciais e tecnológicos, etc.

O último recenseamento do INE indica que, no ano de 2001, existiam 24.971 residentes do Concelho de Oeiras a frequentar entre o Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e Secundário. No ano lectivo de 2000/2001, os dados disponibilizados pela Câmara Municipal de Oeiras referem um total de 23.225 alunos em frequência nos níveis de ensino regular atrás indicados. Neste contexto, é possível que entre 5-10% dos residentes no Concelho de Oeiras, na condição de estudantes nestes níveis de ensino, frequentem equipamentos sediados em outros concelhos: e sublinhe-se que o inverso também ocorre, que um contingente significativo de alunos residentes em outros concelhos recorre a escolas sediadas no Concelho de Oeiras.

5.7 População em frequência nos estabelecimentos de ensino regular (Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e Secundário) do Concelho de Oeiras, segundo Freguesia e nível de ensino, em 2003/04												
Freguesias	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Ensino Secundário		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Oeiras	939	15,9%	1318	22,3%	1104	18,7%	1160	19,6%	1388	23,5%	5909	100%
Paço de Arcos	560	21,2%	499	18,9%	357	13,5%	632	23,9%	592	22,4%	2640	100%
Caxias	237	26,7%	296	33,3%	179	20,2%	176	19,8%	0	0,0%	888	100%
Cruz Quebrada	233	19,1%	446	36,5%	262	21,5%	280	22,9%	0	0,0%	1221	100%
Algés	385	20,3%	419	22,1%	269	14,2%	379	20,0%	447	23,5%	1899	100%
Linda-a-Velha	420	17,8%	569	24,1%	45	1,9%	329	13,9%	1002	42,4%	2365	100%
Carnaxide	601	17,5%	840	24,4%	642	18,6%	772	22,4%	588	17,1%	3443	100%
Queijas	376	25,7%	430	29,4%	294	20,1%	365	24,9%	0	0,0%	1465	100%
Barcarena	287	33,0%	584	67,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	871	100%
Porto Salvo	722	39,7%	688	37,8%	0	0,0%	234	12,9%	174	9,6%	1818	100%
Total	4760	21,1%	6089	27,0%	3152	14,0%	4327	19,2%	4191	18,6%	22519	100%

Fonte: CMO, 2004

5.8 Evolução da população em frequência nos estabelecimentos de ensino regular (Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos e Secundário) do Concelho de Oeiras, segundo tutela, entre 1997/98 e 2003/04								
Tutela	1997/ 98	1998/ 99	1999/ 00	2000/ 01	2001/02	2002/03	2003/04	Evolução 1997/98 até 2003/04
Rede pública	20749	19544	19241	18935	17865	17300	17386	-16,2%
Rede das IPSS	1895	1892	1979	1995	1965	2010	2021	6,6%
Rede privada	2036	2263	2237	2295	2482	2885	3112	52,8%
Total concelhio	24680	23699	23457	23225	22312	22195	22519	-8,8%

Fonte: CMO, 2004

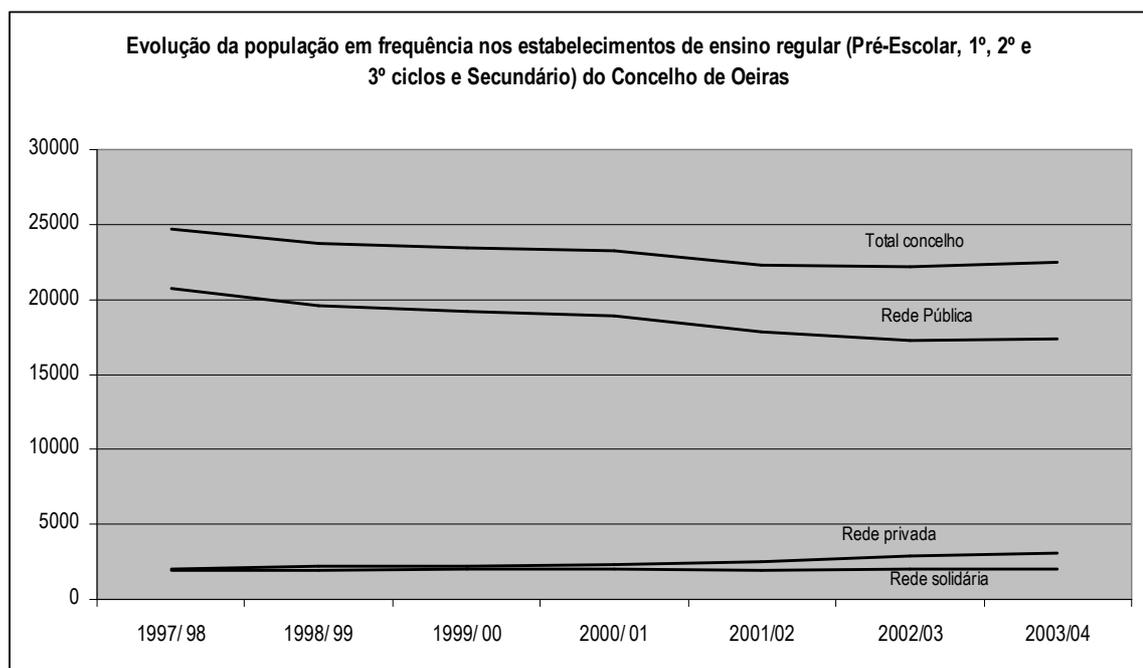


Gráfico 5.1 Fonte: CMO, 2004

Educação Pré-Escolar

No ano lectivo de 2003/2004, um total de **82 equipamentos** de ensino constitui a oferta de educação Pré-Escolar no Concelho de Oeiras. Destes, **16 (19,5%) são estabelecimentos públicos**, 28 (34,1%) pertencem à rede das Instituições Privadas de Solidariedade Social e os restantes 38 (46,3%) estão inseridos em estabelecimentos privados. Saliente-se, aqui, o papel fundamental dos estabelecimentos privados e das IPSS, que, em conjunto, perfazem cerca de 80.4% da oferta concelhia neste nível de escolaridade. Na distribuição pelo território concelhio, é possível constatar uma **maior incidência destes equipamentos nas freguesias a Oeste**, Oeiras (17) e Porto Salvo (13), sendo que ambas reúnem perto de 37% do total de equipamentos de Pré-Escolar do concelho. No plano inverso, encontram-se as freguesias de Caxias (2) e Cruz Quebrada (4) com menores pesos de equipamentos a ministrar este nível de escolaridade.

Em 5 das 10 freguesias, a rede privada representa mais de metade da oferta de equipamentos (com destaque para as freguesias de Linda-a-Velha e Porto Salvo, com cerca de 2/3 de equipamentos privados). Exceptuando as freguesias de Barcarena e Carnaxide, em todas as restantes freguesias se constata que o sector público tem percentagens de equipamentos iguais ou inferiores a 25% (e não há nenhum equipamento em Caxias).

Na evolução dos últimos 7 anos lectivos, verifica-se que a **oferta de equipamentos de ensino Pré-Escolar cresceu 24,2%** (de 66 em 1997/1998 para 82 em 2003/2004), em particular, devido ao acréscimo de oferta pública (mais 5 equipamentos; 45,5%) e privada (10; 35,7%).

5.9 Equipamentos de ensino Pré-Escolar do Concelho de Oeiras, segundo tutela, no ano lectivo de 2003/2004								
Freguesia	Rede pública		Rede das IPSS		Rede privada		Total concelhio	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Oeiras	3	17,6%	5	29,4%	9	52,9%	17	100%
Paço de Arcos	1	16,7%	3	50,0%	2	33,3%	6	100%
Caxias	0	0,0%	2	100%	0	0,0%	2	100%
Cruz Quebrada	1	25,0%	1	25,0%	2	50,0%	4	100%
Algés	2	25,0%	3	37,5%	3	37,5%	8	100%
Linda-a-Velha	1	11,1%	2	22,2%	6	66,7%	9	100%
Carnaxide	3	33,3%	3	33,3%	3	33,3%	9	100%
Queijas	2	25,0%	2	25,0%	4	50,0%	8	100%
Barcarena	2	33,3%	3	50,0%	1	16,7%	6	100%
Porto Salvo	1	7,7%	4	30,8%	8	61,5%	13	100%

Total	16	19,5%	28	34,1%	38	46,3%	82	100%
-------	----	-------	----	-------	----	-------	----	------

Fonte: CMO, 2004

No que se refere à população estudantil, no ano lectivo de 2003/2004 encontram-se matriculados **4.760 crianças nos 82 estabelecimentos com ensino Pré-Escolar**. A grande maioria divide-se entre a rede das IPSS, onde estão 2.021 crianças (42,5%), e a rede privada, que abrange 1.918 (40,3%). Em equipamentos públicos encontram-se 821 (17,2%). Em termos globais, é possível discernir que a dinamização inicial do processo educativo (definido como direito consagrado) tem estado maioritariamente a cargo da oferta não pública.

Analisando a procura ao nível das freguesias, verifica-se que Oeiras (939; 19,7% do total de crianças em frequência no ensino Pré-Escolar do concelho) e Porto Salvo (722; 15,2%) são as freguesias com maior número de alunos no ensino Pré-Escolar, situação certamente associada ao facto de serem as freguesias com maior implantação de estabelecimentos de ensino a ministrarem este nível de escolaridade. Com menor número de população em Pré-Escolar, surgem as freguesias da Cruz Quebrada (233; 4,9% face ao total concelho), Caxias (237; 5,0%) e Barcarena (287; 6,0%).

5.10 População em frequência nos equipamentos de ensino Pré-Escolar do Concelho de Oeiras, segundo tutela, no ano lectivo de 2003/2004								
Freguesia	Rede pública		Rede das IPSS		Rede privada		Total concelho	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Oeiras	161	17,1%	359	38,2%	419	44,6%	939	100%
Paço de Arcos	45	8,0%	317	56,6%	198	35,4%	560	100%
Caxias	0	0,0%	237	100%	0	0,0%	237	100%
Cruz Quebrada	45	19,3%	61	26,2%	127	54,5%	233	100%
Algés	117	30,4%	183	47,5%	85	22,1%	385	100%
Linda-a-Velha	55	13,1%	94	22,4%	271	64,5%	420	100%
Carnaxide	199	33,1%	241	40,1%	161	26,8%	601	100%
Queijas	59	15,7%	117	31,1%	200	53,2%	376	100%
Barcarena	69	24,0%	188	65,5%	30	10,5%	287	100%
Porto Salvo	71	9,8%	224	31,0%	427	59,1%	722	100%
Total	821	17,2%	2021	42,5%	1918	40,3%	4760	100%

Fonte: CMO, 2004

Em consonância com a distribuição dos equipamentos pelo território, e segundo a tutela, verifica-se que, em quase metade das freguesias, há um **notório predomínio da rede privada**, seguido da rede das Instituições Privadas de Solidariedade Social. Quanto à rede pública, observa-se que o contingente de população abrangida é sempre inferior à procura nas redes análogas, evidenciando um claro défice de cobertura numa fase do sistema ensino consensualmente

entendida como fundamental. Em todo o caso, é de registar, nos últimos anos, um significativo acréscimo da procura de ensino Pré-Escolar no Concelho de Oeiras, em especial devido à duplicação registada no sector público (433 em 1997/1998, 821 em 2003/2004, representando um aumento de quase 90%). **No concelho, em 7 anos, o total de crianças cresceu de 3.606 para 4.760, ou seja, mais 32,0%.**

5.11 Evolução da população em frequência nos equipamentos do Pré-Escolar do Concelho de Oeiras															
Tutela	1997/ 98		1998/ 99		1999/ 00		2000/ 01		2001/02		2002/03		2003/04		Evolução da pop. entre 1997/98 e 2003/04
	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	
Rede Pública	433	11	453	11	463	12	503	13	543	13	585	14	821	16	89,6%
Rede Solidária	1895	27	1892	27	1979	28	1995	28	1965	28	2010	28	2021	28	6,7%
Rede Privada	1278	28	1437	30	1418	31	1527	31	1691	33	1767	36	1918	38	50,1%
Total Concelho	3606	66	3782	68	3860	71	4025	72	4199	74	4362	78	4760	82	32,0%

Fonte: CMO, 2004

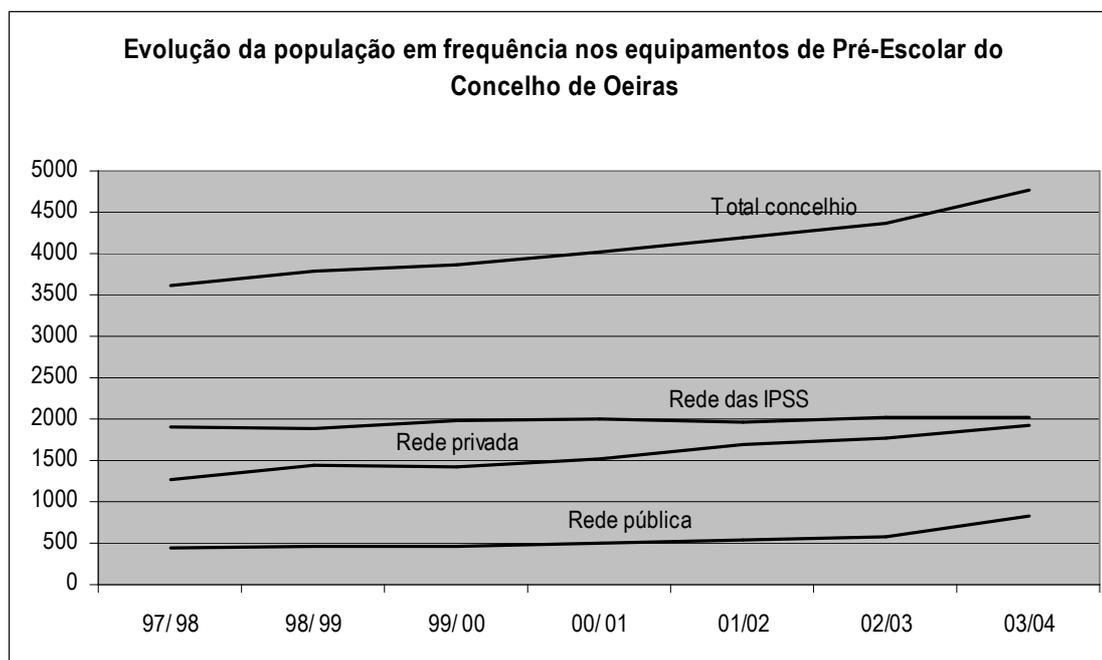


Gráfico 5.2 Fonte: CMO, 2004

No que concerne às **taxas de cobertura**²³, constata-se que o total de crianças a frequentar os estabelecimentos educativos com ensino Pré-Escolar sediados no Concelho de Oeiras abrange **103,4%** face à estimativa das crianças residentes no

²³ A taxa de cobertura no pré-escolar corresponde à relação entre a população em frequência escolar e a população residente entre os 3 e os 5 anos

concelho com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos (4.602). Para que este valor ultrapasse os 100% é de apontar as seguintes possíveis razões: que no universo da população em Pré-Escolar encontram-se crianças com idades inferiores ou superiores ao intervalo etário entre os 3 e os 5 anos (idades a que se destina este nível de ensino); que os equipamentos do Concelho de Oeiras recebem significativas quotas de crianças residentes nos Concelhos limítrofes; e, por fim, que os dados dos Censos de 2001 estão aquém da realidade demográfica do concelho, em particular, neste primeiro grupo etário.

Na distribuição pelas freguesias, verificam-se duas situações distintas: por um lado, as freguesias de Queijas, Porto Salvo, Cruz Quebrada e Paço de Arcos/Caxias²⁴ que registam taxas de cobertura superiores a 100%; por outro lado, são de referir as freguesias de Barcarena, Linda-a-Velha e Algés com taxas inferiores a 80%. Na sequência da análise da população em frequência pelas freguesias, confirma-se o défice de cobertura da rede pública, cuja taxa se cifra abaixo dos 20% (17,8%), e importa assinalar os casos de Paço de Arcos/Caxias e Linda-a-Velha nos quais a taxa de cobertura é inferior a 10% (respectivamente, 6,5% e 9,7%), situações que devem ser tomadas em forte consideração pelo facto de serem duas das zonas mais populosas do concelho. No global, a cobertura deste nível de ensino é assegurada pela rede das IPSS (43,9%) e pela rede privada (41,7%).

5.12 População Residente em Idade Pré-Escolar e Taxa de cobertura, por Freguesia e Tutela, em 2000/2001										
Freguesia	Pop. Residente		Rede Pública		Rede das IPSS		Rede Privada		TOTAL	
	Total	Entre 3 e 5 anos ²⁵	N.º alunos	Tx. de cobertura	N.º alunos	Tx. de cobertura	N.º alunos	Tx. de cobertura	N.º alunos	Tx. de cobertura
Oeiras	34851	977	161	16,5%	359	36,7%	419	42,9%	939	96,1%
P. Arcos e Caxias	23496	697	45	6,5%	554	79,5%	198	28,4%	797	114,3%
Cruz Quebrada	6591	169	45	26,7%	61	36,2%	127	75,3%	233	138,2%
Algés	19542	488	117	24,0%	183	37,5%	85	17,4%	385	78,9%
Linda-a-Velha	21952	569	55	9,7%	94	16,5%	271	47,6%	420	73,8%
Carnaxide	21354	708	199	28,1%	241	34,0%	161	22,7%	601	84,9%
Queijas	8771	187	59	31,6%	117	62,7%	200	107,2%	376	201,5%
Barcarena	11847	379	69	18,2%	188	49,7%	30	7,9%	287	75,8%
Porto Salvo	13724	429	71	16,6%	224	52,2%	427	99,5%	722	168,3%
Total	162128	4602	821	17,8%	2021	43,9%	1918	41,7%	4760	103,4%

Fonte: INE/Censos 2001 e CMO, 2004

²⁴ Que nesta análise estão agregadas pelo facto dos dados do INE relativamente aos grupos etários quinquenais não diferenciar as populações destas duas freguesias.

²⁵ Estimativa realizada a partir dos Censos 2001. Cálculo: [população em frequência nos estabelecimentos concelhios com pré-escolar] / [população com 0-4 anos*60% (3/5 de um grupo etário quinquenal)]*100.

5.13 Taxas de ocupação, capacidade e média de crianças por equipamento Pré-Escolar, segundo tutela, no Concelho de Oeiras, em 2003/ 2004					
Tutela	Nº de estabelecimentos	Nº de crianças	Capacidade dos estabelecimentos	Média de crianças por estabelecimento	Taxa de ocupação ²⁶
Rede Pública	16	821	881	51	93,2%
Rede IPSS	28	2021	2070	72	97,6%
Rede Privada	38	1918	2303	50	83,3%
Total	82	4760	5254	58	90,6%

Fonte: CMO, 2004

No que respeita às taxas de ocupação, os dados disponíveis permitem inferir que, no Concelho de Oeiras, a globalidade dos 82 equipamentos de ensino Pré-Escolar têm uma **taxa de ocupação de 90,6%** (relação entre as 4.760 crianças a frequentar e o total de 5.254 que compõe a soma das capacidades definidas para os equipamentos). A rede pública regista uma taxa de ocupação de 93,2%, a rede das IPSS de 97,6%, e a rede privada é a que apresenta a taxa de ocupação mais baixa, 84,6%.

Pela comparação entre as populações em Pré-Escolar e o número de equipamentos, contabiliza-se **uma média de 58 crianças por estabelecimento** – 50 na rede privada, 51 na rede pública e 72 na rede das IPSS. Também para o ano lectivo de 2003/2004, contaram-se 39 educadores e 27 auxiliares de acção educativa nos 15 dos 16 equipamentos públicos de que se obtiveram informações.

1º Ciclo do Ensino Básico

No ano lectivo de 2003/2004, contabilizam-se **50 estabelecimentos educativos a ministrar o 1.º Ciclo do ensino básico no Concelho de Oeiras**. Neste nível de escolaridade, a **oferta é predominantemente assegurada pela rede pública**, que reúne 35 (70,0%) dos estabelecimentos concelhios, situação significativamente distinta do panorama da oferta de ensino Pré-Escolar. A rede privada totaliza 15 estabelecimentos (30,0%). Não existem estabelecimentos a cargo de IPSS com este nível de ensino.

Ao nível das freguesias, verifica-se que o **Oeiras concentra o maior número de estabelecimentos** com o 1.º ciclo (9), seguindo-se as freguesias de Barcarena e Porto Salvo (cada uma com 6) e Carnaxide e Paço de Arcos (5 em cada). Com menor oferta de 1º ciclo, surge a Freguesia de Algés (3). As freguesias de Oeiras, Cruz Quebrada e Queijas são as que denotam uma maior polarização entre a rede

²⁶ Relação entre o n.º de crianças em frequência nos equipamentos e a capacidade regulamentar definida para os mesmos equipamentos.

pública e a rede privada. O panorama das restantes freguesias está em consonância com a distribuição (público/privado) registada a nível concelhio.

5.14 Estabelecimentos de ensino com o 1º ciclo do Concelho de Oeiras, segundo tutela, no ano lectivo de 2003/2004						
Freguesia	Rede pública		Rede privada		Total concelhio	
	N	%	N	%	N	%
Oeiras	5	55,6%	4	44,4%	9	100%
Paço de Arcos	4	80,0%	1	20,0%	5	100%
Caxias	3	75,0%	1	25,0%	4	100%
Cruz Quebrada	2	50,0%	2	50,0%	4	100%
Algés	2	66,7%	1	33,3%	3	100%
Linda-a-Velha	3	75,0%	1	25,0%	4	100%
Carnaxide	4	80,0%	1	20,0%	5	100%
Queijas	2	50,0%	2	50,0%	4	100%
Barcarena	5	83,3%	1	16,7%	6	100%
Porto Salvo	5	83,3%	1	16,7%	6	100%
Total	35	70,0%	15	30,0%	50	100%

Fonte: CMO, 2004

Quanto à população estudantil, no ano lectivo de 2003/2004 **encontram-se matriculados 6.089 alunos** nos 50 estabelecimentos com o 1.º ciclo do ensino básico. **A grande maioria frequenta escolas públicas** (4.940; 81,1%), confirmando a inflexão, no sentido de um crescente predomínio da rede pública, nos níveis de ensino após o Pré-Escolar. Nas 15 escolas privadas detectam-se 1.149 alunos. É de salientar que, mais de 20% dos alunos no 1.º ciclo, frequentam escolas sediadas na Freguesia de Oeiras – são 1.316. Na Freguesia de Caxias, em sentido contrário, é onde se concentram menos de estudantes (296) do 1.º ciclo.

Se se tomar como referência o eixo estruturante da auto-estrada A5, é possível concluir que **cerca de 40% da população do 1.º ciclo frequenta escolas localizadas a Norte da A5**. Este dado é tanto mais assinalável, pelo facto de suplantar o peso percentual da população residente a Norte da A5 (na ordem dos 34%), e, como tal, revela a não existência de uma tendência (verificada em outros concelhos análogos) para a procura de estabelecimentos nas “freguesias da linha” (mais extensivamente urbanas e com uma rede mais abrangente de transportes).

Mais especificamente sobre a **evolução** do número de alunos no 1.º ciclo do ensino básico, nos últimos 7 anos lectivos, verificou-se um **acréscimo de 4,9%**, na sequência de ligeiras oscilações da população estudantil. Pelo tipo de tutela, houve um claro aumento da população na rede privada (mais 51,6%), enquanto que nas escolas públicas registou-se uma pequena diminuição da sua população (-2,2%). Também para o mesmo período, constata-se o aumento de 2 estabelecimentos

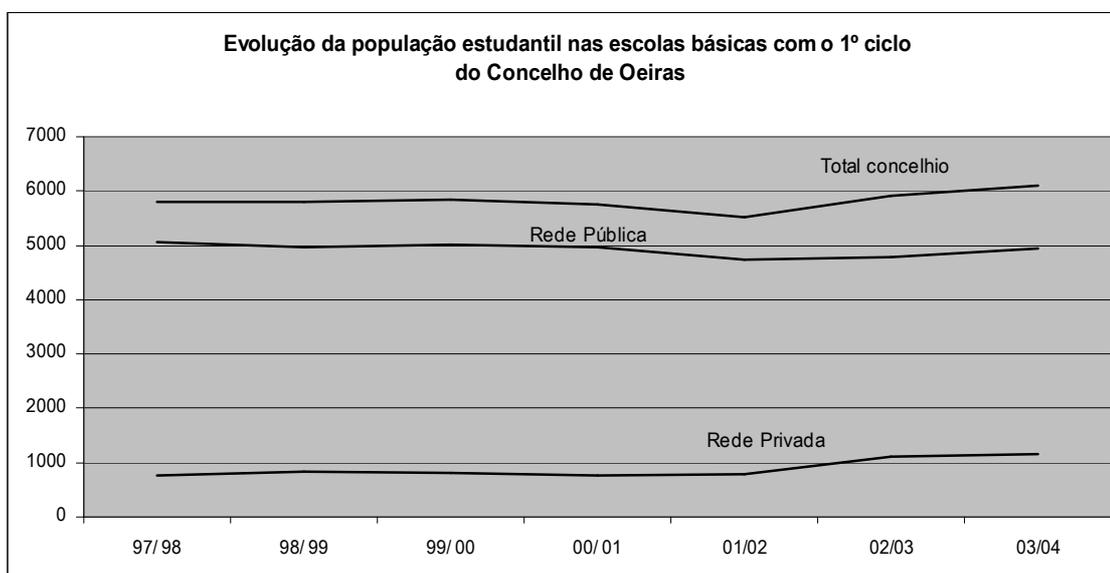
(privados): eram 48, em 1997/1998, e são 50, em 2003/2004. A população estudiantil variou entre um valor mínimo de 5.746, em 2001/02, e um valor máximo de 6.089, em 2003/2004.

5.15 População em frequência nos estabelecimentos de ensino básico com o 1º ciclo do Concelho de Oeiras, segundo tutela, no ano lectivo de 2003/2004						
Freguesia	Rede Pública		Rede Privada		Total Concelhio	
	N	%	N	%	N	%
Oeiras	1156	87,7%	162	12,3%	1318	100%
Paço de Arcos	404	81,0%	95	19,0%	499	100%
Caxias	189	63,9%	107	36,1%	296	100%
Cruz Quebrada	104	23,3%	342	76,7%	446	100%
Algés	405	96,7%	14	3,3%	419	100%
Linda-a-Velha	476	83,7%	93	16,3%	569	100%
Camaxide	747	88,9%	93	11,1%	840	100%
Queijas	290	67,4%	140	32,6%	430	100%
Barcarena	531	90,9%	53	9,1%	584	100%
Porto Salvo	638	92,7%	50	7,3%	688	100%
Total	4940	81,1%	1149	18,9%	6089	100%

Fonte: CMO, 2004

5.16 Evolução da população em frequência nos estabelecimentos de ensino básico com o 1.º ciclo do Concelho de Oeiras, segundo tutela, entre 1997/98 e 2003/04															
Tutela	1997/ 98		1998/ 99		1999/ 00		2000/ 01		2001/02		2002/03		2003/04		Evolução da pop. entre 1997/98 e 2003/04
	Alunos	Estab.													
Rede Pública	5049	35	4973	35	5016	35	4978	36	4742	36	4786	36	4940	35	-2,2%
Rede Privada	758	13	826	13	819	13	768	12	791	12	1118	15	1149	15	51,6%
Total Concelho	5807	48	5799	48	5835	48	5746	48	5533	48	5904	51	6089	50	4,9%

Fonte: CMO, 2004



Para o ano lectivo de 2003/2004, estima-se uma **taxa bruta de escolarização**²⁷ de **103,5%** para o Concelho de Oeiras, resultado da relação entre a globalidade da população em frequência nos estabelecimentos educativos com o 1º ciclo do ensino básico sediados no concelho e a estimativa do total de crianças residentes no concelho com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos²⁸ (5.883²⁹). A rede pública abrange 84,0% e a rede privada 19,5%.

Neste panorama, sobressaem as freguesias de Carnaxide, Oeiras e Porto Salvo, com taxas muito acima dos 100% (respectivamente, 433,9%, 281,1% e 269,6%). Isto significa, certamente, que uma significativa parcela da população em frequência nos estabelecimentos com o 1º ciclo destas freguesias ser residente em outras freguesias ou em outros concelhos – acrescenta-se o facto de serem três freguesias que confinam com concelhos vizinhos (Cascais, Sintra, Amadora e Lisboa).

Com taxas de escolarização bruta substancialmente inferiores a 100%, são de referir as freguesias da Cruz Quebrada (35,3%), Algés (45,8%) e Queijas (62,9%). O deslocamento da população residente para escolas sediadas em outras freguesias será, com toda a certeza, uma das principais razões, em especial para a Freguesia de Carnaxide que, como vimos, tem uma população escolar mais de quatro vezes superior à estimativa de população residente entre os 6 e os 9 anos.

5.17 População Residente em Idade de 1º ciclo e Taxa bruta de escolarização, por Freguesia e Tutela, em 2000/2001								
	Pop. Residente		Rede Pública		Rede Privada		TOTAL	
	Total	Entre 6 e 9 anos	N.º alunos	Tx. bruta de escolar.	N.º alunos	Tx. bruta de escolar.	N.º alunos	Tx. bruta de escolar.
Oeiras	34851	469	1156	246,6%	162	34,6%	1318	281,1%
Paço de Arcos e Caxias	23496	894	593	66,3%	202	22,6%	795	88,9%
Cruz Quebrada	6591	1264	104	8,2%	342	27,1%	446	35,3%
Algés	19542	914	405	44,3%	14	1,5%	419	45,8%
Linda-a-Velha	21952	598	476	79,5%	93	15,5%	569	95,1%
Carnaxide	21354	194	747	385,8%	93	48,0%	840	433,9%
Queijas	8771	683	290	42,4%	140	20,5%	430	62,9%
Barcarena	11847	611	531	86,9%	53	8,7%	584	95,5%

²⁷ Opta-se pela taxa bruta de escolarização a partir do 1.º ciclo, em detrimento da taxa de cobertura (utilizada para o ensino pré-escolar), pelo facto de, a partir deste nível de escolaridade, a população escolar incluir alunos com idades acima da idade normal, ou seja, alunos que apresentam atrasos no percurso escolar, por retenção ou por entrada tardia no sistema educativo.

²⁸ Intervalo etário correspondente com as idades “normais” de frequência do 1.º ciclo do ensino básico.

²⁹ Estimativa realizada a partir dos Censos 2001. Cálculo: [população em frequência nos estabelecimentos concelhios com o 1.º ciclo] / [população com 5-9 anos*80% (4/5 de um grupo etário quinquenal)]*100.

Porto Salvo	13724	255	638	250,0%	50	19,6%	688	269,6%
Total	162128	5883	4940	84,0%	1149	19,5%	6089	103,5%

Fonte: INE/Censos 2001 e CMO, 2004

No global, as 35 escolas públicas com o 1.º ciclo apresentam uma **taxa de ocupação de alunos de 82,3%**, havendo, portanto, uma estrutura de oferta com capacidade para abranger um contingente ainda superior de alunos – estão a frequentar 4.940 alunos e a capacidade é para 6.000. É de referir que esta taxa de ocupação de alunos é calculada tendo como referência as escolas em regime de funcionamento normal, tal como é sublinhado nos actuais critérios de Reordenamento da Rede Educativa, definidos pelo Ministério da Educação. Por conseguinte, as taxas de ocupação são calculadas a partir da relação entre o número de alunos em frequência e a capacidade de alunos do estabelecimento, sendo que esta, por sua vez, corresponde à multiplicação do número de salas aula existente em cada estabelecimento pelo limite máximo regulamentar de alunos por turma no ensino Básico, que é de 24. A única freguesia que apresenta um panorama de sobrelotação é Oeiras, com uma taxa de 100,3% (relembre-se que é a freguesia com mais alunos no 1.º ciclo). Por sua vez, as freguesias da Cruz Quebrada (48,1%) e Caxias (65,6%) são as que apresentam um menor índice de ocupação face à capacidade dos estabelecimentos de ensino. Acrescente-se que, no ano lectivo de 2003/2004, existem 4 escolas a funcionar em situação de sobrelotação (1 em Oeiras, 1 em Linda-a-Velha, 1 em Barcarena e 1 em Porto Salvo)³⁰.

5.18 N.º de salas, capacidade, taxas de ocupação e médias de alunos nos estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo público, segundo Freguesia, em 2003/2004									
Freguesia	N.º de estab.	N.º de Salas	N.º de Turmas	N.º de Alunos	Capacidade em Alunos	Taxa de Ocupação (Alunos)	Média de alunos por turma	Taxa de Ocupação (Salas) ³¹	Média de alunos por escola
Oeiras	5	48	51	1156	1152	100,3%	23	106,3%	231
Paço de Arcos	4	24	22	404	576	70,1%	18	91,7%	101
Caxias	3	12	10	189	288	65,6%	19	83,3%	63
Cruz Quebrada	2	9	6	104	216	48,1%	17	66,7%	52
Algés	2	20	20	405	480	84,4%	20	100,0%	203
Linda-a-Velha	3	22	21	476	528	90,2%	23	95,5%	159
Carnaxide	4	39	38	747	936	79,8%	20	97,4%	187
Queijas	2	15	14	290	360	80,6%	21	93,3%	145
Barcarena	5	26	28	531	624	85,1%	19	107,7%	106
Porto Salvo	5	35	32	638	840	76,0%	20	91,4%	128
Total	35	250	242	4940	6000	82,3%	20	96,8%	141

³⁰ Ver quadro em anexo.

³¹ Relação entre o número de turmas em funcionamento e o número de salas de aula existentes em cada estabelecimento de ensino.

A taxa de ocupação das salas é de 96,8% - encontrando-se as freguesias de Oeiras e Barcarena em situação global de sobrelotação. No concelho, verifica-se uma média de **20 alunos por estabelecimento e uma média de 141 alunos por estabelecimento público.**

5.19 Número de escolas públicas do 1.º ciclo do Ensino Básico do Concelho de Oeiras, segundo regime de funcionamento, em 2003/2004		
Número de Escolas Segundo o Regime de Funcionamento		
Normal	Duplo	Normal/Duplo
26	1	8

Fonte: CMO, 2004

Ainda sobre o conjunto das 35 escolas públicas com o 1º ciclo, detectam-se, no ano lectivo de 2003/2004, 26 escolas a funcionar em regime normal, 8 em regime duplo e normal e 1 em regime duplo.

No sector **privado**, os dados disponíveis referem uma capacidade total de 1.572, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 73,1%; e **a média de alunos por escola ronda os 77 alunos, sensivelmente metade da obtida na rede pública.**

Quanto às actividades de tempos livres, constata-se que, **no conjunto das 35 escolas públicas, 24 (69%) têm Centros de Tempos Livres.** Na rede das IPSS, contam-se 18 equipamentos a assegurar esta valência de ensino.

Ainda em relação ao total de 4.940 crianças a frequentar a rede pública do 1.º ciclo, contabilizam-se 92 alunos portadores de deficiência.

Ensino Básico de 2.º e 3.º ciclo

No Concelho de Oeiras contam-se **9 escolas públicas com o 2.º e 3.º ciclo do ensino básico**, no ano lectivo de 2003/2004. É nas freguesias de Oeiras e Carnaxide que se localiza o maior número de escolas (duas em cada), enquanto que em Linda-a-Velha, Barcarena e Porto Salvo não existe esta tipologia de escola. No sector privado detectam-se duas escolas: uma na Cruz Quebrada e a outra na Freguesia de Linda-a-Velha. Em suma, no que diz respeito ao 2.º e 3.º ciclos constata-se que a oferta de ensino é basicamente assegurada por estabelecimentos públicos.

Em 2003/2004, as 9 escolas públicas com o 2.º e 3.º ciclo do ensino básico abrangiam **5.263 alunos: 3.107 no 2.º ciclo e 2.156 no 3.º ciclo**. Nas freguesias de Oeiras e Carnaxide estudam, respectivamente, 32,6% (1.716) e 20,5% (1.078) do total de alunos concelhios. Note-se que, em termos gerais, o n.º de alunos do 2.º ciclo supera o do 3.º ciclo. Esta situação explica-se pelo facto de um contingente significativo de alunos (2.171) frequentar o 3º ciclo em escolas secundárias. Assim, agregando estes dois conjuntos de estudantes é possível concluir que o **total de alunos no 3.º ciclo é de 4.327**. Quanto às duas escolas privadas, uma localiza-se em Linda-a-Velha (com 45 alunos no 2.º ciclo) e a outra na Cruz Quebrada/Dafundo (sem dados disponíveis).

Sobre a evolução do número de alunos nas 9 escolas públicas com o 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, observa-se que, nos últimos 7 anos lectivos, **a população estudantil diminui cerca de 11%** (eram 5.910 em 1997/1998 e são 5.263 em 2003/2004, ou seja, menos 647 alunos). O maior decréscimo verificou-se entre 1997/1998 e 1998/1999 ($\approx -7\%$) e, em 2002/2003, atingiu-se o total mais baixo de alunos (5.254).

5.20 População em frequência nas escolas públicas com o 2º e 3º ciclos do ensino básico do Concelho de Oeiras, segundo Freguesia, no ano lectivo de 2003/2004					
Freguesia	Nº de Equipamentos	2º ciclo	3º ciclo	Total	
				N	%
Oeiras	2	1104	612	1716	32,6%
Paço de Arcos	1	357	188	545	10,4%
Caxias	1	179	176	355	6,7%
Cruz Quebrada	1	262	280	542	10,3%
Algés	1	269	99	368	7,0%
Linda-a-Velha	0	0	0	0	0,0%
Carnaxide	2	642	436	1078	20,5%
Queijas	1	294	365	659	12,5%
Barcarena	0	0	0	0	0,0%
Porto Salvo	0	0	0	0	0,0%
Total	9	3107	2156	5263	100,0%

Fonte: CMO, 2004

5.21 Evolução da população em frequência nas escolas públicas com o 2º e 3º ciclos do ensino básico do Concelho de Oeiras, segundo tutela, entre 1997/98 e 2003/04															
Tutela	1997/ 98		1998/ 99		1999/ 00		2000/ 01		2001/02		2002/03		2003/04		Evolução da pop. entre 1997/98 e 2003/04
	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	Alunos	Estab.	
Rede Pública	5910	9	5500	9	5472	9	5530	9	5416	9	5254	9	5263	9	-10,9%

Fonte: CMO, 2004

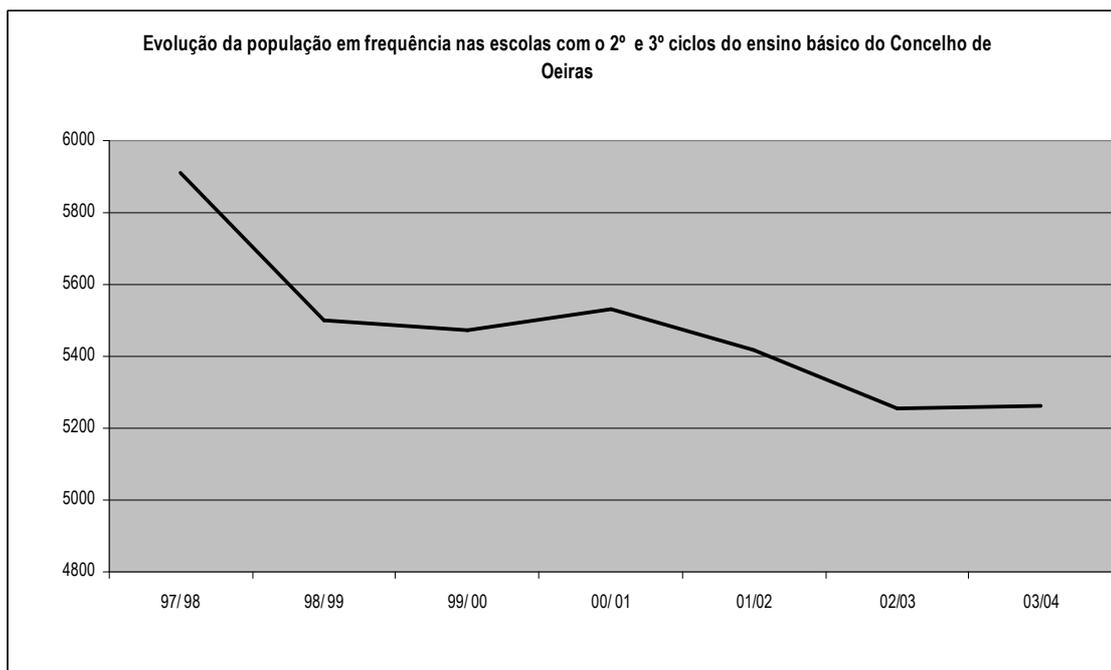


Gráfico 5.4 Fonte: CMO, 2004

Para o ano lectivo de 2003/2004, estima-se uma **taxa bruta de escolarização de 97,6%** para o Concelho de Oeiras, resultado da relação entre o total de 7.479 alunos a frequentar o 2.º e 3.º ciclos nos estabelecimentos educativos (tipologias 2+3, secundário com o 3.º ciclo e escola privada) sediados no concelho e a estimativa do total de crianças residentes no concelho com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos³² (7.661³³). Se tivermos em atenção que uma parcela dos alunos no 3.º ciclo deverá ter mais de 14 anos (sobretudo, na sequência de percursos com retenções escolares) e que existe um número significativo de alunos no Concelho de Oeiras que reside em concelhos limítrofes é possível inferir que também existe uma parcela relevante de residentes do Concelho de Oeiras que frequenta o 2.º e 3.º ciclos em estabelecimentos sediados em outros concelhos.

Na distribuição pelo território concelhio, observa-se que as freguesias da Cruz Quebrada/Dafundo (231,6%), Queijas (173%), Oeiras (149,9%), Paço de Arcos/Caxias (113,2%) e Carnaxide (113%) apresentam taxas de escolarização bruta acima dos 100%. Com taxas nitidamente inferiores encontram-se as freguesias de Barcarena (sem equipamentos a ministrar estes níveis de ensino), Porto Salvo e Linda-a-Velha.

³² Intervalo etário correspondente com as idades "normais" de frequência do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

³³ Estimativa realizada a partir dos Censos 2001. Cálculo: [população em frequência nos estabelecimentos de ensino concelhio com o 2.º e/ou 3.º ciclos] / [população com 10-14 anos]*100.

5.22 População residente em idade de 2.º e 3.º ciclos e Taxa bruta de escolarização no Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2003/2004				
Freguesia	População residente		População em frequência no 2º e 3º ciclos ³⁴	
	Total	Entre 10 e 14 anos	N.º alunos	Tx. bruta de escolar.
Oeiras	34851	1510	2264	149,9%
Paço de Arcos e Caxias	23496	1187	1344	113,2%
Cruz Quebrada/Dafundo	6591	234	542	231,6%
Algés	19542	691	648	93,8%
Linda-a-Velha ³⁵	21952	958	374	39,0%
Carnaxide	21354	1251	1414	113,0%
Queijas	8771	381	659	173,0%
Barcarena	11847	597	0	0,0%
Porto Salvo	13724	852	234	27,5%
Total	162128	7661	7479	97,6%

Fonte: INE/Censos 2001 e CMO, 2004

5.23 Taxas de ocupação e capacidade nas escolas do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico do Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2003/2004								
Estabelecimento de Ensino	Capacidade em turmas	Capacidade em alunos	Turmas em funcionamento	Alunos em frequência	Dimensão média da turma	Taxa de ocupação de alunos	Taxa de ocupação de turmas	Freguesia
EB 2, 3 Conde Oeiras	40	1000	38	943	25	94,3%	95,0%	Oeiras
EB 2, 3 S. J.da Barra	36	900	36	773	21	85,9%	100,0%	
EB 2, 3 Dr. J. de Barros	36	900	28	545	19	60,6%	77,8%	Paço de Arcos
EB 2, 3 de Caxias	24	600	15	355	24	59,2%	62,5%	Caxias
EB 2, 3 J. G. Zarco	32	800	24	542	23	67,8%	75,0%	C. Quebrada
EB 2, 3 Miraflores	19	475	16	368	23	77,5%	84,2%	Algés
EB 2, 3 Vieira da Silva	31	775	32	722	23	93,2%	103,2%	Carnaxide
EB 1, 2, 3 S. M. Breyner	18	450	18	356	20	79,1%	100,0%	
EB 2, 3 Prof. Nor. Feio	24	600	24	659	27	109,8%	100,0%	Queijas
TOTAL	260	6500	231	5263	23	81,0%	88,8%	

Fonte: CMO, 2004

No global, **as 9 escolas públicas com o 2.º e 3.º ciclo do ensino básico têm capacidade para abranger 260 turmas e 6.500 alunos.** Atendendo a que, no ano lectivo de 2003/2004, existem 231 turmas em funcionamento para um total de 5.263 alunos, obtém-se uma média de **23 alunos por turma.** A taxa global de ocupação de alunos é de 81,0% e a taxa de ocupação de turmas é de 88,8%. A este nível, não existem dados relativos aos dois estabelecimentos privados.

³⁴ Aqui incluem-se os alunos que frequentam o 3.º ciclo ministrado nas 6 escolas secundárias (3.º ciclo+Secundário) sedeadas no Concelho de Oeiras.

³⁵ Incluindo os 45 alunos a estudar na escola privada que disponibilizou dados.

Neste elenco de 9 escolas, é de notar que uma se encontra em situação de sobrelotação de alunos (EB 2, 3 Prof. Noronha Feio) e outra em situação de sobrelotação de turmas (EB 2, 3 Vieira da Silva). Em situação distinta, sublinham-se 2 escolas (EB 2, 3 de Caxias e EB 2, 3 Dr. J. de Barros) com taxas de ocupação a rondar os 60%.

Ensino Secundário

Relativamente ao Ensino Secundário, em 2003/2004, detectam-se **8 estabelecimentos públicos a funcionar no Concelho de Oeiras**. Não existe nenhum equipamento privado a assegurar este nível de ensino.

As freguesias de Oeiras e Linda-a-Velha têm cada uma 2 estabelecimentos secundários, enquanto que em Caxias, Cruz Quebrada/Dafundo, Queijas e Barcarena não existe esta tipologia de escola.

Nestas 8 escolas, 6 ministram também o 3.º ciclo. No total, estas escolas secundárias são frequentadas por **6.362 alunos: 2.171 no 3º ciclo e 4.191 no nível secundário**. Em conjunto, as escolas localizadas nas freguesias de Oeiras e Linda-a-Velha reúnem cerca de metade dos estudantes em escolas secundárias do concelho.

Segundo os dados dos **últimos 7 anos lectivos**, constata-se que a população das escolas secundárias tem continuamente decrescido. Em 1997/1998 eram 9.367 alunos e em 2003/2004 são 6.362, ou seja, verificou-se um **decréscimo de 32%**.

5.24 População em frequência nas Escolas Secundárias do Concelho de Oeiras, segundo freguesia, no ano lectivo de 2003/2004					
Freguesia	N.º de Equipamentos	3.º ciclo	Secundário	Total	
				N	%
Oeiras	2	548	1388	1936	30,4%
Paço de Arcos	1	444	592	1036	16,3%
Caxias	0	0	0	0	0,0%
Cruz Quebrada	0	0	0	0	0,0%
Algés	1	280	447	727	11,4%
Linda-a-Velha	2	329	1002	1331	20,9%
Camaxide	1	336	588	924	14,5%
Queijas	0	0	0	0	0,0%
Barcarena	0	0	0	0	0,0%
Porto Salvo	1	234	174	408	6,4%
Total	8	2171	4191	6362	100,0%

Fonte: CMO, 2004

5.25 Evolução da população em frequência nas escolas com o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico do Concelho de Oeiras, segundo tutela, entre 1997/98 e 2003/04

	1997/98		1998/99		1999/00		2000/01		2001/02		2002/03		2003/04		Evolução da pop. entre 1997/98 e 2003/04
	Alunos	Estab.													
Rede Pública	9357	8	8618	8	8290	8	7924	8	7164	8	6675	8	6362	8	-32,0%

Fonte: CMO, 2004

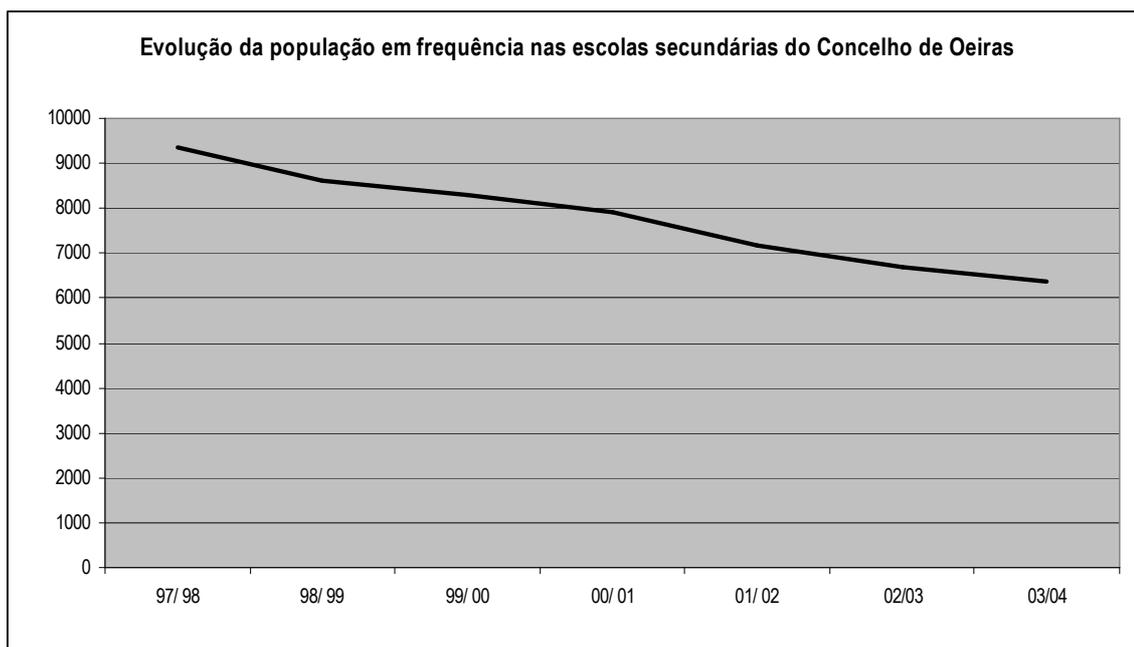


Gráfico 5.5 Fonte: CMO, 2004

5.26 Taxas de ocupação e capacidade nas escolas secundárias do Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2003/2004

Estabelecimento de Ensino	Capacidade em turmas	Capacidade em alunos	Turmas em funcionamento	Alunos em frequência ³⁶	Dimensão média da turma	Taxa de ocupação de alunos	Taxa de ocupação de turmas	Freguesia
Esc.Secund.Seb.e Silva	40	1000	36	965	27	96,5%	90,0%	Oeiras
Esc.Sec.Qta.Marquês	39	975	36	971	27	99,6%	92,3%	
Esc.Secund.L.F.Branco	80	2000	43	1036	24	51,8%	53,8%	P. de Arcos
Esc.Secund.Miraflores	36	900	31	727	23	80,8%	86,1%	Algés
Esc.Secund.A.R.Colaço	32	800	20	525	26	65,6%	62,5%	Linda-a-Velha
Esc.Secund.L.-a-Velha	36	900	33	806	24	89,6%	91,7%	
Esc.Sec.C.C.Branco	38	950	37	924	25	97,3%	97,4%	Carnaxide
Esc.Secund.A.Ribeiro	32	800	22	408	19	51,0%	68,8%	Porto Salvo
TOTAL	333	8325	258	6362	25	76,4%	77,5%	

Fonte: CMO, 2004

³⁶ Aqui incluem-se os alunos que frequentam o 3.º ciclo ministrado nas 6 escolas secundárias (3.º ciclo+Secundário) sedeadas no Concelho de Oeiras.

As 8 escolas secundárias da rede pública estão capacitadas para receber 333 turmas e 8.325 alunos. Sabendo-se que, no ano lectivo de 2003/2004, existem 258 turmas em funcionamento para um total de 6.362 alunos, obtém-se uma **média de 25 alunos por turma**. A **taxa global de ocupação de alunos é de 76,4%** e a taxa de ocupação de turmas é de 77,5%. Não se verificam casos de sobrelotação de alunos e de turmas.

Acção Social Escolar

Na actualidade, com excepção de apenas dois estabelecimentos de ensino, **a rede pública do ensino Pré-Escolar e 1.º ciclo é servida por refeitórios que asseguram as refeições de cerca de 90% da população em frequência no Pré-Escolar e cerca de 80% dos que estão no 1.º ciclo** – situação que configura um quadro geral de excepção, contrastando com a grande maioria dos restantes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa onde a proliferação de refeitórios escolares é nitidamente deficitária.

Neste universo, 60% das refeições são de confecção local e 34% são de confecção transportada³⁷. Acrescente-se que esta rede de refeitórios, sendo um dos objectivos mais prementes da política educativa da Câmara Municipal de Oeiras, tem crescido nos últimos anos: com base nos dados disponíveis, constata-se que, entre 2000/2001 e 2002/2003, o **número de refeições cresceu cerca de 12%**.

Mais especificamente sobre a acção social escolar, em 2002/2003, contaram-se **439** crianças em frequência nos equipamentos públicos de Pré-Escolar que **beneficiaram de subsídios de refeição** (374 foram abrangidos pelo escalão A, destinado aos alunos em situação de maior carência). Comparando os dados globais desse mesmo ano lectivo, verifica-se que estes 439 beneficiados **correspondem a 75% do total de crianças que frequentava a rede pública de ensino Pré-Escolar**.

No 1.º ciclo foram **926 alunos a usufruírem de subsídios para refeições, livros e material escolar** (812 no escalão A), ou seja, quase **20% do total de estudantes** que se encontrava nos estabelecimentos públicos do concelho que ministrava o 1.º ciclo.

Em relação aos **transportes escolares**, foram subsidiados **1.560 alunos** do Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e Secundário.

³⁷ Os restantes 6% correspondem às duas escolas que não possuem refeitórios.

Ensino Especial

Com necessidades educativas especiais identificam-se **665 alunos**, no ano lectivo de 2003/2004. **A maior percentagem de alunos, 54,9% (365), está no 1.º ciclo**, seguindo-se os que estão no 2.º e 3.º ciclos (21,5%; 143), no Pré-Escolar (16,7%; 111) e, por fim, no secundário (6,9%; 46). Os tipos de necessidade educativa especial que abrangem um maior número de alunos são os associados ao «Domínio Cognitivo» (227), «Emocional» (193) e «Comunicação» (88).

5.27 População estudantil dos estabelecimentos de ensino do Concelho de Oeiras, com necessidades educativas especiais prolongadas, segundo nível de ensino, em 2003/04												
Nível de ensino	Tipo de necessidade educativa especial										Total	
	Audição	Visão	Audição e Visão	Domínio Cognitivo	Domínio Saúde	Paralisia cerebral	Outros problemas motores	Multideficiência	Comunicação	Emocional	N	%
Pré-Escolar	6	6	0	21	3	8	7	15	14	31	111	16,7%
1º ciclo	8	12	0	131	12	12	15	13	54	108	365	54,9%
2º e 3º ciclos	4	1	0	67	6	8	3	2	14	38	143	21,5%
Secundário	2	3	0	8	8	0	3	0	6	16	46	6,9%
Total	20	22	0	227	29	28	28	30	88	193	665	100%

Fonte: CMO, 2004

Ensino Profissional

No Concelho de Oeiras, existem registos de **4 estabelecimentos de ensino Profissional** (3 são da responsabilidade de entidades privadas e 1 está a cargo de um Instituição Privada de Solidariedade Social), no ano lectivo de 2000/2001. No total, estes estabelecimentos englobam **37 cursos** profissionais, que abrangem as mais diversas áreas. Os estabelecimentos são: a Escola Militar de Electromecânica, com 4 cursos; o Instituto de Tecnologias Náuticas, dividido em duas unidades (escola Profissional e náutica de recreio), com 4 cursos cada; a Escola Profissional do Vale do Rio, com 6 cursos; e a Escola de Música N. Sr.ª do cabo, com 19 cursos de Curso Básico e Complementar Oficiais. Este conjunto abrangia, em 2000/2001, **1.127 alunos**, e a mesma fonte³⁸ refere que a capacidade era de 1350 – o que equivale a uma taxa de ocupação de 83,5%.

Ensino Superior

A oferta de ensino Superior é um dos traços mais singulares no panorama da oferta educativa do Concelho de Oeiras. A seguir ao Concelho de Lisboa, com toda a tendência concentracionista inerente a um centro metropolitano, Oeiras é o

³⁸ Fonte: *Oeiras, factos e números*, Câmara Municipal de Oeiras – Gabinete de Desenvolvimento Municipal, 2003.

segundo concelho da Grande Lisboa com mais instituições de ensino Superior. **São 4 estabelecimentos, 3 públicos e 1 privado**, onde estudavam, em 2000/2001, **1.485 indivíduos**: a capacidade era de 2.600, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 57%.

São 4 universidades que promovem, no seu todo, 4 Bacharelatos, 18 Licenciaturas, 14 Programas de Mestrado, 11 Programas de Doutoramento e 9 Pós-Graduações – Universidade Atlântica, Instituto Superior Técnico – Tagus Park, Faculdade de Motricidade Humana (a única a ministrar Programas de Mestrado e Doutoramentos) e Escola Náutica Infante D. Henrique.

Ensino Recorrente e Extra-Escolar

No ano lectivo de 2002/2003, foram registados **16 cursos de ensino recorrente do 1º ciclo e 8 do 2º ciclo**. Neste período, as freguesias de Caxias e Carnaxide eram as que abrangiam maior número de cursos (5 em cada). Sem ensino recorrente do 1.º ciclo, identificava-se a Freguesia de Algés, e no que respeita ao 2.º ciclo, identificavam-se as freguesias da Cruz Quebrada/Dafundo, Linda-a-Velha, Oeiras e Queijas.

No ensino recorrente do 1.º ciclo estiveram inscritos 202 formandos (para 16 formadores) e no 2.º ciclo inscreveram-se 80 (para 24 formadores). Contudo, com direito a certificação foram contemplados apenas 15 no 1.º ciclo e 59 no 2.º ciclo. Os dados disponíveis não permitem tecer análises consistentes sobre as causas e condições associadas ao índice de certificação registado, no entanto, é notório que se está perante um cenário a merecer futuras reflexões e reformulações por parte das entidades responsáveis.

5.28 Cursos de Ensino Recorrente no Concelho de Oeiras, por nível de ensino, em 2002/2003		
Freguesia	1º ciclo	2º ciclo
Algés	0	1
Barcarena	2	1
Carnaxide	4	1
Caxias	3	2
Cruz Quebrada	1	0
Linda-a-Velha	1	0
Oeiras	1	0
Paço de Arcos	1	2
Porto Salvo	2	1
Queijas	1	0
Concelho	16	8

Fonte: CMO/DAS, 2003

5.29 Formandos, formando certificados e formadores em cursos do ensino recorrente do 1º e do 2º ciclo no Concelho de Oeiras, em 2002/2003		
	1º ciclo	2º ciclo
Formandos	202	80
Formadores	16	24
Formandos certificados	15	59

Fonte: CMO, DAS, 2003

Quanto aos cursos “**extra-escolar**”, contam-se **26 cursos**, no ano lectivo de 2002/2003. Nas freguesias de Cruz Quebrada/Dafundo, Oeiras, Porto Salvo e Queijas não existem referências a este tipo de oferta educativa. Por seu turno, Caxias (11) e Porto Salvo (7) são as freguesias onde se desenvolve um maior número de cursos neste domínio. Neste tipo de cursos, foi contabilizada a frequência de 252 formandos, sendo que o total de formandos certificados foi significativamente inferior: 42.

5.30 Cursos extra-escolar no Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2002/2003	
Freguesia	N
Algés	5
Barcarena	2
Carnaxide	4
Caxias	11
Cruz Quebrada	0
Linda-a-Velha	0
Oeiras	0
Paço de Arcos	3
Porto Salvo	7
Queijas	0
Concelho	32

Fonte: CMO, DAS, 2003

5.31 Formandos, formando certificados e formadores em cursos do extra-escolar no Concelho de Oeiras, em 2002/2003	
	N
Formandos	252
Formadores	69
Formandos certificados	42

Fonte: CMO, DAS, 2003

A finalizar importa resumir alguns dos traços mais característicos do dispositivo da educação formal no Concelho de Oeiras: a população em frequência nos níveis de ensino regular (entre o Pré-escolar e o Secundário) tem gradualmente decrescido nos últimos anos, nomeadamente no 2.º e 3.º ciclos (-10,9%) e no Secundário (-32%), facto inevitavelmente associado ao generalizado fenómeno de envelhecimento da população residente no concelho; uma vasta presença de equipamentos privados e a cargo de IPSS ao nível da oferta de ensino Pré-Escolar; a partir do 1.º ciclo, e com maior incidência nos dois ciclos finais do Ensino Básico e no Ensino Secundário, a oferta de ensino é predominantemente assegurada pela rede de equipamentos públicos; o Concelho de Oeiras apresenta os melhores indicadores entre os concelhos da Grande Lisboa relativamente às taxas de «saída antecipada», «saída precoce» e «abandono escolar»; e convém destacar ainda a presença de 4 estabelecimentos de Ensino Superior.

No que respeita aos indicadores gerais de instrução, é de sublinhar que a população residente no Concelho de Oeiras apresenta um quadro global bastante elevado, em especial quando comparado com outros níveis da realidade nacional: a taxa de analfabetismo (3,7%) é a mais baixa da Grande Lisboa, sendo o único concelho com uma taxa inferior a 4%; cerca de 55% da população concelhia completou pelo menos o 3º ciclo (escolaridade mínima obrigatória); e, 26,3% possui formação Superior.

Nas suas complexidades e variedades, Oeiras é um concelho de “escolaridade europeia”, com socializações diferenciadas que têm conexões com as dicotomias sociais, mas também com ambientes educativos que estimulam a reflexividade, o aperfeiçoamento das respostas e soluções operativas. Apesar das discrepâncias, Oeiras é um “território avançado” nos efeitos da escolaridade instalada e expansiva, e, pela conjugação de vários factores, o Concelho de Oeiras reúne uma série de condições que o podem colocar na situação de concelho-exemplo, o que o obrigaria a ser «exemplar».

VI – Acção social

Neste Capítulo optou-se por uma centragem nos indicadores das respostas e valências mais nitidamente controladas dentro do sector da Acção Social, ou seja, 6 áreas de materialização das políticas sociais: Equipamentos e Serviços para Crianças e Jovens, Crianças e Jovens em Risco, População Idosa – Pensões, Equipamentos e Serviços, Intervenção em situações muito vulneráveis, Rendimento Social de Inserção e Outras respostas e linhas de intervenção. É sabido que a Acção Social pode ter um entendimento mais abrangente, uma vez que intervém noutras problemáticas que estão associadas a outros sectores, como sejam, a População Portadora de Deficiência (incluído no Capítulo da Saúde), a Toxicodependência (incluído no Capítulo da Saúde) e, mesmo, o Desemprego (incluído no Capítulo da Caracterização Socioeconómica), para referir apenas as mais evidentes nas suas conexões e conseqüências no campo das respostas a necessidades sociais mais prementes e mais problemáticas.

Equipamentos e Serviços para Crianças e Jovens

6.1 Equipamentos e Serviços de IPSS's destinados a Crianças e Jovens com acordo de cooperação com a Segurança Social em 2002															
Freguesia	Creche Familiar			Creche			ATL			Lar de Crianças e Jovens			Centro de Acolhimento temporário		
	N	U	Média	N	U	Média	N	U	Média	N	U	Média	N	U	Média
Barcarena	0	0	0,0	3	89	29,7	2	166	83,0	0	0	0,0	0	0	0,0
Camaxide	0	0	0,0	3	125	41,7	3	210	70,0	0	0	0,0	1	12	12,0
Oeiras/S. Julião da Barra	0	0	0,0	2	90	45,0	1	60	60,0	0	0	0,0	0	0	0,0
Caxias	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0
Paço de Arcos	0	0	0,0	6	162	27,0	1	85	85,0	0	0	0,0	0	0	0,0
Algés	0	0	0,0	2	100	50,0	2	115	57,5	0	0	0,0	0	0	0,0
Cruz Quebrada/Dafundo	0	0	0,0	1	60	60,0	1	40	40,0	0	0	0,0	0	0	0,0
Linda-a-Velha	0	0	0,0	1	50	50,0	2	95	47,5	0	0	0,0	0	0	0,0
Porto Salvo	0	0	0,0	4	75	18,8	4	130	32,5	1	36	36,0	0	0	0,0
Queijas	0	0	0,0	2	40	20,0	3	130	43,3	0	0	0,0	0	0	0,0
Total	0	0	0,0	24	791	33,0	19	1031	54,3	1	36	36,0	1	12	12,0

Fonte: ISSS - Centro Distrital de Oeiras

Analisando os equipamentos e serviços destinados a crianças e jovens tutelados pela Segurança Social em 2002, verifica-se que, no domínio da solidariedade social, existiam **24 Creches sedeadas no Concelho de Oeiras com integração de 791 utentes, 19 unidades com Actividades de Tempos Livres** abrangendo um total de **1.031 crianças**, funcionando ainda uma unidade de **Lar de Crianças e**

Jovens e uma unidade de **Centro de Acolhimento Temporário**, com **36 e 12 crianças** respectivamente.

Assim, em 2002 no Concelho de Oeiras, foram recenseados **45 unidades** (valências) sem fins lucrativos para apoio à infância que, em conjunto, abrangiam **1.822 crianças** nas duas valências tradicionais mais correntes (dirigidas ao universo infanto-juvenil) que continuam na esfera da segurança social - **Creche e ATL** - e abrangiam também **48** crianças em duas valências de intervenção de tutela com casuísticas mais complexas (um Lar e um Centro de Acolhimento).

Os **chamados “jardins-de-infância”**, enquanto valências de solidariedade social, estão num novo regime de gestão tripartida, em consonância com o sistema educativo e já integrados na lógica do sistema pré-escolar mas com apoios sociais suplementares, desenvolvendo-se este tipo de valência em 3 subsistemas: IPSS's, Públicos/salas pré-escolares e Privados. Continua a ser este sub-universo, dentro da população infantil, aquele que dispõe de um maior número de respostas/equipamentos e que abrangem um universo mais alargado de utentes (dados do GDM/DAS de 2001): cerca de **4.000 em 75 valências** (28 em IPSS's, 12 Públicos e 35 Privados). Dos 3.956 utentes registados em 2001, **45,4% estavam enquadrados em IPSS's**, havendo **14% integrados no Pré-escolar Público** e os restantes **40,6% frequentavam os estabelecimentos Privados**.

Nas **43 valências** do âmbito da Segurança Social e de vocação mais universal (excluindo os 2 de tutela, cujo âmbito é concelhio) observa-se uma **irregular distribuição por freguesias**, que nem se relaciona directamente com o peso populacional e, conseqüentemente, com o peso do escalão etário da infância em cada uma delas. As freguesias de Porto Salvo e de Paço de Arcos são aquelas que concentram um maior número de equipamentos (15, que representam 1/3 do total de equipamentos do Concelho), apesar de serem 2 freguesias com peso populacional relativamente baixo no quadro do concelho com as suas actuais 10 freguesias (parcela de 28.526 em 162.128 munícipes, ou seja, 'grosso modo' 35% dos equipamentos para os 17.6% dos munícipes que vivem

nestas 2 freguesias). As duas maiores freguesias em termos populacionais – Oeiras/S. Julião da Barra e Linda-a-Velha (total de cerca de 57.000 habitantes, correspondentes a 35% da actual população concelhia) - dispõem apenas de 6 equipamentos, correspondentes a 14% do total de equipamentos. Na recente freguesia de Caxias não é possível, a partir dos dados disponíveis, equacionar a situação ao nível dos equipamentos de acção social no domínio da infância, uma vez que os seus recursos ainda não se encontravam desagregados (da freguesia de Paço de Arcos).

Numa perspectiva de agregação mais geográfica, considerando que estamos perante 5 freguesias mais litorais (as da “Linha”) e 5 freguesias mais interiores, que dividem entre si a população aproximadamente em metade (80.000 para cada lado, em nºs redondos), verificamos que temos **16 valências** sociais com respostas para a infância nas **freguesias litorais** (supostamente mais desenvolvidas e privilegiadas, no que é a zona histórica de “centralidade” no concelho) e **27 valências** nas 5 **freguesias mais interiores**, o que representa aproximadamente uma **diferença entre 1/3 e 2/3 no leque de respostas existentes nestas duas metades do concelho**. Pode estar aqui indiciado que a população da zona da “Linha” resolve os problemas da socialização infantil com menor recurso às políticas sociais e que a maior parte das intervenções que envolvem a solidariedade social tendencialmente se processam na zona mais interior do concelho.

Nos pesos relativos entre estas duas valências (creche e ATL) na sua dispersão socio-geográfica, verifica-se que, na zona litoral há muito mais creches do que ATL's (11 e 5, respectivamente), enquanto na zona mais interior regista-se um tendencial equilíbrio (14 creches e 13 ATL's), o que poderá estar relacionado com vivências distintas na historicidade recente destas 2 zonas e dos seus diferentes dispositivos para resolver os quotidianos da socialização infantil.

No sub-sistema **Privado** foram referenciadas **20 valências de Creche**, com **684 utentes**, correspondentes a cerca de **metade do total de crianças que frequentam este tipo de valência no concelho** (em 8 das 9/10 freguesias, com especial destaque para Oeiras, com 5 unidades) e **6 ATL's, com 274**

utentes (em 4 das 9/10 freguesias), correspondentes a cerca de 18% do total (com referência aos dados do GDM/DAS, 2001).

Deve chamar-se a atenção para o facto de não existir no concelho de Oeiras nenhuma Creche Familiar, ou seja, como se constata no quadro, há uma valência do leque de respostas institucionalizado na Segurança Social que não está implementado em Oeiras. Serão especificidades da realidade concelhia, que dispensa estas soluções mais micro-dimensionadas, ou será um indicador de realidades sem cobertura e carências de intervenção institucionalizada?

A resposta social (e educativa) de acolhimento ao nível da primeira infância (0-3 anos) é desenvolvida, pela Segurança Social, por Amas referenciadas por estes serviços. No concelho de Oeiras identificavam-se, em 2002, neste contexto, **8 Amas**, estabelecidas em 3 freguesias: Algés (2), Carnaxide (4) e Linda-a-Velha (2). Estas Amas acolhiam um total de 28 crianças repartidas da seguinte forma: 8 nas 2 Amas de Algés; 12 em Amas de Carnaxide e 8 em Amas de Linda-a-Velha.

Sobressai que este serviço (institucionalmente enquadrado) é prestado apenas nas 3 freguesias referidas, ou seja, em sete freguesias do concelho (Barcarena, Caxias, Cruz Quebrada/Dafundo, Oeiras, Paço de Arcos, Porto Salvo e Queijas) não é possível recorrer a estes serviços de acolhimento (pelo menos em regime enquadrado pelos serviços de Segurança Social) para crianças dos 0 aos 3 anos.

6.2 N.º de Amas e Crianças colocadas em amas, no concelho de Oeiras, por Freguesia, em 2002				
Freguesias	Amas		Crianças colocadas em amas	
	N.º	%	N.º	%
Algés	2	25,0%	8	28,6%
Barcarena	0	0,0%	0	0,0%
Carnaxide	4	50,0%	12	42,9%
Caxias	0	0,0%	0	0,0%
Cruz Quebrada/Dafundo	0	0,0%	0	0,0%
Linda-a-Velha	2	25,0%	8	28,6%
Oeiras/S. Julião da Barra	0	0,0%	0	0,0%
Paço de Arcos	0	0,0%	0	0,0%
Porto Salvo	0	0,0%	0	0,0%
Queijas	0	0,0%	0	0,0%
Total	8	100,0%	28	100,0%

De referir que, segundo os serviços locais de Segurança Social, foram acompanhadas 128 crianças que foram colocadas em famílias de acolhimento.

Relativamente às respostas para a idade Pré-Escolar (3 aos 5 anos), que estão mais detalhadamente tratadas no Capítulo da Educação, é de notar a **reduzida expressão do sub-sistema Público (Educação) no Pré-Escolar**. Provavelmente a dinâmica das IPSS's e dos seus "ex-jardins de infância" (actualmente Pré-Escolares do sub-sistema da solidariedade) esvaziou a necessidade mais premente de unidades Públicas directamente inseridas no meio escolar. Também deve notar-se que uma percentagem significativa da população que está a educar filhos nessa faixa etária tem preferência por **soluções Privadas** (ou não encontra outra alternativa), dando lugar a um sub-sistema Privado (lucrativo) dentro do universo Pré-Escolar concelhio que abrange 40% dos utilizadores. O certo é que **estão 4.000 crianças com cobertura num total concelhio que andarás entre as 4.500 e as 5.000 crianças-municipes entre os 3 e os 5 anos** (com base no Censo de 2001). Parece estar aqui um eixo de debate e reflexão estratégica/prospectiva que pode ser determinante para o cruzamento e articulação de políticas e de medidas com incidência numa etapa matricial na socialização das novas gerações de municípes.

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO: A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Em 2002 foram acompanhadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras **179 crianças/jovens**. Relativamente às problemáticas dominantes, é de referir a **incidência de negligência**, do **abandono** e do **abandono escolar**. Por outro lado, ainda que não sejam as de maior incidência, as categorias "exposição a modelos de comportamento desviante" e "maus-tratos físicos", surgem com alguma relevância.

6.3 N.º de Processos e Crianças / jovens abrangidos	
	N.º
Processos	179
Crianças / jovens abrangidos	179
Fonte: Relatório de Avaliação de Actividade da C.P.C.J. (2002)	

Estas crianças/jovens distribuem-se por ambos os sexos com **predomínio do sexo masculino** (M = 58% e F = 42%). Como se pode verificar pela leitura do quadro, as faixas etárias com maior incidência de situações de risco situaram-se para o **sexo masculino nos 13-15 anos** (29,8%), seguindo-se os **10-12 anos** (25%) e os **6-9 anos** (20,2%), enquanto para o **sexo feminino** a faixa etária predominante foi a dos **6-9 anos** (28%), seguindo-se a dos **13-15 anos** (25,3%) e a dos **10-12 anos** (14,7%). No cômputo geral, na ordem de incidência pelo nº de casos, a essas 3 faixas etárias referidas, seguem-se as idades dos 0-2 anos (13,4% do total de casos) e dos 3-5 anos (10,6%).

6.4 Crianças e/ou Jovens Acompanhados pela C.P.C.J. em 2002, Segundo o Sexo e a Problemática Dominante, no Concelho de Oeiras						
Problemáticas	M		F		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Abandono	21	17,50%	12	15,38%	33	16,67%
Negligência	58	48,33%	39	50,00%	97	48,99%
Abandono escolar	15	12,50%	9	11,54%	24	12,12%
Maus tratos físicos	5	4,17%	5	6,41%	10	5,05%
Maus tratos psicológicos / abuso emocional	3	2,50%	3	3,85%	6	3,03%
Abuso sexual	0	0,00%	1	1,28%	1	0,51%
Prostituição infantil	0	0,00%	2	2,56%	2	1,01%
Pornografia infantil	1	0,83%	0	0,00%	1	0,51%
Exploração de trabalho infantil	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Exercício abusivo de autoridade	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Mendicidade	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Exposição a modelos de comportamento desviantes	13	10,83%	4	5,13%	17	8,59%
Corrupção de menores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Prática de facto qualificado como crime	1	0,83%	0	0,00%	1	0,51%
Uso de estupefacientes	1	0,83%	2	2,56%	3	1,52%
Ingestão de bebidas alcoólicas	1	0,83%	1	1,28%	2	1,01%
Problemas de saúde	1	0,83%	0	0,00%	1	0,51%
Total	120	1	78	1	198	1

Fonte: Relatório de Avaliação de Actividade da C.P.C.J. (2002)

6.5 Processos Instaurados, Segundo o Sexo e a Idade das Crianças e Jovens Acompanhados pela C.P.C.J. no Concelho de Oeiras (2002)						
	M		F		total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0-2	13	12,50%	11	14,67%	24	13,41%
3-5	9	8,65%	10	13,33%	19	10,61%
6-9	21	20,19%	21	28,00%	42	23,46%
10-12	26	25,00%	11	14,67%	37	20,67%
13-15	31	29,81%	19	25,33%	50	27,93%
16-17	4	3,85%	3	4,00%	7	3,91%
18-20	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	104	100,00%	75	100,00%	179	100,00%

Fonte: Relatório de Avaliação de Actividade da C.P.C.J. (2002)

6.6 Processos Instaurados Segundo o nível de Escolaridade das Crianças e Jovens Acompanhados pela C.P.C.J. no Concelho de Oeiras (2002)		
Nível de Escolaridade	N.º	%
Sem escolaridade	30	16,76%
Pré-escolar	7	3,91%
1.º Ciclo incompleto	52	29,05%
1.º Ciclo completo	0	0,00%
2.º Ciclo incompleto	28	15,64%
2.º Ciclo completo	5	2,79%
3.º Ciclo incompleto	11	6,15%
3.º Ciclo completo	6	3,35%
Ensino Secundário incompleto	7	3,91%
Ensino Secundário completo	0	0,00%
Frequência do Ensino Superior	0	0,00%
Não definido	33	18,44%
Total	179	100,00%

Fonte: Relatório de Avaliação da Actividade das C.P.C.J. em 2002

Observa-se que 29% das crianças/jovens abrangidas pela instauração de processos da CPCJ de Oeiras, se situa nas categorias “1.º ciclo incompleto”, havendo 16,8% “sem escolaridade” e 15,64% com o “2.º ciclo incompleto”, havendo 18,44% dos casos em que não há informação sobre o nível de escolaridade. Estes dados não podem deixar de estar relacionados com os valores encontrados em termos de escalões etários, e ainda com as problemáticas dominantes (abandono, abandono escolar e negligência). Pode considerar-se como nítido que existe uma associação entre os “riscos nos menores” e a carência e deficiência de “capital escolar” (como que excluídos precoces do dispositivo básico e, supostamente, universal que vai produzindo o con-senso-comum).

Verifica-se, também, que 86% (154) das crianças /jovens residem com a **família biológica**, não se registando n.ºs significativos nas outras categorias. Não se obtiveram dados relativos às características das famílias, o que prejudica a leitura diagnóstica.

6.7 Processos instaurados: agregados com quem vivem as crianças/jovens		
Acompanhados pelas C.P.C.J. de Oeiras em 2001		
Tipo de agregado familiar	N.º	%
Família biológica	154	86,03%
Família com outra relação de parentesco	10	5,59%
Família sem qualquer relação de parentesco	5	2,79%
Criança / jovem isolada	0	0,00%
Outros	10	5,59%
Fonte: Relatório de Avaliação da Actividade das C.P.C.J. em 2002		

Analisando o quadro constata-se que, no Concelho de Oeiras, são os **Tribunais** (38,51%), os Estabelecimentos de Ensino (16,77%), as unidades de Saúde (13,66%), as IPSS's (9,94%) e os próprio Pais (6,21%), as entidades responsáveis pelo maior número de sinalização de casos. Destaca-se a “comunicação por

escrito” nas modalidades de contacto para a sinalização à CPCJ (o que decorre do carácter formal das principais entidades sinalizadoras).

6.8 Processos Instaurados, Segundo as entidades sinalizadoras das situações de risco à C.P.C.J. de Oeiras em 2002		
Entidade	N.º	%
Próprios	1	0,62%
Pais	10	6,21%
Familiares	5	3,11%
Vizinhos e particulares	0	0,00%
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	2	1,24%
Ministério Público	0	0,00%
Autoridades Policiais	6	3,73%
Serviços da Segurança social	0	0,00%
Entidades da Saúde	22	13,66%
Entidades do Ensino	27	16,77%
Tribunais	62	38,51%
Instituições de apoio a crianças e jovens	16	9,94%
Instituto de Reinserção Social	2	1,24%
Autarquias	3	1,86%
Comissão Local de Acompanhamento do RSI	0	0,00%
Projectos	3	1,86%
Outros	2	1,24%
Total	161	100,00%

Fonte: Relatório de Avaliação da Actividade das C.P.C.J. em 2002

6.9 Modalidades de contacto na sinalização das situações de risco à C.P.C.J. de Oeiras em 2002		
tipo	N.º	%
Comunicação presencial	23	14,38%
Comunicação por telefone	3	1,88%
Comunicação por escrito	134	83,75%

Fonte: Relatório de Avaliação da Actividade das C.P.C.J. em 2002

6.10 Processos Instaurados, Segundo as Medidas Aplicadas pela C.P.C.J. no Concelho de Oeiras em 2002						
	M		F		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Apoio aos pais	89	70,63%	55	51,40%	144	61,80%
Apoio a outros familiares	3	2,38%	21	19,63%	24	10,30%
Apoio à criança / jovem	32	25,40%	28	26,17%	60	25,75%
Confiança a pessoa idónea	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Colocação sob guarda de pessoa idónea seleccionada para adopção	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Acolhimento familiar	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Acolhimento institucional	2	1,59%	3	2,80%	5	2,15%
Total	126	100,00%	107	100,00%	233	100,00%
Fonte: Relatório de Avaliação da Actividade das C.P.C.J. em 2002						

Relativamente às medidas aplicadas pela C.P.C.J. em Oeiras, há que referir que a maioria consiste em **intervenção de “apoio aos pais”** (70,63% nos casos do sexo masculino e 51,4% nos casos do sexo feminino), seguindo-se o **“apoio à criança/jovem”** (25-26%).

População Idosa – Pensões, Equipamentos e Serviços

O Concelho de Oeiras tem, no Censo de 2001, um universo total de **24.153** munícipes que têm 65 ou mais anos de idade (tendo-se registado um **acréscimo de +52.6%** deste grupo etário na última década), sendo o total de **Pensionistas** em 2002 (Anuário 2002, INE 2003) de **28.074**, dos quais **6.742 são Pensionistas de Sobrevivência**, para além das Pensões por Invalidez (3.477) ou por Velhice (os restantes 17.855) que atingem toda a escala da hierarquia social.

6.11 Distribuição dos pensionistas em 2002					
		Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total
Oeiras	N.º	3477	17855	6742	28074
	%	12,39%	63,60%	24,02%	100,00%
GL	N.º	62328	266309	105336	433973
	%	14,36%	61,37%	24,27%	100,00%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Ascendeu a 131.389.000€ (cerca de 26 milhões de contos) o montante total das Pensões pagas em 2002, o que equivale à média de cerca de 926 contos anuais pagos a cada beneficiário, numa média de cerca de **66 contos mensais** (vezes 14 meses) no cômputo geral e cerca de **37,5 contos mensais para os casos mais precários da Sobrevivência**.

6.12 Distribuição das pensões pagas em 2002					
		Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total

Oeiras	N.º	15125	98547	17717	131389
	%	11,51%	75,00%	13,48%	100,00%
GL	N.º	232352	1292971	253111	1.778.834
	%	13,06%	72,70%	14,23%	100,00%
Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003					

6.13 Distribuição da pensão média mensal paga pela Segurança Social em 2002 (€)			
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Oeiras	310,72	394,24	187,70
GL	266,28	346,80	171,64
Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003			

O Quadro que se segue permite uma analogia com os concelhos do NUT III da Grande Lisboa, em que se insere o concelho de Oeiras. Pode verificar-se a evolução recente dos pensionistas, diferenciados nas suas tipologias, com referência aos dados de 2001/2002, ou seja, do presente século, onde se podem verificar **valores de crescimento mais elevados** por analogia com a Grande Lisboa, com um valor especialmente elevado no que respeita aos Pensionistas de **Sobrevivência** (acima do dobro do NUT), que correspondem ao grupo-alvo ou sub-universo mais em foco na aplicação das políticas sociais no terreno, uma vez que se trata da população idosa mais carenciada e vulnerável.

6.14 Crescimento dos pensionistas entre 2001/2002				
Zona	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Grande Lisboa	1,74	-2,26	2,94	1,22
Amadora	3,07	-4,80	5,52	2,31
Cascais	2,65	-3,79	3,84	2,79
Lisboa	0,43	0,16	0,98	-0,86
Loures	-0,17	-7,09	1,95	-0,20
Odivelas	63,80	50,98	65,19	70,44
Oeiras	2,35	-6,31	3,75	3,56
Sintra	3,34	-3,02	5,10	3,25
Vila Franca de Xira	1,71	-5,38	3,27	2,65
Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003				

Analisando os equipamentos e serviços destinados à população idosa tutelados pela Segurança Social em 2002, verifica-se que, no domínio da solidariedade

social, existiam **14 Centros de Dia** sedeados no Concelho de Oeiras com integração de **795 utentes**, **13 unidades com Serviço de Apoio Domiciliário** abrangendo um total de **476 utilizadores**, **8 Centros de Convívio** com um conjunto de **275 utentes** e **8 Lares** com **204 idosos**, num total de **1.750 idosos abrangidos** pelo conjunto de **43 valências**.

6.15 Equipamentos e Serviços no âmbito da Segurança Social destinados à população Idosa, por Freguesia (2002)												
Freguesia	Tipo de valência											
	Centro de convívio			Centro de dia			Lar de idosos			Serviço de apoio domiciliário		
	N	U	Média	N	U	Média	N	U	Média	N	U	Média
Algés	1	50	50,0	1	80	80,0	1	36	36,0	2	114	0,0
Barcarena	2	50	25,0	1	40	40,0	1	8	8,0	1	50	0,0
Camaxide	0	0	0,0	2	110	55,0	0	0	0,0	1	55	55,0
Caxias	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0	0	0	0,0
Cruz Quebrada/Dafundo	1	50	50,0	1	35	35,0	0	0	0,0	1	20	0,0
Linda-a-Velha	0	0	0,0	2	150	75,0	1	42	42,0	1	30	0,0
Oeiras/S Julião da Barra	1	30	30,0	1	60	60,0	1	60	60,0	1	30	0,0
Paço de Arcos	1	50	50,0	3	180	60,0	1	10	10,0	3	120	0,0
Porto Salvo	1	30	30,0	1	30	30,0	0	0	0,0	1	20	0,0
Queijas	1	15	15,0	2	110	55,0	3	48	16,0	2	37	0,0
Total	8	275	34,4	14	795	56,8	8	204	25,5	13	476	36,6

Fonte: ISSS - Centro Distrital de Oeiras

É de notar que se verifica aqui algum desfasamento entre fontes, uma vez que o INE (Anuário 2002) indica a existência de 21 Lares em 2001, quando a Segurança Social em 2002 regista apenas 8. Os restantes 13 Lares detectados são Privados (desconhecendo-se o n.º de utentes abrangidos?) Essa discrepância alarga-se, em menor escala, aos Centros de Dia (14 contra 11) e ao Apoio Domiciliário (13 contra 11), não se verificando dupla fonte em relação aos Centros de Convívio, que são respostas com menor grau de institucionalização.

As valências predominantes ao nível concelhio em 2002 eram, sem dúvida, os Centros de Dia (14) e o Apoio Domiciliário (13), abrangendo, em conjunto, 72.6% dos utentes. Seguidamente, 15.7% frequentavam Centros de Convívio (8), uma valência mais flexível, enquanto os restantes 11.7% dos utentes se encontravam abrangidos pelos Lares não lucrativos (8).

Nas **43 valências** tuteladas pela segurança social e destinadas à população idosa e à semelhança com o que se observou com os equipamentos para a infância, também se regista uma **irregular distribuição por freguesias**, que nem se relaciona directamente com o peso populacional e, conseqüentemente, com o peso do escalão etário dos idosos em cada uma delas. As freguesias de Queijas e de Paço de Arcos são aquelas que concentram um maior número de equipamentos (16, que representam acima de 1/3 do total de equipamentos do Concelho), apesar de serem 2 freguesias com peso populacional relativamente baixo no quadro do concelho e das suas actuais 10 freguesias (23.573 em 162.128 munícipes, ou seja 14.5% do total concelhio). Por exemplo, a freguesia de Carnaxide, que é a terceira mais populosa (com 21.354 habitantes) dispõem apenas de 3 equipamentos, correspondentes a 14% do total de equipamentos. Também para este grupo-alvo da intervenção social de solidariedade, não é possível equacionar a situação na recente freguesia de Caxias, a partir dos dados disponíveis, uma vez que os seus recursos ainda não se encontravam desagregados da freguesia de Paço de Arcos.

Numa perspectiva de agregação mais geográfica, prolongando a lógica das 5 freguesias mais litorais (as da “Linha”) e das 5 freguesias mais interiores (as do eixo “A5”), que dividem entre si a população aproximadamente em metade, verificamos que temos 20 unidades com respostas sociais para idosos nas freguesias litorais (supostamente mais desenvolvidas e privilegiadas) e 23 unidades nas 5 freguesias mais interiores, o que **demonstra um tendencial equilíbrio**. Na zona litoral há 6 Centros de Dia e 7 unidades de Apoio Domiciliário, que são as valências para idosos com vocação mais universalista, registando-se também nessa zona 3 Lares (onde estão metade dos utentes nessa valência no concelho) e 4 Centros de Convívio. Na zona mais interior há 8 Centros de Dia e 6 unidades de Apoio Domiciliário, para além de 5 Lares e 4 Centros de Convívio.

No sub-sistema **Privado** foram referenciadas **25 valências de Lar**, com **554 utentes**, correspondentes a cerca de **70% do total de utilizadores que estão inseridos neste tipo de valência no concelho** (em 5 das 9/10 freguesias, com especial destaque para Queijas, com 5 unidades), **5 valências de Centro de Dia**, com **34 utentes** (em 5 das 9/10 freguesias), correspondentes a cerca de 3% do total de utilizadores deste tipo de valência no concelho, **2 valências de Serviço de Apoio Domiciliário, com 10 utentes** (em 2 das 9/10 freguesias), correspondentes a cerca de 2% do total (com referência aos dados do GDM/DAS, 2001).

Intervenção em situações muito vulneráveis

Linha de emergência

Em 2002, a linha de emergência social 144, serviço que tem como função prestar auxílio a cidadãos em situação de risco/exclusão social a nível nacional através do estabelecimento de parcerias entre os serviços públicos de segurança social e organizações não governamentais/instituições particulares de solidariedade social, sinalizou um total de 51 situações. Como se pode constatar pelo quadro seguinte são três as freguesias que apresentam um maior número de situações de recurso a este serviço, a saber: Algés com 13 casos registados (25,5%), Oeiras com 10 (19,6%) e Porto Salvo com 9 situações identificadas (17,7%).

6.16 N.º de situações sinalizadas pelo 144, no Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2002		
Freguesias	Situações sinalizadas pelo 144	
	N.º	%
Algés	13	25,5%
Barcarena	4	7,8%
Camaxide	7	13,7%
Caxias	0	0,0%
Cruz Quebrada/Dafundo	4	7,8%
Linda-a-Velha	0	0,0%
Oeiras/S. Julião da Barra	10	19,6%
Paço de Arcos	3	5,9%
Porto Salvo	9	17,7%
Queijas	1	2,0%
Total	51	100,0%

Fonte: ISSS – Centro Distrital/Oeiras, 2003

Então, em 3 das 10 freguesias do concelho observaram-se 32 situações em que existiu a necessidade de recorrer ao serviço da linha de emergência social, o que traduz um peso relativo aproximado de 63%. As restantes freguesias do concelho registaram 19 situações de recurso à emergência social, o que representa um peso relativo de 37%. De entre este último grupo de freguesias deve destacar-se Carnaxide que regista 7 situações sinalizadas pela linha 144.

Note-se que a análise destes dados, relativamente “abstractos”, não revela em que situações/circunstâncias os cidadãos recorrem a este tipo de serviço. Seria útil promover um conhecimento tipológico das situações e quais os respectivos encaminhamentos e para que tipo de respostas ou soluções.

Atendimentos de acção social

Durante o ano de 2002 foram realizados pelos serviços locais de segurança social 1779 atendimentos no âmbito da acção social. Estes 1779 atendimentos resultaram em 1060 processos com intervenção do serviço local.

6.17 N.º de atendimentos de acção social e processos com intervenção, no concelho de Oeiras, por freguesia, em 2002				
Freguesias	N.º de atendimentos de acção social (2002)		N.º de processos com intervenção (2002)	
	N.º	%	N.º	%
Algés	234	13,2%	126	11,9%
Barcarena	118	6,6%	91	8,6%
Carnaxide	219	12,3%	86	8,1%
Caxias	43	2,4%	67	6,3%
Cruz Quebrada/Dafundo	110	6,9%	47	4,4%
Linda-a-Velha	157	8,8%	61	5,8%
Oeiras/S. Julião da Barra	279	15,7%	243	22,9%
Paço de Arcos	283	15,9%	104	9,8%
Porto Salvo	247	13,9%	208	19,6%
Queijas	89	5,0%	27	2,6%
Total	1779	100,0%	1060	100,0%
Fonte: ISSS – Centro Distrital / Oeiras, 2003				

Ao nível da freguesia observa-se que é nas freguesias de Paço de Arcos (283), Oeiras (279), Porto Salvo (247), Algés (234) e Carnaxide (219) que se concentram grande parte dos atendimentos de acção social, representando, este grupo de 5 freguesias perto de 71% do total de atendimentos.

A tradução destes atendimentos em processos de intervenção promovidos pelos serviços locais, emerge com maior intensidade em duas freguesias: Oeiras, com 243 processos de intervenção (23%) e Porto Salvo com 208 processos (20%).

Apoios económicos a famílias

A acção social do serviço local do concelho de Oeiras concedeu, durante o ano de 2002, apoios económicos a 470 famílias residentes em freguesias do concelho. No plano da freguesia regista-se que são famílias residentes em Paço de Arcos (119) que mais recorrem e beneficiam a este tipo de apoio, quer ele seja, ou não, eventual. Os apoios prestados a famílias residentes nesta freguesia representam mais de 25% do total de apoios concedidos durante o período em análise. Numa “segunda linha” encontramos, a receberem apoios económicos, famílias residentes nas freguesias de Porto Salvo (75), Oeiras (72) e Algés (64).

Neste conjunto de quatro freguesias é possível identificar um total de 330 famílias com necessidade de recorrer ao apoio económico dos serviços locais de segurança social, representando 70% do total de apoio económicos concedidos no concelho de Oeiras.

6.18 N.º de famílias com apoio económico de acção social, no Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2002		
Freguesias	Famílias com apoio económico de acção social	
	N.º	%
Algés	64	13,6%
Barcarena	48	10,2%
Carnaxide	35	7,4%
Caxias	0	0,0%
Cruz Quebrada/Dafundo	19	4,0%
Linda-a-Velha	32	6,8%
Oeiras/S. Julião da Barra	72	15,3%
Paço de Arcos	119	25,3%
Porto Salvo	75	16,0%
Queijas	6	1,3%
Total	470	100,0%
Fonte: ISSS – Centro Distrital / Oeiras, 2003		

Pode-se verificar que são identificadas 7 tipologias de apoio económico ao nível da acção social: carência económica de indivíduos e/ou famílias, angariação de apoio domiciliário, problemas ligados à toxicodependência, apoio à integração em lares lucrativos, ajudas técnicas, apoios em emergência social e apoio a indivíduos portadores de HIV e suas famílias.

Pelo quadro seguinte, segundo informação dos serviços de Segurança Social de Oeiras, observa-se que o apoio económico no contexto da acção social é predominantemente prestado em duas tipologias: a carência económica (282) que representa 60% do total de apoios concedidos e o apoio à integração de idosos em lares lucrativos (84). Os restantes apoios são contabilizados da seguinte forma: para problemáticas relacionadas com a toxicodependência foram concedidos 39 apoios económicos, em ajudas técnicas 36, situações relacionadas com HIV 13, para angariação de serviços de apoio domiciliário 9 apoios económicos e para situações de emergência social 7 apoios.

6.19 N.º de famílias com apoio económico de acção social por rubrica orçamental, no Concelho de Oeiras, por freguesia, em 2002
--

Freguesias	Carência		Apoio domiciliário		Toxicodependência		Lares lucrativos		Ajudas técnicas		Emergência social		HIV		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Algés	30	10,6%	2	22,2%	3	7,7%	24	28,6%	0	0,00%	4	57,1%	1	7,7%	
Barcarena	23	8,2%	0	0,00%	6	15,4%	4	4,8%	11	30,6%	0	0,0%	4	30,8%	
Camaxide	15	5,3%	2	22,2%	1	2,6%	12	14,3%	3	8,3%	0	0,0%	2	15,4%	
Caxias	0	0,0%	0	0,00%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	
Cruz Quebrada	2	0,7%	2	22,2%	2	5,1%	11	13,1%	2	5,6%	0	0,0%	0	0,0%	
Linda-a-Velha	18	6,4%	0	0,0%	5	12,8%	4	4,8%	4	11,1%	0	0,0%	1	7,7%	
Oeiras	53	18,8%	0	0,0%	7	18,0%	2	2,4%	7	19,4%	1	14,3%	2	15,4%	
Paço de Arcos	83	29,4%	3	33,3%	12	30,8%	19	22,6%	1	2,8%	0	0,0%	1	7,7%	
Porto Salvo	55	19,5%	0	0,00%	3	7,7%	6	7,1%	8	22,2%	1	14,3%	2	15,4%	
Queijas	3	1,1%	0	0,00%	0	0,0%	2	2,4%	0	0,0%	1	14,3%	0	0,0%	
Total	N.º	282	100%	9	100%	39	100%	84	100%	36	100%	7	100%	13	100%
	%	60,0%		1,9%		8,3%		17,9%		7,7%		1,5%		2,8%	

Fonte: ISSS – Centro Distrital / Oeiras, 2003

Na desagregação por freguesias, torna-se perceptível que os apoios relativos a situações de **carência económica** revelam uma concentração (perto de 69% dos apoios concedidos nesta rubrica) em três freguesias: Paço de Arcos (83), Porto Salvo (55) e Oeiras (53). São, também, de destacar as situações identificadas nas freguesias de Algés (30), Barcarena (23), Linda-a-Velha (18) e Carnaxide (15). Os apoios para angariação de serviços de **apoio domiciliário** foram contabilizados num total de 9 durante o ano de 2002 e são referenciados em 4 das 10 freguesias do concelho, e com pesos relativos equilibrados: Algés (2), Carnaxide (2), Cruz Quebrada (2) e Paço de Arcos (3). No caso de problemáticas relacionadas com situações de **toxicodependência** devem-se destacar os 12 apoios económicos concedidos na freguesia de Paço de Arcos, que representam 31% dos apoios concedidos nesta rubrica e, também, os concedidos na freguesia de Oeiras (7), Barcarena (6) e Linda-a-Velha (5). Quanto à rubrica que prevê apoios para integração em **lares lucrativos** destaca-se a freguesia de Algés com 24 apoios concedidos e Paço de Arcos com 19. Carnaxide (12) e Cruz Quebrada (11) completam o quadro das freguesias em que predominam os apoios neste domínio. Dos 36 apoios concedidos no âmbito das **ajudas técnicas**, 26 são subdivididos por 3 freguesias: Barcarena (11), Porto Salvo (8) e Oeiras (7). Na freguesia de Algés (4) foram concedidos mais de 50% dos apoios prestados no contexto da emergência social. As restantes freguesias onde se tornou necessário accionar estes apoios

foram Oeiras, Porto Salvo e Queijas (um apoio em cada uma desta freguesias). Os apoios económicos, atribuídos no âmbito da acção social, para problemáticas relacionadas com o “HIV” contabilizaram-se, em 2002, num total de 13 e foram concedidos em Barcarena (4), Carnaxide, Oeiras e Porto Salvo, com 2 apoios cada e Algés, Linda-a-Velha e Paço de Arcos, com um apoio em cada.

Em resumo pode-se observar que em Algés, Barcarena, Carnaxide, Oeiras, Paço de Arcos e Porto Salvo predominaram os apoios concedidos na rubrica de carência económica. Na freguesia de Cruz Quebrada predominaram os apoios para lares lucrativos, o que também assume alguma expressão em Algés e Carnaxide. Em Paço de Arcos, tal como em Porto Salvo, assumem relevo, para além dos referenciados atrás, os apoios na rubrica toxicod dependência e na rubrica lares lucrativos.

Rendimento Mínimo Garantido (RMG) / Rendimento Social de Inserção (RSI)

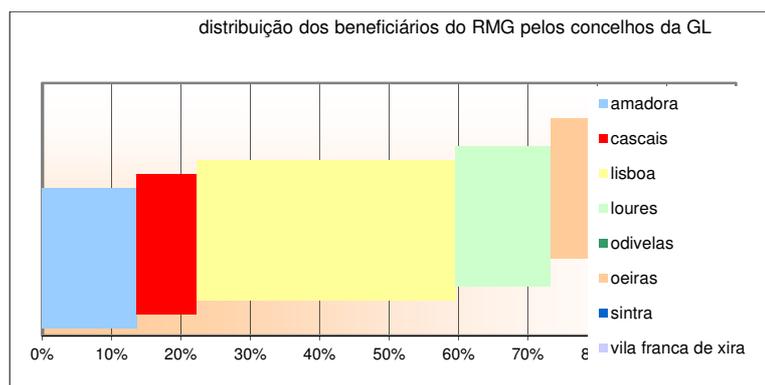


Gráfico 6.1 fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003.

Em 2002 o concelho de Oeiras contava com a existência de **4.479 pessoas abrangidas pelas prestações do RMG/RSI**, com características de distribuição muito idênticas às do NUT GL e dos outros concelhos que o integram, ou seja, **mais mulheres** (titulares) do que homens, à volta de **metade com menos de 24 anos** e nos restantes grupos etários, uma ligeira prevalência do escalão 25-39 anos e pesos muito aproximados nos escalões dos 40-54 e dos 55+ anos.

6.20 Beneficiários do RMG/RSI, segundo o sexo e a idade, em 2002							
Região / concelho	Sexo		Total	Idade			
	H	M		-24 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e + anos
Grande Lisboa	29889	35312	65201	33748	12535	9528	9390

Amadora	3898	4982	8880	5052	1541	1143	1144
Cascais	2628	2976	5604	2754	1048	837	965
Lisboa	11473	12874	24347	12147	5000	3883	3317
Loures	4159	4805	8964	4558	1765	1228	1413
Odivelas	0	0	0	0	0	0	0
Oeiras	2016	2463	4479	2418	730	698	633
Sintra	4270	5477	9747	5231	1875	1296	1345
Vila Franca de Xira	1445	1735	3180	1588	576	443	573

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

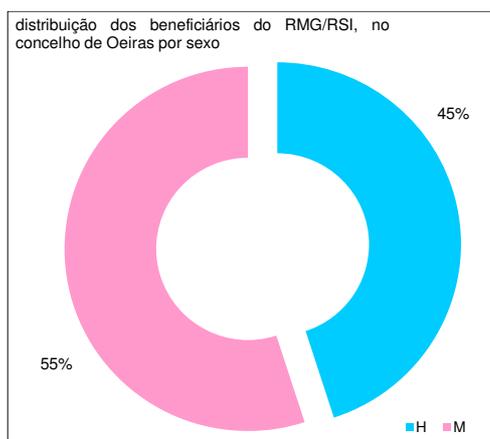


Gráfico 6.2 Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

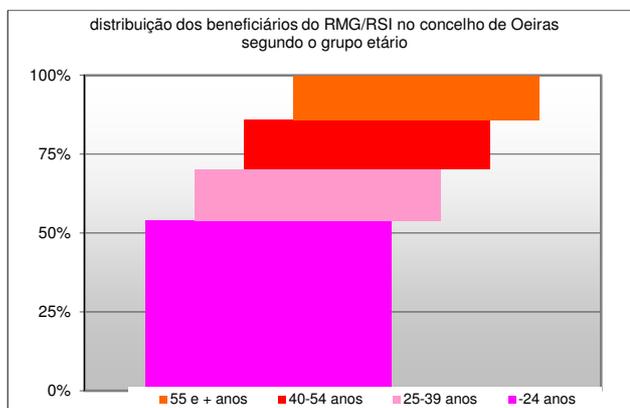


Gráfico 6.3 Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Relativamente à distribuição por tipos de família, verificamos também uma correspondência geral entre Oeiras e a GL, ou seja, uma **prevalência de famílias mono parentais femininas**, a que se seguem as **famílias nucleares com filhos** e havendo nos isolados em Oeiras uma prevalência das mulheres.

6.21 Distribuição dos beneficiários do RMG segundo o tipo de família em 2002									
Total	Nuclear s/ filhos	Nuclear c/ filhos	Alargada	Mono parental masculino	Mono parental feminino	Indivíduos isolados (H)	Indivíduos isolados (M)	Outras	

Grande Lisboa	65201	4372	23167	2947	1461	24526	3773	3757	1198
	100,00%	6,71%	35,53%	4,52%	2,24%	37,62%	5,79%	5,76%	1,84%
Oeiras	4479	265	1529	167	95	1846	177	236	164
	100,00%	5,92%	34,14%	3,73%	2,12%	41,21%	3,95%	5,27%	3,66%
Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003									

No que respeita aos valores das prestações encontramos em Oeiras uma maior incidência no primeiro escalão, ou seja, **38,5% (acima de 1/3) recebe prestações até aos 50€**, enquanto na GL a maior incidência é no escalão dos 100 aos 200€. Nos escalões mais elevados, o concelho de Oeiras tem sempre pesos relativos mais baixos do que os que se registam como médias da GL.

6.22 Distribuição dos beneficiários do RMG segundo o valor da prestação em 2002 (€)								
		Total	0-50€	50-100€	100-200€	200-300€	300-400€	400€ e mais
Grande Lisboa	N.º	65201	15286	7538	18201	12473	6522	5181
	%	100,00%	23,44%	11,56%	27,92%	19,13%	10,00%	7,95%
Oeiras	N.º	4479	1724	455	968	733	326	273
	%	100,00%	38,49%	10,16%	21,61%	16,37%	7,28%	6,10%
Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003								

Na distribuição segundo a duração da prestação (sempre com referência a 2002), também se encontram correspondências entre Oeiras e a GL, ou seja, **prevalência dos beneficiários que se encontram no programa ao longo de um período que varia entre os 3 e os 5 anos (37-60 meses)**, seguindo-se os que estão no programa ao longo de um período entre os 2 e os 3 anos. Os que, em 2002, estavam **há mais de 5 anos, eram 641** (na ordem dos 15% do total).

6.23 Distribuição dos beneficiários do RMG segundo a duração da prestação em 2002						
		Total	0-12 m	13-36 m	37-60 m	60 e mais meses
Grande Lisboa	N.º	65201	8870	21792	24026	10513
	%	100,00%	13,60%	33,42%	36,85%	16,12%
Oeiras	N.º	4479	424	1515	1899	641
	%	100,00%	9,47%	33,82%	42,40%	14,31%
Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003						

Quando verificamos a distribuição dos beneficiários pelos escalões de rendimento mensal, constatamos também as equivalências nos pesos relativos entre Oeiras e a GL, com prevalências dos dois escalões das extremidades da escala, ou seja, em primeiro lugar os beneficiários com **rendimentos até aos 50€ (cerca de 1/3)**, seguidos pelos beneficiários com rendimentos acima dos 400€.

6.24 Distribuição dos beneficiários do RMG segundo o escalão de rendimento mensal em 2002 (€)								
		Total	0-50€	50-100€	100-200€	200-300€	300-400€	400€ e mais
Grande Lisboa	N.º	65201	18061	3431	11869	10348	9517	11975
	%	100,00%	27,70%	5,26%	18,20%	15,87%	14,60%	18,37%
Oeiras	N.º	4479	1404	110	640	545	738	1042
	%	100,00%	31,35%	2,46%	14,29%	12,17%	16,48%	23,26%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2003

Convém verificar o movimento recente nas dinâmicas do RMG/RSI, até por que os dados disponíveis permitem algumas desagregações ao nível das freguesias. Pode-se verificar que, no ano de 2002, foram apresentados 430 requerimentos no concelho de Oeiras, tendo sido **deferidos 265 processos (61,63%)**. Relativamente aos casos deferidos, 94 (35,5%, ou seja, cerca de 1/3) são de munícipes residentes na zona das freguesias mais litorais, registando-se **2/3 dos casos (171) na zona das freguesias mais interiores**, com **especial incidência na freguesia de Carnaxide** (com 75 casos deferidos, o maior número de entre as 10 freguesias).

6.25 Requerimentos de R.MG/RSI por freguesia do Concelho de Oeiras em 2002					
Freguesias	Deferidos	Indeferidos	Total	Deferidos	Indeferidos
	(N.º)			(%)	
Algés	19	20	39	48,72%	51,28%
Barcarena	16	11	27	59,26%	40,74%
Carnaxide	75	21	96	78,13%	21,88%
Caxias	24	18	42	57,14%	42,86%
Cruz Quebrada/Dafundo	12	2	14	85,71%	14,29%
Linda-a-Velha	22	14	36	61,11%	38,89%
Oeiras/S. Julião da Barra	29	24	53	54,72%	45,28%
Paço de Arcos	10	14	24	41,67%	58,33%
Porto Salvo	42	38	80	52,50%	47,50%
Queijas	16	3	19	84,21%	15,79%
Total	265	165	430	61,63%	38,37%

Fonte: ISSS – Centro Distrital / Oeiras

6.26 Distribuição dos requerimentos de R.M.G./RSI por freguesias do Concelho de Oeiras em 2002	
Freguesias	%
Algés	9,07%
Barcarena	6,28%
Carnaxide	22,33%
Caxias	9,77%
Cruz Quebrada/Dafundo	3,26%
Linda-a-Velha	8,37%
Oeiras/S. Julião da Barra	12,33%
Paço de Arcos	5,58%
Porto Salvo	18,60%
Queijas	4,42%
Total	100,00%
Fonte: ISSS – Centro Distrital / Oeiras	

Se atentarmos na distribuição de requerimentos por freguesias, **destacam-se 2 freguesias de interior**, a já referida **Carnaxide** (que registou 22,33% dos requerimentos e tem 13,17% da população total concelhia) e **Porto Salvo** (que registou 18,6% dos requerimentos, tendo 8,46% do total da população concelhia), o que contrasta, por exemplo, com a freguesia sede do concelho (que tem 21,5% do total da população concelhia e registou apenas 12,33% dos requerimentos). O que distingue essas duas freguesias de maior incidência é que Carnaxide teve 78,13% dos seus requerimentos deferidos, enquanto Porto Salvo teve apenas cerca de metade dos seus requerimentos deferidos. É de ter presente que, no total do concelho, se registaram **38,37% de indeferimentos**, sendo **excepções** as freguesias de Cruz Quebrada/Dafundo, Queijas e Carnaxide (com indeferimentos na ordem dos 14 – 22%, ou seja, metade da tendência nas restantes freguesias).

6.27 N.º de Processos de R.M.G. entrados na Comissão Local de Acompanhamento do Concelho de Oeiras para Informação Social, por freguesia, em 2002		
Freguesias	N.º	%
Algés	34	9,04%
Barcarena	26	6,91%
Carnaxide	79	21,01%
Caxias	16	4,26%
Cruz Quebrada/Dafundo	14	3,72%
Linda-a-Velha	33	8,78%

Oeiras/S. Julião da Barra	38	10,11%
Paço de Arcos	37	9,84%
Porto Salvo	80	21,28%
Queijas	19	5,05%
Total	376	100,00%
Fonte: ISSS – Centro Distrital / Oeiras		

6. 28 N.º de acordos de inserção de R.M.G/RSI assinados por Freguesias do Concelho de Oeiras em 2002		
Freguesias	N.º	%
Algés	40	13,70%
Barcarena	10	3,42%
Carnaxide	55	18,84%
Caxias	34	11,64%
Cruz Quebrada/Dafundo	8	2,74%
Linda-a-Velha	36	12,33%
Oeiras/S. Julião da Barra	41	14,04%
Paço de Arcos	15	5,14%
Porto Salvo	51	17,47%
Queijas	2	0,68%
Total	292	100,00%
Fonte: ISSS – Centro Distrital/Oeiras		

No ano de **2002 foram assinados 292 acordos** de inserção, mantendo-se o destaque para as freguesias de Carnaxide e Porto Salvo, seguidas por Oeiras, Algés, Linda-a-Velha e Caxias.

6.29 N.º de Processos de RMG/RSI em acompanhamento por Freguesias do Concelho de Oeiras em 2002		
Freguesias	N.º	%
Algés	45	4,74%
Barcarena	76	8,00%
Carnaxide	172	18,11%
Caxias	73	7,68%
Cruz Quebrada/Dafundo	20	2,11%
Linda-a-Velha	59	6,21%
Oeiras/S. Julião da Barra	152	16,00%
Paço de Arcos	100	10,53%
Porto Salvo	218	22,95%
Queijas	35	3,68%
Total	950	100,00%
Fonte: ISSS – Centro Distrital / Oeiras		

Com base nos dados do ISSS – Centro Distrital de Lisboa/Serviços Locais de Oeiras, verifica-se que havia **950 processos em acompanhamento em 2002**. A freguesia de **Porto Salvo é aquela em que se regista o maior nº de processos em acompanhamento** (218, que equivalem a 23% do total, numa freguesia que tem 8,43% da população concelhia total), seguindo-se as freguesias de **Carnaxide**, de **Oeiras/S. Julião da Barra** e de **Paço de Arcos** (as que estão entre 10% e 18% do total de processos em curso).

6.30 N.º de acordos de inserção de R.M.G./RSI activos por Freguesias do Concelho de Oeiras em Abril de 2003		
Freguesias	N.º	%
Algés	25	8,42%
Barcarena	35	11,78%
Carnaxide	35	11,78%
Caxias	31	10,44%
Cruz Quebrada/Dafundo	0	0,00%
Linda-a-Velha	18	6,06%
Oeiras/S. Julião da Barra	36	12,12%
Paço de Arcos	9	3,03%
Porto Salvo	108	36,36%
Queijas	0	0,00%
Total	297	100,00%
Fonte: ISSS – Centro Distrital / Oeiras		

Se conjugarmos os 2 últimos quadros verificamos que **apenas perto de 1/3 dos 950 processos em acompanhamento estavam com acordos de inserção activos em Abril do corrente ano de 2003**, o que se traduz em **297**, continuando a destacar-se a freguesia de **Porto Salvo** (36,36% do total de acordos activos), seguindo-se as freguesias de Oeiras, Caxias, Barcarena e Carnaxide (todas estas entre os 12 e os 14% do total de acordos activos).

Outras respostas e linhas de intervenção

Para além das respostas convencionais promovidas institucionalmente de forma contínua e estruturada, que têm vindo a ser descritas, desenvolvem-se outros programas e dispositivos, de carácter mais transversal e que também contribuem para o desenvolvimento de políticas sociais activas num

concelho urbanita, metropolitano e complexo, como é Oeiras. Foi disponibilizada informação que se refere essencialmente aos principais níveis de intervenção estratégica da Acção Social autárquica, de onde se destacam, para além dos apoios às IPSS's e a outras Organizações de natureza associativa ou humanitária, a Promoção de Hábitos de Vida e Comportamentos Saudáveis, a Intervenção na área da Infância, Iniciativas dirigidas à População Idosa, Iniciativas e Projectos de Formação e Empregabilidade, Projectos na área da Prevenção das Toxicodependências, Programas de Promoção da Inclusão Social e Cívica e Igualdade de Oportunidades e Programas e Acções de Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiência, todos estes níveis com diversas modalidades. Ainda no plano das iniciativas autárquicas, e sempre em estratégias de rede e parcerias, deve destacar-se o Programa “Oeiras Solidária”, que procura mobilizar as empresas do concelho, através de um “Clube de Investidores em Responsabilidade Social” e mantém uma “Bolsa de Projectos”, com materializações recentes como é o caso, por exemplo, da aquisição de uma carrinha para a Associação de Surdos da Linha; a Rede de Centros de Apoio aos Jovens, que se encontra em fase de alargamento, nomeadamente através de parcerias com equipas ou organizações que actuam em Bairros Municipais.

Constituindo as autarquias (Câmara e Juntas de Freguesia) entidades determinantes para as políticas sociais locais e territorializadas, não se deve esquecer que **a maior fatia da acção social e da solidariedade activa sempre foi, e continua a ser, da responsabilidade e iniciativa das IPSS's**, a que se devem acrescentar as iniciativas de carácter Voluntário e as diversas respostas, pontuais ou sistemáticas, por parte quer das Paróquias, quer das Juntas de Freguesia, quer de organizações humanitárias de solidariedade social, como sejam, por exemplo, o Banco Alimentar contra a Fome ou a AMI, num universo difuso e abrangente que ainda não está suficientemente inventariado nem caracterizado nas suas modalidades e resultados.

Sub-universo da população mais vulnerável

Cruzando indicadores é possível configurar os contornos do **sub-universo da população mais vulnerável** no concelho de Oeiras, cujo núcleo duro (os directamente afectados e os seus envolventes e interdependentes) andarà na ordem dos **30.000 munícipes** (o que representa cerca de **20% dos munícipes**).

Os **desempregados** beneficiários de prestações de desemprego registados em 2002 eram **4.785**, dos quais, **2.505 eram mulheres** (representando 52,3% do total).

Em 2002, havia no concelho **4.479 beneficiários** na medida **do RMG/RSI**, dos quais, **950 com acompanhamento técnico**.

O total de **Pensionistas** era em 2002 de **28.074**, sendo **6.742 os Pensionistas de Sobrevivência**.

No conjunto de indicadores e de dados da Acção Social, consegue-se identificar um universo restrito de cerca de **5.500 utentes ou utilizadores-beneficiários dos 88 equipamentos de solidariedade social e dos principais programas intervenção institucional no terreno**, por ordem de importância (em números redondos e sabendo-se que são parcelas de alguns destes totais que se podem considerar provenientes de contextos especialmente vulneráveis):

- 1.822 utilizadores nos 45 equipamentos e valências para a infância (excluídos os pré-escolares/“jardins de infância”);
- 28 crianças em amas;
- 1.750 utilizadores nos 43 equipamentos e valências para idosos;
- 223 utilizadores nas 7 valências para deficientes;
- 179 menores em risco em acompanhamento pela CPCJ;
- 1.179 atendimentos de acção social, com resultados em 1.060 processos;
- 470 famílias com apoios económicos da acção social;

- a que se devem acrescentar pessoas e famílias carenciadas que são voluntariamente apoiadas por diversas respostas atípicas de carácter assistencialista (Banco Alimentar contra a Fome, Conferências Vicentinas, AMI, etc.).

Se somarmos estas diversas parcelas, atrás referidas, obtemos os **contornos da mancha mais vulnerável** dentro do concelho: **4.785 desempregados inscritos**, mais **4.479 beneficiários RMG/RSI**, mais **6.742 pensionistas de sobrevivência**, mais cerca de **5.500 utilizadores das valências e dos programas de solidariedade social**, totalizando aproximadamente **20.000 munícipes vulneráveis** (sem incluir os “assistidos” por respostas atípicas, ainda insuficientemente objectivadas). É conhecido o **carácter cumulativo da «destituição»** e é provável que existam sobreposições em diversas destas (e de outras) categorias associadas aos processos de desqualificação social, o que aconselha o arredondamento para a **ordem dos 30.000**. Evidentemente que em torno destes 30.000 haverá **outro círculo com outros tantos em situações de relativa precariedade** (o que, no conjunto, atingirá cerca de um terço da população, que vive em condições mais carenciadas).

Embora não se contabilizem aqui dados respeitantes a uma franja muito vulnerável da população, não poderemos deixar de ter em conta a população “Sem-Abrigo”, dado que apesar de não estar actualizado o levantamento efectuado em 1998, se trata de um grupo populacional que congrega em si problemáticas de grande complexidade, adensando-se cada situação individual com factores de ordem relacional, familiar, psicológica, afectiva e económica.

Acontece que as situações de depressão, pobreza e exclusão se tornam **mais flagrantes** numa realidade tendencialmente próspera, qualificada e que reivindica uma ambiência social equilibrada, como é o caso do concelho de Oeiras. É suposto que este “jogo de espelhos” potencie a intervenção social e política no sentido das correcções necessárias e de um ordenamento geral qualificado (dentro do padrão exigente europeu que este combinado de indicadores justifica).

Segundo os dados do inventário municipal de equipamentos (fonte: INE, Inventário Municipal de 1998), no domínio da justiça e da segurança (serviços e equipamentos públicos) existiam no concelho de Oeiras tribunal, postos policiais e corporação de bombeiros.

Em Oeiras existe apenas um **tribunal**, existia apenas em 1 das 10 freguesias, pelo que cobria directamente 32.721 (22% da população total do concelho). A presença do serviço de **forças policiais** era observada em 6 das 10 freguesias do concelho, o que representava uma cobertura directa de 64% da população total do concelho, ou seja, 96.873 oeirenses. No que diz respeito a **corporações de bombeiros**, o inventário municipal regista a presença directa em 7 freguesias, o que se traduz numa cobertura directa de 77% (116.906) da população total.

Os dados fornecidos pelo GDM indicam que o concelho de Oeiras registava, em 2000, a presença de 7 postos policiais (unidades territoriais de segurança), as quais se subdividiam entre 4 esquadras da PSP, com intervenção predominante em contexto urbano; e, 3 esquadras da GNR, cuja intervenção é essencialmente em contexto rural. A PSP regista a presença através dos postos policiais de Oeiras (80.^a esquadra), Miraflores (81.^a esquadra), Carnaxide (83.^a esquadra) e Caxias (84.^a esquadra); e, a GNR, serviço enquadrado na área de actuação da Brigada Territorial 2/Grupo Territorial de Sintra/Destacamento Territorial de Oeiras, através dos postos territoriais de Porto Salvo, Queijas e Barcarena (este destacamento serve também o concelho de Cascais com os postos territoriais de Abóboda/Trajouce e Alcabideche).

Criminalidade registada pelas autoridades PSP e GNR no concelho de Oeiras em 2000.

No ano de 2000 foram registados pelas duas forças policiais que actuam no concelho de Oeiras 3834 actos criminosos. Destes, 2972 (77,5%) foram registados pela PSP e 862 (22,5%) pela GNR. O que significa que, no concelho a criminalidade ocorre maioritariamente, o que decorre das características próprias do território, em meio urbano.

7.1 N.º de crimes ocorridos no concelho de Oeiras, em 2000, segundo a força policial		
Força Policial	N.º	%
PSP	2972	77,5%
GNR	862	22,5%
Total	3834	100,0%

Fonte: GDM/CMO, 2001

No que respeita à frequência temporal de ocorrência dos crimes detectados por estas duas forças policiais regista-se uma distribuição uniforme ao longo dos 12 meses do ano. Com valores relativos mensais a situarem-se entre os 7 e os 10% ao longo do ano, o mês que regista o maior número de ocorrências é Janeiro, enquanto que Abril e Novembro são os meses que apresentam os valores mais baixos.

7.2 N.º de crimes ocorridos no concelho de Oeiras, em 2000, segundo o mês, a força policial e a zona de intervenção														
Força Policial	Zona de Intervenção	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
PSP 80. ^a	Oeiras	92	46	91	66	78	81	67	68	67	83	69	93	901
PSP 81. ^a	Miraflores	66	94	91	80	88	91	93	60	73	68	57	51	912
PSP 83. ^a	Camaxide	83	69	83	52	80	63	57	84	71	80	59	58	839
PSP 84. ^a	Caxias	35	41	23	16	17	21	33	20	23	30	26	35	320
GNR	Zonas rurais	108	89	72	59	76	64	67	64	60	69	62	72	862
Total	N.º	384	339	360	273	339	320	317	296	294	330	273	309	3834
	%	10,0%	8,8%	9,4%	7,1%	8,8%	8,3%	8,3%	7,7%	7,7%	8,6%	7,1%	8,1%	100,0%

Fonte: GDM/CMO, 2001

Uma análise (simples) desagregando o número de ocorrências registadas pelas diferentes unidades territoriais da PSP, releva a maior incidência, pela observação de um maior número de registos efectuados em 2000, nas zonas de Miraflores, com 912 ocorrências (31%), e Oeiras, com 901 ocorrências (30%). Caxias é a zona que apresenta o menor número de ocorrências (320), representando 10% da criminalidade ocorrida em áreas urbanas do concelho.

7.3 N.º de crimes ocorridos no concelho de Oeiras em 2000, registados pela PSP, segundo a zona de intervenção		
Zona	N.º	%
Oeiras	901	30,3%
Miraflores	912	30,7%
Carnaxide	839	28,2%
Caxias	320	10,8%
Total	2972	100,0%
Fonte: GDM/CMO, 2001		

A análise, pelas tipologias de crimes registados pela PSP, portanto crimes em meio urbano, revela-nos que a grande predominância vai para o tipo genérico “furto”, com especial destaque para os “furtos em viaturas”. No total, as 4 esquadras do concelho de Oeiras registaram, no ano 2000, **2.138 furtos**, ou seja, 72% da criminalidade registada por esta força policial no concelho nesse ano. Deste “furtos”, mais de metade (1114) referiam-se a viaturas.

7.4 Tipologia dos crimes registados pela PSP, no Concelho de Oeiras, em 2000		
Tipologia	N.º	%
Roubos a pessoas à mão armada	84	2,8%
Roubos a estabelecimentos à mão armada	7	0,2%
Roubos a habitações à mão armada	0	0,0%
Roubos a pessoas com violência física	144	4,8%
Roubos a estabelecimentos com violência física	7	0,2%
Roubos a habitações com violência física	3	0,1%
Outros Roubos	7	0,2%
Furtos por esticão	159	5,3%
Furtos em estabelecimentos	183	6,2%
Furtos em habitações	179	6,0%
Furtos de viaturas	1114	37,4%
Furtos em estabelecimentos de ensino	25	0,8%
Furtos de ciclo/motociclos	7	0,2%
Outros Furtos	471	15,8%
Danos em Viaturas	147	4,9%
Outros Danos	88	3,0%
Desobediência	24	0,8%
Excesso de alcool	28	0,9%
Condução ilegal	72	2,4%
Tráfico e consumo de estupefacientes	34	1,1%
Outras detenções	157	5,3%
Delinquência juvenil	32	1,1%
	2972	100,0%
Fonte: GDM/CMO, 2001		

A segunda tipologia a predominar é a dos “**roubos**”. A PSP registou, em 2000, **252** crimes deste tipo, isto é 8,5% do total de ocorrências. Entre os “roubos”, o “**roubo a pessoas com violência física**” é o subtipo predominante, registaram-se **144** ocorrências neste domínio.

Relevo, semelhante ao anterior, assume também a tipologia dos “**danos**”. A PSP do concelho de Oeiras registou, neste domínio, **235** ocorrências, que representam 8% do total de ocorrências registadas, em 2000 no concelho. Aqui destaca-se o subtipo “danos em viaturas” com 147 ocorrências registadas.

Por último, são de sublinhar as **32 situações** registadas pela PSP e enquadradas na tipologia “**delinquência juvenil**”, bem como as **34 situações** referentes a “**tráfico e consumo de estupefacientes**”.

Movimento no tribunal de Oeiras em 2001.

O tribunal de Oeiras tinha em 1 de Janeiro de 2001 (Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002, Ed. 2003) **12.751 processos pendentes**. Destes 8.962 eram processos civeis, 3.722 processos penais e 67 processos tutelares.

A estes juntaram-se **12.136 novos processos** (Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002, Ed. 2003) entrados em durante o ano de 2001 e distribuídos da seguinte forma: 9.131 foram processos civeis, 2.963 processos penais e 42 processos tutelares.

No mesmo ano, o tribunal de Oeiras deu por **concluídos 9.844 processos** (Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002, Ed. 2003). Regista-se que dos processos concluídos 7.806 eram processos civeis, 1.958 eram processos penais e 80 eram processos tutelares.

No mesmo ano, no tribunal de Oeiras, dos **1.524 arguidos** que tinham processos-crime em curso (Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002, Ed. 2003), 842 foram condenados e 682 não foram condenados. Entre estes últimos, a não condenação foi resultado de 237 absolvições (onde se inclui a carência de prova), 373 desistências das queixas apresentadas e 40 por motivos diversos. Não se registam amnistias, nem prescrições do procedimento criminal.

2.^a PARTE

1. Introdução

Depois de produzido o **Pré-Diagnóstico Social relativo aos Indicadores Sociais do Concelho de Oeiras**, desenvolveu-se a fase de **Diagnóstico Qualitativo** a qual contou com a participação das entidades envolvidas na Rede Social e, que se destinou a definir as **Prioridades** para o **Plano de Desenvolvimento Social**.

Esta fase foi concretizada em 5 workshops que corresponderam a 5 temáticas:

- “Família, Infância e Juventude”;
- “Família, Idosos”;
- “Grandes Vulnerabilidades/Grupos em Risco Social”;
- “Educação, Emprego e Formação Profissional”;
- “Multiculturalidade e Inclusão”.

É de sublinhar que as temáticas tratadas foram definidas pelo Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Oeiras e aprovadas no respectivo Plenário. O trabalho de oficina permitiu **identificar os 24 problemas considerados prioritários, nos sete Eixos Problemáticos** que foram sendo definidos, quer pelo Núcleo Executivo do CLAS, quer pelo conjunto de intervenientes.

Estes Workshops Temáticos foram antecedidos de um Workshop dirigido às Comissões Sociais de Freguesia (CSF), no sentido de detectar as respectivas dificuldades e problemas no processo de construção do Diagnóstico Social de Freguesia e, no funcionamento/dinamização das CSF.

Com estes Diagnósticos de Freguesia, pretende-se dar visibilidade às especificidades do território ao nível das áreas temáticas do Diagnóstico.

Há outras componentes que são importantes nestes processos de investigação diagnóstica e que ainda não estão resolvidas, nesta fase, no processo da Rede Social do Concelho de Oeiras, nomeadamente:

- Estudos sectoriais específicos qualitativos sobre problemáticas de “preocupação social” num quadro prospectivo para a Rede Social;

- Sistematização do conjunto total de recursos organizativos e humanos, bem como dos Projectos em curso e/ou em preparação, no âmbito da Intervenção Social e das Políticas Sociais;
- Estudo dos Comportamentos e Recursos Cívicos, onde se possa percepcionar as práticas, dinâmicas e recursos associativos, as práticas de voluntariado e de serviço à comunidade, as práticas participativas de bem-estar e qualidade de vida (desporto, recreação e acção cultural) e os comportamentos eleitorais;
- Elenco de Fontes e uma estruturação da Base de Dados, com indicações sobre os processos operativos para a sua sistemática actualização e qualificação (que alimente periódicas oportunidades de reflexividade e monitorização/avaliação), de forma a materializar um sector do Sistema de Informação Geográfica para Planeamento na Câmara Municipal de Oeiras (CMO).

No entanto, deve realçar-se que houve sistematicamente a preocupação de estruturar e organizar os dados de forma a poderem, desde já, constituir (com os reajustamentos considerados convenientes) um **sistema de indicadores uniformizado** para todos os agentes e responsáveis pelas Políticas Sociais Locais e que é suposto ser adoptado nos vários sectores em análise e ser objecto de um **processo contínuo e regular de actualização e aperfeiçoamento**. Um dos contributos deste trabalho pode ser a constituição de uma primeira **Bateria de Indicadores Controláveis nas Políticas Sociais Locais**.

Nesta fase já **existem os 3 produtos principais que tornam viável a realização do Plano de Desenvolvimento Social para o Concelho de Oeiras**: o Diagnóstico de Indicadores do Concelho, os Diagnósticos de Indicadores das Freguesias (embora com diferentes graus de elaboração) e este documento de **Diagnóstico de Prioridades que configura os 24 problemas consensualizados** de forma alargada e participada. Inclusivamente já se avançou para as primeiras transições operativas em direcção ao desenho estratégico do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), ao delinear-se as primeiras formulações de objectivos e estratégias para os 24 problemas estabelecidos. É provável que as operações de

montagem do PDS venham a realizar novas agregações de forma a estabelecer Eixos mais integrados.

2. Metodologia

Tendo em consideração que o presente trabalho é, assumidamente, de carácter diagnóstico/praxiológico, pretendendo decifrar as realidades de maior pertinência para as políticas sociais activas, de forma a criar condições para se discernir um conjunto de estratégias de resposta direccionadas às problemáticas do “social” na sua amplitude máxima, as opções metodológicas adoptadas estiveram directamente relacionadas com os objectivos estabelecidos: uma componente de reenquadramento dos indicadores nos “Eixos” temáticos em foco; uma segunda componente (a mais importante desta fase), para conhecer as percepções dos principais agentes que assumem as intervenções no território em análise; e, por fim, o início do delineamento de “Eixos” mais agregados e das respectivas linhas de orientação prospectivas, como primeira transição para a configuração do Plano de Desenvolvimento Social.

Neste sentido, a trajectória do presente trabalho traduz o **recurso a instrumentos diversos no conhecimento da realidade social**. Esta diversidade é patente quer ao nível da recolha e produção da informação, quer ao nível do seu tratamento e análise. Deste modo, a metodologia adoptada resulta da combinação objectiva de **metodologias qualitativas com informações de tipo quantitativo**.

Assim, numa primeira fase, correspondente aos capítulos mais sociográficos (materializado no documento chamado de Pré-Diagnóstico, ou Diagnóstico de Indicadores), privilegiou-se a **recolha de informação estatística** com base em fontes oficiais nacionais (Recenseamentos Gerais da População – 1991 e 2001, e Anuários Estatísticos, ambos com origem no INE) e fontes oficiais locais (Câmara Municipal, Segurança Social e Serviços de Saúde, entre outros). Esta informação foi tratada e analisada, ficando depois submetida a sucessivas afinações (que é suposto continuarem no futuro próximo). Ainda nesta fase procedeu-se também a **análise documental**, tendo como objectivo prioritário o reconhecimento do trabalho de intervenção social presente no concelho.

Para além dos procedimentos mais interactivos e participativos, que a seguir se referem, nesta fase foi introduzido um conjunto de **instrumentos de**

recolha/produção de informação sociológica, que visaram o desenvolvimento de procedimentos diagnósticos em todas as freguesias.

Sessões temáticas/Workgroups/Grupos Focus

Os Grupos Focus, com base em Grupos Técnicos Nominais, caracterizaram-se por serem pequenos grupos constituídos por agentes criteriosamente seleccionados para participação em Workshop's (oficinas de trabalho) pela pertinência e importância da sua acção e percepção em relação às problemáticas que estavam em focagem.

O principal objectivo destas sessões de trabalho foi o de identificar percepções e maneiras de equacionar por parte dos participantes sobre cada uma das áreas problemáticas que se encontrava em análise. A metodologia (“Nuvens de Problemas” e “Grelhas”) utilizada nesta fase do Diagnóstico permitiu, simultaneamente captar, de forma impressionista, os **principais pontos de vista por parte dos mais relevantes agentes de intervenção**, e, intensificar o nível de informação e promoção do debate, reforçando a “cultura de rede” entre todos aqueles que se pretende que se mantenham mobilizados e actuantes nas fases posteriores do Programa da Rede Social em curso.

Então, a **metodologia de trabalho em Workshop** seguiu 5 passos:

- 1. Apresentação** de cada um dos participantes com base na sua experiência, na sua organização e nas suas preocupações permitindo uma ilustração significativa sobre as realidades nos respectivos eixos problemáticos;
- 2. Apresentação**, num primeiro momento, **de indicadores pertinentes** para a temática em análise. Este conjunto de indicadores é compilado pela equipa do CEIA e resultaram de uma análise detalhada e seleccionada do pré-diagnóstico do Concelho;
- 3.** Após a apresentação desta panorâmica geral foi solicitado, a cada elemento do grupo técnico nominal, que identificasse **dois problemas** considerados relevantes e enquadrados pela temática em abordagem. Estes problemas foram identificados com recurso a folhas A4;

4. Posteriormente à identificação individual dos problemas que cada pessoa seleccionou procedeu-se à sua classificação e agregação. Para tal recorreu-se à exposição de todos os **problemas** em painel (parede), os quais conforme foram sendo colocados foram simultaneamente sendo **agrupados**, através de debate e consensos, em função de sub-temáticas que emergem da temática principal. Este procedimento permitiu criar uma nuvem de problemas que eram identificados com recurso a nomenclaturas;

5. Depois deste procedimento foi solicitado aos participantes, em cada workshop, que estabelecessem **prioridades entre as sub-temáticas** de acordo, ainda, com as suas sensibilidades. Aqui foi utilizada uma técnica de pontuação que recorre à utilização de três autocolantes que os participantes utilizam conforme a sua hierarquia: os 3 num problema, porque o consideram o mais prioritário entre os restantes; ou, 2 autocolantes num problema mais prioritário e 1 noutro problema (menos) prioritário; ou, os 3 autocolantes em 3 problemas, considerados todos igualmente prioritários. Esta primeira aproximação à priorização permitiu elencar os problemas identificados conforme as sensibilidades presentes;

6. Por fim, os problemas diagnosticados foram transpostos para uma grelha, denominada "**Grelha Auxiliar para Estabelecimento de Prioridades**", na qual foi solicitada uma nova (segunda) priorização. Esta grelha estabelece prioridades recorrendo a 4 critérios: dimensão e gravidade do problema; impacto social/sensibilidade da população; viabilidade técnica; evolução do problema. A priorização em cada um destes itens fez-se recorrendo a uma escala de pontos entre 1 (menos importante) e 5 (mais importante). De referir que esta fase de trabalho foi desenvolvida em grupos de 4/5 participantes, permitindo um procedimento mais ponderado e discutido.

Paralelamente foi solicitado às 10 **Comissões Sociais de Freguesia** (CSF), constituídas no âmbito da implementação do Programa da Rede Social no Concelho, que diagnosticassem, com o auxílio de outra grelha (**Grelha Auxiliar para Identificação de Problemas de Diagnóstico Social**), os **problemas prioritários** nos seus territórios utilizando para tal os seguintes itens: problemas; principais manifestações, grupos mais afectados, principais causas, recursos, obstáculos e dinâmicas/potencialidades. Essa grelha foi preenchida por equipas de diversas entidades, bem como por pessoas responsáveis pela intervenção.

Após a conclusão do conjunto dos workshops e da recolha dos materiais produzidos em CSF, procedeu-se, em gabinete, a duas fases de trabalho que tinham como objectivos fundamentais a preparação de um workshop final (mais alargado) e a conclusão do Diagnóstico Social do Concelho. Em primeiro lugar procedeu-se, quer à sistematização dos resultados dos cinco workshops, quer à sistematização dos produtos oriundos das CSF e, em segundo lugar, e como consequência deste primeiro procedimento de sistematização, atingiu-se um elenco de problemáticas sociais emergentes no Concelho de Oeiras, oriundas do universo de protagonistas das Políticas Sociais Locais.

Este elenco foi traduzido numa grelha (tipo questionário) que foi aplicada junto dos participantes do Workshop Final, “Eixos Prioritários de Intervenção”, com cerca de 60 participantes. Num primeiro momento foi solicitado aos participantes que identificassem a importância de cada um dos problemas presentes no elenco segundo a seguinte classificação: *Muito Importante, Importante, Pouco Importante, Muito Pouco Importante*. O tratamento dado a esta grelha implicou três operações:

- atribuição de ponderações a cada um dos itens utilizados para classificar os problemas (ou seja, Muito Importante = 4, Importante = 3, Pouco Importante = 2, Muito Pouco Importante = 1);
- (2) após a multiplicação do valor de ponderação pelo número de vezes que ele é referenciado, procedeu-se ao cálculo de uma média ponderada por cada problema (= total de ponderações/4 itens);
- por fim, (3) estabeleceu-se uma média por temática através mesmo sistema utilizado em (2).

Na segunda fase deste último workshop solicitou-se aos participantes que afinassem este elenco, ou seja, pretendeu-se desencadear um processo de trabalho em sete subgrupos (um por cada uma das áreas temáticas que estão em evidência) com participante focalizados nas respectivas problemáticas. Esta afinação foi desenvolvida com recurso à aplicação de uma outra grelha (**Grelha para Tendência e Estratégias Relativas aos Problemas Prioritários**) onde se utilizassem os seguintes parâmetros: Problemas Prioritários, Definição de Objectivos e, Estratégias. Os resultados traduziram-se numa agregação de problemas em cada categoria e uma primeira aproximação à definição de objectivos e estratégias, como meio de testagem dos problemas já agregados. Nesta

produção em subgrupos partiu-se de um conjunto de 47 itens/problemas que ficaram configurados como resultado final deste diagnóstico.

É com base predominante neste último procedimento que, neste Diagnóstico, se estabelecem quais as principais Linhas Orientadoras/Estratégicas devem ser incluídas prioritariamente no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oeiras.

Acrescente-se ainda que, o capítulo 7 é da responsabilidade do Núcleo Executivo do CLAS de Oeiras, que em reunião de trabalho decidiu a agregação dos 7 Eixos de Intervenção Prioritários em apenas 3.

3. Workshops Temáticos

A primeira etapa de trabalho deste diagnóstico consistiu na montagem e animação de cinco workshops temáticos submetidos aos temas atrás enunciados.

FAMÍLIA/INFÂNCIA E JUVENTUDE

O primeiro dos workshops realizados centrou-se na temática da Família/Infância e Juventude. Deste modo, pretende-se aqui diagnosticar quais os principais problemas que afectam este triângulo. Ou seja, entender como se processam as dinâmicas familiares quando conjugadas com as problemáticas ligadas à infância e à juventude.

Resultados do workshop

Foram identificados, pelos interlocutores presentes no workshop, perante a temática “Família/Infância e Juventude”, cinco conjuntos problemáticos, a saber:

❖ *Carências de respostas na 1ª infância*

Evidencia-se a **falta de equipamentos de suporte social na infância**. Por exemplo: falta de lugares, tanto em creche (e berçário) e jardim-de-infância, no sector da solidariedade social, como em ATL, ou seja, uma cobertura insuficiente nas faixas etárias dos 0-3 anos e dos 5/6-9/10 anos.

Quanto ao funcionamento das estruturas sociais na área da educação é necessário ter em conta os **critérios de admissão e os formatos das participações**. E, também, a adequabilidade dos horários de funcionamento ao horário laboral dos pais.

Há **falta de estruturas de apoio a crianças e jovens em situação de risco social**. Por exemplo: falta de centros de acolhimento temporário e lares de

crianças, jovens e mães jovens; insuficiência do número de famílias de acolhimento; necessidade de fomentar o Ensino Recorrente diurno e de cursos de Formação Profissional; necessidade de dar apoio a crianças com necessidades educativas especiais.

❖ ***Dinâmica das respostas: articulação e necessidades***

Entende-se que existe uma má gestão, no sentido de **articulação**, dos diferentes serviços/entidades/projectos, ou seja, na “rede” (ou a “necessidade” dela). Denota-se uma reduzida comunicação inter-institucional que tem implicações na rentabilização dos serviços. Por outro lado, **as situações de carência social que surgem revelam-se cada vez mais complexas.**

É notória a escassez de recursos humanos na área da educação, nomeadamente em **equipas multidisciplinares** nos equipamentos educativos, em particular nas escolas, que estabeleçam “pontes” com outras entidades implicadas, nomeadamente, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras (considerado um “sector” desfalcado de recursos humanos) ou os Centros de Saúde.

No domínio dos equipamentos escolares, a rede também não está completamente adequada às necessidades locais.

❖ ***Escolaridades: trajectórias e dificuldades***

Aqui representam-se quase exclusivamente os problemas do absentismo, do insucesso e, conseqüentemente, do abandono escolar precoce. Neste conjunto não é possível referenciar equipamentos ou estruturas que protagonizem apoio e acompanhamento à (re)inserção de crianças e jovens que se encontram nestas situações.

É também uma preocupação a crescente vandalização dos espaços escolares, tanto por utilizadores como por “outsiders”.

❖ ***Dificuldades na função de socialização das famílias***

Evidenciam-se carências ao nível da **estrutura familiar** (traduzidas por exemplo em ausência de hábitos saudáveis), as quais não são colmatadas com respostas de intervenção social, tanto formais como informais, por exemplo, no domínio da **formação parental**. Mesmo existindo, nem acompanhamento das famílias nem sempre a sua responsabilização nas funções que desempenha na socialização dos seus menores é efectiva. A **articulação entre famílias e escolas** (agentes de socialização) acaba por ser deficiente.

Muitas famílias são dependentes dos apoios económicos do Estado e não existe intervenção significativa no sentido de dar condições às famílias para a autonomização, porque as respostas a este nível são claramente insuficientes.

Os padrões de afectividade também são postos em causa. O quadro das relações afectivas complexifica-se em resultado, por exemplo, de separações conjugais e da (re)composição de novas famílias. Outras situações relevam da indisponibilidade dos pais para acompanharem os filhos no seu processo de socialização, por dificuldades de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

❖ ***Dificuldades no trabalho com jovens***

É clara a carência de respostas no domínio da **educação-formação para jovens entre os 12-16 anos**, em particular, os que têm origem em contextos sociais mais desfavorecidos. Esta carência é sentida em diferentes níveis, tanto a ausência de equipamentos e respostas sociais que satisfaçam a ocupação dos tempos cada vez mais livres, como a ausência de estruturas educativas e formativas que respondam a situações de risco.

Há referência também a um crescente protagonizar de comportamentos de risco, tanto ao nível da sexualidade como nas práticas aditivas.

Como resultado da primeira priorização em função das problemáticas enunciadas pode-se constatar que os participantes do workshop identificaram **cinco áreas problemáticas**:

Família/Infância, e Juventude
<u>Problemáticas</u>
1. Dinâmica das respostas: articulação e necessidades

2. Carências de respostas na 1ª infância
3. Dificuldades na função de socialização das famílias
4. Dificuldades no trabalho com jovens
5. Escolaridades: trajectórias e dificuldades

Com a aplicação da grelha auxiliar para estabelecimento de prioridades regista-se uma clara inversão destas. Daqui resultou que, dentro desta temática, deve ser considerada primeira prioridade o **trabalho dirigido aos jovens**, enquanto que a primeira prioridade conferida inicialmente às necessidades de articulação da dinâmica interna das respostas converte-se em última. De sublinhar a importância conferida também ao problema das **trajectórias das escolaridades** que, apesar de num primeiro momento ser apontado como última prioridade deste conjunto, se assume como a segunda prioridade dentro desta temática após uma segunda reflexão.

Família/Infância e Juventude		
	Problemáticas	Média
1	Dificuldades no trabalho com jovens	17,2
2	Escolaridades: trajectórias e dificuldades	16,6
3	Carências de respostas na 1ª infância	16,4
4	Dificuldades na função de socialização das famílias	15,4
5	Dinâmica das respostas: articulação e necessidades	14,8

FAMÍLIA/IDOSOS

O segundo workshop desenvolvido incidiu na temática dos idosos e do seu enquadramento em meio familiar. Importa compreender como se processa a dinâmica das famílias que enquadram indivíduos idosos e, alguns, dependentes. Que necessidades apresentam e com que problemas se debatem as família? Como proporcionar ao idoso uma etapa final da vida percorrida com qualidade de vida e dignidade?

Resultados do workshop

Como primeiro resultado visível deste workshop, “Famílias/Idosos”, o grupo técnico de interlocutores identificou um conjunto de 9 áreas problemáticas:

❖ ***Problemas de cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário***

Faz-se referência à **fraca cobertura da rede de apoio domiciliário**, considerada insuficiente para as solicitações que advêm do processo de envelhecimento e de um aumento da dependência dos segmentos populacionais de idades mais avançadas.

❖ ***Aumento dos indivíduos em situação de dependência***

Observa-se o **aumento das dependências** provocadas pelo surgimento de “novas” doenças, nomeadamente o “Alzheimer” e “Parkinson”, mais visíveis entre os idosos. Não existem ou são insuficientes respostas sociais que se dirijam a situações precisas, exemplifica-se com a situação de idosos a cuidar 24 horas por dia.

❖ ***Problemas no funcionamento das respostas***

As **respostas sociais dirigidas à população idosa são demasiado “fechadas”**. Os Centros de Dia são percebidos como estigma, porque têm um funcionamento muito dirigido e padronizado.

Não existem redes informais de suporte social aos idosos. As actuais respostas sociais não são motivadoras para a participação na vida comunitária. Aqui ainda se faz notar a difícil acessibilidade dos idosos às respostas sociais, também por “questões culturais”.

❖ ***Défice de cobertura dos Lares de Idosos na Rede de Solidariedade***

Observa-se a **insuficiência da resposta social “Lar de Idosos”**. As vagas são diminutas no privado e inexistentes na solidariedade social. Os idosos não têm meios económicos para fazer face à situação. Por outro lado também são percebidos como estigma, porque têm um funcionamento muito dirigido e padronizado.

❖ ***Alimentação desadequada para os idosos***

Sublinha-se a inexistência de um serviço, que possibilite aos idosos terem as suas refeições (a custos comparticipados) garantindo uma alimentação saudável e de acordo com uma dieta que é necessária, em virtude quer da idade (em geral), quer das necessidades decorrentes das patologias individuais.

❖ ***Necessidade de melhorar o diagnóstico/conhecimento da realidade***

Avança-se com a necessidade de, por um lado, conhecer as necessidades culturais e sociais da população idosa; e por outro, de articular esse conhecimento com as expectativas que os indivíduos, que compõem o grupo alvo, transportam. Também se invoca a necessidade de conhecer melhor os recursos concelhios e, outros.

❖ ***Défice de Recursos Humanos e sua formação***

Diagnostica-se, tanto a **escassez de recursos humanos** que intervêm na área da Geriatria Social, como a falta de formação profissional de alguns profissionais, nomeadamente ao nível dos ajudantes familiares.

❖ ***Aumento das situações de solidão***

Este item tem duas vertentes: a **solidão** propriamente dita e o **isolamento**, que podem à primeira vista ser semelhantes, mas que são relativamente diferentes. A solidão deriva de uma quebra da estrutura familiar, por viuvez e/ou afastamento dos descendentes, enquanto que o isolamento, podendo ou não ser acompanhado de solidão, resulta da não integração na comunidade. Não são perceptíveis na maioria dos casos, “redes sociais de vizinhança” e os idosos não possuem **recursos económicos ou organizacionais** que auxiliem a superar esta situação.

❖ ***Problemas nas dinâmicas de suporte familiar***

Refere-se claramente a um “divórcio” entre a família e o seu idoso, ou seja, estamos perante a **quebra dos tradicionais laços familiares**.

Para as famílias, cuidar do idoso implica uma adaptação estrutural à situação que nem sempre é possível, seja por falta de tempo, seja por falta de recursos económicos. Neste domínio não existem apoios (nomeadamente económicos), nem se disponibilizam recursos sociais às famílias para que cuidem dos seus idosos/dependentes em casa ou mesmo internados. É também necessário intervir para apoiar e facilitar as actividades diárias da família com o idoso/dependente, porque há claramente um desgaste (físico e psicológico) dos familiares nesta tarefa.

Como resultado do workshop ficaram identificadas **9 áreas problemáticas** nesta temática. Na primeira priorização, foi dado grande enfoque aos problemas da **solidão e da falta do suporte familiar**, problemas que se conjugam aqui de forma quase perfeita, ou seja, a solidão entre o segmento social dos idosos emerge como consequência da ausência de suporte familiar. Será nesse sentido que logo a seguir se priorizam as valências que deverão intervir neste contexto: **Apoio Domiciliário e Lares**, bem como os problemas relacionados com a **dependência de terceiros**.

Desta forma as prioridades são as seguintes:

Famílias/Idosos
<u>Problemáticas</u>
1. Aumento das situações de solidão
2. Problemas nas dinâmicas de suporte familiar
3. Problemas de cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário
4. Défice de cobertura dos Lares de Idosos na Rede de Solidariedade
5. Aumento dos indivíduos em situação de dependência
6. Problemas de funcionamento das respostas
7. Défice de Recursos Humanos e sua formação
8. Necessidade de melhorar o diagnóstico/conhecimento da realidade
9. Alimentação desadequada para os idosos

Num segundo momento de estabelecimento de prioridades alterou-se de forma significativa a ordem estabelecida para o elenco problemático definido. Desta forma a problemática da “solidão” passou de primeira prioridade para sexta, enquanto que os problemas derivados do “suporte familiar” (ou da sua ausência) transitam de segunda prioridade para quinta.

Nesta nova priorização emergem em primeiro lugar os problemas relacionados com a estrutura de suporte social aos idosos, estabelecendo-se como primeira prioridade, neste domínio, o alargamento dos serviços de Apoio Domiciliário e, em seguida; o aumento do número de Lares. De referir que a necessidade de melhorar o diagnóstico nesta temática transitou de oitava prioridade para quarta prioridade.

Famílias/Idosos		
Problemáticas		Média
1	Problemas de cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário	17,8
2	Défice de cobertura dos Lares de Idosos na Rede de Solidariedade	17,0
3	Aumento dos indivíduos em situação de dependência	16,8
4	Necessidade de melhorar o diagnóstico/conhecimento da realidade	16,6
5	Problemas nas dinâmicas de suporte familiar	15,8
6	Aumento das situações de solidão	15,4
6	Problemas de funcionamento das respostas	15,4
7	Défice de Recursos Humanos e sua formação	15,2
8	Alimentação desadequada para os idosos	12,8

GRANDES VULNERABILIDADES/GRUPOS EM RISCO SOCIAL

O terceiro workshop, desta série de cinco, ficou consagrado às grandes vulnerabilidades do Concelho. Provavelmente estamos perante uma temática, numa primeira análise, demasiado vaga. Mas aquilo que se pretendeu desenvolver dentro desta oficina de trabalho não foi mais do que apreender problemas que se apresentam como transversais ao Desenvolvimento Social e que **afectam de forma precisa alguns segmentos sociais locais**.

Resultados do workshop

Na temática das “Grandes Vulnerabilidades/Grupos em Risco Social” foram identificadas seis problemáticas dominantes:

❖ **Problemas de articulação de respostas e qualificação de recursos**

Há uma clara necessidade de articular as respostas sociais, bem como de qualificar os recursos, materiais e humanos, existentes.

Os processos de articulação inter-institucional ou inter-resposta social são caracterizados como problemáticos/complicados, fruto de uma **excessiva burocracia**. Há claramente uma “desarticulação” institucional, não existindo comunicação entre os diversos agentes no terreno. Se é (quase) óbvia a carência generalizada de equipamentos sociais, também se reclama uma maior informação sobre os recursos existentes. Existe uma sensação de desequilíbrio na distribuição de recursos.

Por outro lado, insiste-se na necessidade de reforçar a intervenção social por parte de recursos humanos qualificados, tal como de fomentar a **constituição de equipas de intervenção multidisciplinar**.

❖ **Desemprego e população carenciada**

Observa-se o aumento significativo do número de indivíduos em situação de desemprego e alguma incapacidade de responder de forma qualitativa a todas as situações de forma a **evitar o início de processos de exclusão social**.

❖ **Famílias carenciadas**

É possível referenciar um aumento do número de famílias com carências em diversos domínios. No domínio habitacional existe um conjunto significativo de famílias a residir em Empreendimentos Habitacionais Municipais onde são evidentes **diversas problemáticas** principalmente por razões de localização “periféricas” relativamente aos núcleos urbanos principais do Concelho. A **insuficiência dos recursos económicos** é outro dos problemas que afecta os agregados familiares. O agravamento dos quotidianos familiares difíceis agrava-se com situações de violência doméstica daí decorrentes.

Também se observam incapacidades estruturais, nomeadamente em apoiar os ascendentes e os descendentes. Há um fenómeno de **abandono familiar** que afecta os dois extremos da pirâmide etária, isto é, as crianças/jovens e os idosos.

❖ **Indivíduos “Sem Abrigo”**

Verifica-se o aumento do número de indivíduos em situação de sem-abrigo e a insuficiência de respostas neste domínio, nomeadamente, a inexistência de um albergue temporário para acolhimento.

❖ **Socialização infantil e juvenil**

Identifica-se um conjunto de problemas ao nível do **processo de socialização de crianças e jovens**. Observa-se uma tendência (já anteriormente citada) para o “absentismo”, insucesso e abandono escolar. Não se vislumbram respostas alternativas que enquadrem estes grupos, principalmente na fase da juventude em que serão necessárias, porque não existem, soluções ao nível da formação profissional, mas também durante a infância, fase em que se regista uma carência de respostas de ATL.

Sublinha-se a referência muito precisa à integração das crianças e de jovens com problemáticas relacionadas com a saúde mental. Esta referência resulta da insuficiência de respostas neste domínio (nomeadamente Apoio Sócio-Educativo, Apoio Residencial e Apoio Ocupacional).

De destacar o facto de a escola, enquanto agente de socialização, não se encontrar preparada para receber jovens de origens culturais diferentes, ou com problemas específicos.

Por fim, regista-se o elevado número de jovens que são oriundos de meios sociais mais desfavorecidos e que vão protagonizando comportamentos identificados como de risco, para os quais não há suficientes respostas sociais adequadas.

❖ **Toxicodependência**

Coloca-se o problema do aumento constante dos casos de toxicodependência. Neste contexto emergem problemas que advêm da ausência de Centros de Tratamento Gratuitos e de Programas de Inserção Profissional em fase “pós-tratamento”. Deve-se investir também na intervenção para a prevenção.

Após esta elencação de problemáticas os participantes no workshop estabeleceram as correspondentes prioridades, as quais estão registadas no quadro seguinte.

Grandes Vulnerabilidades/Grupos em Risco Social	
<u>Problemáticas</u>	
1. Problemas de articulação de respostas e qualificação de recursos	
2. Socialização infantil e juvenil	
3. Indivíduos “Sem Abrigo”	
4. Famílias carenciadas	
5. Desemprego e população carenciadas	
6. Toxicodependência	

Já numa segunda priorização, auxiliada pela aplicação da grelha utilizada para esta fase observou-se uma alteração significativa na ordem de prioridades.

Grandes Vulnerabilidades/Grupos em Risco Social		
<u>Problemáticas</u>		Média
1	Desemprego e população carenciadas	17,3
2	Toxicodependência	16,8
3	Socialização infantil e juvenil	16,5
4	Problemas de articulação de respostas e qualificação de recursos	16,3
4	Famílias carenciadas	16,3
5	Indivíduos “Sem Abrigo”	13,5

Como se pode observar o “Desemprego e população carenciada” passou a ser a primeira das prioridades e a toxicodependência a segunda. Na primeira priorização estas duas problemáticas encontravam-se entre as últimas prioridades (5ª e 6ª, respectivamente). Os “Problemas de articulação de respostas”, que na fase anterior

eram a primeira prioridade, baixou para a quarta prioridade ex-aequo com a “Famílias carenciadas”.

Por fim a problemática dos “Indivíduos Sem Abrigo” surge, entre este grupo técnico nominal, como a última das prioridades.

EDUCAÇÃO, EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O quarto workshop resultou na formatação do triângulo “Educação, Emprego e Formação Profissional”. Nesta oficina tentou-se trabalhar sobre as relações e os problemas que emergem à sombra desta triologia. Que ligação entre o sistema educativo e o meio laboral? Que complementaridade entre o sistema de formação profissional e o sistema educativo? Que objectivos para o sector de emprego? São algumas das questões que se colocaram aos participantes.

Resultado do workshop

Foram identificadas as seguintes problemáticas:

❖ Desadequação dos programas de emprego a grupos específicos

Neste ponto procura-se diagnosticar objectivamente a forma como o desemprego atinge segmentos sociais específicos. Verifica-se então que **não existem respostas de emprego para população acima dos 40 anos**, ou seja, o desemprego atinge fortemente um segmento social que se poderá designar como pré-idosos (mas também os idosos).

Faz-se também referência ao facto de o fenómeno do desemprego começar atingir mais intensamente grupos sociais com escolaridades superiores, nomeadamente, licenciados, registando-se um **desfasamento entre os percursos de formação escolhidos e as necessidades do mercado de emprego**.

Por fim, identificou-se a **ausência de respostas ao nível da integração sócio-profissional dos indivíduos portadores de deficiência**, mais precisamente com patologias ao nível da saúde mental.

❖ ***Abandono escolar precoce***

Identifica-se um fenómeno de abandono escolar precoce entre um número considerável de crianças e jovens do Concelho. O abandono escolar precoce significa a saída do aluno do sistema de ensino, sem concluir a escolaridade obrigatória, com as consequências nefastas que tal facto acarreta para agarrar oportunidades de integração e autonomia.

Na origem deste fenómeno estará num primeiro momento o absentismo escolar, mas também a ausência de comunicação entre famílias e escolas e de perspectivas profissionais.

❖ ***Desintegração social e reforço dos programas de integração***

São identificáveis problemas ao nível da integração social, cultural e profissional das minorias étnicas residentes no Concelho. Paralelamente regista-se a insuficiência de programas de integração social que reforcem esta dinâmica de inclusão.

❖ ***Ausência de Equipas Multidisciplinares***

Entende-se como problema neste domínio a insuficiência de equipas multidisciplinares de intervenção sócio-educativa. Em especial, a **inexistência de equipas constituídas por profissionais de áreas transversais a operarem em contexto escolar**.

❖ ***Desarticulação entre os programas escolares e formativos e inserção/integração sócio profissional***

São detectados problemas ao nível da concepção de programas escolares e formativos, os quais não contemplam nem as carências apresentadas pelos jovens, nem as reais necessidades que o mercado de trabalho identifica.

Em consequência, os jovens apresentam dificuldades na integração no mercado de trabalho. Este fenómeno encontra origem não só no aspecto da falta de articulação Escola/Formação e Emprego/Empresas, como também nas baixas escolaridades apresentadas pelos jovens. **Não há, ou é insuficiente o acompanhamento dos jovens em processos formativos**, mesmo quando enquadrados em respostas que visam também o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Por outro lado, identificam-se carências ao nível de respostas educativas alternativas ao ensino “tradicional”, nomeadamente, a **insuficiência de formação profissional qualificante**, nível II e nível III. São necessárias “outras” estratégias para fazer voltar os jovens à escola ou a percursos de escolarização/formação.

Deste modo, diagnostica-se a **proliferação de jovens em situação de emprego precário e/ou em situação de desemprego**.

❖ ***Carência de apoios à 1ª infância***

Os apoios à 1.ª infância são considerados deficitários no Concelho. É sublinhada a falta de equipamentos sociais de apoio à 1.ª infância. Denota-se a falta de respostas adequadas para ocupação de tempos livres das crianças (ATL) bem como a insuficiência de vagas em creche.

No contexto do pré-escolar considera-se como problema a fraca cobertura da rede de pré-escolar (crianças dos 3-6 anos).

A primeira priorização que resultou deste elenco de problemáticas está patente no quadro seguinte. Pode-se constatar que nesta fase inicial foi dada prioridade à qualificação das articulações entre os programas escolares e formativos como forma de reforçar a integração e a inserção sócio-profissional.

A segunda prioridade é conferida à necessidade de adequar os programas de emprego a grupos sociais específicos. A necessidade de equipas multidisciplinares foi colocada como a última prioridade.

Educação, Emprego e Formação Profissional	
<u>Problemáticas</u>	
1. Desarticulação entre os programas escolares e formativos e inserção/integração sócio profissional	
2. Desadequação dos programas de emprego a grupos específicos	
3. Desintegração social e reforço dos programas de integração	
4. Carência de apoios à 1ª infância	
5. Abandono escolar precoce	
6. Ausência de Equipas Multidisciplinares	

Numa segunda fase de priorização, já com a aplicação das grelhas para estabelecimento de prioridades emergiram como primeira prioridade a necessidade do reforço dos apoios prestados à 1.ª infância. A falta de qualificação das articulações entre programas escolares e formativos e a integração sócio-profissional deslocou-se para 3.ª prioridade, enquanto que a necessidade de reforço dos programas de integração ficou colocada como 5.ª prioridade.

Educação, Emprego e Formação Profissional		
<u>Problemáticas</u>		Média
1	Carência de apoios à 1ª infância	16,7
2	Desadequação dos programas de emprego a grupos específicos	16,3
3	Desarticulação entre os programas escolares e formativos e inserção/integração sócio profissional	16,0
4	Abandono escolar precoce	15,0
5	Desintegração social e reforço dos programas de integração	14,7
6	Ausência de Equipas Multidisciplinares	14,3

MULTICULTURALIDADE E INCLUSÃO

O quinto workshop foi dedicado aos problemas da Multiculturalidade e da Inclusão das minorias étnicas no território. Pode-se constatar que o Concelho de Oeiras possui uma percentagem significativa de população estrangeira e que parte dessa população reside em bairros de habitação social. Daí a importância que adquire o conhecimento dessas novas realidades e desses quotidianos, para os ajustes das respostas sociais necessárias e adequadas.

Resultados do workshop

Sobre esta temática, “Multiculturalidade e Inclusão”, foram identificadas cinco problemáticas prioritárias:

❖ Bloqueamento dos processos de legalização

Identifica-se claramente a **burocratização a que estão sujeitos os processos de legalização da população imigrante**. Há uma necessidade clara de fazer agilizar os procedimentos respeitantes aos processos de legalização.

❖ Necessidade de mais diagnóstico e estudo da realidade

É efectiva a necessidade, por parte dos responsáveis pela intervenção social focalizada nesta problemática, em estarem dotados de **mais trabalho de diagnóstico e de investigação** que lhes permita adequar as suas práticas/opções de intervenção. Esta necessidade emerge de um desconhecimento da verdadeira dimensão e implicações do fenómeno de imigração.

❖ Dificuldades nas condições e oportunidades de integração social

Há claramente a ideia de que as **condições e as oportunidades de integração social das populações imigrantes estão limitadas**. Esta limitação tem origem num conjunto de factores que se podem especificar.

Num primeiro plano é apontada como limitação a situação residencial. Parte significativa desta população está integrada em bairros sociais que não colhem as melhores considerações:

- estes bairros tendem a criar verdadeiros “guettos”, pela concentração e crescente isolamento de minorias étnicas;
- estes bairros estando localizados perifericamente em relação aos principais centros urbanos do Concelho, acabam por proporcionar, em alguns casos, situações de exclusão territorial.

Depois encontramos uma dificuldade comunicacional inter-cultural, ou seja, entre os “portugueses” e os “estrangeiros”. Esta dificuldade de comunicação é, segundo os interlocutores do workshop, proporcionada por um “medo” de integrar a “outra” cultura, pela ausência de respeito na diferença, ou pelo fraco (ou falta de) conhecimento das diferentes identidades. Há assim poucas oportunidades de integração.

As representações sociais sobre os diferentes grupos étnicos levam a que estes baixem as suas expectativas e aspirações de integração. Estando perante fenómenos discriminatórios, fruto de uma visão etnocêntrica, **urge a integração urbana e ambiental das diferentes culturas.**

As visões mais negativas preferem sublinhar a resistência da população em aceitar a integração (rejeição da aculturação?), traduzida em défice de sentido de pertença à comunidade envolvente e ao país, através de dificuldades em adequar comportamentos.

❖ ***Défice de projectos e valências de intervenção***

Sublinha-se a **falta de projectos de intervenção comunitária, estruturas sociais de apoio com respostas diferenciadas ou atípicas.** Este reforço dos projectos e das valências de intervenção social é necessário também no plano financeiro e no plano dos recursos humanos.

❖ ***Défice de dispositivos sócio-educativos, escolares e extra-escolares***

Quase de modo generalizados os interlocutores caracterizam a população estrangeira como portadoras de défices de capital escolar. Assim, estamos perante um segmento social de baixa escolaridade.

Num contexto social multicultural, a educação (processo de socialização) desempenha um papel fundamental, quer como integração na cultura de acolhimento, quer como valorização da cultura de origem. Por isso, insiste-se na necessidade de uma educação para a multiculturalidade, uma vez que as respostas

escolares estão desadequadas perante estas “novas” realidades sócio-culturais. Os currículos que são leccionados não contemplam esta problemática.

Também os disfuncionamentos a nível familiar (por exemplo, processos de divórcio) podem influenciar de forma vincada os rendimentos/desempenhos escolares de crianças e jovens. É possível perceber que os **pais não protagonizam uma participação assídua e activa na vida escolar dos seus filhos.**

Foi possível diagnosticar também a **ausência de estruturas que permitam de forma mais abrangente a ocupação dos tempos livres da população mais jovem.**

Por fim, identifica-se como problema a **ausência de professores/formadores/agentes educativos especializados na temática da multiculturalidade.**

A primeira priorização feita pelos participantes no workshop resultou no seguinte elenco:

Multiculturalidade e Inclusão	
<u>Problemáticas</u>	
1. Défice dos dispositivos sócio-educativos, escolares e extra-escolares	
2. Défice de projectos e valências de intervenção	
3. Dificuldades nas condições e oportunidades de integração social	
4. Necessidade de mais diagnóstico e estudo da realidade	
5. Bloqueamento dos processos de legalização	

Multiculturalidade e Inclusão		
<u>Problemáticas</u>		Média
1	Défice dos dispositivos sócio-educativos, escolares e extra-escolares	16,6
2	Dificuldade das condições e oportunidades de integração social	16,0
3	Bloqueamento dos processos de legalização	14,8
4	Défice de projectos e valências de intervenção	14,4
5	Necessidade de mais diagnóstico e estudo da realidade	12,2

No quadro anterior é possível observar como ficaram priorizadas as problemáticas dentro desta temática após a aplicação da grelha de estabelecimento de prioridades. Desta forma, regista-se que a necessidade de reforços dos dispositivos sócio-educativos, escolares e extra-escolares se manteve como a primeira prioridade para estes interlocutores.

As mudanças registam-se ao nível do reforço das condições e oportunidades de integração social, que transita de 3.^a para 2.^a prioridade e, o desbloqueamento dos processos de legalização que sobem de 5.^a para 3.^a prioridade.

4. Diagnosticar localmente: Comissões Sociais de Freguesia

Paralelamente, um segundo nível de produção do Diagnóstico Social do Concelho de Oeiras resultou de um processo de trabalho desenvolvido junto das dez Comissões Sociais de Freguesia³⁹, constituídas no âmbito da implementação do Programa da Rede Social no Concelho.

Neste âmbito foi solicitado às CSF que aplicassem, em sede de CSF (em plenário ou em reuniões ou em sessões de trabalho), uma grelha de identificação de problemas previamente elaborada pela equipa responsável pelo Diagnóstico, para indicação dos principais **problemas, recursos e potencialidades nas Freguesias**.

Posteriormente, procedeu-se à análise de conteúdo das grelhas recebidas.

³⁹ De referir que as CSF que apresentaram, até 5 de Novembro, este trabalho foram Algés, Barcarena, Carnaxide, Caxias, Cruz Quebrada/Dafundo, Oeiras/S. Julião da Barra, Porto Salvo e Queijas.

Desta análise resultou a identificação de sete conjuntos problemáticos de base, a saber:

- ❖ Famílias – Problemáticas Gerais;
- ❖ Famílias com idosos e famílias de idosos e de dependentes;
- ❖ Emprego, Desemprego e Formação;
- ❖ Jovens e escolarização: socialização em meio escolar e fora dele;
- ❖ Exclusão e inclusão;
- ❖ Problemas Estruturantes de Equidade Territorial;
- ❖ Infância e família.

❖ *Famílias – Problemáticas Gerais*

Neste grupo é identificado um conjunto de problemas que atravessam as **estruturas familiares do Concelho**.

Salienta-se a **deficiente estruturação familiar**, ou seja, verifica-se uma relativa desestruturação familiar, motivada pela diferença de valores actuais (ou mesmo pela falta de valores e ideais), pelo **não assumir de princípios educativos** e pelo **tipo de trabalho que as pessoas têm**. Encontram-se vivências familiares disruptivas que definem as famílias desagregadas, muitas vezes fruto da separação dos pais e/ou da existência de pais com dependências. As famílias demonstram-se desorganizadas, com problemas e carências sociais e económicas.

Por outro lado, identifica-se também uma falta de acompanhamento parental no processo de crescimento dos filhos, ou seja, torna-se patente a **ausência de participação dos pais na vida das crianças**.

❖ ***Famílias com idosos e famílias de idosos e dependentes***

Observa-se claramente um **acentuado envelhecimento da população**. Este fenómeno tem consequências múltiplas e relativamente diversificadas. É possível constatar, por exemplo, o aumento das famílias “unipessoais” de

idosos, mas também **processos de exclusão social dos idosos** que, votados à solidão, entram em processo de isolamento social.

Por outro lado, este segmento social é afectado, um número significativo de situações, por **dependência financeira de terceiros**. Esta dependência é resultado das pensões muito reduzidas que auferem. Estamos, então, perante um segmento social de baixos rendimentos.

Neste grupo, fruto da idade avançada, é observável o agravamento dos problemas de saúde, traduzidos em **falta de mobilidade e dependência física** e, em alguns casos, também em **vulnerabilidade psíquica**.

Não existe suficiente apoio a idosos sós ou às famílias que os albergam e que por trabalharem não podem dar apoio. Ou seja, existe falta de apoio no domicílio em especial, quando há situações que carecem de cuidados de saúde.

Noutros planos das respostas sociais nesta área emergem outros problemas a resolver: como resultado de um aumento considerável do número de pessoas com elevado grau de dependência em Centro de Dia, constata-se alguma **incapacidade/inadaptação de resposta da valência face à solicitação**.

Encontram-se listas de espera significativas quer para o serviço de Apoio Domiciliário, quer para a integração em Lar/Residência. Há claramente uma **insuficiência de respostas solidárias ao nível de Lares para a 3.ª idade**.

Por fim, no plano exclusivamente da dependência, **faltam respostas em residência para pessoas com deficiência em geral e com deficiência mental em particular**. Falta também um gabinete de informação e de recursos para pessoas e famílias com deficiência.

❖ ***Emprego, Desemprego e Formação***

Neste domínio o diagnóstico é muito influenciado pelo aumento significativo do desemprego que se vem verificando nos últimos dois anos. O desemprego afecta as famílias oeirenses em diferentes dimensões, estabelecendo conexões com as restantes áreas da realidade social.

Mas o **problema do desemprego afecta particularmente os jovens**. Neste contexto há claramente uma desarticulação entre formação e emprego, há dificuldades na inserção em formação ou no mercado de trabalho dos jovens. Mas, nesta relação, também é notório, por parte dos jovens, um **desfasamento entre o seu desejo de emprego e o emprego que conseguem**, constituindo esta situação, algumas vezes, um factor propiciador para percursos de marginalidade.

Observa-se um crescimento dos fenómenos de info-exclusão.

❖ ***Jovens e escolarização: socialização em meio escolar e fora dele***

São diversas as problemáticas que vêm afectando o segmento social da juventude. As causas que estão na sua base são também difusas. As agressões à vivência juvenil podem partir tanto do meio familiar como da comunidade.

Tem crescido o número de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, pelo que se torna necessário o apoio e acompanhamento psicológico de alguns alunos. Este fenómeno pode ser resultado da falta de acompanhamento familiar, de maus-tratos e de negligência parental.

A escola também se vai mostrando como um agente incapaz de controlar e gerir o processo de socialização dos mais novos, observando-se com alguma frequência situações de indisciplina dentro e fora das salas de aula. Por outro lado, a escola não tem capacidade para estancar as infiltrações no seu espaço de indivíduos exteriores a ele.

Há uma **dificuldade enorme em dar resposta a crianças com necessidades educativas especiais**.

A relação dos jovens com a escola também é problemática. As escolhas de percurso começam por se traduzir em absentismo, para passarem a insucesso escolar (ao nível do 1º, 2º e 3º ciclos). Este caminho desemboca significativamente no abandono escolar, muitas vezes precoce, com incidência visível no 2º e 3º ciclos. Daqui resulta a existência de um número significativo de jovens que se caracterizam como “**analfabetos funcionais**”.

Em parte como resultado da saída do sistema de ensino, observa-se um fenómeno relevante de **desocupação juvenil ou ocupação precária**, com maior relevância a partir dos 15 anos, ou seja, vai-se registando um número significativo de adolescentes e jovens sem ocupação. Este fenómeno ganha mais relevo com a falta de espaços para ocupação dos tempos livres. Parece não haver enquadramento, um ATL solidário que dêem uma resposta integrada para a população juvenil (6-16 anos).

Outro dos problemas que atravessa a juventude é o aparecimento crescente de situações de **gravidez e maternidade na adolescência**, que resulta muitas vezes na constituição de famílias monoparentais de mães adolescentes.

Por fim os problemas “mais graves” de todo este processo de exclusão social dos jovens, que habitualmente se enquadram enquanto fenómenos de delinquência infanto-juvenil, traduzem-se num aumento das situações de toxicod dependência juvenil (droga, alcoolismo e tabagismo), porque muitos jovens se enquadram em grupos de risco que protagonizam comportamentos desviantes e marginais. Desta forma, assiste-se a um **aumento significativo das situações de marginalidade, violência e criminalidade infanto-juvenil**.

❖ **Exclusão e Inclusão**

Neste ponto dá-se relevo especial aos problemas directamente ligados às comunidades de imigrantes presentes no Concelho. Regista-se alguma falta de cooperação ou o **insuficiente apoio de instituições para cooperação com os indivíduos PALOP's**. Observa-se um número significativo de indivíduos imigrantes, em especial oriundos dos PALOP's e em situação de ilegalidade.

Neste contexto observa-se ainda a existência de **problemas comportamentais** fruto de alguma recusa, tanto do processo de aculturação, por parte dos migrantes, como do processo de integração por parte dos acolhedores.

Por fim, mas com menos insistência observa-se a existência de indivíduos em **situação de sem abrigo e de pobreza**.

❖ ***Problemas estruturantes de Equidade Territorial***

Neste ponto evidenciam-se os problemas que afectam as populações locais, quer ao nível do território e sua organização e infra-estruturas diversas, quer ao nível das respostas sociais existentes.

Assim, verifica-se de forma clara:

- Falta de articulação entre as instituições locais, nomeadamente ao nível da organização das estruturas de bairro. Existem várias instituições que actuam no terreno, mas cada uma está a trabalhar na sua “capelinha”, quando muito desenvolvendo actividades para os seus utentes/sócios;
- Os espaços de lazer são ainda insuficientes, designadamente, espaços desportivos e parques infantis devidamente equipados e em condições de segurança;
- Insuficiência da rede de transportes públicos, em termos de itinerário e horário;
- Ocorrência de situações problemáticas nas freguesias com empreendimentos municipais, traduzida em falta de segurança nas zonas próximas aos bairros.

❖ ***Infância e Famílias***

Neste tema focaliza-se um conjunto de problemáticas onde se cruzam os problemas da infância na sua relação com a família.

São detectáveis situações relativas a crianças, tais como:

- Maus-tratos e negligência familiar;
- Má nutrição e de falta de hábitos de higiene;
- Instabilidade comportamental e hiperactividade;
- Insucesso escolar, acompanhado de comportamentos desviantes;
- Vivência apenas com os avós.

O Concelho denota um enquadramento deficitário para a 1.^a infância. A procura de vagas para as crianças supera em muito a oferta, ou seja, a resposta relativamente ao número de vagas é inferior às necessidades evidenciadas pela procura na área da infância. A insuficiência de equipamentos de infância é clara ao nível da Creche

e Jardim-de-Infância, tanto da Rede Pública, como das IPSS's. Por outro lado, os horários dos equipamentos públicos de JI e EB1 são reduzidos e, não são adaptados aos horários de trabalho dos pais. Também os Centro de Tempos Livres (CTL) evidenciam uma incompatibilidade entre o horário de funcionamento e o horário de trabalho dos pais.

Detectam-se problemas relacionados com a não inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares.

5. Cruzamento entre os procedimentos de Diagnóstico em Workshop e os procedimentos de Diagnóstico nas CSF

No último workshop, “Eixos Prioritários de Intervenção”, que contou com a participação de um conjunto alargado de entidades com intervenção em diferentes áreas, foi preparado um cruzamento entre as prioridades que emergiram dos trabalhos realizados nos cinco workshops temáticos e as problemáticas que se revelaram na análise diagnóstica realizada pelas CSF.

Desta forma, foi possível chegar a um elenco de problemáticas que ficaram agrupadas em sete áreas temáticas. Assim, temos:

1. Famílias – Problemáticas Transversais

- ❖ Famílias desorganizadas, estruturação familiar deficiente (alteração de valores, de princípios educativos e de trabalho);
- ❖ Falta de acompanhamento (não participação) parental no processo de crescimento dos filhos;
- ❖ Pais com dependências;
- ❖ Vivências familiares disruptivas: famílias desagregadas, pais separados.

2. Famílias com Idosos e Famílias de Idosos e Dependentes

- ❖ Famílias de idosos e exclusão social;
- ❖ Solidão e isolamento social;
- ❖ Baixos rendimentos e dependência financeira;
- ❖ Falta de respostas solidárias e listas de espera significativas: idosos sós ou com famílias que não podem dar apoio;
- ❖ Agravamento dos problemas de saúde, falta de mobilidade, vulnerabilidade física e psíquica;
- ❖ Necessidade de mais Recursos Humanos e melhor Formação;
- ❖ Necessidade em melhorar o diagnóstico/conhecimento da realidade.

3. Emprego, Desemprego e Formação

- ❖ Desfasamento entre o desejo e o emprego que se consegue (factor potenciador de comportamentos de marginalidade);
- ❖ Dificuldade dos jovens na inserção em formação ou no mercado de trabalho;
- ❖ Info-exclusão;
- ❖ Desemprego geral e desemprego na família;
- ❖ Necessidade de qualificação das articulações entre os programas escolares e formativos para melhores níveis de inserção/integração sócio profissional;
- ❖ Necessidade de adequação dos programas de emprego a grupos específicos;
- ❖ Desintegração social e reforço dos programas de integração;
- ❖ Necessidade de Equipas Multidisciplinares, sobretudo nas Escolas.

4. Jovens e escolarização: socialização em meio escolar e fora dele

- ❖ Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade (necessidade de apoio e acompanhamento em situações de maus-tratos e negligência);
- ❖ Absentismo, insucesso escolar e abandono escolar precoce (incidência no 2º ciclo) e analfabetismo funcional;
- ❖ Práticas e consumos de risco: toxicodependências entre os jovens;
- ❖ Gravidez e maternidade na adolescência;
- ❖ Comportamentos marginais e grupos de risco: marginalidade, delinquência e violência juvenil;
- ❖ Necessidade de sustentabilidade do enquadramento existente para a população juvenil (falta de espaços para ocupação dos tempos livres): adolescentes e jovens sem ocupação ou com ocupação precária;
- ❖ Reforço dos dispositivos sócio-educativos, escolares e extra-escolares.

5. Exclusão e Inclusão

- ❖ Cooperação: pouco apoio institucional para melhorar as condições de integração dos indivíduos oriundos dos PALOP's;
- ❖ Comportamentos e práticas sócio-culturais diferentes e diversificadas (cultura e aculturação);
- ❖ PALOP's em situação de ilegalidade: desbloqueamento dos processos de legalização;
- ❖ Pobreza, Alcoolismo e Sida;
- ❖ Existência de indivíduos em situação de Sem Abrigo;
- ❖ Necessidade de reforço de projectos e valências de intervenção;
- ❖ Necessidade de reforço das condições e oportunidades de integração social;
- ❖ Necessidade de mais diagnóstico e estudo da realidade.

6. Problemas Estruturantes de Equidade Territorial

- ❖ Falta de articulação entre as instituições locais e estruturas de bairro;
- ❖ Insuficiência de equipamentos sociais e espaços de lazer;
- ❖ Insuficiência da rede de transportes públicos;

- ❖ Empreendimentos Habitacionais Municipais problemáticos;
- ❖ Necessidade de maior enquadramento das respostas sociais.

7. Infância e Famílias

- ❖ Maus-tratos e negligência familiar (má nutrição e falta de hábitos de higiene);
- ❖ Dificuldade na aprendizagem e insucesso escolar;
- ❖ Hiperactividade, instabilidade comportamental e comportamentos desviantes;
- ❖ Dificuldades na obtenção de respostas para crianças com necessidades educativas especiais;
- ❖ Enquadramento deficitário para a 1.ª infância: falta de equipamentos públicos e de IPSS's (equipamentos sem fins lucrativos, horários, vagas, listas de espera significativas, inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares).

Nos próximos quadros são apresentados os resultados da submissão dos problemas resultantes do cruzamento das conclusões emergentes dos Workshops

1. Famílias – Problemáticas Transversais	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Muito Pouco Importante	Soma	Ponderação
Famílias desorganizadas, estruturação familiar deficiente (alteração de valores, de princípios educativos e de trabalho)	204	33	6	0	243	60,8
Falta de acompanhamento (não participação) parental no processo de crescimento dos filhos	180	54	0	0	234	58,5
Pais com dependências	104	96	6	0	206	51,5
Vivências familiares disruptivas: famílias desagregadas. Pais separados	92	81	18	2	193	48,3
Famílias – Problemáticas Transversais (média final)	145	66	8	1	219	54,8

Temáticos com o trabalho produzido pelas Comissões Sociais de Freguesia.

No que se refere ao primeiro⁴⁰ grupo problemático elencado – “**Famílias – Problemáticas Transversais**”, verifica-se que foram diagnosticadas 4 áreas de

⁴⁰ De referir que esta numeração não obedece a nenhuma ordem particular.

problemas. Os problemas prioritários são referenciados às **famílias desorganizadas e desestruturadas** e à **falta de acompanhamento dos pais no processo de crescimento dos seus filhos**. Para último ficam as vivências familiares disruptivas.

2. Famílias com Idosos e Famílias de Idosos e Dependentes	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Muito Pouco Importante	Soma	Ponderação
Famílias de idosos e exclusão social	116	72	4	0	192	48,0
Solidão e isolamento social	188	39	6	0	233	58,3
Baixos rendimentos e dependência financeira	168	54	0	0	222	55,5
Falta de respostas solidárias e listas de espera significativas: idosos sós ou com famílias que não podem dar apoio	208	30	0	0	238	59,5
Agravamento dos problemas de saúde, falta de mobilidade, vulnerabilidade física e psíquica	104	105	2	0	211	52,8
Necessidade mais Recursos Humanos e melhor Formação	100	96	6	0	202	50,5
Necessidade em melhorar o diagnóstico/conhecimento da realidade	72	105	14	2	193	48,3
Famílias com Idosos e Famílias de Idosos e Dependentes (média final)	137	72	5	0	213	53,3

Quanto ao grupo temático “**Famílias de idosos e famílias com idosos e dependentes**” foram considerados 7 grupos de problemas. Aqui considera-se como o problema mais importante e mais urgente aquele que se refere à **ausência de respostas solidárias, bem com às significativas listas de espera** que apresentam as instituições do sector da solidariedade social.

Considera-se também muito importantes os fenómenos de **solidão e isolamento social** que atravessam o segmento social dos idosos.

Para o fim ficaram os problemas da exclusão social, considerados, neste caso, os menos importantes.

3. Emprego, Desemprego e Formação	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Muito Pouco	Soma	Ponderação
-----------------------------------	------------------	------------	------------------	-------------	------	------------

				Importante		
Desfasamento entre o desejo e o emprego que se consegue (factor potenciador de comportamentos de marginalidade)	52	99	20	3	174	43,5
Dificuldade dos jovens na inserção em formação ou no mercado de trabalho	128	96	4	0	228	57,0
Info-exclusão	20	120	26	1	167	41,8
Desemprego geral e desemprego na família	184	51	0	0	235	58,8
Necessidade de qualificação das articulações entre os programas escolares e formativos para melhores níveis de inserção/integração sócio profissional	140	66	6	0	212	53,0
Necessidade de adequação dos programas de emprego a grupos específicos.	136	78	6	0	220	55,0
Desintegração social e reforço dos programas de integração	92	102	2	0	196	49,0
Necessidade de Equipas Multidisciplinares, sobretudo nas Escolas	116	93	4	0	213	53,3
Emprego, Desemprego e Formação (média final)	109	88	9	1	206	51,4

O terceiro grupo problemático foi identificado como **Emprego, Desemprego e Formação**. Neste caso consideraram-se 8 áreas problemáticas, dentro destas observaram-se como os problemas mais importantes, primeiro, **o desemprego em geral e o desemprego na família**, seguido das **dificuldades de inserção dos jovens em formação e/ou no mercado de trabalho**. Considerou-se como menos importante o problema da info-exclusão.

4.Jovens e escolarização: socialização em meio escolar e fora dele	Muito importante	Importante	Pouco importante	Muito Pouco importante	Soma	Ponderação
Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade (necessidade de apoio e acompanhamento em situações de maus-tratos e negligência)	220	30	0	0	250	62,5
Absentismo, insucesso escolar e abandono escolar precoce (incidência no 2º ciclo) e analfabetismo funcional	220	30	0	0	250	62,5
Práticas e consumos de risco: toxicodependências entre os jovens	152	84	0	0	236	59,0
Gravidez e maternidade na adolescência	112	93	12	0	217	54,3
Comportamentos marginais e grupos de risco: marginalidade, delinquência e violência juvenil	156	81	0	0	237	59,3
Necessidade de sustentabilidade do enquadramento existente para a população juvenil (falta de espaços para ocupação dos tempos livres): adolescentes e jovens sem ocupação ou com ocupação precária	128	84	4	0	216	54,0

Reforço dos dispositivos sócio-educativos, escolares e extra-escolares	144	78	0	0	222	55,5
Jovens e escolarização: socialização em meio escolar e fora dele (média final)	162	69	2	0	233	58,1

Como quarto grupo problemático encontra-se os **Jovens e a escolarização (problemas de socialização em meio escolar e fora dele)**. Neste grupo foram incluídos 7 problemas. Deste conjunto relevam dois problemas prioritários em paralelo: o problemas das **crianças e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade** e o problema do **absentismo, insucesso e abandono escolar**. Depois encontramos os **comportamentos** marginais e os problemas derivados das **práticas e consumos de risco**, ou seja, das **toxicodependências entre jovens**. Neste conjunto foram considerados menos importantes os problemas derivados da sustentabilidade do enquadramento existente para a população juvenil.

5. Exclusão e Inclusão	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Muito Pouco Importante	Soma	Ponderação
Cooperação: pouco apoio institucional para melhorar as condições de integração dos indivíduos oriundos dos PALOP's	40	132	8	1	181	45,3
Comportamentos e práticas sócio-culturais diferentes e diversificadas (cultura e aculturação)	68	105	10	0	183	45,8
PALOP's em situação de ilegalidade: desbloqueamento dos processos de legalização	100	96	2	0	198	49,5
Alcoolismo	68	99	10	0	177	44,3
Pobreza	116	78	6	0	200	50,0
Sida	88	87	10	1	186	46,5
Existência de indivíduos em situação de Sem Abrigo	88	84	12	2	186	46,5
Necessidade de reforço de projectos e valências de intervenção	144	66	0	0	210	52,5
Necessidade de reforço das condições e oportunidades de integração social	112	81	2	0	195	48,8
Necessidade de mais diagnóstico e estudo da realidade	92	87	12	1	192	48,0
Exclusão e Inclusão final (média final)	92	92	7	1	191	47,7

Da análise das problemáticas da “**Exclusão e da Inclusão**” resultou um elenco de 10 problemas. Sobressaem com problemas mais importantes a necessidade de **reforçar projectos e valências de intervenção** e, também os problemas derivados da **pobreza**. Considera-se como menos importante o problema do alcoolismo entre os imigrantes.

6. Problemas Estruturantes de Equidade Territorial	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Muito Pouco Importante	Soma	Ponderação
Falta de articulação entre as instituições locais e estruturas de bairro	148	66	2	0	216	54,0
Insuficiência de equipamentos sociais e espaços de lazer	132	81	2	0	215	53,8
Insuficiência da rede de transportes públicos	44	108	20	0	172	43,0
Empreendimentos Habitacionais Municipais problemáticos	136	75	6	0	217	54,3
Necessidade de maior enquadramento das respostas sociais	112	84	2	0	198	49,5
Rede Rodoviária insuficiente	72	114	6	0	192	48,0
Problemas Estruturantes de Equidade Territorial (média final)	107	88	6	0	202	50,4

O sexto grupo ficou denominado como “**Problemas Estruturantes de Equidade Territorial**”. Neste conjunto foram identificados 6 problemas fundamentais. Entre estes considerou-se como os mais importantes, em primeiro “**os Empreendimentos Habitacionais Municipais problemáticos**” e, em segundo lugar, a **falta de articulação entre as instituições locais e estruturas de bairro**.

Observou-se como de menos importância insuficiência da rede de transportes públicos.

7. Infância e Famílias	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Muito Pouco Importante	Soma	Ponderação
Maus-tratos e negligência familiar (má nutrição e falta de hábitos de higiene)	208	33	2	0	243	60,8
Dificuldade na aprendizagem e insucesso escolar	180	51	4	0	235	58,8
Hiperactividade, instabilidade comportamental e comportamentos desviantes	76	114	8	3	201	50,3
Dificuldades na obtenção de respostas para crianças com necessidades educativas especiais	172	54	0	3	229	57,3
Enquadramento deficitário para a 1.ª infância: falta de equipamentos públicos e de IPSS's (equipamentos sem fins lucrativos, horários, vagas, listas de espera significativas, inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares)	192	48	0	2	242	60,5
Infância e Famílias (média final)	166	60	3	2	230	57,5

O último grupo foi focalizado nas problemáticas da “**Infância e das famílias**”. Neste caso foram enquadrados 6 problemas. Os problemas mais relevantes referem-se aos **maus-tratos e à negligência familiar** perante as crianças e, também, ao **enquadramento deficitário para a 1.ª infância**. Para o fim ficaram os problemas de hiperactividade e instabilidade comportamental das crianças.

Como primeira e breve conclusão, pode-se afirmar que, entre os 7 conjuntos problemáticos apresentados, foram considerados como prioritários os problemas relacionados com **os jovens e a socialização**.

Depois encontramos de forma sequencial problemas relacionados com as **famílias**, os problemas relacionados com (1) **infância e famílias**, as (2) **problemáticas transversais às famílias** e, por fim, os problemas das **famílias com idosos e das famílias de idosos e dependentes**.

6. Prioridades, Objectivos e Estratégias para a intervenção no âmbito Rede Social de Oeiras

Após a apreciação feita pelos participantes, na 2.^a fase do Workshop “Eixos Prioritários de Intervenção”, relativa ao elenco de problemas verificou-se uma redução de 47 entradas para 24, ou seja, praticamente metade.

A. Famílias – Problemáticas Transversais

Problemas Prioritários

- Famílias desorganizadas, estrutura familiar deficiente (alterações do tipo de valores, princípios educativos e dependência do trabalho);
- Falta de acompanhamento (não participação) parental no processo de crescimento dos filhos;
- Vivências familiares disruptivas: famílias desagregadas, pais separados e pais com dependências.

Definição de objectivos

- Implementação de uma intervenção sistémica ao nível da família;
- Melhor informação sobre Planeamento Familiar;
- Desenvolvimento de competências parentais;
- Melhorar as oportunidades de orientação vocacional de adultos e formação profissional;
- Criar Centros de Certificação de competências profissionais;
- Promover a aproximação dos pais à escola e da escola aos pais;
- Criar estruturas de acompanhamento a famílias em situação de ruptura/vulnerabilidade.

Estratégias

- Estabelecer parcerias com os Centros de Saúde;

- Desenvolvimento de projectos de intervenção comunitária, como resposta às necessidades diagnosticadas;
- Criação de grupos informais de apoio ao desenvolvimento de competências parentais: “Escola de Pais”;
- Melhorar o nível de articulação entre serviços e população;
- Criação de equipas multidisciplinares nas escolas que permitam a criação de meios permanentes de articulação;
- Mediação para a Multiculturalidade;
- Criar Centros de Acolhimento para famílias em situação de ruptura/vulnerabilidade;
- Alargar a rede de respostas sócio-ocupacionais ao nível da saúde mental;
- Criar Gabinetes de Mediação Familiar.

B. Famílias com Idosos e Famílias de Idosos e de Dependentes

Problemas Prioritários

- Exclusão social de idosos e suas famílias;
- Falta de respostas da rede de solidariedade;
- Solidão, isolamento social e agravamento dos problemas de saúde;
- Baixos rendimentos e dependência financeira;
- Défice de apoio técnico e de formação dos técnicos que trabalham nesta área.

Definição de objectivos

- Criar uma Comissão de Consulta e Apoio Integrado à Terceira Idade;
- Implementar uma rede comunitária de parcerias informais;
- Sensibilizar a comunidade para a problemática do idoso;
- Criar novas instituições e propiciar a melhoria das respostas das instituições já existentes;
- Incentivar as famílias a cuidar dos seus idosos;
- Implementar um Centro de Recursos de Ajudas Técnicas;
- Melhorar o acompanhamento médico ao domicílio;
- Criar equipas de cuidados continuados multidisciplinares bem estruturadas;
- Aumento das reformas;

- Aumentar os Apoios Sociais;
- Qualificar os serviços.

Estratégias

- Motivação/sensibilização das próprias instituições para formas mais dinâmicas de intervenção;
- Acções de sensibilização sobre as problemáticas dos idosos;
- Aumento do financiamento para instituições de solidariedade e alargamento dos quadros técnicos;
- Desenvolvimento de Redes de Parcerias formais e informais;
- Atribuição de benefícios económicos e sociais às famílias com idosos;
- Alargamento de actividades lúdicas e recreativas aos mais idosos;
- Sensibilização dos profissionais de Saúde para uma intervenção mais integrada;
- Contribuir para a humanização dos serviços de saúde, afectando recursos económicos para o efeito;
- Melhorar os níveis de formação interna das instituições e serviços;
- Contratação de mais pessoal com formação adequada na área de intervenção.

C. Emprego, Desemprego e Formação

Problemas Prioritários

- Desfasamento entre a procura e a oferta de emprego;
- Dificuldade na inserção em formação ou no mercado de trabalho;
- O desemprego na família.

Definição de objectivos

- Promover a maior participação dos empregadores do Concelho na realidade social;
- Combater o abandono e insucesso escolar com cursos de formação profissionalizante (15-18 anos) de nível II (5º e 6º anos) e nível III (7º, 8º e 9º anos);

- Promover a integração de jovens recém licenciados no mercado de trabalho;
- Promover a integração dos desempregados de baixa qualificação no mercado de trabalho local;
- Implementar mecanismos inovadores de combate ao desemprego.

Estratégias

- Desenvolver Estudos de Mercado;
- Criação de um Centro de Emprego no Concelho e de Postos de Atendimento para informações locais (nível de freguesia: equipas multidisciplinares);
- Implementação de maior oferta de cursos de Educação/Formação no Concelho;
- Implementação de Cursos EFA (Educação e Formação de Adultos);
- Criação de estágios profissionais e encaminhamento de jovens para o mercado de trabalho, no âmbito de Protocolos e Empregadores Locais;
- Criação de uma Bolsa de Emprego diversificada;
- Apoio ao desenvolvimento do Empreendedorismo para criação de pequenas empresas;
- Criação de incentivos a empresas que acolham desempregados do Concelho;
- Criação do Observatório Local de Emprego;
- Dinamização da Rede de UNIVA's, Clubes de Emprego do Concelho e Rede Dinâmica XXI.

D. Jovens e Escolarização: socialização em meio escolar e fora dele

Problemas Prioritários

- Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, designadamente absentismo, insucesso escolar e abandono escolar precoce (incidência no 2.º ciclo) e, analfabetismo funcional;
- Comportamentos marginais, práticas e comportamentos de risco, delinquência e violência juvenil, toxicod dependência.

Definição de objectivos

- Diminuir o absentismo, o insucesso e o abandono escolar;
- Reforçar os dispositivos sócio-educativos escolares e extra-escolares;
- Fomentar a prática desportiva;
- Prevenir comportamentos de risco;
- Fomentar a formação pessoal, social e cívica;
- Promover a formação parental.

Estratégias

- Acompanhamento de indivíduos em situação de formação para o desenvolvimento de percursos integrados de inserção;
- Criação de turmas de currículos alternativos;
- Criação de uma Escola-Oficina no Concelho;
- Parcerias com outras infra-estruturas, Empresas, Colectividades Culturais, Recreativas e Desportivas;
- Maior abertura da escola à comunidade;
- Promover a participação em actividades de carácter cívico (Centros de Dia, Bombeiros...);
- Criação de uma rede de apoio sócio-educativo, promovendo a sustentabilidade do enquadramento existente e rentabilizando-o;
- Articulação e rentabilização das diversas instituições e divulgação dos recursos existentes.

E. Exclusão e Inclusão

Problemas Prioritários

- Comportamentos aditivos, de risco, marginalizantes e psicopatológicos;
- Práticas comportamentais e sócio-culturais diferentes e diversificadas;
- Complexidade e morosidade dos processos de legalização;
- Pobreza;
- Falta de diagnósticos actualizados sobre grupos sociais específicos, em situações de exclusão.

Definição de objectivos

- Diminuição da percentagem de indivíduos com comportamentos aditivos;
- Diminuição da percentagem de indivíduos em situação de Sem Abrigo;
- Combater o aumento da percentagem de novos casos de doenças infecto-contagiosas;
- Garantir o acompanhamento para a inserção social de indivíduos portadores de psicopatologias;
- Maior conhecimento e valorização das diferentes culturas na comunidade;
- Garantir a aprendizagem da língua portuguesa aos cidadãos estrangeiros;
- Combate ao insucesso escolar;
- Simplificação e facilitação do processo de legalização;
- Melhoria das competências profissionais;
- Aumento do nível de escolaridade da população;
- Reduzir o número de pessoas que se encontra abaixo do limiar da pobreza;
- Sensibilizar a população para o exercício da cidadania;
- Melhoria do conhecimento da realidade social do Concelho;
- Melhoramento dos canais de comunicação entre instituições.

Estratégias

- Projectos de prevenção;
- Divulgação e Informação (Sistema Local de Informação da Rede Social);
- Maior divulgação e informação sobre Direitos de Cidadania, acesso a Serviços e Instituições;
- Implementação de grupos de ajuda na comunidade;
- Implementação de projectos de apoio e acompanhamento a doentes mentais;
- Criação de oportunidades de reinserção social para indivíduos com psicopatologias;
- Organização de semanas culturais;
- Maior apoio financeiro e logístico às associações culturais/recreativas/desportivas;
- Implementação/divulgação de cursos de português na comunidade;
- Ateliers de leitura e escrita na comunidade;
- Criação de Gabinetes de Apoio ao Imigrante (legalização);

- Criação de postos de trabalho, através de Protocolos com Empregadores;
- Sensibilização das populações para a qualificação escolar e profissional;
- Propiciar o aumento das respostas de Formação Profissional;
- Sensibilização das empresas quanto ao seu contributo para o aumento da escolaridade e qualificação profissional dos seus funcionários;
- Consolidação das estruturas de intervenção da Rede Social;
- Estabelecer formas de articulação com outros Programas e/ou Projectos que permitem a concretização dos objectivos da Rede Social;
- Implementação de Centros de Reconhecimento e Validação de Conhecimentos e Competências (CRVCC).

F. Problemas Estruturantes de Equidade Territorial

Problemas Prioritários

- Falta e desadequação de estruturas físicas e humanas de apoio social a crianças, jovens, famílias e idosos;
- Deficiente articulação entre as organizações existentes no terreno e as entidades com poder decisivo (Segurança Social, Autarquias Locais) na resolução de problemas de Saúde Pública, Protecção Civil, Emprego, Formação, Educação...;
- Necessidade de alargamento e melhoria da rede e serviço de transportes públicos.

Definição de objectivos

- Aproveitamento efectivo dos equipamentos existentes;
- Criação de estruturas e equipamentos em áreas de intervenção onde não existe cobertura;
- Maior envolvimento dos diversos agentes/actores no acompanhamento de projectos conjuntos e participação noutros, que não da área específica onde estão envolvidos, traduzindo-se na ideia chave da efectivação das parcerias;
- Melhorar o nível de acessibilidade da população mais desfavorecida à rede de transportes públicos.

Estratégias

- Estudar/fundamentar e debater projectos de intervenção em sede do CLAS e das CSF;
- Garantia da implementação de projectos no âmbito da Rede Social;
- Fortalecimento do papel das CSF como entidades geradoras de respostas efectivas nas diferentes áreas de intervenção, com maior conhecimento no terreno e englobando representantes de todas as entidades/organizações, isoladas ou agregadas em parcerias para acesso a Programas Locais, Nacionais e Europeus.

G. Infância e Famílias

Problemas Prioritários

- Maus-tratos e negligência familiar (má nutrição e falta de hábitos de higiene);
- Dificuldades na aprendizagem e insucesso escolar;
- Enquadramento deficitário em termos de recursos humanos e em equipamentos sem fins lucrativos.

Definição de objectivos

- Sensibilização das famílias e da comunidade para as questões da comunicação e da valorização dos afectos;
- Melhorar os conhecimentos e as práticas comunitárias;
- Implementação de projectos viabilizadores da autonomização das famílias e consequente sensibilização para a sua adequada gestão;
- Sensibilização da família e da comunidade para a importância da escola;
- Motivação das crianças e da comunidade para a vida escolar;
- Criação de estruturas de apoio à família/comunidade com vista ao acompanhamento de situações sinalizadas de instabilidade comportamental e comportamentos desviantes;
- Desenvolver na criança capacidades afectivas;

- Promover a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular;
- Promover parcerias entre as instituições (recursos físicos e humanos) e, criar dinâmicas de maior envolvimento com a comunidade.

Estratégias

- “Escola de Pais”;
- Promoção de Equipas Multidisciplinares na comunidade, nomeadamente ao nível da saúde, da educação, do apoio psicológico;
- Promover a formação profissional/pessoal e a empregabilidade;
- Acompanhamento personalizado das crianças com problemas específicos através de apoio psicopedagógico na Escola;
- Dinamização de iniciativas sócio-culturais na Escola, abertas à comunidade;
- Desenvolver a socialização e a afectividade através da música, artes plásticas, etc.;
- Formação de técnicos com vista à promoção de competências pessoais e sociais;
- Maior disponibilização de recursos para instituições sem fins lucrativos;
- Criação e financiamento de novos espaços que dêem resposta a estes problemas prioritários.

7. Eixos de Intervenção Prioritários

Na sequência dos resultados explicitados no ponto 6, o Núcleo Executivo do CLAS de Oeiras decidiu, em reunião de trabalho de 3 de Novembro, agregar os 7 Eixos Prioritários, no sentido de ter uma melhor percepção da intervenção a desencadear no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social.

Dessa agregação resultaram 3 Eixos:

- ❖ Família;
- ❖ Educação, Emprego e Formação Profissional;
- ❖ Exclusão e Inclusão.

Deste modo:

- Encarando a Família como um todo, reuniu-se num só Eixo todas as suas componentes a Estruturação Familiar, Infância e Juventude e Idosos;
- Num outro Eixo foram agregadas todas as matérias referentes à Educação e Formação de Adultos, Jovens e Crianças, temática intimamente ligada às questões do Emprego, uma vez que se parte do princípio que ao actuar ao nível da Educação e Formação se contribuiu para combater o Desemprego;
- Considerando os dois Eixos já referidos como determinantes para a promoção da Inclusão Social, resta-nos actuar no imediato, sobre as situações já identificadas de Exclusão Social, procurando-se, assim, minimizar ou, de preferência, eliminar os seus efeitos imediatos.

Na base desta análise e da definição dos Eixos Prioritários está a ideia de que não há forma de resolver os problemas sociais sem efectuar um trabalho, simultaneamente, a montante e a jusante dos mesmos, actuando, de **forma preventiva**, a montante (por exemplo, agindo sobre os dois primeiros eixos evita-se o agravamento do terceiro) e, de **forma activa**, a jusante (procurando actuar sobre as problemáticas reais que a exclusão social já apresenta).

Há todo um conjunto de problemas estruturantes que está sempre presente no Diagnóstico e, que são considerados transversais a todas as problemáticas apresentadas e que também foi uma preocupação presente em todos os Workshops:

- Falta de articulação inter-institucional;
- Excesso de burocracia nos sistemas de resposta, que conduz à falta de operacionalidade e de agilidade na resposta a diversos problemas;
- Falta de comunicação entre as Instituições, Públicas e Privadas, do Concelho;
- Desadequação e carência de recursos físicos e humanos face às necessidades.

Todos estes problemas não são exclusivos da realidade concelhia do território de Oeiras, mas da sociedade portuguesa, esperando-se que a Rede Social, com os vários instrumentos de planeamento, contribua para a resolução e/ou atenuação destes problemas.

Com efeito, o trabalho em Rede e a existência de um Sistema de Informação Local, pressupõe que viabilizarão uma melhor articulação entre as estruturas já existentes no Concelho e uma melhor utilização dos recursos físicos e humanos a operar no terreno, uma vez que estes tendem a ser progressivamente reduzidos.

Apresentam-se de seguida os 3 Eixos Prioritários de Intervenção:

Eixo 1 - Família

Problemas prioritários	Definição de Objectivos	Estratégias
<p>Deestruturação familiar</p> <p>Falta de acompanhamento (não participação) parental no processo de crescimento dos filhos</p> <p>Falta de acompanhamento no processo de envelhecimento dos ascendentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar estruturas de acompanhamento a famílias em situação de ruptura/vulnerabilidade - Desenvolvimento das competências parentais - Desenvolvimento das competências familiares face ao idoso 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar estruturas de mediação familiar - Criação de grupos informais de apoio ao desenvolvimento de competências parentais: “Escola de pais” - Criação de novas formas intervenção com a melhoria das respostas institucionais aos problemas dos idosos
<p>Desemprego na família/Baixos rendimentos e dependência financeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de projectos viabilizadores da autonomização das famílias e consequente sensibilização para a sua adequada gestão - Aumento dos apoios sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio ao desenvolvimento do Empreendedorismo para criação de pequenas empresas - Criação de incentivos a empresas que acolham desempregados no Concelho
<p>Exclusão Social</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de grupos de ajuda na comunidade - Integração da rede informal de associações existentes - Estabelecer formas de articulação entre a Rede Social e outros Programas e/ou Projectos com fins sociais - Promover a sensibilização das empresas para o desenvolvimento de práticas que contribuam para a inclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior divulgação e informação sobre Direitos de Cidadania, acesso a serviços e instituições - Desenvolvimento de redes de parcerias formais e informais - Sensibilização das empresas para a Responsabilidade Social - Promover a formação profissional/pessoal e a empregabilidade
<p>Falta de respostas da rede de solidariedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Propiciar o melhoramento das respostas das instituições já existentes - Disponibilização de recursos económicos e outros para a melhoria das estruturas de apoio - Implementar uma rede comunitária de parcerias informais 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior adequação da formação interna dos recursos humanos das instituições e serviços - Reestruturação da Política Social, a nível geral e municipal, que tenha em conta o objectivo de disponibilização de recursos - Reforço e apoio da Rede Social às CSF, no sentido de alargar os objectivos da própria Rede Social a todas as parcerias informais

Eixo 2 – Educação, Emprego e Formação Profissional

Problemas Prioritários	Definição de objectivos	Estratégias
Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, designadamente, absentismo, insucesso escolar e abandono escolar precoce (incidência no 2.º ciclo) e analfabetismo funcional	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuir o absentismo, o insucesso e o abandono escolar - Reforçar os dispositivos sócio-educativos escolares e extra-escolares - Fomentar a prática desportiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento de indivíduos em situação de formação para o desenvolvimento de percursos integrados de inserção - Criação de turmas de currículos alternativos - Criação de uma Escola-Oficina no Concelho - Parcerias com outras infra-estruturas, empresas, colectividades culturais, recreativas e desportivas - Maior abertura da escola à comunidade
Comportamentos marginais, práticas e comportamentos de risco, delinquência e violência juvenil, toxicod dependência	<ul style="list-style-type: none"> - Prevenir comportamentos de risco - Fomentar a formação pessoal, social e cívica - Promover a formação parental 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a participação em actividades de carácter cívico (Centros de Dia, Bombeiros...) - Criação de uma rede de apoio sócio-educativo, promovendo a sustentabilidade do enquadramento existente e rentabilizando-o - Articulação e rentabilização das diversas instituições e divulgação dos recursos existentes
<p>O desemprego na família</p> <p>Dificuldade na inserção em formação ou no mercado de trabalho</p> <p>Desfasamento entre a procura e a oferta de emprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar mecanismos inovadores de combate ao desemprego - Combater o abandono e insucesso escolar com cursos de formação profissionalizante (15-18 anos) de nível II (5º e 6º anos) e nível III (7º, 8º e 9º anos) - Integração de jovens recém licenciados no mercado de trabalho - Promover a integração dos desempregados de baixa qualificação no mercado de trabalho local - Promover a maior participação dos empregadores do Concelho na realidade social 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma Bolsa de Emprego diversificada - Apoio ao desenvolvimento do Empreendedorismo para criação de pequenas empresas - Criação de incentivos a empresas que acolham desempregados do Concelho - Implementação de maior oferta de cursos de Educação/Formação no Concelho - Implementação de cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) - Criação de estágios profissionais e encaminhamento de jovens para o mercado de trabalho (no âmbito de Protocolos e Empregadores Locais) - Criação do Observatório Local de Emprego - Dinamização da Rede UNIVA's, Clubes de Emprego do Concelho e Rede Dinâmica XXI - Desenvolver estudos de mercado - Criação de um Centro de Emprego no Concelho e de Postos de Atendimento para informações locais (nível de freguesia: equipas multidisciplinares)

Eixo 3 – Exclusão e Inclusão

Problemas Prioritários	Definição de Objectivos	Estratégias
Pobreza	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do total da população que se encontra abaixo do limiar de pobreza - Reforço das competências pessoais da população 	<ul style="list-style-type: none"> - Recurso a instrumentos diversificados de promoção das competências pessoais, por exemplo, o recurso ao Micro Crédito - Criação e/ou reforço de parcerias com Empresas, no sentido de garantir a criação uma Bolsa de Emprego Local diversificada
Défice de escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do nível de escolaridade mínimo - Combate ao insucesso escolar 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar e adequar o acesso à formação escolar - Introdução de inovação nos processos de aprendizagem
Défice de formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Criar e melhorar as competências profissionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o acesso a formação profissional mínima adequada - Criar parcerias com as empresas com vista à qualificação profissional
Défice de saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Combater o aumento da percentagem de novos casos de doenças infecto-contagiosas - Garantir o acompanhamento para a inserção social de indivíduos portadores de psicopatologias - Diminuição da percentagem de indivíduos com problemas de adição 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar estruturas e reforçar instrumentos de abordagem de problemáticas de saúde específicas - Reforçar as parcerias entre as estruturas de saúde e as estruturas sociais - Desenvolver instrumentos de prevenção das patologias com incidência crescente
Défice de integração cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Maior integração e valorização das diferentes culturas na comunidade - Garantir o acesso à aprendizagem da língua portuguesa aos cidadãos estrangeiros - Simplificação e facilitação do processo de legalização 	<ul style="list-style-type: none"> - Abrir a comunidade ao interesse pelas novas culturas - Desenvolver eventos interculturais - Fomentar a criação de grupos e/ou associações culturais específicas - Desenvolver acções de acompanhamento dos grupos culturais mais minoritários e de mais difícil integração - Desenvolver uma cultura de integração comunitária

8. Considerações Finais

Com a conclusão desta fase de trabalho torna-se possível objectivar um conjunto de problemáticas no Concelho de Oeiras. Nesta linha importa realçar, de acordo com as referências iniciais, que se torna necessário desenvolver no Programa da Rede Social, uma série de acções concretas em dois planos:

1. No plano dos instrumentos observa-se a necessidade de desenvolver acções concretas que permitam adequar correctamente as estruturas de suporte à intervenção social. Neste caso concreto afiguram-se pertinentes dois instrumentos de auxílio à intervenção social. Assim, deve-se:
 - Proceder a uma **caracterização dos Equipamentos Sociais** do Concelho. Tornou-se evidente, ao longo da produção deste conjunto de Estudos - Diagnóstico que existem sérias preocupações por parte dos agentes das Políticas Sociais Locais activas quanto ao “estado” e às capacidades dos diferentes Equipamentos Sociais do Concelho (Públicos, Rede Solidária e Privados Lucrativos). Este tipo de caracterização deverá resultar na elaboração de uma **Carta de Equipamentos Sociais do Concelho de Oeiras**.
 - Construir um **Sistema de Indicadores** sociais uniformizado para o Concelho de Oeiras. Uma das dificuldades de elaboração, em particular, do Diagnóstico de Indicadores (Pré-Diagnóstico Social) do Concelho residiu numa certa incapacidade em discernir sobre a adequação, actualidade e validade dos dados que iam sendo fornecidos pelos diferentes agentes de intervenção social no Concelho. Desta forma, assume, no caso concreto, especial importância e urgência a construção de um **Sistema de Informação Local** que permita actualizar de forma sistemática todos os indicadores pertinentes na produção e monitorização do Desenvolvimento Social.
2. No que se refere ao plano da intervenção, e tendo em conta os resultados que emergem do Diagnóstico Social do Concelho, sobressaem os **3 Eixos Prioritários de Intervenção**, atrás enunciados.

ANEXO I

INDICADORES TEMÁTICOS

PROVENIENTES DO (PRÉ)DIAGNÓSTICO CONCELHIO DE INDICADORES APLICADOS ÀS 5 ÁREAS TEMÁTICAS SELECIONADAS PELO NE DO CLAS APRESENTADOS NOS WORKSHOPS COM GRUPOS TÉCNICOS NOMINAIS

(Nota: estão repetidos todos aqueles que se cruzam na respectiva área temática)

Família, Infância e Juventude

O primeiro dos workshops realizados centrou-se na temática da “Família, Infância e Juventude”. Pretendeu-se aqui diagnosticar quais os principais problemas que afectam esta “constelação”, ou seja, entender como se processam as dinâmicas familiares quando conjugadas com as problemáticas ligadas à infância e à juventude.

Como principais indicadores exploratórios para o workshop, seleccionados com base nos dados inventariados no Pré-Diagnóstico Social do Concelho, foram apresentados elementos síntese de três áreas: Dinâmicas Demográficas e Familiares, Panorama Sócio-Educativo e Acção Social.

No workshop participaram 28 pessoas.

Dinâmicas Demográficas e Familiares

Nos Censos de 2001 são identificados 162.128 residentes no Concelho de Oeiras, o que representa uma evolução, entre 1991 e 2001, de **+ 7,1%**.

No plano dos grupos etários existem 22.685 indivíduos entre os 0-14 anos; e 22.312 indivíduos entre os 15-24 anos. É importante assinalar as **evoluções negativas nos grupos etários mais jovens** (nos 0-14 -18,2% e nos 15-24 -10,5%).

Regista-se um **aumento significativo de separações e divórcios** de + 35,8% (entre 1991 e 2001) e, conseqüentemente, observa-se uma taxa de divórcios de 2.3%.

No momento censitário (Censos de 2001), registam-se **61.717 famílias residentes** no Concelho de Oeiras, o que significa uma evolução do nº de famílias entre 1991 e 2001 de **+ 20,6%**. São ainda recenseados 47.920 núcleos familiares.

Neste contexto, é possível observar uma **intensificação da nuclearização e da diversificação familiar**: apesar do predomínio das famílias com 3 ou + pessoas, regista-se um **acréscimo das famílias com menor dimensão** (com 1 pessoa + **68,6%**; com 2 pessoas + **44,5%**).

De sublinhar ainda que **3.818 Mulheres e 972 homens, com mais de 65 anos, vivem sozinhas (os)**.

Panorama Sócio-Educativo

Nos **124 estabelecimentos de ensino regular** contabilizam-se **22.519 alunos**: 21,1% no Pré-Escolar, 27,0% no 1º ciclo, 14,0% no 2º ciclo, 19,2% no 3º ciclo e 18,6% no Ensino Secundário. Dos 22.519 alunos, **77,2% está na Rede Pública**, 9,0% na Rede das IPSS e 13,8% está na Rede Privada.

Nos últimos 7 anos verificou-se um **gradual decréscimo da população estudante** nos estabelecimentos de ensino regular; uma diminuição de 2.161 alunos, o que representa uma variação de **-8,8%**.

No conjunto das 35 escolas públicas do 1º Ciclo do EB, 24 (**69%**) **têm Centros de Tempos Livres**. Na **Rede das IPSS's, contam-se mais 22 equipamentos** a assegurar a valência de ATL.

A Rede Pública do ensino Pré-Escolar e 1º ciclo é servida por refeitórios que asseguram as **refeições de cerca de 90% da população do Pré-Escolar e de 80% dos alunos do 1º ciclo**.

A **Ação Social Escolar**, em 2002/2003, beneficiou perto de **75%** do total de crianças da rede pública de ensino **Pré-Escolar** com subsídios de refeição. **No 1º ciclo, quase 20%** do total de estudantes, dos estabelecimentos públicos, foi beneficiária de subsídios para refeições, livros e material escolar. Em relação aos transportes escolares, foram subsidiados 1.560 alunos do Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos) e Secundário.

Existiam **665 Alunos com necessidades educativas especiais**, no ano lectivo de 2003/2004.

Acção Social

No plano dos utentes:

- Existem 2.084 Utilizadores distribuídos pelas seguintes valências: 26 Creches com 918 crianças; 18 ATL com 1067 crianças; 2 Lares com 71 crianças/jovens; 2 Centro de Acolhimento com 28 crianças/jovens;
- Existe um serviço de Amas em Algés enquadrado pela Segurança Social que abrange 32 crianças em 9 anos;
- Encontram-se em **acompanhamento cerca de 500 menores em risco** pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras (2004);
- No âmbito da Acção Social, foram **apoiadas economicamente 470 famílias** (2002).

Como aspectos críticos é possível destacar:

- A importância do peso relativo do sector privado/lucrativo na valência de creche (cerca de metade);
- A inexistência de creches familiares e número reduzido de Amas institucionalizadas.

Família/Idosos

O grupo técnico deste workshop temático foi constituído por 28 participantes.

Dos 162.128 residentes no Concelho de Oeiras (Censos 2001), **24.153** são indivíduos que têm mais de 65 anos, ou seja **14,9% da população total residente** no Concelho e que se reparte da seguinte forma: os indivíduos com idades **entre os 65-79 anos são 19.327 (80%)**; e, os indivíduos **com mais de 80 anos são 4.826 (20%)**.

Oeiras têm um **elevado índice de envelhecimento: 106,5** e regista, na população com mais de 65 anos, um **acréscimo de +52,6%**.

Observa-se no Concelho um **acréscimo de viúvos(as)** que se cifra em **+ 22,6%** (entre 1991 e 2001).

Existem ainda 674 Estrangeiros com mais de 60 anos (44,8% homens/55,2% mulheres, 63% africanos).

Entre as 61.717 famílias residentes no Concelho de Oeiras, contabilizam-se **4.780 indivíduos com mais de 65 anos a residirem sozinhos o que representa 7,8% das famílias do Concelho**; em peso relativo, segundo o sexo, encontram-se a residir sós 20,3% de homens e **79,7% de mulheres**. Neste domínio ainda é possível identificar 7388 famílias com 2 pessoas onde um dos indivíduos tem mais de 65 anos (12%) ou seja, **12.168 famílias com pessoas + 65 anos (20%)**.

Economia

Quanto ao Perfil Económico da População Residente com mais de 60 anos:

- Residem no Concelho 87.167 indivíduos com actividade económica (63%) e 52.276 sem qualquer actividade económica. É de relevar alguma preponderância, no grupo dos que não exercem qualquer actividade económica, dos reformados (54%) e dos estudantes (23,8%),
- Quanto aos indivíduos com actividade económica são **4.629 indivíduos aqueles que com mais de 60 anos têm actividade económica**, dos quais 57,6% são homens e 42,4% são mulheres. Do outro lado encontram-se **26.803 indivíduos com mais de 60 anos sem actividade económica**, entre os quais 39,9% são homens e 60,1% são mulheres,
- De referenciar que dos 4780 indivíduos com mais de 65 anos residentes sós, apenas 306 (6%) têm actividade económica.

Educação

O Perfil sócio-educativo da População Residente com mais de 65 anos:

- Encontram-se recenseados (Censos 2001) 18.303 indivíduos (75,8%) com mais de 65 anos com um qualquer grau de qualificação académica e **5.850 indivíduos (24,2%) com mais de 65 anos sem qualquer qualificação académica**;
- A ausência de qualificação académica é mais relevante entre indivíduos com +75 anos (30%), enquanto que entre indivíduos com 65/69 anos é 19%;
- Dos 18.303 indivíduos com mais de 65 anos com qualificações académicas 43% têm apenas o 1º ciclo, enquanto que 9,4% têm qualificações académicas superiores.

Accção Social

No domínio das pensões e dos pensionistas:

- Existem **28.074 pensionistas**, dos quais 64% por “velhice”. A **pensão mensal média** paga por “velhice” cifrou-se em **€394**;
- Regista-se um acréscimo de pensionistas de +2,35% e um acréscimo de pensionistas por “velhice” de +3,75%.

No campo dos utentes:

- No campo das IPSS estão referenciados cerca de **1.703 utilizadores**, distribuídos pelas seguintes valências: 225 idosos em 6 Centros de Convívio, 775 idosos em 15 Centros de Dia, 493 idosos em 15 unidades de Apoio Domiciliário e 210 idosos em 8 Lares.

Quanto a aspectos críticos:

- Evidencia-se uma reduzida expressão da valência “Lares para Idosos” no sistema de solidariedade e uma baixa cobertura da valência de Centro de Convívio; para as características demográficas e para a manutenção da vida residencial rotinizada, parece ser insuficiente o Apoio Domiciliário;
- **7,2% da população, com mais de 65 anos, se encontra integrada em valências do sistema de solidariedade.**

Grandes vulnerabilidades/Grupos em risco social

O terceiro workshop temático, da série de cinco, foi centrado nas “Grandes Vulnerabilidades Sociais” do Concelho. Aquilo que se pretendeu desenvolver foi a percepção acerca das exclusões mais acentuadas, muitas vezes em problemas que se apresentam como transversais ao Desenvolvimento Social e que afectam de forma precisa alguns segmentos sociais locais.

O grupo técnico nominal seleccionado para este workshop temático foi constituído por 29 elementos.

Como indicadores considerados mais relevantes para debate foram apresentados os seguintes:

Dinâmicas Demográficas e Familiares

Nos Censos de 2001 recensearam-se 162.128 residentes no Concelho de Oeiras, o que representa uma evolução entre 1991 e 2001 de: + 7,1%.

O Concelho apresenta um elevado índice de envelhecimento: 106,5. para isto contribuem as **evoluções negativas nos grupos etários mais jovens**, entre os 0-14 (-18,2%) e os 15.24 (-10,5%) e um **acréscimo da população com +65 anos** de +52,6%.

Ao nível da estrutura familiar registam-se **61.717 famílias residentes** no concelho de Oeiras, o que representa, entre 1991 e 2001, um aumento de + 20,6%. De sublinhar o aumento significativo de separações e divórcios (+ 35,8%), o acréscimo de viúvos (as): + 22,6%, a intensificação da **nuclearização e diversificação familiar** verificado pelo acréscimo das famílias com menor dimensão (com 1 pessoa + 68,6%; com 2 pessoas + 44,5%). De referir ainda que 3.818 Mulheres e 972 homens com + 65 anos vivem sozinhas (os).

Existem, segundo os valores oficiais do Censo 2001, cerca de **7.500 não nacionais a residirem** no Concelho, com **predominância da origem africana** (60,6%). Evidentemente que se trata da realidade restrita que se encontra legitimada e, conseqüentemente, recenseada.

Habitação

No que diz respeito aos principais problemas:

- Nos Alojamentos em 2001 regista-se a inexistência de electricidade em mais de 70 alojamentos, os cerca de 900 alojamentos com instalações sanitárias no exterior e 150 alojamentos sem instalações sanitárias, mais de 600 sem dispositivo de descarga sanitário ligado à rede pública e 500 alojamentos sem instalações para banho ou duche. De sublinhar que existem perto de 13.000 alojamentos sem nenhum sistema de aquecimento;
- Ao nível dos Edifícios (em 2001), regista-se que **1/3 necessitam de reparações**, dos quais **5.000 carecem de grandes reparações** e 200 são considerados muito degradados. Cerca de 6.500 edifícios não têm condições de acesso a pessoas de mobilidade reduzida (**só 1.000 possuem rampas de acesso**) e 350 estão sem recolha de resíduos.

Habitaco Social e AUGI's

No plano da Habitaco Social:

- Existem **4.717 Alojamentos disponibilizados neste regime (2.713 alojamentos de habitaco social e 2.004 contratos de desenvolvimento de habitaco)**. Aqui mais de 60% da populacão beneficiada por estes programas situa-se entre os 0 e os 39 anos. As freguesias de maior concentrao são: Carnaxide, 40%; Porto Salvo, 19%; e, Paço de Arcos, 15%.

No que diz respeito a AUGI's:

Existem **11 bairros** espalhados pelo Concelho, que correspondem a **1.312 fogos** e albergam **4.536 habitantes**. A localizao destes bairros observa-se em 6 Freguesias: Barcarena, Carnaxide, Caxias, Paço de Arcos, Porto Salvo e Queijas. No que se refere a concentrao populacionais as maiores registam-se na Pedreira Italiana (1.200 habitantes) e na Laje (1.100 habitantes).

Caracterizao Sócio-Económica

O Perfil Econmico da Populao Residente com mais de 15 anos:

- Residem no Concelho 87.167 indivíduos com actividade económica (63%) e 52.276 sem qualquer actividade económica. A preponderância, no grupo dos que não exercem qualquer actividade económica,  dos reformados (54%) e dos estudantes (23,8%);
- Em 2001, entre os indivíduos que desenvolvem uma actividade económica 92,9% estão empregados e 7,1% encontram-se numa situao de desemprego (sem distinoes significativas na estrutura por sexo);
- Como principais meios de vida temos o trabalho (56,3%) e a dependência económica do Estado (21,2% com subsídios ou reformas) e da família (16,9%).

O Perfil da Populao Activa Desempregada:

Com base nos dados mais recentes do IEFP, os indivíduos mais afectados pelo desemprego são aqueles com idade compreendida entre os 35 e os 64 anos (51,6%). Quanto  condio de procura de emprego observa-se que **1.443 procuravam o 1º emprego e 4.714 (76,6%) procuravam um novo emprego**. No que se refere ao

tempo na procura de emprego é possível identificar que 28% não ultrapassou um mês de diligências e 28% há mais de um ano que recorria aos serviços de emprego.

No que respeita ao nível de instrução é possível verificar que, entre os desempregados, **4.324 indivíduos (70,3%) possuem pelo menos a escolaridade obrigatória.**

Para quem se encontra na situação de desemprego os principais meio de vida são ajudas familiares (41,8%) e/ou o subsídio de desemprego (37,3%).

Saúde

Ao nível dos cuidados de saúde: Dos **170.204 utentes inscritos nos dois Centros de Saúde** do Concelho, estavam sem médico de família atribuído em Carnaxide 4.325 (4,71%) e em Oeiras 2.888 (3,68%), o que resulta num total de **7.213 (4,24%) utentes sem médico de família atribuído.**

Grupos Vulneráveis na Saúde

Quanto à População portadora de deficiência:

- São **10.309 os indivíduos portadores de algum tipo de deficiência** (onde os grupos com mais peso são: os invisuais (25%) os deficientes motores (22%) e os deficientes auditivos (16%);
- As respostas “sociais” são dadas por **5 IPSS**, sendo que 3 (têm acordo com a Segurança Social) contemplam 242 utentes (Lar: 86, Centro de Actividades Ocupacionais: 116 e Intervenção Precoce: 40).

No domínio da População Toxicodependente:

- Existem **3 Serviços a funcionar** em neste domínio: o Centro de Apoios a Toxicodependentes de Oeiras (CAT), o Instituto de Prevenção e Tratamento das Dependências Químicas e Comportamentos Compulsivos (IDEQ) e a Associação dos Narcóticos Anónimos. São **cerca de 1700 utentes/municípios atendidos nestes serviços**, numa população utente maioritariamente **masculina**. Observa-se uma maior incidência nas faixas etárias dos **25-29 anos**. Existe um **desconhecimento da real dimensão do fenómeno dos consumos tóxicos**;

- Há ainda 2 IPSS que intervêm na área da intervenção primária e da reintegração social.

No que se refere aos problemas ligados à Saúde Mental observa-se que:

- Existem **2 Fórum Ocupacional** a funcionar neste domínio sendo **35 utentes** abrangidos, com idades entre os 15 e os 59 anos, predominantemente do sexo masculino. Estas respostas são de 1 IPSS e outra do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital S. Francisco Xavier.

No que respeita à População portadora de HIV:

- Apenas existe **1 instituição** em funcionamento que apoiou **61 utentes** em 2000, predominantemente com idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos.

Panorama Sócio-Educativo

O Concelho regista uma taxa de analfabetismo de 3,7%, Oeiras é o único Concelho da Grande Lisboa com uma taxa inferior a 4%. Assim, **em situação de défice de capital escolar está 1/3 da população residente (≈ 54 mil indivíduos)**, ou seja, não têm nenhum nível de ensino, apenas completaram ou não completaram o 1º e 2º ciclos e não completaram o 3º ciclo.

No que se refere à acção social escolar, em 2002/2003 regista-se que 75% do total de crianças da rede pública de ensino Pré-Escolar beneficiou de subsídios de refeição. No 1º ciclo, 20% total de estudantes dos estabelecimentos públicos foi beneficiária de subsídios para refeições, livros e material escolar. Quanto a transportes escolares, foram subsidiados 1.560 alunos do Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos) e Secundário.

Existiam 665 Alunos com necessidades educativas especiais, no ano lectivo de 2003/2004.

No ano lectivo de 2002/2003, organizaram-se **16 cursos de Ensino Recorrente** do 1º ciclo e 8 do 2º ciclo, e **26 cursos Extra-Escolar**.

Acção Social

Como principais indicadores temos:

Entre 20.000 e 30.000 munícipes em condições socialmente mais vulneráveis (entre 15% e 20% do total da população) onde se diagnostica:

- A existência de **4.785 desempregados beneficiários** (em 2002), dos quais, 2.505 eram mulheres, representando 52,3% do total);
- A contabilização de **4.479 beneficiários na medida do RMG/RSI** (em 2002), dos quais, 950 com acompanhamento técnico;
- A existência de 28.074 **Pensionistas** (em 2002), com uma significativa percentagem de pensões baixas e mínimas.

Quanto a utentes:

- Existem 2.084 Utilizadores distribuídos pelas seguintes valências: 26 Creches com 918 crianças; 18 ATL com 1067 crianças; 2 Lares com 71 crianças/jovens; 2 Centro de Acolhimento com 28 crianças/jovens;
- Existe um serviço de Amas em Algés enquadrado pela Segurança Social que abrange 32 crianças em 9 anos;
- Existem cerca de 1.703 utilizadores nas valências de idosos e, 242 utentes em 3 IPSS das 5 com a valência de deficiência;
- Encontram-se em **acompanhamento cerca de 500 menores em risco** pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras (2004);
- Contabilizam-se **468** os residentes no Concelho que se encontram na situação de **utentes do CAT** (Centro de Atendimento de Toxicodependências de Oeiras);
- Foram efectuados **1.179 Atendimentos de Acção Social**, que se traduziram em 1.060 processos. E, em 2002, **470 famílias foram apoiadas economicamente** no âmbito da Acção Social Local.

Como aspectos críticos são de referenciar:

- Uma **irregular distribuição** por freguesias das valências/equipamentos de solidariedade;
- A importância que o peso relativo do sector privado/lucrativo tem na valência de creche (cerca de metade) e a inexistência de creches familiares e um reduzido Serviço de Amas;

- A reduzida expressão das valências “Apoio Domiciliário” e “Lares para Idosos” no sistema de solidariedade.

Justiça e Segurança

No ano 2000 foram registados **3.834 actos criminosos**. Dos quais 2.972 foram registados pela PSP e 862 pela GNR. É possível constatar que se regista uma distribuição uniforme da criminalidade ao longo do ano.

O maior número de ocorrências regista-se em Miraflores (912) e Oeiras (901). As tipologias predominantes dos crimes registados pela PSP, em 2000 são os Furtos, 2.138, dos quais 1.114 se referem a furtos em viaturas; e os roubos, 252, onde o “roubo a pessoas com violência física” é o subtipo mais evidente (144).

Educação, Emprego e Formação Profissional

O quarto workshop foi focado no triângulo “Educação, Emprego e Formação Profissional”. Este workshop temático contou com um grupo técnico nominal constituído por 22 participantes.

Como principais indicadores neste tema foram seleccionados os seguintes:

Caracterização Sócio-Económica

Tecido Empresarial:

- Encontram-se a operar no Concelho de Oeiras **17.412 empresas**, das quais **6.631 são sociedades sedeadas** (com a constituição, em 2002, de 658 novas sociedades). No conjunto das sociedades observa-se um volume de vendas de, aproximadamente, 13.6 bilião de euros (2.720 milhões de contos);
- Destacam-se as **sociedades ligadas ao sector terciário**, nomeadamente “Comércio por Grosso e a Retalho” (33,3%) e “Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas” (25,2%);
- Entre 1997 e 2001, o n.º de sociedades aumentou 29,4%, com maior incidência em actividades relacionadas com os Serviços;
- Foram contabilizados, em finais de 2001, **74.231 activos empregados no total das 6.631 sociedades**;

- Nas diferentes Zonas Económicas e Parques de Ciência e Tecnologia estão instaladas **644 empresas** com cerca de **36.300 postos de trabalho**.

Perfil Económico da População Residente com mais de 15 anos:

- Residem no Concelho 87.167 indivíduos com actividade económica (63%) e 52.276 sem qualquer actividade económica. A preponderância, no grupo dos que não exercem qualquer actividade económica, de reformados (54%) e de estudantes (23,8%). No Censo de 2001, entre os indivíduos que desenvolvem uma actividade económica, 92,9% estão empregados e 7,1% encontram-se numa situação de desemprego (sem distinções significativas na estrutura por sexo);
- Os principais meios de vida são **o trabalho (56,3%) e dependência económica do Estado (21,2% com subsídios ou reformas)** e da família (16,9%);
- As profissões que se destacam ao nível da população empregada são os **“Especialistas das profissões mais intelectuais”** (19,2%), **“Técnicos e profissionais de nível intermédio”** (17,1%) e **“Pessoal administrativo e similares”** (16,7%).

Perfil da População Activa Desempregada:

- Estão recenseados **6.157 desempregados em 2001**. Os indivíduos mais afectados pelo desemprego: com idade compreendida entre os 35 e os 64 anos (51,6%). Quanto à condição de procura de emprego, 1.443 procuravam o 1º emprego e 4.714 (76,6%) procuravam um novo emprego. No que respeita ao tempo na procura de emprego: 28% não ultrapassou um mês de diligências e 28% recorria aos serviços há mais de um ano;
- No que se refere ao nível de Instrução, 4.324 indivíduos (70,3% de desempregados) possuem pelo menos a escolaridade obrigatória;
- Em 2002 existiam **4.785 desempregados beneficiários** de prestações de desemprego, dos quais, 2.505 eram **mulheres**, representando **52,3%** do total. Os principais meios de vida são as ajudas familiares (41,8%) e o subsídio de desemprego (37,3%).

Panorama Sócio-Educativo

Metade da população de Oeiras tem habilitações escolares acima do 3º ciclo (Grande Lisboa contabiliza 40,6% e o total nacional é de 27,5%). E, **26,3% da população residente tem frequência Superior**. A taxa de analfabetismo é de 3,7%, Oeiras é o único concelho da Grande Lisboa com uma taxa inferior a 4%.

É entre os 25 e os 44 anos que se encontram os maiores índices de escolaridade, registando-se, por exemplo, um **peso de universitários** entre os **40,6% (25-29)** e os 29,2% (40-44).

Em situação de défice de capital escolar está cerca de 1/3 da população residente (≈ 54 mil indivíduos):

- não têm nenhum nível de ensino;
- apenas completaram ou não completaram o 1º e 2º ciclos;
- não completaram o 3º ciclo.

Quanto à oferta de educação deve-se salientar:

- No ano lectivo de 2003/2004, encontram-se 124 estabelecimentos de ensino regular, 82 ministram o nível Pré-Escolar, 50 o 1º ciclo, 11 o 2º ciclo, 15 o 3º ciclo e 8 o ensino secundário. Destes, 57 (46,0%) são de Tutela Pública, 28 (22,6%) pertencem a Instituições Particulares de Solidariedade Social e 39 (31,4%) estão a cargo de Entidades Privadas;
- Existe uma oferta mais abrangente da Rede Privada e da Rede das IPSS no Pré-Escolar. A **rede pública revela uma menor abrangência ao nível do Pré-Escolar**, mas a partir do 1º ciclo, os equipamentos públicos são claramente maioritários e, no 3º ciclo e secundário, a oferta de ensino é quase assegurada pela Rede Pública;
- Oeiras e Porto Salvo são as freguesias com maior número de escolas, respectivamente 24 e 19. Em Caxias e Cruz Quebrada/Dafundo regista-se a menor presença de estabelecimentos de ensino (7 em cada);
- No panorama concelhio existem ainda mais 8 estabelecimentos de ensino: **4 de Ensino Profissional** (3 privados e 1 a cargo de uma IPSS) e **4 de Ensino Superior** (3 públicos e 1 privado).

No que respeita à procura de educação observa-se que:

- Nos 124 estabelecimentos de ensino regular contabilizam-se 22.519 alunos. Dos quais, 21,1% no Pré-Escolar, 27,0% no 1º ciclo, 14,0% no 2º ciclo, 19,2% no 3º ciclo e 18,6% no ensino Secundário. 77,2% dos 22.519 alunos está na rede pública, enquanto que 9,0% está na rede das IPSS e 13,8% na rede privada;
- Nos últimos 7 anos verificou-se um gradual decréscimo da população estudante nos estabelecimentos de ensino regular, uma diminuição de 2.161 alunos, o que representa uma variação de -8,8%;

Não estiveram disponíveis os dados sobre frequência de Formação Profissional.

Outros indicadores

No conjunto das 35 escolas públicas, 24 (69%) têm Centros de Tempos Livres. Na Rede das IPSS, contam-se mais 22 equipamentos a assegurar a valência de ATL.

A Rede Pública do ensino Pré-Escolar e 1º ciclo é servida por refeitórios que asseguram as refeições de cerca de 90% da população do Pré-Escolar e de 80% dos que estão no 1º ciclo.

No que respeita à Acção Social Escolar, em 2002/2003 perto de 75% total de crianças da Rede Pública de Ensino Pré-Escolar beneficiou de subsídios de refeição. No 1º ciclo, quase 20% do total de estudantes dos estabelecimentos públicos foi beneficiária de subsídios para refeições, livros e material escolar. Em relação aos transportes escolares, foram subsidiados 1.560 alunos do Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos) e Secundário.

Existem 665 Alunos com necessidades educativas especiais, no ano lectivo de 2003/2004.

No ano lectivo de 2002/2003, contaram-se 16 cursos de Ensino Recorrente do 1º ciclo e 8 do 2º ciclo, e 26 cursos Extra-Escolar.

MULTICULTURALIDADE E INCLUSÃO

O último workshop temático foi dedicado aos problemas da “Multiculturalidade e da Inclusão” das minorias étnicas no território. Pode-se constatar que o Concelho de Oeiras possui uma percentagem significativa de população estrangeira e que parte dessa população reside em habitação de iniciativa municipal (habitação social). Daí a importância que adquire o conhecimento dessas novas realidades e desses quotidianos para o ajuste das respostas sociais necessárias e adequadas.

Foram 26 os técnicos que constituíram o grupo técnico nominal convidado a participar neste workshop.

População estrangeira

Residem (Censos 2001) 7334 indivíduos de origem estrangeira no Concelho de Oeiras. Representam 4,5% da população total do Concelho (na Grande Lisboa estes indivíduos representam 5.1% da população residente).

Os estrangeiros residentes no Concelho de Oeiras representam 7,4% do total de estrangeiros a residirem na Grande Lisboa (99304).

Existe um equilíbrio entre os sexos, mas os homens (50,1%) assumem um peso relativo superior em relação às mulheres (49,9%).

Esta tendência é observável em todos os escalões etários, com exceção dos indivíduos com idades superiores a 60 anos onde as mulheres (55,2%) assumem um peso relativo superior aos homens.

Quanto à origem, os **africanos** representam 60,6% do total de emigrantes. Os **européus** posicionam-se como o segundo segmento de imigrantes (19,2%) e os oriundos do continente **americano** representam o terceiro segmento (17,4%).

Entre os europeus, são mais os oriundos da UE (77,4%) do que os restantes (22,6%).

Os **imigrantes africanos com origem nos PALOP's** (4005) representam 90% da imigração africana que tem como destino o Concelho de Oeiras e 55% da imigração total.

Entre os imigrantes africanos destacam-se os indivíduos de **origem cabo-verdiana** (2642) que representam 59,5% do total de africanos e 66% dos PALOP's. Este grupo representa já 1,6% da população residente no Concelho de Oeiras.

Os indivíduos com origem em **Angola** (971) são o segundo contingente de imigrantes com mais peso, representando 22% da imigração africana.

O terceiro contingente de imigrantes africanos é representado pelos **guineenses** assumindo um peso relativo de 5,1% do total de africanos presentes em território oeirense.

De salientar que entre os africanos apenas a imigração guineense regista um maior fluxo de homens, nos restantes segmentos o predomínio é essencialmente feminino.

Os imigrantes oriundos do continente americano (1277) representam 17,4% do total de estrangeiros residentes no Concelho de Oeiras. Neste grupo destacam-se os **brasileiros** (1044) que representam 82% do total de americanos a residir em Oeiras.

Os **asiáticos** (200) representam 2,7% do total de estrangeiros a residir no concelho e os oriundos da Oceânia (10) representam apenas 0,1%.

Dos 12863 indivíduos realojados até 2004, 39,49% são de origem estrangeira e, 7784 (60,51%) são portugueses.

EMPREENDIMENTOS MUNICIPAIS NO CONCELHO DE OEIRAS

Bairro do Pombal e Bairro CDH do Pombal (Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra):

O bairro do Pombal teve 2 fases de construção: a 1.^a Fase, em 1990, com a atribuição de 224 fogos e, a 2.^a Fase, em 1995, com a atribuição de 102 fogos.

O bairro CDH do Pombal foi inaugurado em 1999. É composto por 123 fogos, sendo que, 71 estão em regime de arrendamento social e, 52 destinados foram vendidos no âmbito dos Programas PER Famílias e Habitação Jovem.

Espaços existentes:

- Infantário “O Pombal” do Centro Social Paroquial de Oeiras com:

- Creche: 40 crianças;
- Jardim-de-infância/Pré-Escolar: 75 crianças;

- Escola de Música e Ensaios da Banda do CCD.

Quanto à origem da População, no Bairro do Pombal é maioritariamente de Portugal (44%) e de Cabo Verde (36%) e, no Bairro CDH Pombal também Portugal (61%) e Cabo Verde (31%).

Bairro Bento de Jesus Caraça II e III (Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra)

O Bairro Bento de Jesus Caraça II é constituído por 8 edifícios (com 4 pisos) com um total de 74 fogos, dos quais 27 encontram-se em regime de arrendamento. A ocupação foi feita em 1980 por famílias provenientes da Junção do Bem, Bateria do Espargal, Quinta do Leonel, entre outras.

O Bairro Bento de Jesus Caraça III é composto por 3 edifícios (com 4 pisos) com um total de 40 fogos.

Quanto à origem da População, no Bairro Bento de Jesus Caraça II é maioritariamente de Portugal (91%); e no Bairro Bento de Jesus Caraça III Cabo Verde (49%) e Portugal (42%).

Bairro Casal da Medrosa (Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra)

O bairro é composto por 44 fogos, dos quais 31 encontram-se em regime de arrendamento. As famílias de realojamento eram oriundas dum núcleo de barracas (Medrosa) e em 2 zonas degradadas da freguesia, Cacilhas de Oeiras e Cerâmica Alentejana.

Quanto à origem da População, no Bairro Casal da Medrosa é maioritariamente de Portugal (83%).

Bairros Moinho das Rolas e Ribeira da Lage (Freguesia de Porto Salvo)

O Bairro Moinho das Rolas é constituído por 12 edifícios (com 4 pisos) com um total de 215 fogos (180 atribuídos em regime de arrendamento e os restantes em venda)

O Bairro da Ribeira da Lage têm 5 Blocos de construção unitária, subdivididos em 19 lotes, com 4 pisos por edifício, tendo sido atribuídos 156 fogos em regime de arrendamento. Incluiu a construção de 16 caves destinadas a espaços para equipamento: um ocupado por serviços da CMO e outro pelo Clube de Ciclismo Sol Nascente.

Quanto a equipamentos o Moinho das Rolas está dotado de um Parque Desportivo com campo de jogos, parque infantil e horta comunitária e, um Centro Comunitário (sob a gestão do Centro Social Paroquial Cristo Rei de Algés) com ATL (20 crianças),

Creche (35 crianças) e UNIVA. Já na Ribeira da Lage existe um Centro Comunitário (sob a gestão da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras) com escola de 1.º ciclo com ATL (60 crianças), Creche (20 crianças) e sede de 2 grupos folclóricos; e, Centro de Dia (30 idosos) sob a gestão da Paróquia de Porto Salvo.

Quanto à origem da população residente no Moinho das Rolas ela é maioritariamente de Cabo Verde (53%) e de Portugal (38%); enquanto que na Ribeira da Lage, ao contrário, é maioritariamente de Portugal (57%) e de Cabo Verde (33%).

Bairro Quinta da Politeira (Freguesia de Barcarena)

O Bairro da Quinta da Politeira é constituído por 160 fogos de arrendamento social. No que diz respeito a equipamentos tem:

- Centro Social e Paroquial de Barcarena: Creche (25 crianças), Jardim-de-Infância (75 crianças), Ludoteca e Centro de Convívio;
- Piscina Municipal;
- Parque Urbano.

Quanto à origem da população residente ela é maioritariamente de Portugal (53%) e de Cabo Verde (33%).

Bairro dos Navegadores (Freguesia de Porto Salvo)

O Bairro dos Navegadores engloba 45 prédios (com 4 e 5 pisos) com um total de 441 fogos, sendo que 417 são em regime de arrendamento, os restantes em regime de venda integra famílias registadas no PER e que optaram pela compra e, jovens que concorreram através de concurso público. Conta ainda com 2 Unidades Residenciais: uma com capacidade para acolher 6 indivíduos do sexo masculino com dificuldades de gestão do fogo e, outra constituída por 8 fogos destinada ao realojamento de indivíduos do sexo masculino, entendidos como grupos de isolados.

A funcionar tem os seguintes equipamentos:

- Creche com capacidade para 50 crianças (gestão da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras);
- Jardim-de-Infância da rede pública com capacidade para 75 crianças;
- Gabinete de Atendimento para a população residente;
- Escola de Ensino Básico para 200 alunos;
- Espaço Comunitário dos Navegadores,

- ATL com capacidade para 25 crianças (gestão do Centro Social e Paroquial de Porto Salvo).

Quanto à origem da população residente no Bairro dos Navegadores ela é maioritariamente de Cabo Verde (52%) e de Portugal (30%).

Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro (Freguesia de Caxias)

O Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro é constituído por 15 prédios com um total de 400 fogos, dos quais 209 fogos estão disponíveis para arrendamento

Quanto a recursos dirigidos para a população residente podem-se identificar:

- Gabinete Local de Atendimento;
- Esquadra da PSP;
- Creche (55 crianças) e Jardim-de-Infância N.^a Sr.^a do Acolhimento (75 crianças) sob a gestão da Obra Social Madre Maria Clara;
- Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu;
- Associação Cultural e Desportiva da Pedreira dos Húngaros;
- Unidade Sócio-Ocupacional “Farol do Bugio”;
- Delegação da Junta de Freguesia de Caxias;
- 27 espaços comerciais.

Quanto à origem da população residente no Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro ela é maioritariamente de Portugal (43%) e de Cabo Verde (20%).

Bairro CDH Caxias (Freguesia de Caxias, entre Laveiras-Caxias e o Murganhal)

Este bairro contabiliza um total de 112 fogos, dos quais 64 foram destinados a arrendamento e 48 alienados a famílias recenseadas no âmbito do PER e a jovens residentes ou trabalhadores no Concelho de Oeiras que também enfrentam carências habitacionais. Quanto a equipamentos as famílias usufruem dos recursos existentes no Bairro Francisco Sá Carneiro.

No que diz respeito à origem da população residente no Bairro CDH Caxias ela é maioritariamente de Portugal (48%) e de Cabo Verde (42%).

Bairro do Bugio (Freguesia de Paço de Arcos, próximo do Alto da Loba)

O Bairro do Bugio tem 19 edifícios com um total de 178 fogos. O projecto deste empreendimento recebeu o prémio do Instituto Nacional de Habitação em 1989. As famílias realojadas residiam predominantemente no Caminho do Mocho, no Matadouro Municipal e no Espargal.

Como principais recursos identificam-se:

- Ludoteca;
- Creche (25 crianças) sob a gestão do Núcleo de Instrução e Beneficiência;
- Ateliers;
- Delegação da Junta de Freguesia;
- 9 Espaços comerciais.

No que se refere à origem da população residente no Bairro dos Bugio ela é maioritariamente de Portugal (49%) e de Cabo Verde (42%).

Bairro Alto da Loba (Freguesia de Paço de Arcos)

Com um total de 440 fogos a sua ocupação deu-se em 1991 com população proveniente da Estrada da Circunvalação, Bairro Junção do Bem e Caminho do Mocho.

Quem reside no bairro tem ao dispor os seguintes recursos:

- Centro Comunitário do Alto da Loba: estrutura de apoio a indivíduos, famílias e grupos ao nível do relacionamento, informações sobre direitos civis e sociais e competências socioprofissionais;
- Creche (25 crianças) e Jardim-de-Infância de Santa Ana (70 crianças);
- EB1 n.º 4 de Paço de Arcos.

A sua população residente é maioritariamente oriunda de Portugal (44%) e de Cabo Verde (35%).

Bairro CDH Alto dos Barrinhos (Freguesia de Carnaxide)

O bairro é composto por 167 fogos de arrendamento social. A entrega de fogos deu-se em Outubro de 2001 (63 fogos) e em Dezembro também de 2001 (80 fogos). Os restantes 24 foram reservados a agregados familiares residentes na Calçada do Forno

do Bairro do Alto de Santa Catarina, tendo a sua atribuição terminada em Agosto de 2003

Como recursos disponibilizados no bairro pode-se referenciar:

- “Núcleo de Pequenas Empresas”;
- Gabinete de Atendimento Local do Departamento de Habitação;
- Projecto “Vem aí os Francisquinhos” do Programa Ser Criança promovido pela Associação dos Amigos e Pais das Crianças do Hospital S. Francisco Xavier;
- Projectado a criação de um Centro Comunitário;
- Jardim-de-Infância Alto dos Barronhos.

A população residente no Bairro CHD do Alto dos Barronhos é maioritariamente oriunda de Portugal (48%) e de Cabo Verde (37%).

Bairro Luta pela Casa (Freguesia de Carnaxide, junto à EB 2+3 Vieira da Silva)

É constituído por um total de 100 fogos, dos quais 46 foram destinados à venda e 54 ao realojamento de famílias inscritas na Associação de Moradores e provenientes de núcleos de habitação degradada da Sr.^a da Rocha da Gandarela, Vimeca e casas degradadas do núcleo antigo de Carnaxide. O processo de construção iniciou-se em 1974, no âmbito do Serviço de Apoio Ambulatório Local e, contou com a participação da Associação de Moradores Luta pela Casa, tendo sido concluído em 1984.

No bairro não existem equipamentos sociais, porém há acessibilidade directa aos equipamentos da vizinhança: Creche, Jardim-de-infância, Centro de Dia, Centro de Juventude, Sala Polivalente e Sede da Associação de Moradores.

A sua população residente é maioritariamente oriunda de Portugal (95%).

Bairro Encosta da Portela (Freguesia de Carnaxide)

Dos 364 fogos de arrendamento social que constituem este bairro, 264 fogos foram atribuídos entre 1993/94 em regime de arrendamento e venda e 100 fogos foram atribuídos em 1995 no âmbito do PER.

A população pode aqui encontrar os seguintes recursos:

- APOIO (ATL: 70 crianças, Centro de Dia: 70 idosos, Apoio Domiciliário: 40 utentes);
- Clube de Jovens de Outurela/Portela;

- Ajuda Internacional Cidadãos sem Fronteiras (UNIVA);
- Ludoteca Fundação Marquês de Pombal;
- Gabinete de Atendimento da Junta de Freguesia;
- Associação de Moradores de Outurela/Portela;
- Família Global – Associação para a Inserção Sócio-Cultural e Profissional da Família;
- Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Conceição (Creche: 40 crianças e Jardim-de-infância: 75);
- Casa do Parque – Centro de Acolhimento Temporário para Crianças em situação de Risco (14 crianças com medida de Promoção e Protecção);
- EB1 Outurela/Portela;
- EB 2+3 Sophia de Mello Breyner;
- Piscina Municipal de Outurela/Portela;
- Parque da Quinta de Sales;
- Gabinete de Atendimento do Departamento de Habitação da CMO.

A sua população residente é maioritariamente oriunda de Portugal (43%) e de Cabo Verde (43%).

Bairros Pátio dos Cavaleiros I/II (Freguesia de Carnaxide)

O bairro do Pátio dos Cavaleiros I tem um total de 80 fogos. Os moradores recorrem às diversas instituições a funcionar na zona limite do bairro: creches e jardins-de-infância, escola básica, ginásio, piscina, etc.

Já o Pátio dos Cavaleiros II tem 308 fogos.

A população residente no Pátio dos Cavaleiros I é maioritariamente oriunda de Portugal (70%) e de Cabo Verde (23%); enquanto que no Pátio dos Cavaleiros II é maioritariamente oriunda de Cabo Verde (55%) e de Portugal (36%).

Bairro da Outurela/Portela (Freguesia de Carnaxide)

É constituído por 128 fogos. A população residente no bairro é maioritariamente oriunda de Cabo Verde (49%) e de Portugal (37%).

Bairro S. Marçal (Freguesia de Carnaxide)

O bairro de S. Marçal é constituído por 319 fogos. Os equipamentos disponíveis no bairro são:

- Creche (30 crianças) e Jardim-de-Infância (60 crianças) sob a gestão da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras);
- ATL (52 crianças) do Centro Social Paroquial N.^a Sr.^a da Conceição;
- Gabinete de Atendimento Local;
- Espaço para o G. D. ASSOMADA;
- Piscina Municipal;
- Ginásio;
- 5 Espaços para o comércio local.

A população residente no bairro é maioritariamente oriunda de Cabo Verde (49%) e de Portugal (36%).

CEIA, 2004